

Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2

**Oswaldo Hideo Ando Junior
(Organizador)**



Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2

**Oswaldo Hideo Ando Junior
(Organizador)**



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^a Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof^a Dr^a Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^ª Dr^ª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^ª Dr^ª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^ª Dr^ª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^ª Dr^ª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^ª Dr^ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Dr^ª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^ª Dr^ª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^ª Dr^ª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^ª Dr^ª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^ª Dr^ª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^ª Dr^ª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^ª Dr^ª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^ª Dr^ª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^ª Dr^ª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^ª Dr^ª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^ª Dr^ª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^ª Dr^ª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^ª Dr^ª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof^ª Dr^ª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^ª Dr^ª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^ª Dr^ª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Aleksandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof^ª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^ª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof^ª Dr^ª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^ª Dr^ª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof^ª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Prof^ª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^ª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^ª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^ª Dr^ª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof^ª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Prof^ª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^ª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof^ª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Prof^ª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof^ª Dr^ª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Prof^ª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof^ª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Prof^ª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof^ª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof^ª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Oswaldo Hideo Ando Junior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A185 Ações e experiências para o enfrentamento da pandemia de COVID-19 – 2 / Organizador Oswaldo Hideo Ando Junior. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

204 p., il.

ISBN 978-65-5706-861-8

DOI 10.22533/at.ed.618210203

1. Pandemia. 2. Covid-19. I. Ando Junior, Oswaldo Hideo (Organizador). II. Título.

CDD 614.5

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O segundo volume da Coleção “**Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19**” tem como objetivo central a disseminação científica de forma ampla e acessível à sociedade, visando contribuir para debate e proposição de alternativas para o enfrentamento da pandemia. Nesta coleção, apresenta-se uma série de capítulos que contextualizam várias ações, experiências e reflexões acerca do enfrentamento da pandemia de Sars-CoV-2 no Brasil e na América Latina, resultado de pesquisas no âmbito da ciência, tecnologia e inovação de vários desafios concernentes a diversos tipos de ações de investigações e/ou resultados de inovações.

Os estudos, ações e experimentos apresentados pelos autores nos indicam diversos olhares, ações e ensinamentos, que nos remetem ao tema central do livro tendo dezoito capítulos, que abordam os mais diversos assuntos. A temática, sem dúvida, trata-se de um tema atual e de grande relevância diante do desafio que tem sido o enfrentamento da Pandemia de Sars-CoV-2.

Convido à leitura aqueles que se interessam pelo tema, para consolidar novas perspectivas e proposições criativas para o avanço do conhecimento científico e tecnológico no enfrentamento da pandemia na América Latina e no Brasil, somando-se as informações já existentes.

Ciente da importância da disseminação da informação e da divulgação científica, em nome de dos autores, agradecemos a estrutura da Atena Editora que disponibiliza uma plataforma consolidada e confiável para cientistas e pesquisadores divulguem seus resultados.

Oswaldo Hideo Ando Junior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SISTEMA DE DESCONTAMINAÇÃO DE AMBIENTE BASEADO NO EFEITO LUMINESCENTE POR ESPECTRO ULTRAVIOLETA (UV-C)

Eder Andrade da Silva
Igor Willis Mauerberg Barbosa
José Carlos Navas Palma
Matheus Vinicius Brandão
Rafael Andrade Taveira
Rafaela Faust Meyer
Oswaldo Hideo Ando Junior

DOI 10.22533/at.ed.6182102031

CAPÍTULO 2..... 18

ENSINO ONLINE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM ENSINO DE TECNOLOGIA

Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.6182102032

CAPÍTULO 3..... 30

RECURSOS EDUCATIVOS DIGITAIS PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Natália Mendes de Melo Machado
Monyque Hellen Teixeira de Jesus
Nayara Araújo Silva
Adriana Toledo de Paffer
Kelly Walkyria Barros Gomes
Maria Helena Pereira de Santana

DOI 10.22533/at.ed.6182102033

CAPÍTULO 4..... 40

ESTRATÉGIAS NA DISCIPLINA DE FÍSICA: ENSINO REMOTO E HÍBRIDO RELIZADO NO ESTADO DE RORAIMA E AMAZONAS

Barbara Adelaide Parada Eguez
Hiderly da Silva Costa dos Santos
Leonilda do Nascimento da Silva
Suliane Alves Barbosa
Walter Fiúsa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.6182102034

CAPÍTULO 5..... 50

DESAFIOS DO ENSINO-APRENDIZAGEM NO CURSO DESIGN DE MODA EM TEMPOS DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luciana França Jorge
Firmina Hermelinda Saldanha Albuquerque
Helen Christina Castro Carlos da Cunha de Oliveira
Kátia Regina Araújo de Alencar Lima
Karla Maria Carneiro Rolim

DOI 10.22533/at.ed.6182102035

CAPÍTULO 6	61
EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, NO CONTEXTO DE UMA PANDEMIA - A PARTIR DA ORQUESTRAÇÃO DE VOZES DIVERSAS	
Gabrielly Bos de Oliveira	
Gabriela Maria Natividade	
Marco Aurelio da Ros	
DOI 10.22533/at.ed.6182102036	
CAPÍTULO 7	85
COVID-19 E NATUREZA DA CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO SOBRE CIÊNCIA E CIENTISTA NO CONTEXTO DE PANDEMIA	
Anyelle da Silva Pereira Peixoto	
Clécio Danilo Dias da Silva	
Ayla Márcia Cordeiro Bizerra	
DOI 10.22533/at.ed.6182102037	
CAPÍTULO 8	94
VALORACIÓN DE LA REESTRUCTURACIÓN DEL PROGRAMA DE INGLÉS EN UN CONTEXTO DE PANDEMIA DE UNA ESCUELA VULNERABLE EN SANTIAGO DE CHILE. LA PERCEPCIÓN DE LOS APODERADOS	
Tulio Barrios Bulling	
Nicole Garay Guzmán	
DOI 10.22533/at.ed.6182102038	
CAPÍTULO 9	109
IMPACTO DA PANDEMIA DO SARS-COV-2 NA COMUNIDADE DE DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO EXTREMO SUL DA BAHIA	
Vivian Miranda Lago	
Alessandro Martins Ribeiro	
Pedro Nunes Rey	
DOI 10.22533/at.ed.6182102039	
CAPÍTULO 10	123
EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM TEMPOS DE COVID-19: TENSÕES E PERSPECTIVAS	
Jederson Garbin Tenório	
Vinícius Aparecido Galindo	
DOI 10.22533/at.ed.61821020310	
CAPÍTULO 11	134
COVID-19 E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR	
Bárbara de Oliveira Gonçalves	
Claudia Vianna de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.61821020311	

CAPÍTULO 12.....	154
IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES FRENTE À PANDEMIA DO COVID- 19	
Luiz Fernando Fonseca Tavares	
Laura Fernandes Ferreira	
Larissa da Fonseca Tavares	
Laís Moreira Borges Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.61821020312	
CAPÍTULO 13.....	165
E COMO VÃO OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM TEMPOS DE COVID-19?	
Everton Silveira	
Patricia Lane Araujo Reis	
DOI 10.22533/at.ed.61821020313	
CAPÍTULO 14.....	176
O TRIBUNAL DO JURI VIRTUAL EM TEMPO DE PANDEMIA: A PLENITUDE DA DEFESA E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO HUMANO	
Renata Botelho Dutra	
Ilma A. Goulart de Souza Britto	
DOI 10.22533/at.ed.61821020314	
CAPÍTULO 15.....	189
A TUTELA SUBNACIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ADI 6.341/DF: FEDERALISMO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Filipe Eduardo Macedo de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.61821020315	
CAPÍTULO 16.....	201
OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA	
Adriane Lima Monai Montessi	
Bruno Dantas Muniz de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.61821020316	
CAPÍTULO 17.....	207
O TELETRABALHO FEMININO E A COVID 19: UMA ANÁLISE DA DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO DIANTE DO “NOVO NORMAL”	
Patrícia Miron de Siqueira Ferraz	
Isabele Bandeira de Moraes D’Angelo	
DOI 10.22533/at.ed.61821020317	
CAPÍTULO 18.....	221
ESTUDO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL DAS IGREJAS CRISTÃS COM SEUS FIÉIS DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS COVID-19	
Fabio Andrei Kuckert Rodrigues	

Cláudio Schubert

DOI 10.22533/at.ed.61821020318

SOBRE O ORGANIZADOR.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 1

SISTEMA DE DESCONTAMINAÇÃO DE AMBIENTE BASEADO NO EFEITO LUMINESCENTE POR ESPECTRO ULTRAVIOLETA (UV-C)

Data de aceite: 17/02/2021

Oswaldo Hideo Ando Junior

Universidade Federal da Integração Latino-
Americana – UNILA
Parque Tecnológico Itaipu – PTI – Foz do
Iguaçu – Paraná

Eder Andrade da Silva

Universidade Federal da Integração Latino-
Americana – UNILA
Parque Tecnológico Itaipu – PTI – Foz do
Iguaçu – Paraná

Igor Willis Mauerberg Barbosa

Universidade Federal da Integração Latino-
Americana – UNILA
Parque Tecnológico Itaipu – PTI – Foz do
Iguaçu – Paraná

José Carlos Navas Palma

Universidade Federal da Integração Latino-
Americana – UNILA
Parque Tecnológico Itaipu – PTI – Foz do
Iguaçu – Paraná

Matheus Vinicius Brandão

Universidade Federal da Integração Latino-
Americana – UNILA
Parque Tecnológico Itaipu – PTI – Foz do
Iguaçu – Paraná

Rafael Andrade Taveira

Universidade Federal da Integração Latino-
Americana – UNILA
Parque Tecnológico Itaipu – PTI – Foz do
Iguaçu – Paraná

Rafaela Faust Meyer

Universidade Federal da Integração Latino-
Americana – UNILA
Parque Tecnológico Itaipu – PTI – Foz do
Iguaçu – Paraná

RESUMO: Com o surgimento da pandemia provocada pelo COVID-19, houve um crescimento exponencial no consumo de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), além de desencadear uma busca acelerada por encontrar diferentes técnicas que garantam a desinfecção completa das áreas e superfícies de uso constante. Pois a pandemia ocasionou uma escassez momentâneo. Diante disso a luz ultravioleta (UV) tem-se tornado uma alternativa cada vez mais popular ao uso de produtos químicos para desinfecção, por seu efeito germicida, visto que seus diferentes espectros de onda, resultam convenientes para uma possível ação contra o vírus SARS-CoV 2, removendo o receio do seu uso exclusivo para a área médica, dado que sua utilização resulta muito mais prático e econômico. Considerando essas premissas foi desenvolvido um sistema de higienização de espaços e superfícies compacto, que ademais apoia na mitigação da produção de lixo. O sistema consiste em uma Torre de higienização por radiação ultravioleta (UV-C), composto por um circuito eletrônico integrado à estrutura e com comando remoto por aplicativo, garantindo assim a proteção dos usuários.

PALAVRAS - CHAVE: Radiação Ultravioleta; COVID-19; Higienização.

ENVIRONMENTAL DECONTAMINATION SYSTEM BASED ON THE LUMINESCENT EFFECT BY ULTRAVIOLET SPECTRUM (UV-C)

ABSTRACT: With the emergence of a pandemic caused by COVID-19, there was an exponential growth and consumption of Personal Protective Equipment (PPE) and Collective Protective Equipment (CPE), apart from triggering an accelerated search to find different techniques that guarantee disinfection in complete areas and surfaces of constant use. Due to the pandemic a momentary shortage occurred. Therefore, ultraviolet (UV) light has become an increasingly popular alternative to the use of chemical products for disinfection. Due to its germicidal effect, its different wave spectra are suitable for a possible action against SARS viruses- CoV 2. Additionally, removing the stigma of its exclusive use for the medical area, since its use is more practical and economical. Considering these premises, a compact space and surface sanitation system was developed, which also supports the mitigation of trash production. The system consists of a sanitizing tower for ultraviolet radiation (UV-C), composed by an electronic circuit integrated in the structure and with remote control by application, also guaranteeing protection for the consumer.

KEYWORDS: Ultraviolet radiation; COVID-19; Hygienization.

1 | INTRODUÇÃO

A propagação do Covid-19 e a rápida disseminação mundial fez com que as instituições de ensino interrompessem abruptamente suas atividades presenciais em março de 2020 devido ao estado de Pandemia pela disseminação do novo Coronavírus (SARS-CoV-2). No contexto nacional o Brasil tem passado muitas dificuldades para enfrentar a pandemia e flexibilizar a retomada das atividades socioeconômicas, pois estas implicam em garantir a integridade física, criação de protocolos e a publicação de decretos e legislação específica sobre a rotina, distanciamento social e higienização de objetos, superfícies e espaços para prevenir a propagação do vírus na sociedade [1].

O Brasil encontra-se em declarado estado de calamidade pública, passando a ser gerido através de decretos federais, estaduais e municipais, como por exemplo, a Lei nº 20.189 [2] no estado do Paraná, que define a obrigação do uso de máscaras em lugares fechados, distanciamento entre pessoas entre outros.

No município de Foz do Iguaçu foi publicado o decreto no 28.696, de 6 de novembro de 2020, o qual estabelece de forma condensada que é possível a retomada das aulas presenciais nas instituições de ensino com seus respectivos protocolos e medidas sanitárias, entre estas enfatizando-se na higienização e/ou troca de máscaras a cada duas horas e o persistente ênfases na higienização dos ambientes utilizados na sala de aula [3].

Em conformidade com as recomendações do MEC [4] para o retorno as aulas, deve-se higienizar as salas de aula a cada 2 horas. Este fato acaba por encarecer os custos para limpeza, pois há uma necessidade de muitos profissionais para conseguir manter tal frequência.

Segundo a ANVISA [5] a limpeza e desinfecção de superfícies são elementos

primários e eficazes nas medidas de controle para romper a cadeia epidemiológica das infecções. Além disso, garante aos usuários uma permanência em local limpo e em ambiente com menor carga de contaminação possível, contribuindo com a redução da possibilidade de transmissão de infecções oriundas de fontes inanimadas.

O desenvolvimento de novos aparelhos para descontaminação de ambientes e superfícies vem ao encontro do aumento registrado de contaminados pelo novo Corona vírus a fim de evitar que a contaminação se propague com maior rapidez. Um procedimento que tem mostrado segurança e eficácia na inativação é a radiação ultravioleta [6].

A radiação ultravioleta é a fração do espectro eletromagnético que abrange comprimentos de onda que estão abaixo da luz visível para seres humanos. Esta se subdivide em três tipos, conforme o comprimento de onda, a luz UV-A cobre a faixa entre 320 a 400 nm, a UV-B entre 280 a 320nm e a UV-C entre 200 a 280nm [7].

A radiação UV-C é a mais danosa, pois tem a capacidade de destruir não só o RNA do vírus como também seu DNA, por isso é chamada de faixa germinicida [7]. Com isso, é importante que equipamentos que utilizam esta faixa de luz possuam dispositivos de segurança para que não exponha ninguém a luz, evitando danos de saúde aos operantes dos equipamentos.

Durante o ano de 2020, as pesquisas relacionadas ao uso da luz ultravioleta foram ampliadas, motivo pelo qual houve muito desenvolvimento científico e registro de várias patentes voltadas para sistemas de esterilização. Isto se deve à grande relevância com que se tem levado a higienização de todas as superfícies e objetos para evitar contaminações por vírus e bactérias. Portanto, serão comentados abaixo os desenvolvimentos considerados relevantes para este projeto.

Como forma alternativa às autoclaves, que são ferramentas comumente usadas em laboratórios para esterilização de materiais, a radiação ultravioleta germicida foi determinada uma aliada na descontaminação de vírus nos objetos. Segundo Castro [8], a eficácia desse método foi confirmada com uma série de vírus, incluindo o Sars-CoV-1, sendo considerada uma barreira secundária de limpeza de superfícies e ambientes. Desta forma, a UV-C poderá ser implantada como um reforço aos protocolos de desinfecção ambiental, embora a luz não alcance algumas áreas sombreadas.

Ueki [9] comparou placas expostas à luz UV-C, uma envolta em papel alumínio e outra diretamente direcionada à luz. O pesquisador constatou que na placa com exposição direta à luz não houve crescimento de colônias enquanto na placa protegida pelo papel alumínio havia crescimento de colônias. Logo, provou-se no experimento que a exposição de apenas 5 minutos à luz ultravioleta, de forma direta à superfície, já possui o efeito germicida.

Yang [10] comprovou a eficiência da Luz UV-C para o combate de diversas bactérias. O estudo mostra uma grande redução da presença de bactérias quando submetidas a 5 min de exposição a luz ultravioleta à uma distância de 3 metros. Ao testar em um ambiente

hospitalar, houve uma grande redução das bactérias em diferentes superfícies após 15 minutos de exposição a luz.

Segundo Noguee e Tomassoni [11], as fontes de radiação ultravioleta germicida já utilizadas para esterilização de equipamentos de laboratório podem ser calibradas para esterilização de máscaras e protetores faciais. E com as instruções necessárias podem ser implantadas em pequenas instalações ou pontos de atendimento para a utilização. Também destacam a importância de manter as máscaras de uso individual para que o usuário possa acompanhar a confiabilidade do material e saber a quantos ciclos de descontaminação seu equipamento foi submetido.

Para que haja eficiência na descontaminação, Benedetti [12] diz que a dose de radiação ultravioleta UV-C deve superar 1J/cm² por mais de 15 minutos. Segundo o autor, o principal inconveniente em relação a aplicação de radiação UV é a degradação da máscara, mas que conforme uma pesquisa da Universidade de Nebraska, as máscaras se deterioram antes por conta do uso do que pela exposição à radiação.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, estudantes desenvolveram um sistema inteligente de desinfecção por radiação ultravioleta (UV) de veículos usados no transporte de pacientes possivelmente infectados por COVID-19 [13]. Trazendo a radiação como um meio melhor de desinfecção, levando em consideração que a limpeza dos veículos com desinfetantes líquidos pode ter áreas que não são acessadas pelo produto e conseqüentemente não garantem total eficiência na descontaminação.

A patente ES 1255324 U, aborda um “Veículo com capacidade desinfetante” [14], o qual compreende uma cabine de passageiros com o teto, piso e algumas laterais, conformados por uma série de lâmpadas UV-C com comprimento de onda entre 207 e 222 nm.

A patente ES 1254354 U traz um “Dosímetro de radiação UV” [15], caracterizado por compreender uma estrutura com uma superfície interna na qual é disposto uma ou várias camadas de pó fluorescentes, os quais emitem luz visível em resposta a radiação UV a ser medida, além de contar com uma tampa protetora a qual impede interferência com a vizinhança. Este artefato é caracterizado por compreender uma janela orientada em direção as camadas do pó fluorescente e, além de incluir uma lâmina transparente à radiação UV sobre pós fluorescentes.

A patente ES 1253961 U aborda “Luminárias Led para Iluminação e Desinfecção de Vírus e Bactérias” [16] que consta de um suporte e uma primeira pluralidade de diodos emissores de luz os quais são configurados para a emissão de um comprimento de onda de 220 até 290 nm. O produto é reconhecido pois além da desinfecção emite uma radiação luminosa de 2700 a 6500 k, contando também com um dispositivo de controle que regula a iluminação dos diferentes tipos de luz e radiação, consumo de energia, tempos de exposição e doses de desinfecção.

A patente ES 1253745 U consiste de uma “Máquina de Desinfetado” [17]

caracterizada por compreender de uma plataforma capaz de se locomover autonomamente e contém um sistema de desinfecção conformado pela inserção de lâmpadas UV, a qual gera ozônio em combinação com o oxigênio do meio ambiente, ademais de possuir de elementos de proteção como sensores.

A luz UV-C descontamina apenas a superfície na qual entra em contato [11] por este motivo é necessário que todas as superfícies do ambiente sejam atingidas pela radiação, dado este fato foi desenvolvido um sistema de descontaminação que utiliza a radiação ultravioleta germicida (UV-C), consistindo em uma Torre que possui lâmpadas de radiação ultravioleta germicida, com uma base que encapsula o circuito e componentes eletrônicos.

Com a finalidade de trazer uma opção de descontaminação de ambientes mais econômica e que facilite o retorno das atividades após o período de isolamento social de forma segura, este projeto apresenta o desenvolvimento de um Torre de descontaminação por Luz UV-C para ambientes fechados como escritórios, salas de aula e afins.

Levando em consideração o fato de a luz ultravioleta ser maléfica ao ser humano, foi desenvolvido um aplicativo, que será disponibilizado junto à Torre de descontaminação por luz UV-C, para que o operador possa informar o tempo de descontaminação do ambiente e horário, bem como um sensor de movimento para que não ocorra o incidente de a lâmpada ligar com pessoas presentes no ambiente.

O produto desenvolvido nesse projeto foi um protótipo específico para a desinfecção de ambientes, visando a liberação do retorno às aulas e aos trabalhos, mas garantindo segurança a todos.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia usada para o desenvolvimento deste projeto envolveu 4 etapas principais, cada qual com subdivisões, conforme mostra a Fig. 1.

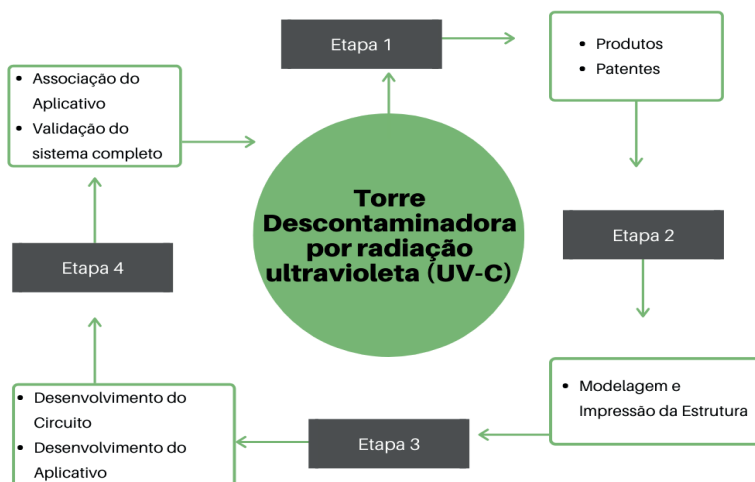


Figura 1: Fluxograma da metodologia de execução do projeto

Fonte: Autor

Na primeira etapa foi feita uma pesquisa bibliográfica contemplando referências bibliográficas, consulta de produtos e banco de dados de patentes existentes, com o objetivo de ter conhecimento das tecnologias existentes, bem como problemas a se evitar. Na segunda etapa foi realizada a modelagem da parte estrutural da Torre no software Autodesk Inventor® e montagem de sua estrutura que foi feita em parte por meio de uma impressora 3D (Ender 5 Plus®) e outra parte em peças de MDF cortadas a laser para encaixe. A montagem do circuito eletrônico e simulação, bem como desenvolvimento do aplicativo para acesso remoto e a inserção do circuito na estrutura foram realizadas na terceira etapa. Por fim, a quarta etapa consistiu em associar o aplicativo ao sistema e validar o sistema por completo.

3 | SISTEMA PROPOSTO

Nesta seção aborda-se o desenvolvimento do sistema proposto que se encontra dividido em (2) Projeto e Desenvolvimento Mecânico e Estrutural e (1) Desenvolvimento do sistema embarcado, respectivamente apresentados.

3.1 Projeto e Desenvolvimento Mecânico e Estrutural

Foi realizado o desenvolvimento da Torre de descontaminação por Luz UVC visando sanar a necessidade de esterilização e segurança biológica de pequenos e médios ambientes como escritórios, salas de aula, laboratórios e pequenos estabelecimentos. Visando proporcionar facilidade de fabricação do objeto, foram realizadas duas versões de

fabricação: por impressão 3D e por corte a laser via MDP. Buscando apresentar praticidade de montagem, o design foi feito seguindo a forma de encaixes em que cada componente possa ser facilmente encaixado em seus dependentes. Um exemplo disso é a figura 2, representando uma peça em vista 2D. Ao total, são nove designs de corte e três designs para impressão 3D. No protótipo, foram usados os seguintes materiais: PLA (poli ácido-lático) para impressão 3D, madeira MDP (medium density particleboard) e tubos conectores de PVC (policloreto de vinila).

Sendo as primeiras versões do protótipo feito com um design para impressão 3D, após análise de tempo e material, foi decidido a escolha de fazer a maioria das peças por corte a laser, visando manter a qualidade e resistência do protótipo.

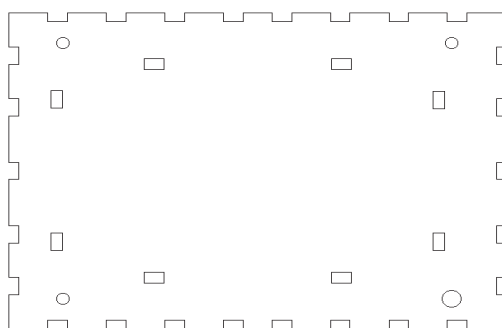


Figura 2: Desenho 2D da base da torre UV-C para corte em MDP

Fonte: Autor

3.2 Peças para corte a laser MDP

Dividindo grande parte do protótipo em peças para corte a laser do tipo MDP, onde cada peça encaixa uma na outra, obteve-se maior otimização de tempo e material na fabricação. Utilizando o método de encaixe (com denteções nos extremos), foi possível obter todas as peças necessárias para a montagem do protótipo em uma tarde. A Figura 3 mostra a vista da base, com as paredes externas e internas (caixa da eletrônica) para dar a perspectiva de como o sistema foi montado.

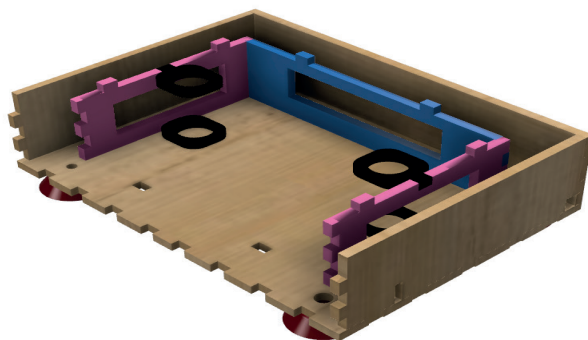


Figura 3: Vista do Protótipo.

Fonte: Autor

As peças de corte foram compostas por quatro paredes externas, quatro paredes internas (com abertura para passagem de ar), uma base, uma tampa interna, uma tampa externa e quatro suportes de sustentação para o tubo conector de PVC. Um outro exemplo é a figura 4, onde é possível ver a tampa interna onde se encaixa os suportes de lâmpadas e onde os tubos de PVC são passados. Montando todos os componentes corretamente, obteve-se o sistema conforme a figura 5.

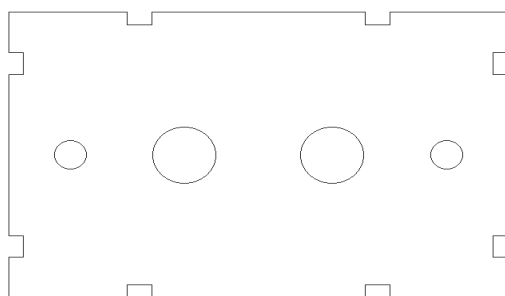


Figura 4: Tampa Interna do sistema (vista superior e desenho 2D).

Fonte: Autor

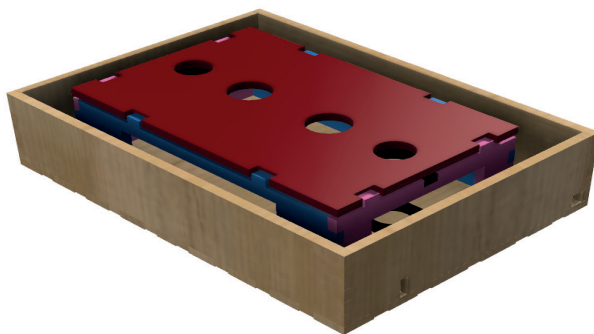


Figura 5: Protótipo montado com as peças obtidas pelo corte a laser.

Fonte: Autor

3.3 Peças para Impressão 3D

Compondo as bases do protótipo, algumas peças de montagem foram fabricadas via impressão 3D. Sendo elas: os pés de suporte e sustentação, suporte inferior para a lâmpada UV-C e o suporte superior para a lâmpada UV-C.

Para dar sustentação e estabilidade para o protótipo, foi criado pequenas bases (pés) em cada extremidade, seguindo com a ideia de fabricação via impressão 3D. Ao total, foram utilizadas quatro unidades dessa peça, que possui design para conectar a base do sistema com a tampa externa, de modo que, através de um parafuso M6, possa deixar o sistema todo fechado. Como mostra a figura 6, a peça possui um design otimizado para facilitar a fabricação e montagem do protótipo. Tendo, em sua parte superior, um encaixe para porca do parafuso M6 que possibilita a regulagem e nivelamento do conjunto.

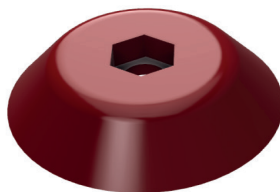


Figura 6: Base (pé) de sustentação do protótipo.

Fonte: Autor

Para exemplificar a montagem das peças obtidas por corte a laser e por impressão

3D, a figura 7 representa o sistema da base do protótipo com os pés de base. Unindo os dois métodos de fabricação, foi possível obter um sistema prático e, que se necessário, possibilita a modificação, ou aprimoramento, do objeto.



Figura 7: Base do protótipo, obtido por corte a laser, com as pequenas bases de sustentação (pés) obtidos por impressão 3D.

Fonte: Autor

Pensando em um design simples e de fácil fabricação, o suporte inferior é o componente onde sustenta a lâmpada UV-C e o contato elétrico dela (Figura 8.a). Já o suporte superior, possui o design semelhante ao inferior, se diferenciando apenas por ter uma curvatura em sua base, possibilitando a montagem do apoio do tubo de PVC (Figura 8.b). O suporte inferior possui encaixe na extremidade de baixo que se conecta com a tampa do sistema (demonstrado na figura 4) formando um sistema conforme a Figura 9.

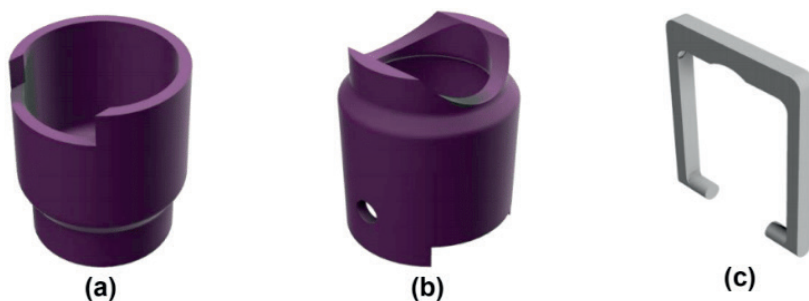


Figura 8: Demonstrativo do (a) suporte inferior, do (b) suporte superior e do (c) suporte de apoio.

Fonte: Autor

Foi realizado um furo nas duas faces do suporte superior para ser possível a montagem do apoio do objeto com o tubo, facilitando a estabilidade da montagem. Esse suporte pode ser visto na Figura 8.c.

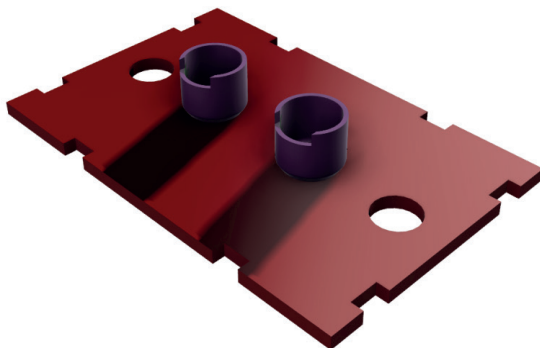


Figura 9: Conjunto da Tampa Interna (obtida por corte a laser) com o Suporte Inferior (obtido por impressão 3D).

Fonte: Autor

3.4 Tubos de PVC (policloreto de vinila)

No processo final, foram utilizadas três peças de tubos de PVC (policloreto de vinila), dois laterais e um superior. Com a finalidade de servir como uma barra para evitar contato do usuário com a lâmpada, os tubos além de proteger o sistema, serve também de sustentação.

Sendo um diâmetro de aproximadamente 22 milímetros, os tubos laterais possuem 540 milímetros de comprimento e o tubo superior com a medida de 165 milímetros de comprimento. Após realizadas essas medidas, foi realizado um corte de 45 graus de angulação em uma das extremidades de cada tubo lateral e nas duas extremidades do tubo superior, conforme a Figura 10.a. Feito isso, foram montados em formato de “U” para fechar o sistema de sustentação do protótipo, conforme a Figura 10.b. Por fim, após a montagem correta e uso dos componentes, o protótipo deve apresentar a forma da Figura 10.c.

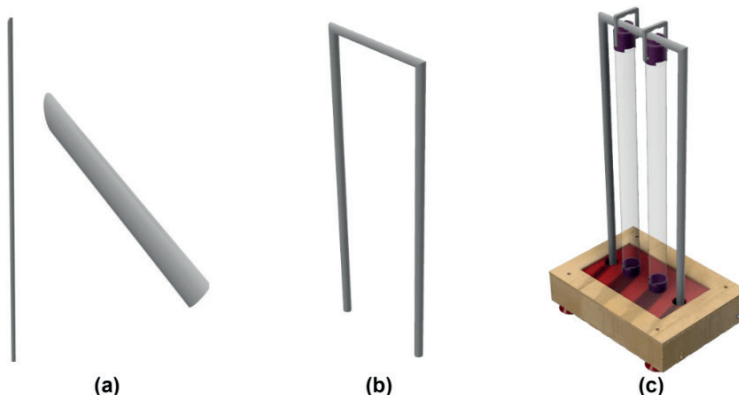


Figura 10: Demonstrativo do (a) Sistemático dos tubos de PVC (policloreto de vinila), (b) Tubos de PVC devidamente encaixados e (c) Torre UV-C montada.

Fonte: Autor

3.5 Desenvolvimento do Circuito Eletrônico

Este capítulo apresenta o circuito eletrônico desenvolvido dividido em fonte de alimentação, circuito de processamento e controle, assim como o circuito de comunicação e a descrição de funcionamento de cada um.

A fonte de alimentação é responsável por gerar os valores de tensão fixos necessários para o correto funcionamento dos dispositivos eletrônicos. A mesma foi projetada para operar com tensão de entrada de 90 a 240VAC e fornece os valores fixos de 12, 5 e 3,3Vcc. Desenvolvida com o circuito integrado da família TinySwitch produzido pela Power Integrations opera na topologia Flyback garantindo o isolamento do secundário que realiza a leitura do feedback por meio de um foto-acoplador.

O circuito de processamento e controle possui como microcontrolador o Atmega328p, mesmo microcontrolador de um Arduino UNO. Esse sistema é responsável por monitorar as condições de funcionamento do sistema além de atuar como mediador entre o App, que será descrito em seguida, e o sistema de higienização. Pensando em atender as necessidades de segurança e controle das cargas, foram definidas as conexões de entradas e saídas. Como entrada a microswitch provê segurança mecânica ao sistema, tendo em vista que é acionada quando a tampa da caixa é aberta estando a lâmpada UV-C acesa. Quando o microcontrolador recebe o sinal proveniente do microswitch, esse, imediatamente, desliga a lâmpada UV-C e evita que o operador tenha contato com a luz ultravioleta.

Foi prevista também uma entrada para um sensor com saída analógica de 0 a 5V que pode ser implementado para verificação de presença ou medidor de temperatura ambiente, assim como um borne de conexão para o MAX6675 que é um drive para termopar tipo K, o qual realiza o monitoramento de temperatura das lâmpadas UV-C. O controle de

temperatura é necessário e garante a segurança contra sobre temperaturas ocasionadas pela operação contínua da lâmpada UV-C.

Foram previstos dois bornes (J8 e J9) de conexão para os dois servo motores SG90 que tem o papel de girar as máscaras de modo que toda a superfície das mesmas possa ser tocada pela luz UV emitida pela lâmpada, assim como uma interface de acionamento de carga em corrente contínua de 12V através de um mosfet IRFZ44N e a de acionamento em corrente alternada através de um triac TIC216 que realiza o acionamento do reator das lâmpadas UVC.

O circuito de comunicação com a internet utilizado é o controlador de internet sem fio ESP01, que se comunica com o ATmega328p através do borne J5, a interface entre o ESP e o ATmega é composta por um divisor resistivo com a finalidade de compatibilizar a comunicação realizada entre os 5V utilizados no ATmega e os 3,3V do ESP01. O circuito desenvolvido pode ser visto na Figura 11.

Caso os parâmetros de funcionamento do sistema estejam dentro dos padrões, o sistema passa a receber os comandos provenientes do usuário através do App. Esses comandos envolvem valores relacionados às preferências de higienização das máscaras.

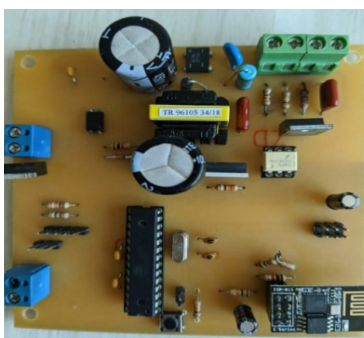


Figura 11: Circuito desenvolvido.

Fonte: Autor

A lâmpada UV tem o papel de emitir ondas em frequência específica para higienização de superfícies e necessita do reator para que a tensão nela alcance valores altos necessários para o funcionamento desse componente.

3.6 Desenvolvimento do Aplicativo

O sistema é provido de um aplicativo que permite ao usuário controlar remotamente o equipamento através de uma conexão WiFi simples. A aplicação envia e recebe dados ao sistema de controle através de um protocolo web chamado MQTT. Isso permite que o usuário controle o funcionamento do aparelho em qualquer parte do mundo, desde que

tenha uma conexão WiFi. De maneira geral, o esquema da figura 18 a seguir mostra o funcionamento do sistema de controle e do App. Quando o usuário insere valores no App, estes são enviados ao sistema de controle através do MQTT e o sistema opera conforme as condições escolhidas.

O aplicativo possui 4 telas, a tela inicial, que apresenta as informações principais do projeto, a tela de acesso (a), onde o usuário poderá selecionar qual sistema ele deseja configurar e então será direcionado para a tela de controle (b) deste sistema, onde poderá preencher os seguintes parâmetros: (i) Tempo de Higienização: Tempo em que o sistema de higienização permanecerá ligado; (ii) Intervalo: Tempo entre cada período de higienização em que o sistema de potência está desligado e (iii) Ciclos de Higienização: Quantas vezes o sistema repetirá o ciclo Higienização-Intervalo.

Depois de selecionar os parâmetros, o usuário é direcionado para a tela de funcionamento (c) do sistema que possui o tempo restante de funcionamento do sistema e status, mostrando pelo ícone da lâmpada, se o ciclo está na etapa de higienização (com a lâmpada ligada) ou no tempo de intervalo (lâmpada desligada). Além disso, há uma tela (d) disponível para ser acessada a qualquer momento pelo ícone do (i), nesta tela constam as informações dos responsáveis pelo desenvolvimento do aplicativo e contato, para caso o usuário esteja tendo problemas, solicitar ajuda. As telas acessadas pelo usuário no aplicativo encontram-se na Figura 12.

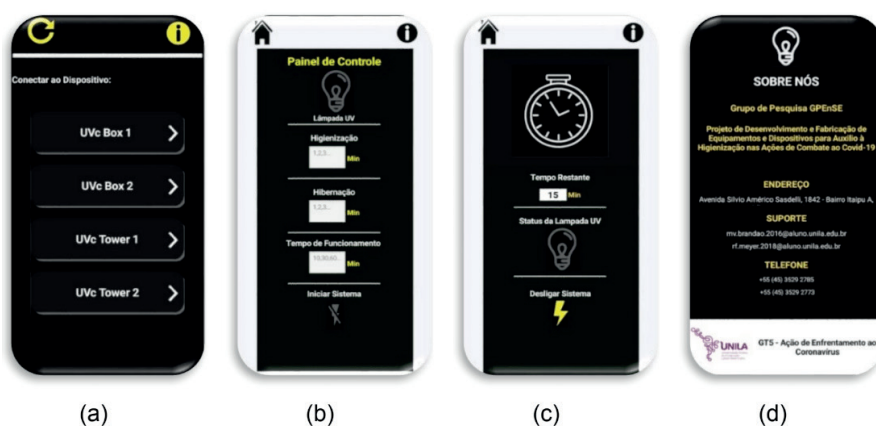


Figura 12: Telas do aplicativo.

Fonte: Autor

4 | ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

O sistema desenvolvido trata-se de uma torre de descontaminação por luz ultravioleta (UV-C) capaz de desinfetar ambientes contra o novo Corona vírus e outras bactérias para

que seja possível a utilização e permanência nestes.

A avaliação do protótipo foi realizada de forma funcional, verificando seu acesso remoto e controle pelo aplicativo bem como o funcionamento do sistema completo. Durante a realização do teste o sistema acionou de forma prevista, ligando a lâmpada e acionando o cooler para troca de ar entre o descontaminado e o contaminado.

Durante o andamento deste projeto de extensão de enfrentamento ao novo Corona vírus (SARS-CoV-2), a equipe enfrentou muitas dificuldades no decorrer das atividades, por conta, em parte, da falta de acompanhamento e apoio da instituição universitária. As impressoras 3D disponibilizadas precisavam de uma assistência técnica, a solicitação para esta assistência foi bastante complicada e demorada, também houve a falta de assistência financeira para aquisição dos materiais e realização de testes laboratoriais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposta atende as especificações iniciais por ser uma solução funcional, de fácil prototipação e acessível, principalmente, quando comparada ao custo de sistema comercial.

A torre UVC foi desenvolvida com a finalidade de descontaminar o ambiente, como já existem algumas comercializadas para higienização de ambientes hospitalares, escolares, entre outros. Tendo como motivação ajudar no enfrentamento ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2) oferecendo mais segurança às pessoas que precisam trabalhar em ambientes fechados e expostos a vírus e bactérias, o protótipo tornou-se uma ferramenta funcional para a utilização durante o retorno às aulas e trabalhos, oferecendo mais segurança aos servidores e alunos da Universidade.

Destaca-se que o protótipo apresentou resultados satisfatórios quanto a sua funcionalidade e aplicação proposta. Porém, devido ao agravamento da pandemia e priorização no atendimento a demandas da sociedade local não foi possível realizar teste e validação microbiológica do dispositivo em operação.

Cabe destacar a importância da participação da comunidade na execução da atividade de extensão; o impacto e a transformação social proporcionada pela atividade de extensão e a contribuição da atividade de extensão na formação acadêmica dos estudantes envolvidos.

Por fim, o sistema de descontaminação que utiliza a radiação ultravioleta germicida (UV-C) trata-se de uma ferramenta alternativa de auxílio à proliferação de vírus e bacteriais em ambientes hospitalares e laboratoriais. Diante disso, visando auxiliar e contribuir no enfrentamento da Pandemia, os autores estão disponibilizando gratuitamente e na íntegra todos os documentos e materiais necessários para replicar e construir o dispositivo. Os conteúdos encontram-se disponíveis para download na página da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pelo link: <https://portal.unila.edu.br/doutorado/>

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Universidade Federal Integração Latino-Americana (UNILA), ao Programa Agenda Tríplice da UNILA, Programa de Pós-Graduação em Energia e Sustentabilidade (PPGIES), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Fundação Araucária (FAPPR) e ao Grupo de Pesquisa em Energia e Sustentabilidade Energética (GPEnSE) por disponibilizar a infraestrutura e fomento para esta pesquisa. Agradecemos também

REFERÊNCIAS

1. WERNECK, Guilherme Loureiro et al. La pandemia de COVID-19 en Brasil: crónica de una crisis sanitaria anunciada. **REPORTS IN PUBLIC HEALTH**, [S. l.], p. 1-4, 8 jul. 2020. DOI 10.1590/0102-311X00068820. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n5/es_1678-4464-csp-36-05-e00068820.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.
2. CASA CIVIL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Lei nº 20189, de 20 de abril de 2020**. -. [S. l.], 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.1nd\i=1&totalRegistros=64&anoSpan=2020&anoSelecionado=2020&mesSelecionado=0&isPaginado=true>. Acesso em: 4 nov. 2020.
3. FOZ DO IGUAÇU. **Decreto nº 28.696, de 6 de novembro de 2020**. Institui o Protocolo Sanitário, Administrativo e Pedagógico. [S. l.], 6 nov. 2020.
4. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Protocolo de Biossegurança, 2020. **Protocolo de Biossegurança para retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino**, [S. l.], 06 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>. Acesso em: 6 nov. 2020.
5. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA -ANVISA. Guia, 2012. **Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfícies**, Brasília, 1 jan. 2012. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/seguranca-do-paciente-em-servicos-de-saude-limpeza-e-desinfeccao-de-superficies>. Acesso em: 6 nov. 2020.
6. DEFESANET (Brasília). Cobertura Especial. Descontaminação de ambientes e superfícies com Luz Ultravioleta: Medida Eficaz de Combate ao COVID-19. *In*: DEFESANET (Brasília). Cobertura Especial. **Descontaminação de ambientes e superfícies com Luz Ultravioleta: Medida Eficaz de Combate ao COVID-19**. [S. l.], 31 mar. 2020. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/pw/noticia/36281/>. Acesso em: 4 nov. 2020.
7. HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. ONDAS. *In*: HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; WALKER, Jearl. **Fundamentos de Física – vol.2 (Gravitação, Ondas e Termodinâmica)**. 9. ed. [S. l.]: LTC, 2011. v. 2, cap. 16,17, p. 115-181.

8. CASTRO, Carla Cecília Lira Pereira *et al.* ADAPTAÇÃO DOS CIRURGIÕES-DENTISTAS FRENTE À AMEAÇA DA COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], 2 set. 2020. DOI <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-035>. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/16029>. Acesso em: 4 nov. 2020.
9. UEKI, Suely Yoko Mizuka *et al.* Monitoramento em cabine de segurança biológica: manipulação de cepas e descontaminação em um laboratório de micobactérias: Biological safety cabinet monitoring: strains manipulation and decontamination in a mycobacteria laboratory. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, [s. l.], 1 ago. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-24442008000400005&script=sci_arttext. Acesso em: 4 nov. 2020.
10. YANG, Jui-Hsuan *et al.* Effectiveness of an ultraviolet-C disinfection system for reduction of healthcare-associated pathogens. **ScienceDirect**, [s. l.], 18 set. 2017.
11. NOGEE, Daniel; TOMASSONI, Anthony J. Concise Communication: Covid-19 and the N95 Respirator Shortage: Closing the Gap. **The Society for Healthcare Epidemiology of America**, [s. l.], 28 mar. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340608895_Concise_Communication_Covid-19_and_the_N95_Respirator_Shortage_Closing_the_Gap. Acesso em: 4 nov. 2020.
12. BENEDETTI, Rubén. ¿Descontaminar y reutilizar un EPP descartable? Las mascarillas N95 en tiempos de pandemia. **UNR**, [s. l.], 1 jul. 2020. Disponível em: <http://rephip.unr.edu.ar/bitstream/handle/2133/18085/Esterilizar%20y%20reutilizar%20un%20EPP%20descartable-1.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 4 nov. 2020.
13. RUBIO, Juan C. Campos; VIEIRA, Luciano M. G. Determinação da variáveis de exposição para um sistema de desinfecção por radiação UV. **Acta Mechanica et Mobilitatem**, [s. l.], v. 5, 2020. Disponível em: <http://amm.demec.ufmg.br/index.php?journal=revista&page=article&op=view&path%5B%5D=75&path%5B%5D=82>. Acesso em: 6 nov. 2020.
14. N/D., N/D. **Vehículo con capacidad desinfectante** ES 1255324 U. Depósito: 7 ago. 2020. Concessão: 29 out. 2020. Disponível em: <https://bopiweb.com/vehiculo-con-capacidad-desinfectante/3570933/>. Acesso em: 4 nov. 2020.
15. LLEDO ILUMINACION SA, . **Dosímetro de radiación UV** ES 1254354 U. Depósito: 24 ago. 2020. Concessão: 20 out. 2020. Disponível em: <https://bopiweb.com/dosimetro-de-radiacion-uv/3559426/>. Acesso em: 4 nov. 2020.
16. SUTELCO, S.A., . **LUMINARIA LED PARA ILUMINACION Y DESINFECCION DE VIRUS Y BACTERIAS** ES 1253961 U. Depósito: 12 jun. 2020. Concessão: 16 out. 2020. Disponível em: <https://bopiweb.com/luminaria-led-para-iluminacion/3556814/>. Acesso em: 4 nov. 2020.
17. ARBOREA INTELLBIRD S.L., . **MAQUINA DE DESINFECCION** ES 1253745 U. Depósito: 3 mar. 2020. Concessão: 13 out. 2020. Disponível em: <https://bopiweb.com/maquina-de-desinfeccion/3552399/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

CAPÍTULO 2

ENSINO ONLINE: DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM ENSINO DE TECNOLOGIA

Data de aceite: 17/02/2021

Anna Cristina Barbosa Dias de Carvalho

Faculdade de Tecnologia de Itaquera
<https://orcid.org/0000-0002-2648-4723>

RESUMO: A Pandemia de Covid-19 pegou a todos de surpresa. Em menos de um mês foi necessário ficar em casa e as atividades tradicionais da vida foram interrompidas: trabalho, escola, relações sociais e atividades familiares. As empresas tiveram que fechar as portas, escolas colocaram professores em férias e somente algumas atividades continuaram funcionando para manter a sobrevivência das pessoas. As Universidades e faculdades também passaram por essa situação. Foi necessário repensar como continuar desenvolvendo suas atividades a partir de uma realidade negativa de saúde pública. Foi uma decisão muito rápida e que não deu tempo de planejamento ou preparo adequado, tanto para alunos como professores. Uma grande oportunidade para mudar paradigmas e iniciar um novo ciclo de aprendizagem para comunidade acadêmica. Foram desenvolvidas atividades em disciplinas de gestão da produção, organização industrial, gestão da qualidade e ambiental e administração geral. Eram 200 alunos divididos em 8 turmas com perfil diferente de idades e atuação profissional. O presente trabalho tem por finalidade apresentar o desenvolvimento de disciplinas desenvolvidas em uma faculdade de tecnologia no estado de São Paulo, durante o

período da pandemia, com o uso de tecnologias digitais e metodologias ativas. Relatar as experiências e resultados obtidos durante o Ano de 2020.

PALAVRAS - CHAVE: ensino online, metodologias ativas, tecnologia

ONLINE LEARNING: OPORTUNITIES AND CHALLENGES ON TECHNOLOGY LEARNING

ABSTRACT: The Covid-19 Pandemic took everyone by surprise. In less than a month it was necessary to stay at home and the traditional activities of life were interrupted: work, school, social relationships and family activities. Companies had to close their doors, schools put teachers on vacation and only a few activities continued to function to maintain people's survival. Universities and colleges have also gone through this situation. It was necessary to rethink how to continue developing its activities based on a negative public health reality. It was a very quick decision and did not provide adequate planning or preparation time, both for students and teachers. A great opportunity to change paradigms and start a new learning cycle for the academic community. Activities were carried out in disciplines of production management, industrial organization, quality and environmental management and general administration. There were 200 students divided into 8 classes with a different profile for ages and professional performance. This paper aims to present the development of disciplines developed at a technology college in the state of São Paulo,

during the pandemic period, with the use of digital technologies. Report the experiences and results obtained during in the year 2020.

KEYWORDS: online learning, active methodologies, technology

INTRODUÇÃO

A Pandemia de covid-19 trouxe uma série de incertezas e medos. O vírus surgiu na China e se espalhou pelo mundo num período de dois meses. Ele não foi percebido pelos governos e com isso ao chegar nos países provocou um caos.

Não se sabia nada sobre o vírus e o que ele podia causar, primeira providência foi isolar a todos para reduzir a possibilidade de contágio. Somente instituições essenciais ficaram autorizadas de funcionar como: supermercados, logística desses supermercados, farmácias e logística dos mesmos, postos de gasolina.

As escolas e universidades também tiveram que se reinventar. Não podiam desenvolver atividades presenciais, porém nem todas já possuíam estrutura e conhecimento para trabalhar a distância. Foi preciso utilizar plataformas que já existiam e que estavam à disposição para testar como trabalhar com ensino online.

Os professores diante da situação tiveram que se reinventar. Procurar alternativas para desenvolver suas aulas com outras ferramentas e outra forma de interagir com os alunos. Essa reinvenção foi interessante porque forçou os professores a procurarem novas formas para apresentar seus conteúdos. Apesar de todas as incertezas trazidas pela situação, foi possível buscar novas tecnologias, metodologias e formas de aprendizagem diferenciadas.

As metodologias ativas surgem como uma das ferramentas mais adequadas para esse período. Elas estavam presentes em muitas atividades e escolas, mas alguns professores não admitiam a ideia de sair de suas práticas tradicionais para começar a entender como os alunos aprendem melhor e de forma significativa.

Uma ótima oportunidade de mudança e desenvolvimento de novas habilidades para alunos e professores. Conhecer o desconhecido e ter que lidar com suas exigências é uma coisa que causa muito desgaste e estresses. Tanto alunos como professores tiveram diversos problemas de adaptação, pois não estavam acostumados a terem que mudar sem a opção de escolha.

Época difícil porque existia a incerteza na área de saúde, financeira e social. Todos tiveram que ficar isolados e a interação tão necessária não podia ocorrer. O objetivo desse trabalho é apresentar a experiência vivida durante o ano de 2020 em uma Faculdade de Tecnologia de São Paulo, com 8 turmas de 3 cursos diferentes de tecnologia. As Disciplinas na área de gestão e os cursos na área de mecânica e informática.

METODOLOGIAS ATIVAS

As Metodologias ativas são utilizadas para tornar a relação de aprendizagem muito mais significativa. Elas ajudam a professores e alunos a entenderem a nova sistemática que está sendo desenvolvida no mundo do trabalho.

Existe uma relação diferenciada de habilidades e competências a serem desenvolvidas pelos novos profissionais no século XXI. Essas habilidades foram descritas pelo Fórum econômico Mundial como sendo (Centre, 2020):

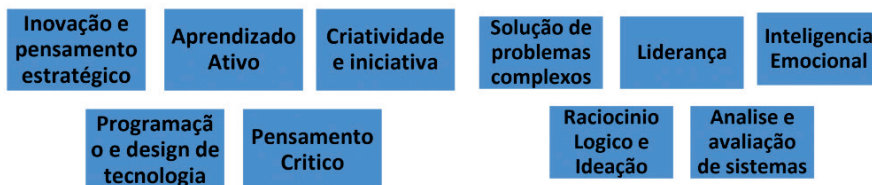


Figura 1 – Habilidades e competências do Século XXI

Fonte: CENTRE FOR THE NEW ECONOMY AND SOCIETY, 2018

Essas habilidades não podem ser desenvolvidas em disciplinas tradicionais, pois elas somente apresentam e avaliam conteúdo. Essa é uma prática desenvolvida na sociedade industrial, onde a característica do mercado era o desenvolvimento de conteúdos através da divisão, como pregado por Taylor, Fayol e Weber (Chiavenato, 2012).

Uma teoria apropriada para o desenvolvimento da época, mas que se modificou com a chegada das novas tecnologias e as novas exigências nas relações comerciais do século XX.

O novo mercado exige uma postura muito mais multidisciplinar, mais proativa e empreendedora. O aprendizado não pode ser desenvolvido somente nas formas tradicionais, mas na busca contínua por conhecimentos e melhorias nas oportunidades de negócios. Existe uma preocupação muito maior com as questões que envolvem a sociedade e suas relações com o mundo do trabalho, qualidade de vida, responsabilidade social e qualidade ambiental (Centre, 2018).

Uma das habilidades citadas no fórum econômico mundial é o senso crítico e a criatividade. Elas duas auxiliam no desenvolvimento de outras como: empreendedorismo, liderança e a busca de soluções para problemas complexos. Elas são importantes para as melhorias que necessitamos nas diversas áreas do conhecimento como: saúde, educação, infraestrutura, relações humanas e relações internacionais. Precisam ser desenvolvidas em cada etapa de aprendizagem e ensino por onde passa o indivíduo.

As metodologias ativas são as ferramentas para se conseguir envolver os alunos

nessa mudança tão importante pelo qual passa o mundo do trabalho e das relações sociais. Elas auxiliam no processo de ensino aprendizagem fazendo com que ocorra de forma significativa.

Elas tornam o aluno o protagonista de sua aprendizagem. A sala de aula passa a ser um ambiente de busca e troca de conhecimentos, onde o professor passa a ser um mediador do processo ensino-aprendizagem. O aluno passa a utilizar todas as suas funções como: emocionais, mentais, físicas. Ele irá refletir, questionar, raciocinar e desenvolver soluções para situações do cotidiano (Garcês, 2018).

Através de atividades diversas é possível fazer com que o aluno se envolva em projetos que vão ajuda-lo na formação do conhecimento. São muitas as formas de desenvolver atividades com os alunos (Carvalho,2020):

- Estudo de Caso – essa é uma metodologia muito conhecida no ensino superior. São questões reais que foram pesquisadas e a partir de leitura, discussão e análise é possível verificar aplicação das teorias estudadas e a melhoria a ser aplicada a outras situações. Fazendo com que os alunos desenvolvam várias habilidades, como: senso crítico, capacidade de análise, abstração, capacidade de síntese, trabalho em grupo, administração do tempo;
- Dinâmicas – são atividades controladas que colocam o aluno em situações onde precisa tomar decisões e utilizar a criatividade. Elas são formas lúdicas de auxiliar o aluno a entender uma situação, tomar decisões e com isso fazer uma análise daquilo que podem vivenciar;
- Aula Invertida – essa é uma modalidade que tem sido aplicada com a utilização com o uso da tecnologia. Os alunos preparam assuntos que serão estudados em sala de aula. E a sala de aula passa a ser um local de debate e esclarecimento de dúvidas. Com isso os alunos possuem um leque de oportunidades para buscarem novos conhecimentos. Elas são aplicadas de diversas formas, de acordo com a instituição;
- Filmes – o uso de filmes é muito interessante porque é uma atividade lúdica, que pode ser desenvolvida em sala de aula para aprender como fazer gerenciamento, como atuar com pessoas, para entender situações as mais diversas;
- Jogos – são muito utilizados porque envolve o grupo em atividades lúdicas e pode auxiliar o entendimento de situações problemas ou críticas. Ele ajuda a entender como as emoções estão envolvidas no dia-a-dia das empresas e da vida de quem toma decisões.

Existem outras atividades que têm sido desenvolvidas por professores ao longo desse período de pandemia e que podem ser utilizadas nas ferramentas online. Nesse trabalho será trabalhado o uso dessas metodologias que foram desenvolvidas ao longo das disciplinas em 2020 nos cursos aqui estudados.

METODOLOGIA

Nesse trabalho foi feita uma análise das disciplinas que a autora desenvolveu ao longo de 2020. Dessa forma foi utilizada a pesquisa-ação e estudo exploratório, pois a autora participou ativamente das atividades.

A pesquisa-ação é desenvolvida com base empírica, pois é obtida a partir de análise de situações vivenciada pelo pesquisador e levantada como hipóteses para serem investigadas (Gil, 2002).

Através dessas observações é possível levantar situações e análise para serem monitoradas em outros grupos semelhantes, aumentando assim o conhecimento sobre um determinado assunto. Essa é uma das utilizações da pesquisa exploratória (Gil, 2002).

Diante desses dois métodos, as observações foram feitas em 8 (oito) turmas de três cursos de tecnologia, são eles: tecnologia em Mecânica: processo de soldagem, Tecnologia em Automação Industrial e Tecnologia em Informática para gestão de Negócios. As disciplinas acompanhadas foram: Gestão da produção, Gestão da Qualidade e Ambiental, Administração geral e Organização Industrial.

As disciplinas de Organização Industrial e Gestão da produção estão no último ano do curso. A disciplina de Administração Geral está no primeiro ano do curso e Gestão da Qualidade e ambiental no segundo ano do curso. Elas são interessantes de serem analisadas porque Gestão da qualidade e ambiental e administração geral são do mesmo curso e são uma sequência. As outras duas são cursos diferentes, mas estão no mesmo período do curso e são de formação complementar a formação técnica.

As disciplinas são da área de gestão. Tem por objetivo desenvolver a capacidade de planejamento, análise e melhoria de situações das atividades desenvolvidas no dia-a-dia das empresas, além de apresentar ferramentas utilizadas no mercado para melhoria dos processos de produção.

Com essa finalidade as disciplinas foram desenvolvidas através de estudos de caso, utilização de filmes, aulas tradicionais, leitura de livro e apresentação de trabalhos.

Esse trabalho foi iniciado em fevereiro de 2020 presencial, sendo transformado em online em abril de 2020. O segundo semestre foi integralmente online. Foi utilizada a Plataforma Teams da Microsoft como estrutura para o desenvolvimento das disciplinas. No primeiro semestre o grupo de disciplina tinha 250 alunos e no segundo semestre 265.

Ao final dos dois semestres foi desenvolvida uma pesquisa que avaliava toda a estrutura da disciplina: professora, didática, aulas online, conteúdo, auto avaliação e solicitava sugestões de melhoria. No primeiro semestre foram respondidos 112 questionários, o que corresponde a 44,8 % dos alunos e no segundo semestre 146 o que corresponde a 55,09% dos alunos. São amostras significativas, que mostram uma avaliação importante das atividades desenvolvidas ao longo de 2020.

O quadro 1 descreve as disciplinas, cursos e locais das faculdades.

Disciplina	Curso	Semestre	Local
Administração Geral	Tecnologia em Informática para gestão e negócios	1º	São Bernardo do Campo
Gestão da Qualidade e Ambiental	Tecnologia em Informática para gestão e negócios	4º	São Bernardo do Campo
Organização Industrial	Tecnologia em Automação Industrial	5o	São Bernardo do Campo
Organização Industrial	Tecnologia em Automação Industrial	5o	São Paulo/ Itaquera
Gestão da Produção	Tecnologia em Mecânica: processos de Soldagem	5º	São Paulo/ Itaquera

Fonte: autora

Os alunos de Automação eram 90% homens e 10% mulheres nos dois locais (São Bernardo do Campo e São Paulo/ Itaquera). Os alunos de Gestão da produção eram 100% homens. Os alunos de Administração Geral e Gestão da qualidade e ambiental eram 60% homens e 40% mulheres.

Os alunos de São Bernardo, dos dois cursos, eram de classe B, com média de idade entre 25 a 50 anos. Os alunos de São Paulo – Itaquera, eram de classe C e D, com idade média entre 27 a 50 anos. Esse perfil é interessante porque tivemos o uso de tecnologia para ministrar as aulas. Os alunos de São Paulo – Itaquera tinham mais dificuldades com a tecnologia e 90% não tinha computador. Assistiam as aulas e faziam as tarefas pelo celular.

Nos itens a seguir serão descritas as atividades e as avaliações obtidas com os alunos.

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

As aulas foram montadas em uma sequência de conteúdo, mas ajustadas conforme as discussões que surgiam. Como por exemplo, trabalhar a importância da visão sistêmica trouxe a necessidade de se falar sobre mudança. Isso levou a utilização de um filme *Os Croods* da Pixar. Nesse filme é possível trabalhar questões de inovação, necessidade de mudanças e suas consequências. Valorização de conhecimentos antigos e sua adaptação a realidade. Também é possível trabalhar a visão individual de carreira, os medos, trajetória

e a necessidade iminente de mudança nos dias atuais.

Foi utilizada em uma outra atividade o filme *Recém-chegada*. Um filme que mostra diversas questões relacionadas com a tomada de decisão e os erros dessas decisões. Nesse filme também é encontrado todo o processo de desenvolvimento de produtos. É uma experiência interessante, pois os alunos vivenciam todo o processo de *design thinking* na prática e as consequências desse processo em uma empresa.

O Filme *Formiguinha Z* foi utilizado para falar de liderança, a capacidade de se desenvolver, aprender a lidar com o erro, todo o processo de liderança e o envolvimento do grupo. Além dos problemas mais sérios que a liderança pode causar se tomar decisões erradas.

O Filme *A Meta* foi utilizado para trabalhar os processos de produção, tipos de arranjos físicos, planejamento, visão sistêmica, conceitos de gargalo e balanceamento de produção. Conhecimentos de recursos e a necessidade da multidisciplinaridade para tornar o processo produtivo mais eficiente.

O Filme *Wall-E* foi utilizado para trabalhar as questões de consumo, meio ambiente e a relação das atitudes de pessoas e empresas nas consequências no planeta, na economia, na vida das pessoas. Também foi trabalhado o uso da tecnologia como uma forma de auxílio a melhoria de vida da população e não uma forma de exploração e retirada de postos de trabalhos.

As aulas foram estruturadas para ter um conteúdo, exercício de revisão e discussão. Dentro dos conteúdos foram usados artigos científicos que continham exemplos práticos, ou apresentavam o conteúdo para ser discutido utilizando a sala de aula invertida. Em alguns tópicos foi sugerido a pesquisa sobre um assunto em grupo e a apresentação em sala, com a discussão. Todas as aulas tinham atividades didáticas para que a aprendizagem fosse fixada e discussões para que houvesse uma busca do significado do conteúdo.

Também foram utilizadas notícias atualizadas e colocadas dentro do contexto dos conteúdos. O objetivo dessa atividade era ancorar os conhecimentos novos em fatos do cotidiano ajudando ao aluno a ter uma aprendizagem significativa.

Foram usados diversos vídeos com conteúdo curtos para complementar a teoria que estava sendo discutida, eles normalmente eram animados ou com atividades produtivas reais. Essa era uma preocupação com os vários níveis de capacitação das informações.

Ao longo da disciplina foi pedido para que os alunos interagissem através de trabalhos em grupos. Esses trabalhos foram feitos com questões, com artigos ou com tópicos a serem apresentados. Foram feitas atividades de jogos de perguntas e respostas para motivar a discussão de estudos de casos que haviam sido passados para análise.

Alguns pontos foram prejudiciais as atividades. Alguns alunos não tinham microfones para explicar suas atividades ou fazer colocações sobre o que estava entendendo das discussões. Alguns alunos não tinham ambiente adequado em casa para fazer apresentações por ter a família junto e um espaço muito pequeno. Outros tiveram

problemas no trabalho, tiveram que mudar os horários e participavam das aulas no ambiente do trabalho. Outros iniciavam as aulas em transito do trabalho para casa. Esses problemas foram mais constantes no segundo semestre de 2020. No primeiro semestre, a grande problemática foi lidar com a plataforma e ajustar a tecnologia disponível para participar das aulas.

Mas apesar de todos os problemas os resultados foram positivos. Através do auto avaliação feitas no 1º e 2º semestre de 2020, Na questões sobre a auto avaliação no primeiro semestre (adaptação as novas tecnologias) 23,2 % disseram que foram ótimos e 73,2% disseram que foram bom. No segundo semestre houve uma diferença entre os alunos que disseram que foram bons e ótimos. No segundo semestre a avaliação foi 52% dos alunos avaliaram que tiveram um bom desempenho e 24,7% avaliaram que tiveram um ótimo desempenho. A figura 1 mostra o resultado da questão sobre auto avaliação feita no 1º semestre de 2020 e a Figura 2 a avaliação feita no segundo semestre de 2020.

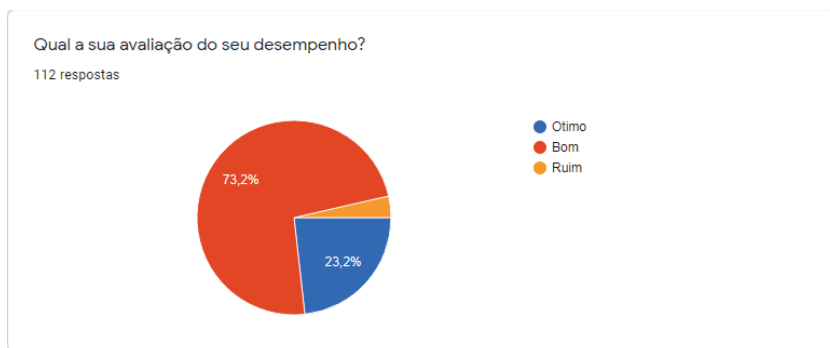


Figura 1– questão feita aos alunos sobre sua auto avaliação em 2020-1

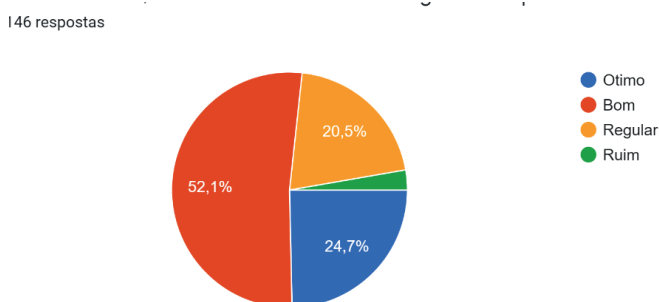


Figura 2,– questão feita aos alunos sobre sua auto avaliação em 2020-1

Fonte: pesquisa desenvolvida com os alunos em 2020.2

Essa avaliação é interessante, pois foi possível perceber uma certa inquietação quanto as aulas online e um perfil um pouco diferente dos alunos que estavam no primeiro semestre de 2020 e no segundo. Eles sempre colocavam em aula que era muito importante o contato com os colegas, a participação em sala e que online as vezes não havia toda essa interação. O cansaço do trabalho e o medo da pandemia também pode ter influenciando nesse desempenho.

Também foi perguntado sobre o desenvolvimento da Disciplina. Essa pergunta foi feita para identificar o poder de melhoria que as metodologias ativas podem ter sobre a aprendizagem e o envolvimento do aluno com o conteúdo que está sendo discutido.

Na figura 3 temos o resultado sobre a questão do desenvolvimento da Disciplina no 1º semestre e na figura 4 no 2º semestre de 2020.

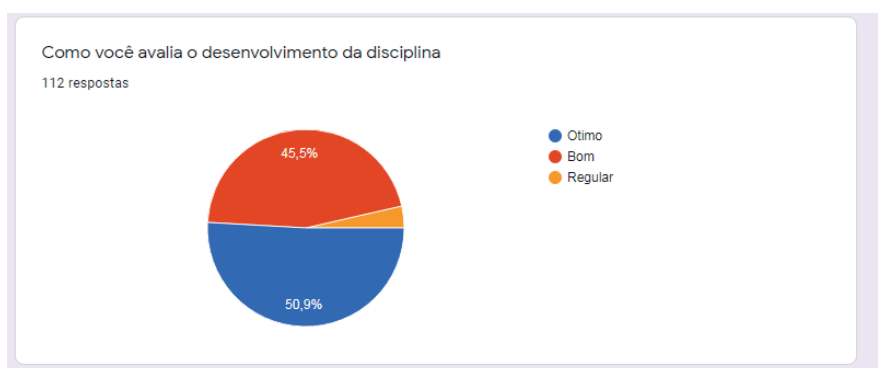


Figura 3– questão da pesquisa realizada com alunos em 20.1

Fonte: pesquisa com os alunos

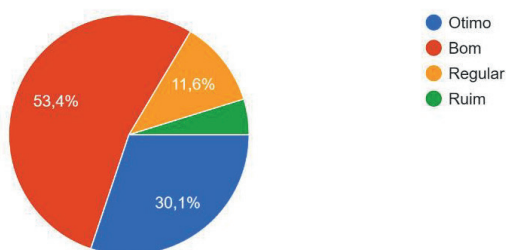


Figura 4 - questão da pesquisa realizada com alunos em 20.2

Fonte: pesquisa com os alunos

Essa questão mostra que tivemos um resultado muito bom no uso das metodologias ativas, mas queria ressaltar o crescimento de 11,6% que acharam o desenvolvimento regular

no segundo semestre. Foi pedido que os alunos comentassem se sua avaliação fosse regular ou ruim. Nesses comentários foi possível ver que alguns alunos têm dificuldades em lidar com a tecnologia e com as novas metodologias. Alguns deles escreveram que as aulas tinham que ser tradicionais, com o professor falando e os alunos escrevendo o que estavam vendo. Algumas questões podem ser levantadas nesse caso. Apesar da grande melhoria que se obtém com as metodologias ativas, alguns alunos não estão acostumados com a mudança e muitas vezes resistem a essa mudança. Por essa razão a grande preocupação na análise do perfil de aprendizado de cada um dos alunos, pois eles aprendem de forma diferente e precisam ser avaliados e orientados de maneira diferente, o que não é possível na realidade que temos hoje.

Uma outra questão levantada nos dois semestres foi como os alunos se sentiram com as atividades online. Essa foi uma questão que no primeiro semestre de 2020 veio como algo bom e que trouxe resultados que eles não esperavam. 80% dos alunos que responderam disseram ter ficados surpresos com a plataforma utilizada e com o desenvolvimento das disciplinas. Foi citado as dificuldades de acesso a internet, a falta de computador e a falta de disponibilidade de espaço para ficar a vontade em casa. Mas de uma maneira geral se sentiram bem e acolhidos com as aulas online.

No segundo semestre de 2020 tivemos 28,1% dos alunos que responderam a pesquisa que acharam ótimo a atividade online e 54,1% acharam bom. Desta vez houve uma quantidade maior de alunos que disser ter achado ruim ou regular as aulas online. A Figura 5 mostra a visão dos alunos quanto as aulas online no segundo semestre.

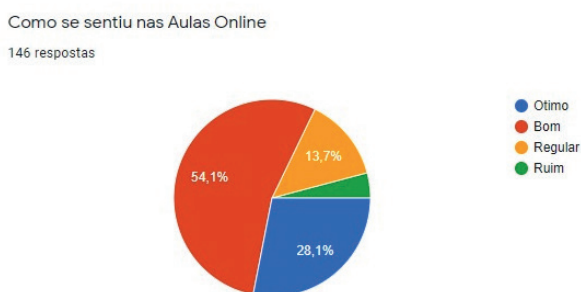


Figura 5 – Sentimento dos alunos sobre aulas online no segundo semestres2020

Fonte: pesquisa feita pela autora

Algumas razões levantadas pelos alunos para ter alguns problemas com as atividades online foram: muito trabalho passado pelos professores, inadequação de tecnologia (internet ruim, falta de computador, falta de conhecimento de tecnologia), não gostam dessa forma de aula e a falta de ambiente, em casa, para se concentrar nas aulas.

Uma das questões sugeridas para mudança foi a redução do número de atividades a serem realizadas semanalmente por cada disciplina e a mudança nas diversas apresentações que foram pedidas para que eles fizessem para discutir sobre os vários pontos da disciplina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem por finalidade apresentar o desenvolvimento de disciplinas desenvolvidas em uma faculdade de tecnologia no estado de São Paulo, durante o período da pandemia, com o uso de tecnologias digitais e metodologias ativas.

Foram desenvolvidas atividades em sala de aula com o uso das metodologias ativas e a tecnologia. Foi possível verificar através da pesquisa de avaliação nos dois semestres de 2020 que os alunos gostaram de poder participar de uma nova forma de desenvolvimento das disciplinas. Sentiram alguns problemas devido a falta de recursos tecnológicos, mas foi um aprendizado para suas atividades profissionais.

Ressaltaram a importância da utilização das metodologias ativas como uma forma de tornar o aprendizado mais significativo, fazendo com que a situação difícil de estar em isolamento e com dificuldades emocionais por conta da pandemia, mais agradável.

Durante as aulas foi possível perceber as inquietações emocionais dos alunos, por estarem com medo, por terem parentes doentes, por terem que trabalhar mesmo com a pandemia. As atividades desenvolvidas em sala de aula ajudaram a minimizar um pouco todas as inseguranças que estão postas na realidade da vida de cada um.

A pesquisa mostrou como o desenvolvimento da disciplina pode ter resultados positivos devido ao uso de metodologias ativas. Sem isso os alunos estariam com uma perda muito grande de aprendizagem.

Através da pesquisa foi possível levantar outras necessidades dos alunos como: o trabalho com vídeos, a busca de pesquisas abertas, discussões aplicadas de problemas trazidos da realidade do trabalho e uma melhor adequação dos trabalhos e das avaliações. Dessa forma a pesquisa continua para que seja possível identificar novas formas de utilização das metodologias ativas não só nas aulas online, mas nas presenciais também.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A C B D, O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS: UM ESTUDO DE CASO EM DISCIPLINAS DE CURSOS DE TECNOLOGIA EM SÃO PAULO. CAPÍTULO DO LIVRO, EDUCAÇÃO SUPERIOR: NOVOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI. ED.IGM, São Paulo, 2020

CENTRE FOR THE NEW ECONOMY AND SOCIETY, THE FUTURE OF JOBS REPORT 2018, Geneva Switzerland, ISBN 978-1-944835-18-7, Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2018.pdf, pesquisado em 01/03/2020.

CHIAVENATO, I. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO: O ESSENCIAL EM TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO. Ed. Manole, 2ª ed. São Paulo, 2012.

FILATRO, A. CAVALCANTI, C. C. METODOLOGIAS INOV-ATIVAS NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E À DISTÂNCIA. Ed. Saraiva, São Paulo, 2020.

GARCÊS, B.P. (org). APRENDIZAGEM CENTRADA NOS ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR. ED. EDIBRAS. Uberlândia – MG, 2018

CAPÍTULO 3

RECURSOS EDUCATIVOS DIGITAIS PARA A PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Data de aceite: 17/02/2021

Data de submissão: 04/02/2021

Natália Mendes de Melo Machado

Universidade Estadual de Ciências da Saúde
de Alagoas, Residência Multiprofissional em
Saúde da Família
Maceió – AL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8784-254X>

Monyque Hellen Teixeira de Jesus

Universidade Federal de Alagoas, Faculdade
de Nutrição
Maceió - AL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1644-7539>

Nayara Araújo Silva

Universidade Federal de Alagoas, Faculdade
de Nutrição
Maceió - AL

Adriana Toledo de Paffer

Secretaria Municipal de Saúde de Maceió – AL,
Gerência de Promoção e Educação em Saúde
Maceió - AL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1884-6736>

Kelly Walkyria Barros Gomes

Secretaria Municipal de Saúde de Maceió – AL,
Gerência de Promoção e Educação em Saúde
Maceió - AL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3351-2331>

Maria Helena Pereira de Santana

Secretaria Municipal de Saúde de Maceió – AL,
Gerência de Promoção e Educação em Saúde
Maceió - AL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9705-6304>

RESUMO: As medidas de isolamento social, devido à COVID-19, provocaram mudanças em diversos setores, inclusive na saúde pública. As limitações do contato presencial visando mitigar a disseminação da doença acarretaram em adaptações no cotidiano da população. Logo, instituições começaram a investir nas tecnologias de comunicação em rede para manter o contato e interação com a sociedade. Dessa maneira, para fortalecer as ações de promoção da alimentação adequada e saudável, em meio ao processo de distanciamento físico, é necessário investir na circulação de informação por meio das tecnologias digitais. O objetivo do presente estudo foi relatar a produção de recursos educativos digitais para trabalhar as ações de promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas pactuadas pelo Programa Saúde na Escola. Trata-se de um relato de experiência sobre a criação dos jogos educativos, que foi dividida em três etapas: 1) Oficina de capacitação para os profissionais da Gerência de Promoção e Educação em Saúde sobre a plataforma *online* de construção dos jogos; 2) Estruturação da metodologia de ensino para cada jogo de acordo com documentos norteadores e 3) Desenvolvimento dos jogos educativos digitais. Foram criados cinco jogos educativos digitais na plataforma *Google Forms®*. A utilização dessa plataforma possibilitou a realização das ações de promoção da alimentação adequada e saudável para o público pactuado no PSE, sendo vantajosa no processo de ensino e aprendizagem por se tratar de uma forma mais lúdica, interativa e criativa de desenvolvimento das ações. Ainda, foi possível planejar e realizar as ações no âmbito

do ensino remoto, fortalecendo-as em tempos de distanciamento social devido a pandemia da COVID-19. Conclui-se que a experiência possibilitou a aproximação e familiarização dos discentes e profissionais com as tecnologias digitais, havendo o reconhecimento da multiplicidade da construção de ferramentas para a promoção da alimentação adequada e saudável.

PALAVRAS - CHAVE: Promoção da Saúde. Educação Alimentar e Nutricional. Tecnologia da Informação e Comunicação.

DIGITAL EDUCATIONAL RESOURCES TO PROMOTE APPROPRIATE AND HEALTHY FOOD: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: The social isolation measures, due to COVID-19, caused changes in several sectors, including public health. The limitations of face-to-face contact aimed at mitigating the spread of the disease led to adaptations in the population's daily lives. Soon, institutions began to invest in network communication technologies to maintain contact and interaction with society. Thus, in order to strengthen actions to promote adequate and healthy food, in the midst of the physical distance process, it is necessary to invest in the circulation of information through digital technologies. The objective of this study was to report the production of digital educational resources to work on the actions to promote adequate and healthy food in schools agreed by the Health at School Program. This is an experience report on the creation of educational games, which was divided into three stages: 1) Training workshop for professionals in the Health Promotion and Education Management on the online platform for building games; 2) Structuring the teaching methodology for each game according to guiding documents and 3) Development of digital educational games. Five digital educational games were created on the Google Forms® platform. The use of this platform made it possible to carry out actions to promote adequate and healthy food for the public agreed in the PSE, being advantageous in the teaching and learning process because it is a more playful, interactive and creative way of developing actions. Still, it was possible to plan and carry out actions in the context of remote education, strengthening them in times of social distance due to the pandemic of COVID-19. It is concluded that the experience made it possible for students and professionals to get closer and familiarize themselves with digital technologies, recognizing the multiplicity of construction tools for promoting adequate and healthy food.

KEYWORDS: Health Promotion. Food and Nutrition Education. Information and communication technology.

1 | INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, chegou ao Brasil em 26 de fevereiro de 2020. O alto índice de transmissibilidade da doença fez com que esta fosse instituída como uma situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que está relacionado ao mais elevado nível de alerta do Regulamento Sanitário Internacional (CAETANO *et al.*, 2020).

Para diminuição da propagação da doença foi necessário o estabelecimento de

um conjunto de medidas preventivas, estando entre elas o isolamento social. Escolas, academias, faculdades, templos religiosos, entre tantas outras instituições, paralisaram suas atividades presenciais, ocasionando impactos não só sociais, como também na saúde e educação (ALMEIDA *et al.*, 2020; CARNEIRO *et al.*, 2020).

Dessa forma, já seriam esperadas mudanças em alguns comportamentos durante a pandemia, sendo um deles a alimentação. Alguns dos fatores que poderiam elevar alterações no comportamento alimentar seriam: a limitação na capacidade de compra de alimentos in natura, pela maior demanda em sair de casa com frequência; a possível diminuição de renda de algumas famílias, afetadas pela impossibilidade de exercer seus cargos por comporem grupos de risco ou pela perda de emprego (STEELE *et al.*, 2020).

Considerando que a alimentação compõe o conjunto de determinantes e condicionantes da saúde, e diante do cenário apresentado, surgem as propostas alternativas das práticas de educação em saúde para Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (CABRAL *et al.*, 2020).

Para continuar mantendo o contato com a comunidade e assim diminuir as limitações do distanciamento físico para a promoção da saúde, algumas instituições investiram nas tecnologias de comunicação em rede (VERMELHO *et al.*, 2014).

A presente realidade impõe refletir sobre as tecnologias digitais como possível artifício para a promoção da saúde. O recurso didático facilita o processo de ensino e aprendizagem e pode ser elaborado de forma virtual, sendo capaz de proporcionar a continuidade do ensino em saúde, o fortalecimento das ações de promoção da saúde, além de possibilitar uma forma mais interativa de se fazer educação em saúde (ANTONIOLLI, 2019).

Neste contexto, onde emerge a problemática de execução das ações de Promoção da Saúde, o objetivo do estudo foi produzir material educativo digital com a elaboração de jogos para trabalhar as ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nas escolas pactuadas no Programa Saúde na Escola.

2 | METODOLOGIA

2.1 Tipo de Estudo

Trata-se de um relato de experiência da Gerência de Promoção e Educação em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió - AL, sobre a elaboração de jogos educativos digitais para trabalhar a temática da Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no Programa Saúde na Escola (PSE).

2.2 População/Amostragem

O público alvo deste estudo foram os estudantes das creches e escolas da rede municipal de Maceió-AL pactuada no PSE.

2.3 Desenvolvimento do Jogo Educativo Digital

O desenvolvimento dos jogos se deu por três etapas.

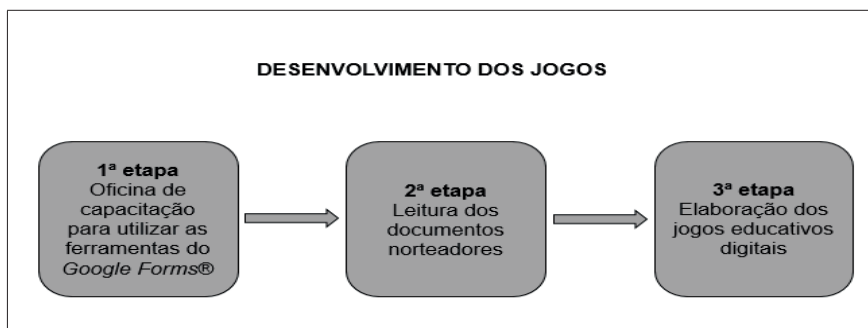


Figura 1. Etapas de desenvolvimento dos jogos educativos digitais.

Fonte: Autoria própria.

2.3.1 Primeira etapa: oficina de capacitação com os autores sobre como utilizar as ferramentas do Google Forms®

A oficina teve duração de 2 dias e se baseou em uma *live* em que a líder do grupo de educadores do *Google*®, Roberta Mazzariol Volpe Aquino, apresentou o método de utilização da plataforma *Google Forms*®. Os conteúdos ministrados foram: como criar formulários e testes, aplicação para coleta de dados (termômetro de emoções), caminho não linear (criação de jogos educativos digitais), rubricas de avaliação, criação de desafio digital e *storytelling*.

2.3.2 Segunda etapa: leitura dos documentos norteadores para definir a metodologia de ensino que atenderia melhor a cada fase de desenvolvimento

Como base para a escolha da metodologia, foram utilizados os cadernos de atividades desenvolvidos por diversas instituições e de autoria do Ministério da Saúde, como Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para educação infantil (BRASIL, 2018a), ensino fundamental I (BRASIL, 2018b) e II (BRASIL, 2019), Passo a Passo Programa Saúde na Escola (BRASIL, 2011), Metodologia de Trabalho em Grupos para Ações de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2016), e Comer bem e melhor, juntos (UNICEF, 2019), visando obter direcionamento sobre as regras e o conteúdo que se desejava explanar, esta etapa teve duração de 2 semanas. Além disso, foram utilizados como norteadores de conteúdos a serem tratados, o Guia Alimentar para População Brasileira (BRASIL, 2014), o Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 anos (BRASIL, 2019b) e a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2018c).

2.3.3 Terceira etapa: Elaboração dos jogos educativos digitais

Foram construídos em um período de 2 semanas, cinco jogos educativos digitais de acordo com a faixa etária e metodologias de ensino e aprendizagem diferentes para cada fase de ensino. Os temas foram diferentes para cada jogo, porém o objetivo geral foi a promoção da alimentação adequada e saudável.

O jogo desenvolvido para a educação infantil teve o objetivo específico de estimular o conhecimento e o consumo das frutas, legumes e verduras (FLVs). Os jogos elaborados para o ensino fundamental I e II tiveram o objetivo específico de explicar a importância de ter uma alimentação saudável. O jogo preparado para o ensino médio teve o objetivo específico de orientar sobre os níveis de processamento dos alimentos (in natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados). O jogo criado para ensino de jovens e adultos teve o objetivo específico de estimular a higienização correta das mãos, dos alimentos e orientar sobre os riscos dos agrotóxicos.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do cenário de pandemia e isolamento social, onde as escolas estão fechadas e a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável para este público ficou limitada, surgiu a necessidade de adaptação das ações de Promoção da Saúde.

O Ministério da Educação, através da Portaria nº 343 aprovou as aulas por meio remoto enquanto durasse a pandemia e dentro das possibilidades de cada escola, os educadores tiveram que se reinventar para adaptar suas práticas de ensino (OLIVEIRA; FERNANDES; ANDRADE, 2020).

É possível, com as tecnologias digitais da informação e comunicação, construir jogos educativos *online*, mesmo sem o conhecimento prévio sobre programação, além de permitir a personalização do conteúdo e o livre acesso entre os usuários, por se tratar de uma plataforma *online* difundível gratuitamente (BRAGA, 2020).

Utilizamos o *Google Forms*® por não existir limites para a criação de perguntas dentro da plataforma, por possibilitar diferentes formas de envio, como *link* eletrônico e *e-mail*. Além de permitir a avaliação das respostas por meio de gráficos ou exportando através de planilha, acompanhamento das respostas em tempo real e autocorreção. Por se tratar de uma plataforma *online* que não é de uso frequente, as dificuldades ficaram relacionadas a organização das seções e atrelados a disponibilidade contínua da conexão à *internet*.

O processo de construção metodológica dos jogos educativos foi baseado nos requisitos didático-pedagógicos, nas especificidades de cada faixa etária e fase escolar, conforme os documentos norteadores disponibilizados pelo Ministério da Saúde, demonstrado na tabela 1.

FASE	IDADE	METODOLOGIA
Educação infantil	Menores de 6 anos	Lúdica, visual e sonora.
Ens. fund. I (1º, 2º, 3º ano)	6 - 8 anos	Jogos colaborativos e atividades com participação colaborativa, atividades com pouca leitura.
Ens. fund. I (4º, 5º ano)	9 - 10 anos	Jogos colaborativos e atividades com participação colaborativa.
Ens. fund. II (6º ao 9º ano)	11 - 14 anos	Jogos com interface em todos os componentes curriculares.
Ensino médio	Podendo abranger 15 a 20 anos	Atividades práticas e participativas.
EJAI	Maiores de 21 anos	Encontros dinâmicos, participativos e compreensíveis.

EJAI: Educação de jovens, adultos e idosos; Ens. fund. I: ensino fundamental I; Ens. fund. II: ensino fundamental II; PSE: Programa Saúde na Escola.

Tabela 1. Classificação dos jogos educativos digitais para promoção da alimentação adequada e saudável segundo as fases de ensino, idade e metodologia aplicada para o PSE em Maceió-AL. Maceió, 2020.

Durante a elaboração dos jogos, optou-se pela utilização de vídeos e imagens com hipermídia para abordagem do conteúdo desejado, visando proporcionar maior interatividade entre o aluno e o assunto abordado.

Todos os jogos desenvolvidos estão disponíveis para livre acesso por meio de *link* eletrônico do *Google Forms*® (tabela 2) e possibilitam a identificação dos alunos, da escola a qual fazem parte, bem como as respectivas série e turma.

Dessa forma, o monitoramento e a avaliação dos resultados obtidos pelas respostas dos alunos permitem o direcionamento de ações que reforcem os assuntos trabalhados nos jogos e/ou outros correlacionados, para aquelas turmas que apresentarem menor desempenho.

FASE	JOGOS DIGITAIS	LINK ELETRÔNICO PARA ACESSO AOS JOGOS ONLINE
Educação infantil	Colorindo alimentos saudáveis	https://forms.gle/QpZwN5Tec6hka3Ds8
Ens. fund. I (1º, 2º, 3º ano)	Quebra cabeças de alimentos saudáveis	https://forms.gle/oyiM6HcwujLGpzy6
Ens. fund. I (4º, 5º ano)	Importância da alimentação saudável	https://forms.gle/WcpNWtLT7mEJ1yDz6
Ens. fund. II (6º ao 9º ano)	Importância da alimentação saudável	https://forms.gle/WcpNWtLT7mEJ1yDz6
Ensino médio	Níveis de processamento dos alimentos	https://forms.gle/LqchcvtZSRfnqn5PA
EJAI	Higienização das mãos e dos alimentos	https://forms.gle/Cq8GbuRMk6EV7yVU7

EJAI: Educação de jovens, adultos e idosos; Ens. fund. I: ensino fundamental I; Ens. fund. II: ensino fundamental II; PSE: Programa Saúde na Escola.

Tabela 2. Distribuição do link eletrônico dos jogos educativos digitais por fase de ensino. Maceió, 2020.

Os jogos educativos digitais são formas mais atraentes de promover aprendizagem em razão de ser um material lúdico associado ao desenvolvimento intelectual, sendo possível de ser executado em todas as faixas etárias. Para a elaboração desta ferramenta devemos estar atentos à inclusão dos requisitos didático-pedagógicos e de qualidade do produto (FALKEMBACH; GELLER; SILVEIRA, 2006).

Sua principal caracterização é o conteúdo de hipertexto e multimídia, por isso necessita de planejamento adequado, metodologia de desenvolvimento, implantação e distribuição. Além disso, os jogos educativos digitais não estão limitados ao espaço físico, o que proporciona a realização da atividade em qualquer ambiente, bastando apenas ter um dispositivo móvel, facilitando a distribuição e utilização (FALKEMBACH, 2005; NETO; FONSECA, 2013). Porém, ainda é notória a existência de lacunas de como criar, aplicar e avaliar os jogos educativos digitais, precisando assim de qualificação dos educadores para tal processo (JAPPUER; FORCELLINI; SPANHOL, 2014).

A educação em saúde vai além da transferência de conteúdo para o indivíduo, antes de tudo, ele associa aspectos comportamentais, trocas de experiência e interação entre educando e o educador. Todos os aspectos anteriormente citados podem ser abordados nos jogos educativos digitais (COSCRATO; PINA; MELLO, 2009).

Jogos educativos na área da saúde podem abordar tanto assuntos de saúde em geral quanto específicos. Nele o educando aprende como suas ações causam consequências na sua saúde. Esses materiais explanam sobre a necessidade de criar hábitos de vida mais saudáveis, tornando-os importante estratégia de educação em saúde para os profissionais e usuários (DOTTA; CAMPOS; GARCIA, 2012). Dados da literatura abordam que os jogos de multimídia psicoeducativos possuem grande potencial para gerar mudanças comportamentais e de hábitos de vida (BARANOWSKI *et al.*, 2003).

Neste sentido, propor o uso de jogos educativos digitais para a promoção da alimentação adequada e saudável pode trazer contribuições importantes para o desenvolvimento de saberes, contribuindo assim para o fortalecimento das ações de Promoção da Saúde em tempos de pandemia.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta vivência possibilitou aos discentes e aos profissionais uma nova experiência no campo da Gerência de Promoção e Educação em Saúde, uma vez que viabilizou a aproximação e familiarização destes com as tecnologias de comunicação e informação. Com isso, foi possível perceber que não houve uma estagnação do setor no desenvolvimento de ações em saúde em meio a pandemia da COVID-19 e ao distanciamento físico, o que resultou na percepção da multiplicidade da construção de ferramentas para promover alimentação adequada e saudável e no fortalecimento das ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. S. *et al.* **Pandemia de COVID-19: guia prático para promoção da saúde mental de crianças e adolescentes.** 2020. Sociedade Brasileira de Pediatria, v.10, n. 2, 2020.

ANTONIOLLI, S. A. C. **Recursos educativos digitais para a saúde e segurança no trabalho na atenção primária à saúde.** 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Programa de pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre, 2019.

BARANOWSKI, T. *et al.* **Squire's Quest! Dietary Outcome Evaluation of a Multimedia Game.** *American Journal of Preventive Medicine*, v. 24, n. 1, 2003.

BRAGA, C. J. S. **Construção de Softwares educativos on-line em tempos de pandemia.** *Revista Carioca de Ciência, Tecnologia e Educação (online)*, v. 5, n. especial, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Educação Infantil.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasília, DF, 2018a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Ensino Fundamental I.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasília, DF, 2018b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atividades: Promoção da Alimentação Adequada e Saudável: Ensino Fundamental II.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasília, DF, 2019a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar da população brasileira.** Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2 ed., Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos.** Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde, Brasília, DF, 2019b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica.** Universidade Federal de Minas Gerais. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Passo a passo: Programa Saúde na Escola.** Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS.** Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, DF, 2018c.

CABRAL, E. R. M. *et al.* **Contribuições e desafios da Atenção Primária à Saúde frente à pandemia de COVID-19.** *Interamerican Journal of Medicine and Health*, v.3, 2020.

CAETANO, R. *et al.* **Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro.** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, 2020.

CARNEIRO, L. A. *et al.* **Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em tempos de pandemia COVID-19.** *Research, Society and Development*, v. 9, n.8, 2020.

COSCRATO, G.; PINA, J. C.; MELLO, D. F. **Utilização de atividades lúdicas na educação em saúde: uma revisão integrativa da literatura.** *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 23, n. 2, p. 257-63, 2010.

DOTTA, E. A. V.; CAMPOS, J. A. D. B.; GARCIA, P. P. N. S. **Elaboração de um Jogo Digital Educacional sobre Saúde Bucal Direcionado para a População Infantil.** *Pesquisa Brasileira em Odontopediatria Clínica e Integrada*, n. 12, v. 2, p. 209-15, 2012.

FALKEMBACH, G. A. M. **Concepção e desenvolvimento de material educativo digital.** *Novas Tecnologias na Educação CINTED-UFRGS*, v. 3, n. 1, 2005.

FALKEMBACH, G. A. M.; GELLER, M.; SILVEIRA, S. R. **Desenvolvimento de Jogos Educativos Digitais utilizando a Ferramenta de Autoria Multimídia: um estudo de caso com o Tool Book Instructor.** *Novas Tecnologias na Educação CINTED-UFRGS*, v. 4 n. 1, 2006.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Comer bem e melhor, juntos: cardápio de ferramentas para promover a alimentação saudável entre adolescentes, junto às suas famílias e comunidades.** Brasília: UNICEF, 2019, 58p.

JAPPUER, R. F.; FORCELLINI, F. A.; SPANHOL, F. J. **Modelo conceitual para jogos educativos digitais.** *Ato Z novas práticas em informação e conhecimento*, v. 3, n. 2, p. 116-127, 2014.

NETO, J. F. B.; FONSECA, F. S. **Jogos educativos em dispositivos móveis como auxílio ao ensino de matemática.** Novas Tecnologias na Educação CINTED-UFRGS, v. 11, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, J. F. A. C.; FERNANDES, J. C. C.; ANDRADE, E. L. M. **Educação no contexto da pandemia da COVID-19: adversidades e possibilidades.** Dossiê - educação brasileira e EAD no contexto da pandemia de COVID-19: perspectivas e desafios, v. 16, n. 1, 2020.

STEELE, E. M. *et al.* **Mudanças alimentares na coorte NutriNet Brasil durante a pandemia de covid-19.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 54, 91, 2020.

VERMELHO, S. C. *et al.* **Refletindo sobre as redes sociais digitais.** Revista Educação & Sociedade, v. 35, n. 126, p. 179-196, 2014.

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS NA DISCIPLINA DE FÍSICA: ENSINO REMOTO E HÍBRIDO RELIZADO NO ESTADO DE RORAIMA E AMAZONAS

Data de aceite: 17/02/2021

Barbara Adelaide Parada Eguez

Universidade Federal de Roraima – MNPEF

Hiderly da Silva Costa dos Santos

Universidade Federal de Roraima – MNPEF-
Escola Estadual José de Alencar, Rorainópolis/
RR

Leonilda do Nascimento da Silva

Universidade Federal de Roraima -MNPEF -
Escola Estadual José de Alencar, Rorainópolis/
RR

Suliane Alves Barbosa

Universidade Federal de Roraima – MNPEF-
Escola Estadual Professora Jacimar da Silva
Gama, Manaus/AM

Walter Fiúsa dos Santos

Universidade Federal de Roraima -MNPEF-
Escola Estadual José de Alencar, Rorainópolis/
RR

RESUMO: O presente artigo aborda a metodologia de ensino realizada no Estado de Roraima e Amazonas, destacando-se a Escola Estadual de Ensino Integral José de Alencar através de aulas remotas, localizada no município de Rorainópolis/RR e aulas desenvolvida na Escola Estadual Professora Jacimar da Silva Gama, localizada na cidade de Manaus/AM, através do ensino híbrido. Devido às restrições impostas pelo surgimento da Pandemia da

Covid-19 os professores de Física dos estados de Roraima e Amazonas desenvolveram atividades de aprendizagem com os alunos dos respectivos estados nas modalidades de ensino remoto e híbrido, visando atender às necessidades dos alunos que ficaram impossibilitados de comparecer aos estabelecimentos de ensino pelas restrições de isolamento social e distanciamento com o intuito de não proliferação de infecção pelo Coronavírus. Em Roraima os professores de Física desenvolveram suas ações de ensino remoto na escola estadual de ensino Integral José de Alencar, na cidade de Rorainópolis-RR, sendo utilizados os recursos metodológicos Google Sala de Aula, por meio do Classroom e WhatsApp. Os professores de Física atendiam os alunos da zona urbana por meio das mídias digitais, enquanto os alunos da zona rural eram assistidos por meio de atividades impressas, tendo reforço nos estudos através do Programa de rádio “Ondas do Saber” veiculadas diariamente na rádio Roraima AM 590 que contou com a participação de professores de Física da escola José de Alencar através da gravação de Podcasts relacionados aos conteúdos de Física. O ensino híbrido foi desenvolvido na Escola Estadual Professora Jacimar da Silva Gama, localizada na cidade de Manaus/AM, que adotou o Projeto de Aula em casa, com auxílio de um centro de mídia da educação (CEMEAM), uma Plataforma da própria SEDUC- AM, como o ambiente virtual de Aprendizagem (AVA) e Saber +. Destaca-se as estratégias de ensino voltado a alcançar todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem no período do ano letivo 2020, em plena pandemia.

PALAVRAS - CHAVE: Física, Ensino híbrido e remoto.

TEACHING STRATEGIES IN PHYSICS DISCIPLINE: REMOTE AND HYBRID TEACHING RELIZED IN THE STATE OF RORAIMA AND AMAZONAS

ABSTRACT: This article deals with the teaching methodology carried out in the State of Roraima and Amazonas, highlighting the José de Alencar State School of Integral Education through remote classes, located in the municipality of Rorainópolis / RR and classes developed at the State School Professor Jacimar da Silva Gama, located in the city of Manaus / AM, through hybrid education. Due to the restrictions imposed by the emergence of the Covid-19 Pandemic, physics teachers from the states of Roraima and Amazonas developed learning activities with students from the respective states in the modalities of remote and hybrid teaching, aiming to meet the needs of students who were unable to attend educational establishments due to restrictions of social isolation and distance in order to prevent the proliferation of Coronavirus infection. In Roraima, physics teachers developed their remote teaching actions at the José de Alencar State School of Integral Education, in the city of Rorainópolis-RR, using the Google Classroom methodological resources, through Classroom and WhatsApp. Physics teachers served students in the urban area through digital media, while students in the rural area were assisted through printed activities, with reinforcement in their studies through the radio program “Ondas do Saber” broadcast daily on the radio Roraima AM 590 with the participation of physics teachers from the José de Alencar school through the recording of Podcasts related to Physics content. Hybrid teaching was developed at the State School Professor Jacimar da Silva Gama, located in the city of Manaus / AM, which adopted the Classroom Project at home, with the help of an education media center (CEMEAM), a Platform of SEDUC- AM, such as the Virtual Learning Environment (AVA) and Saber +. We highlight the teaching strategies aimed at reaching everyone involved in the teaching and learning process in the period of the academic year 2020, in the middle of a pandemic.

KEYWORDS: Article, Standards, Formatting

1 | INTRODUÇÃO

Com surgimento de um novo vírus na China, no dia 31 dezembro de 2019, desde então, os casos começaram a se propagar ligeiramente pelo mundo e no dia 11 do mês de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) delimitou com surto da doença como Pandemia. O vírus originário de China foi denominado de COVID-19 que é uma doença infecciosa capaz de causar problemas respiratórios de distintos níveis como: tosse, febre e dificuldade para respirar que é um de seus principais sintomas. A transmissão pode ocorrer através de gotículas de saliva, espirro, coriza, superfícies contaminadas como: celulares, maçanetas das portas e a própria mão humana.

Devido ao grande risco de contaminação e gravidade da doença, que pode gerar a morte em curto período, a OMS, determinou isolamento social. Diante disto, as escolas brasileiras, mediante a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação

de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19, e de acordo com a Constituição, art. 87, parágrafo único, incisos I e II, e Lei 9394/96, incisos II e VII, e o artigo 2º do Decreto nº 9.235, de 15/12/17, o Ministro do Estado da Educação, Abtaham Weintraub, no uso de suas atribuições, autoriza em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor (...).

As aulas da rede estadual de ensino do Estado de Roraima foram realizadas de acordo com o Decreto nº 28.663-E, Art. 2º, inciso 1º e 2º, publicado no dia 31 de março no DOE-RR.

No estado do Amazonas as aulas da rede estadual foram realizadas de acordo com a resolução nº 30/2020 – CEE/AM que dispõe sobre o Regime Especial de Aulas Não Presenciais no Sistema de Ensino do Estado do Amazonas, como medida preventiva à disseminação do COVID -19. A Portaria nº.311, de 20 março de 2020 da SEDUC/AM, que institui, no âmbito da rede pública estadual de ensino do Amazonas, o regime especial de aulas não presenciais para a Educação Básica, como medida preventiva à disseminação do COVID -19. Logo em seguida secretaria de Educação do Amazonas, criou seu Plano de retorno às Atividades Presenciais, que adotou um modelo de ensino híbrido (aulas presenciais e remotas), com a indicação tanto dos objetos de conhecimento quanto da carga horária destinada às atividades híbridas, conforme a resolução 039/2020 – Conselho Estadual de Educação do Amazonas e Diretrizes educacionais desta secretaria.

2 I PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO REMOTO E HÍBRIDO

Trata-se de relatos de práticas pedagógicas de Ensino da Natureza, disciplina: Física no ano letivo de 2020, que de acordo com o que propõe a Base Nacional Comum Curricular:

Na Educação Básica, a área de Ciências da Natureza deve contribuir com a construção de uma base de conhecimentos contextualizada, que prepare os estudantes para fazer julgamentos, tomar iniciativas, elaborar argumentos e apresentar proposições alternativas, bem como fazer uso criterioso de diversas tecnologias (BNCC, 2017, p.537).

Neste sentido e, em conformidade com as orientações do Ministério da Educação, as escolas públicas e privadas realizaram aulas não presenciais utilizando recursos digitais para assim atingir as competências e habilidades propostas na Base Nacional Comum Curricular, itinerário, Ciências da Natureza durante a pandemia.

2.1 Prática Pedagógica realizada na Zona Urbana e Rural no município de Rorainópolis/RR

A Escola Estadual de Ensino Integral José de Alencar, fica localizada no Estado de Roraima, região Sul do Estado, município de Rorainópolis. A demanda do estabelecimento

está dívida da seguinte forma:

Zona	Nº de alunos atendidos
Rural	205
Urbana	278
Total	483

Tabela – Alunos atendidos na Escola Estadual José de Alencar, 2020

Fonte: Próprio Autor (2021)

Devido ao isolamento e distanciamento social em prevenção a COVID-19, a escola José de Alencar teve necessidade de adaptação nas metodologias direcionadas no ensino da Física. Neste sentido a Secretaria Estadual de Educação juntamente com gestores, coordenadores pedagógicos chegaram a um consenso que devido as particularidades da demanda local, havia necessidade de realizar aulas diferenciadas, bem como utilização de recursos adequados aos alunos. Assim, sob orientação pedagógica os professores da disciplina de Física, realizavam as práticas pedagógicas através do ensino remoto emergencial. “O ensino remoto emergencial é uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos e foi adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições educacionais do mundo inteiro para que as atividades escolares não sejam interrompidas” (Behar, 2020).

Diante das particularidades da demanda escolar na EEIJA, as metodologias foram realizadas da na Zona Rural através de Estudo dirigido com utilização de recursos didáticos: livros e apostilas impressas (fig. 01).



Figura 1 - Recursos digitais impressos: livros didáticos e apostilas.

Fonte: Próprio Autor (2021)

Conforme a BNCC (2017, p. 15), “ No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesse dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais”.

Vale ressaltar que as atividades impressas enviadas aos alunos eram bem direcionadas e objetivas, levando-se em consideração que os referidos alunos não tinham oportunidade de ter um momento para esclarecer suas dúvidas a cerca das questões propostas logo, diante dessa realidade os professores tinham o cuidado de enviar atividades de fácil resolução, permitindo assim a realização das mesmas, onde eram também exploradas a parte conceitual dos conteúdos abordados o que favoreceu a compreensão por parte dos alunos.

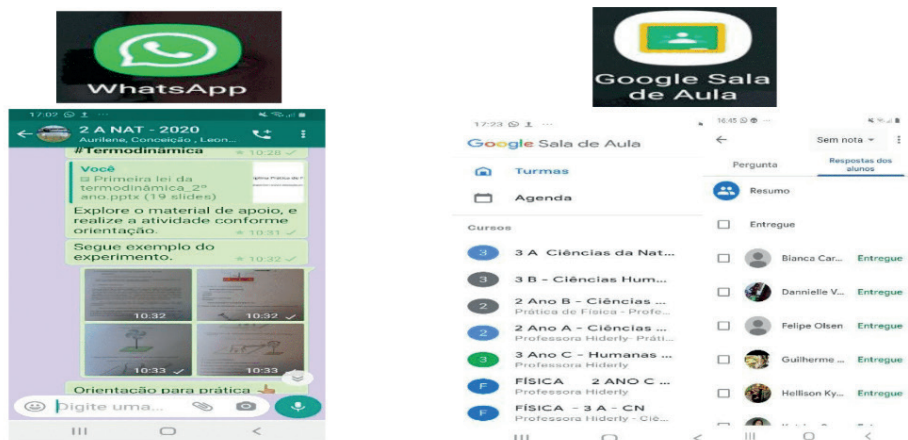


Figura 2 - Estudo dirigido aos alunos da Zona Urbana, com utilização de recursos digitais: Internet, WhatsApp, Classroom.

Fonte: Próprio Autor (2021)

Na zona urbana, o recurso mais utilizado pelos professores de Física foi o WhatsApp pela facilidade de seu manuseio, somado ao fato de que muitos alunos já possuíam um aparelho celular para utilizar durante as aulas ou, usavam dos pais ou alguém da família no horário das aulas. Mesmo assim, houve relatos de situações em que os alunos não possuíam celular e, quando possuíam dependiam de sinal via wifi para se conectar e assim participar das atividades propostas.

No entanto, foram ainda utilizados como recursos metodológicos para auxiliar as aulas de Física durante a Pandemia o Google Sala de Aula, através do Classroom onde

eram disponibilizados os conteúdos, informações, orientações e atividades com seus respectivos prazos de envio a fim de serem corrigidas pelos professores.

O Classroom, é a Plataforma do Google para gerenciamento de atividades escolares. E para ter acesso as ferramentas digitais é necessário ter uma conta de e-mail no Gmail.

Na sala virtual de ensino (Google Sala de Aula), é possível adicionar os alunos de acordo com sua série e turma (fig.02). Nas salas virtuais tem-se acesso as ferramentas que torna possível disponibilizar atividades, vídeos, material em PDF e edição de texto. O professor gerencia todos os materiais, recursos de estudo, sendo possível orientação e acompanhamento de realização de atividades desenvolvidas pelos alunos conforme figura 2.

Somado a tais recursos foram ainda disponibilizadas aulas de Física por meio do “Programa Ondas do Saber” através de parceria firmada entre a Secretaria de Educação e Desporto de Roraima com a Rádio Roraima AM 590, sendo veiculadas todos os dias pela manhã às 9 h 40 min com reprise à tarde às 16 horas, oportunizando assim aos alunos um suporte adicional em sua formação.

2.2 Prática Pedagógica realizada na Escola Estadual Professora Jacimar da Silva Gama localizada no Estado do Amazonas

Diante da Pandemia a Secretária do Estado do Amazonas, adotou o Projeto de Aula em casa, com auxílio de um centro de mídia da educação (CEMEAM), que há 13 anos trabalha o ensino à distância mediado por tecnologia, no mês de março até julho, as aula era transmitida explorando mais essa Plataforma da própria SEDUC- AM, como o ambiente virtual de Aprendizagem (AVA) e Saber +.Nessa Plataforma os alunos tinham acesso as aulas de cada disciplina e atividade complementares e exercícios.

No mesmo período os professores de Física acompanhavam os alunos através de um aplicativo no celular do Google Classroom, onde enviava vídeos de aulas, atividades e artigos relacionado a Física. Nesse aplicativo nem todos tinham acesso, pois alguns alunos não tinham acesso à internet e celular. (fig.03.)



Figura 3. Google Sala de Aula

Buscando melhoria no desenvolvimento do trabalho dos professores, diante desse cenário foi criado um ambiente virtual para os professores no canal de TV aberto, onde foi montado estratégias num diálogo formativo (Sala do Professor) que foi pensado no auxílio profissional, nesse novo momento, que Mestres e doutores renomados compartilharam com os professores da rede de ensino, experiências no ensino à distância em tempos de Pandemia. Nessa sala do professor debatiam também temas voltado à educação.

A Secretaria de Educação do Amazonas realizou uma pesquisa com mais de 80 mil pessoas que dispuseram colaborar com o planejamento de ensino. A pesquisa foi realizada com os pais e responsáveis, gestores, professores, pedagogos e administrativos da capital e interior do Estado. Para desenvolver algumas adequações e respeitando os protocolos da saúde e uma nova dinâmica pedagógica foi criado junto com a comunidade escolar um processo de ensino e aprendizagem dos alunos, com medidas de segurança com equipe técnica e dos estudos e orientações dos órgãos de saúde.

A pesquisa feita pela a Secretaria de Educação do Amazonas foi considerado os dados analisados, amostragem da pesquisa, teve uma margem de segurança de 95% de confiança e margem de erro com variação entre 2% a 4%, no qual o planejamento de estratégia foi criado com medidas de proteção para a comunidade escolar.

Seguindo os protocolos de saúde, para o retorno das aulas presenciais, foram propostos o funcionamento dos estabelecimentos escolares, onde a comunidade escolar escolheu através da pesquisa, o modelo de aula híbrido, com aulas presencias e remotas, que criou estratégias híbrido que divide as turmas em dois grupos para reduzir a quantidade

de pessoas no ambiente escolar.

Em relação ao retorno em regime híbrido a porcentagem da pesquisa representado (quadro 02) demonstra o método escolhido pela comunidade escolar.

Perguntas da pesquisa	Híbrido em dois grupos	Híbrido	100 % aulas presenciais
Pais e responsáveis	43,90 %	38,35 %	17,75 %
Pedagogos	CAPITAL: 58,85% INTERIOR: 62,84 %	CAPITAL: 39,09% INTERIOR: 34,87%	CAPITAL: 2,06% INTERIOR: 2,30 %
Professores	CAPITAL: 55,14% INTERIOR: 57,96 %	CAPITAL: 42,19% INTERIOR: 37,89%	CAPITAL: 2,67% INTERIOR: 4,15%
Gestores	CAPITAL: 58,80% INTERIOR: 62,79 %	CAPITAL: 38,89% INTERIOR: 31,01%	CAPITAL: 2,31% INTERIOR: 6,20%

Quadro 02: demonstrativo de dados obtidas na Pesquisa realizada pela SEDUC/AM

Fonte: Anselmo, Livia/ SEDUC/AM (2020, pág 25)

Depois da pesquisa, a Secretaria de Educação do Desporto, atendendo às medidas de segurança, recomendadas pela organização Mundial de Saúde (OMS), somando às orientações contidas no Decreto Estadual nº 42.330, de 28 de maio de 2020, elaborou através de documento o orientado, protocolos comuns de estratégias de enfrentamento da rede estadual de Educação em relação a COVID – 19.

Os recursos e infraestruturas adotado na escola foram: as máscaras para garantir e cobrar o uso obrigatório nas dependências da escola da rede pública estadual, a Secretaria de Educação distribuiu máscaras de pano a todos os profissionais e estudantes, equipamentos de proteção individual (EPIs), onde todos servidores administrativos receberam seus EPIs para trabalhar no atendimento ao público com segurança, pias e dispensers de sabão que foram instaladas nas escolas com estrutura de higienização da escola, totens de álcool 70% em gel as escolas receberão, revitalização para corrigir os danos existentes e garantir a infraestrutura em pleno funcionamento, kits de sinalização com os procedimentos de higienização com marcação dos espaços e distanciamento, também foram implementados metas para gerenciar os estoques para que não falem materiais de limpeza e higiene nas escolas.

As aulas da rede estadual de ensino retornaram na capital nível Ensino Médio/EJA retornou dia 10/08/2020 de forma reduzida a quantidade de aluno, onde cada turma foi dividida em blocos A e B, no qual o bloco A com a metade da turma teve aulas presenciais nas segundas e quartas feiras e o bloco B a outra metade nas terças e quintas feiras.

Nas sextas feiras os professores planejavam estratégias do ensino para ministrar

aula aos dois blocos. Nos dias que os alunos não iam à escola, eles estudavam em casa, acompanhando as aulas de Física e de outras disciplinas na TV aberta.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado de Roraima e Amazonas no período de pandemia, em consonância com as orientações da OMS, apresentaram estratégias de ensino para dar continuidade ao ensino, considerando as particularidades de sua clientela. Diante dos fatos aulas de formas remotas e híbridos contribuíram para a aprendizagem de forma ajustada, pois os alunos da rede de ensino estadual de ambos Estado não tiveram um aproveitamento de ensino 100%. No entanto, gestores, coordenadores pedagógicos e professores utilizaram recursos de forma a abranger a favorecer e propiciar o conhecimento aos alunos de forma efetiva.

O Estado de Roraima através do ensino remoto buscou subsídios a atender as necessidades dos alunos da zona urbana e rural, através de aulas online, utilização de material impresso e Projeto Ondas do Saber. É importante destacar que o ensino de Física neste processo de aulas remotas foi realizado embasado no que propõe a BNCC, segundo a qual destaca que as habilidades a serem desenvolvidas junto aos alunos do Ensino Médio devem ser pautadas em situações que levem em consideração a realidade relacionada ao cotidiano dos mesmos, favorecendo neste sentido as múltiplas habilidades que devem ser realizadas em uma perspectiva investigativa no processo de ensino e aprendizagem.

No Estado do Amazonas os métodos de ensino na disciplina de Física adotada durante a Pandemia buscou proporcionar aos estudantes uma aula mais prazerosa, com atividades online no classrom onde buscou-se atender todo o grupo estudantil, porém diante das dificuldades de acesso não conseguimos atender a todos. Mas com todas as dificuldades encontradas durante a ano, o Estado do Amazonas conseguiu concluir o Ano Letivo 2020 no mês de Dezembro.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, Livia. Plano de Retorno às Atividades Presenciais, Ações Pedagógicas de Gestão e Saúde para as Unidades de Ensino Pós- Pandemia da COVID-19, SEDUC/AM, 2020

BEHAR, Patricia Alejandra; O ensino Remoto emergencial e o ensino a distância, disponível : <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/> acesso em 15 de janeiro de 2021.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: ensino médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

Decreto nº 28.663-E, Art. 2º, inciso 1º e 2º, publicado no dia 31 de março no DOE-RR, Publicado no DOE - RR em 31 mar 2020.

Decreto Estadual nº 42.330, publicado no 28 de maio de 2020 no DOE-AM..

Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 no Diário Oficial da União, publicado em 18/03/2020/ edição: 53, seção: 1, pág 39/ Orgão: Ministério da Educação/ gabinete do Ministro

Portaria GS nº.311, de 20 março de 2020 da SEDUC/AM.

Resolução nº 30/2020 – CEE/AM que dispõe sobre o Regime Especial de Aulas Não Presenciais no Sistema de Ensino do Estado do Amazonas, como medida preventiva à disseminação do COVID -19.

CAPÍTULO 5

DESAFIOS DO ENSINO-APRENDIZAGEM NO CURSO DESIGN DE MODA EM TEMPOS DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Data de aceite: 17/02/2021

Luciana França Jorge

Universidade de Fortaleza-UNIFOR. Fortaleza-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/0626310246704658>

Firmina Hermelinda Saldanha Albuquerque

Universidade Federal do Amazonas-UFAM
<http://lattes.cnpq.br/3232251189580311>

Helen Christina Castro Carlos da Cunha de Oliveira

Universidade de Fortaleza-UNIFOR. Fortaleza-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/2233960531355928>

Kátia Regina Araújo de Alencar Lima

Universidade de Fortaleza-UNIFOR. Fortaleza-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/9917630201760973>

Karla Maria Carneiro Rolim

Universidade de Fortaleza-UNIFOR. Fortaleza-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/4306868040124389>

RESUMO: A docência possibilita vivenciar, através do processo de ensino-aprendizagem, trocas de experiências diárias que não se repetem e a cada semestre são renovadas com a proximidade e a presencialidade. Porém, diante de uma Pandemia que nos impôs o distanciamento social, não foi possível uma troca de experiências entre professores e alunos. A alternativa foi encarar os desafios da

virtualização. Este estudo tem como objetivo relatar a experiência exitosa vivenciada na disciplina Fundamentos do *Design*, do curso de Design de Moda, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), durante o primeiro semestre de 2020, em tempos do novo Coronavírus. Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa exploratória. Os instrumentos utilizados para a obtenção dos dados constituíram na aplicação de um formulário eletrônico após a finalização das atividades práticas da disciplina, com a participação de 24 alunos que concluíram o semestre 2020.1 e o relato individual realizado no último dia de aula. O resultado da atividade proposta foi a fixação do conteúdo abordado e a aplicação dos Fundamentos do Design. O desfecho culminou na criação de um *book* virtual contendo dez croquis de moda desenvolvidos com materiais alternativos, disponíveis na casa do aluno.

PALAVRAS - CHAVE: *Design* e Moda. Fundamentos do Design. Ensino Remoto. Novo Coronavírus.

CHALLENGES OF TEACHING-LEARNING IN THE FASHION DESIGN COURSE IN COVID-19 TIMES: EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: Teaching makes it possible to experience, through the teaching-learning process, exchanges of daily experiences that are not repeated and each semester are renewed with proximity and presence. However, in the face of a pandemic that imposed social distance, it was not possible to exchange experiences between teachers and students. The alternative was to face the challenges of virtualization.

This study aims to report the successful experience lived in the discipline Fundamentals of Design, from the Fashion Design course, at the University of Fortaleza (UNIFOR), during the first semester of 2020, in times of the new Coronavirus. It is an experience report with an exploratory qualitative approach. The instruments used to obtain the data consisted of the application of an electronic form after the completion of the discipline's practical activities, with the participation of 24 students who concluded the 2020.1 semester and the report individual held on the last day of school. The result of the proposed activity was the fixation of the content covered and the application of the Design Fundamentals. The outcome culminated in the creation of a virtual book containing ten fashion sketches developed with alternative materials, available at the student's home.

KEYWORDS: Teaching-Learning Process. Design and Fashion. New Coronavirus.

1 | INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019 a China anunciou à Organização Mundial de Saúde (OMS) o surgimento de uma patologia desconhecida que causa um grave quadro de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei. O diagnóstico definitivo do agente causador da doença só foi confirmado por meio de exames laboratoriais e observações dos sintomas pelos indivíduos infectados, denominado assim de Novo Coronavírus (SARS CoV-2) que pertencente à família Coronaviridae que causam infecções respiratórias (LIMA, 2020). Segundo o Ministério da Saúde (MS,) os sintomas variam de casos leves (80% dos casos) a graves e cursa com evolução letal, principalmente, nos pacientes idosos e com comorbidades (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Por conseguinte, em 11 de março de 2020, a OMS declarou a COVID-19 uma pandemia em virtude da rápida disseminação com abrangência mundial (UNA-SUS, 2020).

Em um cenário de incerteza e medo, além dos elevados índices de morte em decorrência da Covid-19, várias mudanças ocorreram no âmbito social, econômico e principalmente educacional, exigindo por parte dos professores a criatividade para ministrar as aulas remotas baseando-se nas atividades práticas e lúdicas contribuindo para amenizar o distanciamento, a ansiedade e até mesmo a dor pela perda de ente querido.

Frente a um cenário de medo e altos índices de mortalidade, 341.048 casos foram confirmados de COVID-19 e 21.682 mortes em 23 de março de 2020 segundo o G1 (2020). Diversas foram as mudanças ocorridas no âmbito social, econômico e educacional, direcionadas pelos governos federal, estaduais e municipais. A UNESCO (2020) na tentativa de atenuar as discontinuidades das aulas nas instituições de ensino contribuiu com os países na implementação da aprendizagem remota.

Diante deste contexto, surgiram inquietações e reflexões sobre como estabelecer vivências significativas diante de uma Pandemia em que foram necessárias medidas emergenciais como o isolamento e o distanciamento social. De que forma, as atividades práticas e lúdicas podem contribuir para amenizar o distanciamento, a ansiedade e até mesmo a dor pela perda de ente querido?

A educação no país foi reconstituída em meio ao panorama gerado pelo novo Coronavírus. Metodologias alternativas e táticas de ensino a distância foram definidas, ao deparar-se com a descontinuidade das aulas presenciais e locais de ensino interdidas. Assim, o estudo objetiva relatar a experiência exitosa vivenciada na disciplina Fundamentos do *Design*, do curso de Design de Moda, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), durante o primeiro semestre de 2020, em tempos do novo Coronavírus.

2 | O ENSINO REMOTO NO CONTEXTO DO DESIGN DE MODA

O Ensino Remoto foi uma alternativa emergencial para as instituições de ensino continuarem as suas atividades evitando danos maiores à sociedade, além do caos enfrentado pela saúde pública e pelos setores cultural, político e econômico devido à Pandemia do Novo Coronavírus. Sobre o ensino remoto, Moreira e Schlemmer (2020) afirmam:

O processo é centrado no conteúdo, que é ministrado pelo mesmo professor da aula presencial física. Embora haja um distanciamento geográfico, privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo, ou seja, a aula ocorre num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino presencial. (MOREIRA, SCHLEMMER, 2020, p.09).

As imposições deste período obrigaram as instituições de ensino a aderirem com maior intensidade à modalidade virtual. Automaticamente, as disciplinas presenciais passaram a ser ministradas remotamente, de forma síncrona. Para Dotta e Braga (2012), na modalidade virtual, as aulas síncronas possibilitam um maior engajamento e a interatividade entre alunos e professores.

De acordo com Maciel *et al* (2020), as metodologias ativas são inovadoras e apoiam alterações das normas educacionais ao propor que, ao discente cabe o papel de assumir uma postura analítica e reflexiva, sendo o personagem mais importante. Ainda segundo os autores supracitados, a metodologia ativa tornou-se apropriada mesmo em meio ao ritmo acelerado imposto pela Pandemia ao novo modelo de planejamento implementado. A metodologia de ensino utilizada durante o período da Pandemia do novo Coronavírus preserva a discricionariedade transferida ao docente pela instituição privada, agregando a criatividade ao formato de aulas que utilizam a plataforma digital.

A criatividade é um aspecto primordial na formação do profissional Designer de Moda. A experiência vivenciada presencialmente e as descobertas do fazer prático, tornam a sala de aula presencial o ambiente propício para o aprendizado da criatividade. De acordo com Brasil (2004), nas diretrizes para os cursos de graduação em Design de Moda, uma das principais características do profissional está ligada à criatividade, que seria a “capacidade criativa para propor soluções inovadoras, utilizando domínio de técnicas e de processo de criação”. (BRASIL, 2004).

O desafio para os professores foi ministrar as disciplinas de teor prático e que envolve a criatividade através das aulas remotas. Mesmo com todo o empenho e dedicação dos professores, os cursos de Design de Moda enfrentaram dificuldades na implantação do ensino remoto, devido boa parte do seu currículo, conter disciplinas técnicas e práticas.

As disciplinas teóricas não foram prejudicadas no formato síncrono das aulas. Em contrapartida, as aulas práticas tiveram o seu conteúdo ministrado, porém sem a experiência do fazer e da possibilidade de construir o conhecimento com a prática. Diante disso, coube ao professor criar alternativas para que o aluno vivenciasse a experiência da prática e do lúdico que envolve o processo de criação.

3 | O LÚDICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A APRENDIZAGEM

Existe uma proximidade entre o ato de criar e a ludicidade, pois a criação busca referências pautadas em um repertório imaginativo. Aguiar (2020) afirma que o lúdico é essencial no desenvolvimento e na aprendizagem do ser humano, à medida que aceitamos o simbólico e a fantasia como meios de manifestação da criatividade. À frente de uma pandemia em que se observa diversos agravos, reinventar significa transformar materiais, configurando a expressão da arte. As atividades lúdicas evitam sentimentos de angústia, medo e desesperança, ao passo que contribuem para práticas imaginárias.

O ato de se divertir também é lúdico, pois o seu propósito é reconectar a vida a outros mundos, realidades, imagens, sons e aprendizagens entre as interações com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, onde não se restringe à infância. O lúdico tem lugar em qualquer faixa etária, se as crianças brincam, se os adultos jogam e idosos dão risadas, os aspectos do lúdico e sua ação são existenciais. (AGUIAR, 2020, p.122)

Estas atividades foram significativas neste momento da Pandemia, na qual, pais e mães em todo o mundo ficaram em casa, procurando resgatar algum tipo de atividade lúdica para acalmar e divertir os filhos. No que diz respeito aos jovens e adultos, os efeitos do isolamento social trouxeram um aumento dos estados de ansiedade e depressão. Souza (2019) afirma que existem benefícios da atividade lúdica nos adultos, pois tratam-se de instrumentos benéficos para o tratamento dos casos de ansiedade e depressão.

4 | PERCURSOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa e exploratória. O estudo foi realizado com a turma de ingressantes do semestre 2020.1, do Curso de Design de Moda, da UNIFOR, especificamente na disciplina Fundamentos do Design. A disciplina tem o seu conteúdo teórico dividido em 3 unidades. A primeira unidade aborda os conceitos de design, moda, estilo, moda conceitual, além da história e a teoria do design. A segunda unidade trata da representação visual e percepção. A terceira unidade apresenta o estudo

da metodologia visual do design. A pesquisa em questão relata a experiência dos alunos acerca da atividade prática da unidade que aborda a representação visual e a percepção.

O instrumento de coleta utilizado para a obtenção dos dados foi a aplicação de um formulário eletrônico após a finalização das atividades práticas da disciplina e um relato no último dia de aula, onde participaram os 24 alunos que concluíram o semestre 2020.1

4.1 Descrição da atividade lúdica

A proposta trata-se de um estudo prático a partir da teoria sobre a representação visual e a percepção através da aplicação dos Fundamentos do Design para a moda. Estes são divididos entre elementos e princípios que guiam o designer de moda em sua criação. Os estudiosos Keiser e Garner (2012) *apud* Treptow (2013), afirmam que os elementos do design de moda são a linha, a textura, a padronagem, a silhueta, a forma e a cor. Para Jones (2011), os Princípios do Design para a criação da roupa são a repetição, o ritmo, a gradação, a radiação, o contraste, a harmonia, o equilíbrio, a proporção e a sensação corporal.

Atividade Lúdica	Elaboração de <i>croquis</i> com materiais alternativos
Resultado final	<i>Book</i> Virtual com 10 <i>croquis</i> de moda
Unidade 2	Representação visual. Percepção
Objetivos	Reconhecer os princípios do design bem como suas aplicações; Fixar o conteúdo teórico; Estimular a criatividade; Treinar o olhar em relação a estética da roupa.
Desafios	Desenvolvimento de <i>croquis</i> com materiais alternativos disponíveis em casa, aplicando os Fundamentos dos Design de Moda.
Resultado Final	<i>Book de Croquis</i> com 10 desenhos de moda.

Quadro 1: Descrição da proposta de atividade lúdica.

Fonte: Autoras (2021)

A atividade lúdica consiste na aplicação dos Fundamentos do Design através da elaboração de 10 *croquis*, onde o aluno criou esboços de desenhos de moda com diversos materiais alternativos. A ideia consiste em criar, de forma lúdica, aviamentos, linhas, retalhos, raspas de lápis de cor, plástico picado, CDs velhos quebrados, entre outros materiais que tivessem disponíveis em casa. Esta foi uma alternativa para que o aluno não se deslocasse e descumprisse o decreto estadual que definiu as regras do isolamento social. O resultado foi a reunião dos *croquis* desenvolvidos em um *book* virtual com os 10 desenhos de moda.

4.2 Resultados e exposição dos relatos

A coleta de dados se deu por meio de formulário *Google Forms* aplicado no último

dia de aula da disciplina Fundamentos do Design ocorrida no dia 20 de junho de 2020. A pesquisa foi realizada pelos 24 alunos que concluíram o semestre 2020.1. Apenas uma aluna não fez a atividade em questão.

Quase metade da turma, 45,8%, teve dificuldades em assistir às aulas. Os principais motivos foram a falta de conexão e a falta de um computador, pois os alunos assistiam às aulas através do celular. Outro fator que desestimulou os alunos foi a falta de um ambiente propício à concentração, necessário para assistir às aulas. 33,3% da turma afirmou que a maior dificuldade foi a realização de trabalhos práticos. 20,9% responderam que foi muito difícil assimilar o conteúdo através das aulas remotas e sem as atividades práticas.

As aulas remotas foram uma solução para boa parte das instituições educacionais, porém, os alunos demoraram a se adaptar com esta modalidade de ensino. Muitos foram os problemas, desde a falta de conectividade até a ausência de atividades que envolvessem mais os alunos no ambiente virtual. Com isto, proporcionar aos alunos novas experiências com o conteúdo das disciplinas tornou-se eficaz para tornar as aulas interessantes. Pode-se concluir com estes dados aquilo que a teoria nos apresentou. A abordagem dos conteúdos deve ser mais interativa para a modalidade a distância, mesmo em caso de aulas síncronas.

Sobre a atividade da disciplina que mais facilitou a assimilação do conteúdo, 62,5% da turma respondeu que as atividades práticas, como o *Book de Croquis*, facilitou a compreensão e a assimilação do conteúdo, enquanto que 25% dos alunos responderam que atividades como a leitura de artigos com posterior discussão em sala de aula virtual facilitou a entendimento da teoria apresentada e apenas 12,5% respondeu que os seminários e apresentações virtuais ajudaram a compreender o conteúdo abordado na disciplina Fundamentos do Design.

Os alunos afirmaram que a elaboração do *Book de Croquis* teve um papel importante no período da Pandemia, o que será melhor detalhado na exposição dos relatos. 41,7% dos respondentes afirmaram que a atividade ajudou a fixar o conteúdo aprendido e 25% dos alunos responderam que a atividade contribuiu para a saúde mental por ser uma atividade lúdica. Outros 25% da turma afirmaram que a atividade ajudou no aprendizado, facilitando até a aplicação dos fundamentos do design na atividade integradora do semestre, proposta na disciplina Programa Integrador I. E 8,3% dos alunos responderam que manter o foco na elaboração dos croquis ajudou a amenizar a dor da perda de um parente querido.

Os relatos dos alunos deixaram claro que as atividades práticas e lúdicas foram importantes para amenizar as dores e frustrações do período pandêmico. A seguir o relato dos 24 alunos expostos no quadro abaixo.

1	“Além de facilitar e fixar o conteúdo da disciplina, foi um momento de concentração e distração, que ajudou e muito na dor de perder uma pessoa querida e no momento de angústia e medo do isolamento social.”
---	--

2	“Criar o <i>book</i> ajudou a expressar a criatividade, ocupar o tempo ocioso com algo útil e fixar o conteúdo teórico.”
3	“O <i>Book de Croquis</i> foi uma atividade extremamente necessária para o meu aprendizado e engrandecimento pessoal, pois contribui para que a minha criatividade fluísse cada vez mais devido à falta de materiais, sendo obrigada a trabalhar com, somente, o que eu possuía em casa. Então, esse desafio foi engrandecedor e contribuiu bastante para a criatividade e consciência em relação ao tempo em que estamos vivendo. Sou eternamente grata por essa experiência.”
4	“Este tipo de atividade nos obriga a aumentarmos nossa capacidade de criação e isso foi desafiador. Atividades manuais são importantíssimas para a evolução deste curso.”
5	“As restrições centralizaram toda e qualquer angústia, foi ótimo perceber a possibilidade da criação em moda a partir de ferramentas manuais.”
6	“O <i>book de croquis</i> foi uma atividade fundamental na fixação do conteúdo além de ter sido uma atividade que exercitou a criatividade, gerando conforto e prazer em momentos difíceis como o enfrentado.”
7	“O <i>book de croquis</i> ajudou a fixar o conteúdo.”
8	“O <i>book</i> exigiu muito tempo e atenção, deixando o aluno a ter que passar muito tempo o fazendo com bastante foco para acabá-lo a tempo. Fora o cansaço que proporcionou e preocupação com o trabalho, ajudou a manter a mente ocupada.”
9	“Foi uma experiência legal que me permitiu pôr em prática meus talentos criativos e fixar o conteúdo do semestre, mesmo em meio à pandemia.”
10	“Eu me senti mais leve e mais calmo para conseguir colocar todas as ideias doidas que eu tenho na minha cabeça, também me ajudou a organizar melhor os pensamentos e esquecer um pouco do que estava acontecendo ao redor.”
11	“Meio complicado, mas o fato de estar em um ambiente familiar ajudou muito.”
12	“Foi uma atividade lúdica, que ajudou a ocupar a cabeça no meio da pandemia, ajudou bastante.”
13	“Foi excelente e divertido fazer o <i>book</i> . Tive que escolher vários materiais com cores e texturas diferentes e que se adequassem à proposta escolhida.”
14	“O <i>book de croquis</i> foi uma das melhores atividades passadas no período de isolamento, ajudou a fixar o conteúdo, de uma maneira mais ilustrativa e gerou discussões a respeito do tema abordado.”
15	“Não fiz.”
16	“O <i>book de croquis</i> foi uma das primeiras atividades que realmente mexeu com a minha criatividade, então me ajudou no conteúdo e marcou muito.”

17	“Minha experiência ao realizar o <i>book de croquis</i> foi incrível, um trabalho que impulsionou a criatividade e de grandes retornos, tanto em aprendizado, como em ajuda que foi fundamental servindo escape para a realidade tão dura que estávamos vivendo com a Pandemia da Covid - 19.”
18	“Criar o <i>book</i> , me ajudou a ter mais criatividade, atenção e até me distrair dos problemas.”
19	“Essa atividade foi de suma importância para aprendermos mais sobre as composições do tipos de tecidos e também vemos o nosso aprendizado conquistado na cadeira de Fundamentos do Design. Essa aula ajudou a sentirmos de novo a maravilhosa experiência de estarmos aprendendo juntos dentro de sala de aula!”
20	“O <i>book de croquis</i> ajudou a fixar o conteúdo.”
21	“Desenvolver o <i>book de croquis</i> para a avaliação da cadeira de Fundamentos do Design foi um processo de grande aprendizado. Ao ter que aplicar o Elementos e os Princípios do design nas roupas utilizando materiais alternativos, consegui pesquisar, perceber e fixar ainda mais todos conteúdo didático dado em sala de aula, fora que durante o processo de criação, fui estimulada a desenvolver toda minha criatividade e imaginação na execução dos croquis.”
22	“Sobre o <i>book</i> , o processo envolvido me trouxe uma experiência de inovação. Sua exigência por materiais alternativos abriu minha mente para novas modelagens e tecidos.”
23	“Criar o <i>book</i> , me ajudou a ter mais criatividade, atenção e até me distrair dos problemas.”
24	“Uma atividade excelente, que ajudou a fixar o conteúdo.”

Quadro 2: Relato dos alunos.

Fonte: Autoras (2020).

As atividades práticas e lúdicas neste período pandêmico configuraram uma alternativa importante para o aprendizado e a assimilação dos conteúdos programáticos. Como discorreu Aguiar em seus estudos, o fazer criativo das atividades lúdicas proporciona o desenvolvimento da aprendizagem e uma consciência da própria criatividade. Abaixo apresentamos os croquis criados por uma aluna que passou por problemas emocionais e vivenciou o luto da perda de um ente querido.

		
<p>Profusão e Cores Primárias com aplicação de aviamentos e canutilhos</p>	<p>Harmonia e Sensação Corporal com aplicação de lantejoulas e papel crepom amassado</p>	<p>Harmonia e Equilíbrio com aplicação de papel de presente.</p>
		
<p>Textura e Ritmo aplicado com papel de presente.</p>	<p>Linha e Gradação aplicados com de linhas de bordar.</p>	<p>Repetição e contraste aplicados com balão de festa de infantil.</p>

Quadro 3: Apresentação dos *croquis*.

Fonte: Elaborado pela aluna do 1ª da disciplina Fundamentos do Design.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos grandes desafios para os professores e alunos neste primeiro semestre de 2020, foi sem dúvida, a virtualização do processo de ensino-aprendizagem. Coube ao professor a preparação de aulas e criação de atividades que pudessem proporcionar o interesse do aluno pelo ambiente virtual. A ideia da elaboração de um *book* virtual foi muito bem aceita pelos alunos que realizaram o trabalho de forma bastante satisfatória.

A atividade foi relevante tanto para a assimilação e fixação do conteúdo da disciplina quanto para a saúde mental. Os alunos encararam como uma terapia a experiência lúdica

apropriada para este cenário de pandemia do novo Coronavírus. Os relatos mostraram que uma atividade prática, lúdica e envolvente dentro dos conceitos de metodologias ativas é uma forma de engajar o aluno e minimizar os efeitos da depressão, do estresse e da ansiedade causados pelo período da Pandemia.

A prática foi possível, tendo grande êxito no formato de aulas remotas e com orientações *online*. Com a experiência, os alunos conseguiram identificar com mais facilidade, as diferenças de cada fundamento do *design* e a melhor forma de aplicá-los para a construção da roupa. O resultado final foi um *book* com os dez *croquis* de moda, onde a percepção do docente em virtualizar e transformar o produto da ação em um *book* virtual foi primordial para o aprendizado remoto.

Nessa perspectiva, surgem novas indagações em relação ao aprimoramento do ensino remoto, enfatizando a realização de mais pesquisas sobre esta temática com visibilidade maior, objetivando proporcionar mais benefícios aos discentes em situação pandêmica.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 5, de 8 de março de 2004**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>. Acesso em 10 de jan. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos superiores de Tecnologia – 3ª edição. 2016**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid. Acesso em 10 de jan. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Corona vírus covid-19: Sobre a doença**. Brasília, Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em 26/08/2020.

DOTTA, Sílvia; BRAGA, Juliana; PIMENTEL, Edson. **Condução de aulas síncronas em sistemas de webconferência multimodal e multimídia**. BRAZILIAN SYMPOSIUM ON COMPUTERS IN EDUCATION - SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO - SBIE, 2012.

FARIAS, Mirian Zuqueto. GIORDANO, Cassio Cristiano. **Educação em tempos de pandemia de Covid-19: adaptação ao ensino remoto para crianças e adolescentes**. Série Educar - volume 44 Tecnologias. 1ª edição. Belo Horizonte: editora Poisson. Disponível: (PDF) O blog como ferramenta utilizada para interação e comunicação de estudantes em uma IES de Santa Catarina (researchgate.net). Acesso em 12 de jan. 2021.

GIORDANO, C. C. FARIAS, M. Z. Educação em tempos de pandemia de COVID-19: Adaptação ao ensino remoto para crianças e adolescentes. **Série Educar – Volume 44 – Tecnologias**. Horizonte–MG: Poisson; 2020. p.60-71

JONES, Sue Jenkyn. **Fashion design: o manual do estilista**. Tradução de Iara Biderman. 3. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.

LIMA, C. M. A. de O. Informações sobre o novo coronavírus (COVID-19). **Radiol Bras.**, v. 53, n. 2, p. :V-VI, 2020.

LIZIERI, C. et al. Preparação e Condução de uma Aula Síncrona On-Line em um Curso a Distância de Formação de Professores. Congresso Brasileiro de Informática na Educação, 7º., 2018, Minas Gerais. Anais do XXIV Workshop de Informática na Escola, 2018. Anais Educon 2020, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 16, p. 10-14, set. 2020.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. **Por um novo conceito e paradigma de educação digital online.** Revista UFG, 2020, v.20.

SANTANDES, Rauanna *et al.* **Covid-19 em tempos de isolamento: educação não formal e jogos para informar e sensibilizar.** Arquivos do Mudi, v. 24, n. 2, p. 127 - 139, ano 2020. Disponível em www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi. Acesso em 12/01/2020.

SANTOS, A. R. dos; NASCIMENTO, F. G. M. do.; BENEDETTI, T. R. Uso do Jogo Plague Inc.: uma possibilidade para o Ensino de Ciências em tempos da COVID-19. **Braz. J. of Develop.** v. 6, n. 5, p. 25909-25928, 2020.

SOUSA, Nubia Rodrigues de. **Ludicidade do adulto: como recursos lúdicos podem ser utilizados para o auxílio nos processos de enfrentamento em casos de transtorno de ansiedade e depressão.** Portal dos Psicólogos. 2019.

UNA-SUS. **Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus.** Brasília: Universidade Aberta do SUS, 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>>. Acesso em 26/08/2020.

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. **Projeto Pedagógico do Curso Design de Moda.** Fortaleza: UNIFOR. 2014.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Disrupção educacional e resposta COVID-19. 2020.a. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>/Acesso em 15/01/2021.

VIDOTTI, A. P. et al. Covid-19 em tempos de isolamento: Educação não formal e jogos para informar e sensibilizar. **Arquivos do Mudi.** v. 24, n 2, p. 127 - 139, ano 2020.

TREPTOW, Doris. Inventando Moda: Planejamento de Coleções. Ed 5, Treptow, 2013.

CAPÍTULO 6

EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE, NO CONTEXTO DE UMA PANDEMIA - A PARTIR DA ORQUESTRAÇÃO DE VOZES DIVERSAS

Data de aceite: 17/02/2021

Data da submissão: 26/11/2020

Gabrielly Bos de Oliveira

Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.
<http://lattes.cnpq.br/1937777637013780>

Gabriela Maria Natividade

Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.
<http://lattes.cnpq.br/5354226989876976>

Marco Aurelio da Ros

Universidade do Vale do Itajaí, Santa Catarina.
<http://lattes.cnpq.br/1714083442014517>

RESUMO: Este trabalho é um relato de experiência e tem por objetivo fomentar a Educação Popular em Saúde como ferramenta nas ações da Atenção Primária à Saúde, no contexto de uma pandemia. Se refere a um trabalho de conclusão da residência multiprofissional da Universidade do Vale do Itajaí, a partir das vivências de duas residentes no município de Brusque-SC. Foram coletados dados, através de diários de campo das residentes e utilizada a análise temática de conteúdo como guia, para produzir inferências no material. Conclui-se, desse modo, que a incorporação da Educação Popular em Saúde às práticas da Atenção Primária à Saúde se manifestou uma importante ferramenta em busca da integralidade nas ações, principalmente quando estas ocorrem mediante a troca de conhecimentos, estabelecendo mais do que uma simples transferência, um ato de criar e

transformar. Mostrou-se indispensável, o uso das tecnologias leves como produtoras de sentidos e cuidado. Ademais, propõe-se a tecnologia social de um novo modelo de trabalho do Núcleo de Atenção à Saúde da Família, que tem por objetivo apoiar, ampliar e aperfeiçoar a atenção e a gestão da saúde na Atenção Primária/Saúde da Família.

PALAVRAS - CHAVE: Educação popular em Saúde. Atenção Primária à Saúde. COVID19. Pandemia. SUS.

POPULAR HEALTH EDUCATION, IN THE CONTEXT OF A PANDEMIC – FROM THE MULTIPLE VOICE ORCHESTRATION

ABSTRACT: This paper is an experience report and had the objective of increasing Popular Health Educations as an instrument in Primary Health Care actions, in a pandemic context. It refers to a multiprofessional residency conclusion work at Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, based on the experience of two residents in Brusque – SC. Data were collected through residents' field diaries and thematic contest analysis was used as a guide to produce inferences in the material. It is concluded, therefore, that the incorporation of Popular Health Education into the practices of primary Health Care has proved to be an important tool in search of integrality in actions, especially when they occur through the knowledge exchange, establishing more than a simple transference, an act of creating and transforming. The use of light technologies as a producer of senses and care proved to be indispensable. In addition, it proposes social technology in a new work model at Primary

Family Health Care Center, which has the goal of supporting, enlarging and perfecting an attention and management in Primary Care/Family Health.

KEYWORDS: popular health education; primary health care; COVID19; pandemic; SUS.

1 | INTRODUÇÃO

Este relato de experiência, se refere a um trabalho de conclusão da residência multiprofissional da Universidade do Vale do Itajaí, a partir das vivências de duas residentes no município de Brusque-SC. Este projeto faz parte de uma pesquisa intitulada “Relações educativas no processo de conquista do direito à saúde nas práticas de ensino pesquisa e extensão em uma universidade comunitária do sul do Brasil”, aprovado no CEP com número 2.643.843. O presente trabalho está vinculado aos seguintes objetivos específicos da pesquisa citada: conhecer os sujeitos participantes da prática educativa e seus posicionamentos quanto ao processo de aprendizagem e descrever produtos das práticas educativas de ensino pesquisa e extensão da universidade envolvida, com o direito à saúde.

Ao percorrer este relato, algumas etapas se apresentam aparentemente indeterminadas assim como foi a realidade da vivência em campo. Um emaranhado de muitas (e valiosas) experiências que não seguiram roteiros previamente dados, mas sim desconhecidos. A rotina de prática no serviço da atenção primária foi um desafio, devido ao contexto de uma pandemia que modificou todos os processos de trabalho e trouxe diversas situações, não previstas para o cotidiano do serviço.

As inquietações que me levaram a desenvolver este relato de experiência, nasceram do cotidiano de trabalho, no contexto de uma pandemia, a partir do compartilhamento de ideias com uma colega e dupla de tantos desconfortos e debates. Juntas, notamos no cenário de prática da APS (Atenção Primária à Saúde), através de nossa atuação no NASF (Núcleo de Atenção à Saúde da Família) os insucessos de grupos e atividades coletivas/ intersetoriais, falta de adesão a atendimentos e falta da participação popular nos espaços sociais da comunidade. Portanto, o que me atraiu foi a aproximação em direção ao que gostaria de conhecer: o outro e a sua realidade.

Minhas experiências acadêmicas, desde o período de formação até o presente momento, perpassam por intensas experiências de estágio em unidades básicas de saúde, quanto de vivências como o VER-SUS /BRASIL¹. Ao qual me proporcionaram ampliar meu olhar acerca das práticas e ações promovidas nos espaços de saúde coletiva. Foi no cotidiano de trabalho, do NASF, e na construção interdisciplinar de saberes, que nasceu o desejo pelo uso da educação popular, como importante ferramenta para a tecnologia social do modelo de trabalho do NASF na pandemia.

1 O programa de Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (SUS) foi extinto, e não encontra-se mais em vigor. De acordo com o Ministério da Saúde, “o VER-SUS/BRASIL faz parte de uma estratégia do Ministério da Saúde e do Movimento Estudantil da área da saúde, que aproxima os estudantes universitários aos desafios inerentes à consolidação do SUS em todo o território nacional. Representa também, um compromisso do gestor do SUS com a aprendizagem dos estudantes que se preparam para este setor”.

Para tanto, este relato de experiência tem por objetivo fomentar a Educação Popular em Saúde como ferramenta nas ações da Atenção Primária à Saúde, no contexto de uma pandemia. Utilizando das preposições de Minayo em que, “a realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela” (MINAYO, 2001, p.15).

Ao coletar os dados de pesquisa, através de diários de campo, foi utilizada a análise temática de conteúdo como guia, para produzir inferências no material. A análise temática de conteúdo não se interessa com a frequência mas a significância, é um estudo social de natureza qualitativa com movimentos da dialética (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014). A análise deste relato, seus resultados e discussões, deve ser sempre encarada de forma provisória e aproximativa. Esse posicionamento partilhado, se baseia nas vivências em dado contexto de organização social da produção, do município de Brusque ao qual atuei durante minha formação em Residência Multiprofissional/ Saúde da Família.

Tendo em vista que a pesquisa é um processo de trabalho em espiral, que começa com um problema e termina com um produto provisório, capaz de dar origem a novas interrogações, a proposta apresentada é de que não há como fazer educação em saúde sem acessar as necessidades reais das pessoas. Somente por meio dessas necessidades conhecidas e acessadas, é possível propor tecnologias sociais. Uma destas tecnologias sociais aqui propostas é um novo modelo de trabalho do NASF (Núcleo de Atenção à Saúde da Família), que tem/tinha por objetivo apoiar, ampliar e aperfeiçoar a atenção e a gestão da saúde na Atenção Básica/Saúde da Família (BRASIL, 2009)

Em consonância com tais preceitos, o Conselho nacional de saúde e sua recomendação nº 018, de 26 de março de 2020, foram realizadas algumas orientações ao trabalho/atuação dos residentes em Saúde, no âmbito dos serviços de saúde, durante a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Doença por Coronavírus –COVID-19. A observância do Parecer Técnico nº 106/2020, considera que:

“Diante da pandemia de COVID-19 e circulação mundial do novo coronavírus (SARS-CoV-2), torna-se fundamental e de extrema necessidade o investimento em ações de educação popular em saúde, na tentativa de diminuir a infecção pelo vírus, nos diferentes territórios do país” (BRASIL, 2020).

Também, cabe destacar algumas informações a respeito do município ao qual foi vivenciado o presente relato. Brusque faz parte da região de municípios que contemplam o médio vale do Itajaí no estado de Santa Catarina. Com população estimada de 134.723 habitantes (IBGE,2019), para o desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde, possui vinte e seis Unidades Básicas de Saúde (UBS), trinta e cinco Equipes de Saúde da Família (ESF) com vinte e quatro Equipes de Saúde Bucal, dois Núcleos de Atenção à Saúde da Família (NASF) e uma Academia da Saúde.

A colonização da cidade de Brusque iniciou em terras localizadas a margem direita

do rio Itajaí-Mirim. Brusque foi colonizada por irlandeses, britânicos, italianos e poloneses. Foram inclusive alguns poloneses que trouxeram à cidade técnicas de tecelagem e fundaram as primeiras fábricas na cidade. Porém os primeiros imigrantes foram os alemães, sendo assim a cidade possui diversas festas típicas e turismos acerca da cultura alemã, também observada na sua arquitetura.

Brusque é conhecida como “Berço da Fiação Catarinense” e “Cidade dos Tecidos” pois foi na cidade que se iniciou um dos maiores polos têxteis de Santa Catarina e do Brasil. O processo de formação das grandes empresas têxteis de Brusque: Renaux, Buettner e Schlösser coincide com o primeiro período de expansão do capitalismo monopolista mundial, iniciado a partir de 1880.

Apesar dos pontos citados anteriormente, a cidade de Brusque possui desigualdades entre classes, muito evidentes. Em determinados bairros concentram-se os moradores com maior poder aquisitivo, em geral donos de empresas, laboratórios, indústria têxtil etc. Por outro lado os trabalhadores das indústrias, que moram em bairros muito distantes do centro da cidade. Por se tratar de um município com muitos investimentos em indústrias, existe a exploração das classes trabalhadoras, num ideal voltado para a produção do capital.

Neste contexto, está posta a configuração dos conceitos de Gramsci (1977), a hegemonia se dá pelo pensamento e prática, gestada por uma minoria da população, os que detêm o poder, principalmente econômico, mas também político (levando em conta, por exemplo, que os conselheiros de saúde do município são donos de grandes laboratórios da cidade). Essa minoria que detém de poder, exerce coerção ou cooptação de classes que não detêm esse poder, classes essas chamadas por Gramsci de subalternas. Assim, é “anulada a autonomia das classes subalternas”, pois a “ditadura moderna” ou contemporânea, ao mesmo tempo em que suprime algumas “formas de autonomia de classe, empenha-se em incorporá-las na atividade estatal: isto é, a centralidade de toda a vida nacional nas mãos das classes dominantes torna-se frenética e absorvente” (GRAMSCI, 1977, p. 303)

Esta hegemonia se expressa de formas diversas em Brusque: na lógica do lucro com doença imposta por muitos detentores de poder e donos de laboratórios particulares, pela compreensão de que a saúde não é um direito, e sim um bem de mercado. Pelo ritmo frenético de produção ao qual cercam-se as indústrias têxtil. Pela distinção de classes observadas em diversos espaços da cidade, devido a elevadas classes econômicas presentes. Em muitos momentos se expressa também no não reconhecimento à diversidade, muitas famílias dizem-se “conservadoras”, demonstrando preconceito muito grande em relação a relação a moradores do município, vindos de outros estados.

Assim, uma aliança de classes dominantes, conforme observamos em Brusque, consegue transcender os próprios interesses corporativos e incorporar pelo menos alguns interesses das classes subalternas, de forma que, parece representar os interesses da sociedade como um todo. Isso mostrou-se evidente quando os empresários do município juntaram forças para definir junto ao secretário de saúde o período de dias que seriam

concedidos aos trabalhadores, após passarem pelo Centro de Triagens da COVID19.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando que o relato de experiência nasceu de uma inquietação, conforme já foi mencionado, minha e de uma colega de residência, ambas nos separamos para trabalhar de forma diferente as mesmas experiências vividas. A partir disso, elencamos algumas categorias teóricas, para a construção de dois artigos com eixos diferenciados, um ligado a Educação Popular em Saúde (EPS) como ferramenta em combate a pandemia e resgate do SUS, e outro ligado a tecnologia do modelo social de trabalho do NASF na pandemia. A seguir referencial teórico ligado ao eixo deste relato de experiência: a Educação Popular em Saúde (EPS) como ferramenta em combate a pandemia e resgate do SUS.

2.1 O Contexto da Saúde

Tendo em vista que serão abordados, no decorrer do relato, alguns conceitos relacionados a serviços e programas da Atenção Primária em saúde, este tópico sintetiza alguns conceitos e contextualiza o nível de atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS).

A hegemonia do modelo biomédico, gera um movimento de críticas que assume relevância internacional a partir dos anos de 1970, intensificando-se no Brasil, na segunda metade dos anos de 1980, devido o país, neste período, estar num contexto de lutas pelo fim da ditadura militar, por democracia e por direitos de cidadania (FERTONANI, 2015).

As seguintes mudanças se expressam fundamentalmente na 8ª Conferência Nacional de Saúde e na promulgação da Constituição de 1988, culminando na conquista do SUS, em 1990. Os princípios do SUS passaram a ser um eixo de orientação para as práticas assistenciais, contemplando o acesso universal e igualitário, a regionalização, a hierarquização e a descentralização dos serviços de saúde, o atendimento na perspectiva da integralidade e a participação popular (FERTONANI, 2015).

Cabe salientar que, ainda no ano de 1991, por meio do convênio entre a Fundação Nacional de Saúde e as Secretarias de Estado da Saúde, é criado o PACS (Programa de Agentes Comunitários de Saúde) implantação que ocorreu, inicialmente, na Região Nordeste, frente à epidemia da cólera, com impacto significativo nos indicadores, quando comparados aos de regiões não cobertas pelo Programa (MARTINES, CHAVES, 2007).

Neste cenário, e pautado sob a lógica do PACS, no ano de 1994, surge o Programa Saúde da Família, depois denominado de Estratégia Saúde da Família (ESF) pelo Ministério da Saúde, o qual se constitui em uma das principais tentativas de superação os problemas decorrentes do modelo biomédico e também de busca da implementação dos princípios do SUS, em especial, tornando a família eixo norteador em relação aos fatores do processo saúde-doença da população.

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), tem por função a primeira aproximação com as famílias, o acompanhamento e encaminhamentos a tratamentos e/ou cuidados dispensados àquela (s) família (s). Se tornando assim, o elo fundamental para a eficiência e eficácia da proposta da ESF, pois além de conhecer de perto a comunidade, promove a troca de saberes entre as pessoas da comunidade e os profissionais (SILVA; DALMASO, 2002; DAL POZ, 2002)

A ESF é composta por, no mínimo: (I) médico generalista, ou especialista em Saúde da Família, ou médico de Família e Comunidade; (II) enfermeiro generalista ou especialista em Saúde da Família; (III) auxiliar ou técnico de enfermagem; e (IV) agentes comunitários de saúde. Podem ser acrescentados a essa composição os profissionais de Saúde Bucal: cirurgião-dentista generalista ou especialista em Saúde da Família, auxiliar e/ou técnico em Saúde Bucal. A partir disso a ESF é apresentada como eixo estruturante do processo de reorganização do sistema de saúde, baseado na Atenção Primária à Saúde (APS) (FERTONANI, 2015).

Devido a necessidade de apoio e ampliação de ações de Atenção Primária e da ESF, foram criados os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), cujas propostas são prestar assistência às demandas populacionais não alcançadas pelas equipes que compõem a ESF, como para apoiar essas equipes na efetivação da rede de serviços e ampliar sua abrangência, visando melhorar a qualidade da assistência à população no nível da Atenção Primária (BRASIL, 2008).

O NASF é constituído por uma equipe de apoio e o objetivo principal de suas ações é possibilitar maior qualidade à assistência prestada e não apenas “suprir a demanda”. Apresenta, dentre seus desafios, a necessidade de mudança da cultura organizacional no Sistema Único de Saúde (SUS), que, historicamente, vem priorizando a quantidade de procedimentos em detrimento de sua qualidade; o referenciamento em prejuízo da resolubilidade na Atenção Básica; e a avaliação de impacto e indicadores de saúde com abordagem simplesmente quantitativa (ANJOS, 2013).

Assim também, vale mencionar que a Política Nacional de Educação Popular (EP) em Saúde no SUS (PNEPS-SUS) menciona que: “Em dezembro de 1998, profissionais de saúde e algumas lideranças populares criaram a Rede Nacional de Educação Popular em Saúde, contando com apoio institucional da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz” (BRASIL, 2013, p. 7).

Durante os anos seguintes o movimento de EP vai avançando, sendo criada em 2003 a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular em Saúde (ANEPS) e, em 2005, a Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP). No nível institucional, em 2009, a Secretaria de Gestão Participativa do Ministério da Saúde [...] criou o Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (CNEPS) com a missão de qualificar a interlocução com os coletivos e movimentos de EPS, bem como, acompanhar o processo de formulação desta política no contexto do SUS (BRASIL, 2012, p. 8). A PNEPS-

SUS é, portanto, uma política do Ministério da Saúde, fruto de um trabalho conjunto entre a instituição e o movimento social.

2.2 Conceito de Saúde

Diversas reflexões são levantadas a respeito da saúde, para além de uma visão centrada no hospital ou no adoecimento em si, mas também entendida como um processo que permite refletir sobre o social e sua constituição. Ademais, a forma de entender o conceito de saúde, nos leva a conceber práticas específicas, diante das situações que vivenciamos no cotidiano de trabalho. Neste relato de experiência, nos interessa discutir saúde, a partir do conceito abrangente e ampliado da 8ª Conferência Nacional de Saúde:

“Em seu sentido mais abrangente, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida, a saúde não é um conceito abstrato. Define-se no contexto histórico de determinada sociedade e num dado momento de seu desenvolvimento, devendo ser conquistada pela população em suas lutas cotidianas”. (BRASIL, 1986, p. 44).

A fim de ampliar o conceito de saúde é necessário compreender o quanto ela é influenciada pelas formas de organização da vida cotidiana, e das relações do sujeito com o meio ambiente, sendo resultado do conjunto de experiência social, determinada pela forma como se organiza certa sociedade. Para tanto o conceito de determinação social é importante aliado neste processo. Sendo a determinação social da saúde um referencial teórico que discute a abrangência da coletividade e do caráter histórico-social do processo saúde-doença, não colocando em foco discussões de dados epidemiológicos individuais (ROCHA; DAVID, 2015).

2.3 Tecnologias em Saúde

Partindo do conceito de saúde ampliado, que envolve múltiplas determinações, entende-se que a saúde não depende apenas de fatores biológicos, portanto, nem sempre é possível colaborar com soluções para o cotidiano do SUS, apenas com uso de ferramentas palpáveis e materiais. Ademais, num contexto que gera a necessidade de pensar novas formas de agir - uma pandemia, é preciso conhecer o que é tecnologia e os tipos de tecnologias possíveis para a solução dos problemas de saúde.

Para Cupani (2016), entende-se que a tecnologia tem haver com as técnicas sem as quais não seria possível a vida humana. De acordo com o autor, a tecnologia existe sempre que uma determinada técnica é aperfeiçoada ou uma técnica nova é produzida e se utiliza de conhecimento abstrato que permite, sobretudo, o conhecimento científico, uma extensão muito maior da aplicação da inteligência teórica humana ao resolver problemas práticos da vida.

A tecnologia também tem a ver com uma ciência, mas não é somente ciência, isso porque os conhecimentos da ciência em sua natureza são abstratos e universais, pensam principalmente nas leis físicas e a tecnologia consiste em construir sistemas sempre complexos, de modo que a aplicação da ciência para construir tecnologia, requer sempre uma adaptação dos conhecimentos gerais aos casos particulares. Também porque a tecnologia supõe sempre um ato criativo, uma invenção, que encarna valores, sobretudo valores da eficiência e do controle da natureza, ou em geral da realidade a qual se aplica (CUPANI, 2016). A existência de artefatos tecnológicos não se explica apenas pela existência de suas causas e efeitos, físicos ou naturais em sentido amplo que implicam, mas sobretudo pela intenção ou intencionalidade que recaiu sobre a sua criação.

Portanto, este relato pretende voltar os olhares para o encontro do trabalhador em saúde e usuário, e a utilização de tecnologias leve-duras e leves, nas ações em saúde. As tecnologias leve-duras, estão relacionadas a conexão entre os saberes/conhecimentos da intervenção do trabalhador em saúde e a interação que realiza no encontro com o usuário. Enquanto as tecnologias leves acontecem no campo de relação entre trabalhador-usuário, encontros geradores de potência, a partir das relações estabelecidas entre os dois sujeitos (MERHY, 2002, *apud*, DA ROS; MAEYAMA; LEOPARDI, 2012).

De encontro, a tecnologia social se refere aos processos e métodos utilizados para articular teoria e prática, a fim de responder às demandas sociais, colaborando com a transformação social e favorecendo a qualidade de vida, cujo o resultado deve ser avaliado de acordo com critérios previstos (DA ROS; MAEYAMA; LEOPARDI, 2012). Dessa forma, por meio de sua rotina de trabalho o NASF utiliza o modelo da tecnologia social, são exemplos os grupos de educação em saúde, os atendimentos/visitas multiprofissionais, dentre tantas outras atividades.

2.4 Educação Popular em Saúde

A partir dos olhares propostos pelos conceitos acima, o presente relato de experiência baseia seu referencial de Educação Popular, no trabalho de Paulo Freire. Na perspectiva de Freire, existem dois modos de pensar educação. A educação bancária (ou sanitária) que acontece de modo unilateral, por meio da transferência de conhecimento, uma concepção que pressupõe o educando como um recipiente vazio que precisa ser preenchido. “A educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2005, p. 66). Na contramão deste pensamento, a Educação Popular (EP), pressupõe que todos detêm algum tipo de saber, que ninguém vive só na ignorância e, também, que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2005, p. 78).

Tais ideias trabalhadas por Paulo Freire se mostram muito férteis no campo da saúde coletiva, pois fortalecem as críticas feita às práticas de educação sanitária e abrem caminhos para a construção de práticas “que diferenciam o sistema público brasileiro de

outros sistemas nacionais de saúde” (VASCONCELOS; VASCONCELOS; SILVA, 2015, p. 94).

Sob o mesmo ponto de vista, cabe ressaltar o princípio da integralidade, considerada, de acordo com BRASIL (2009), a principal diretriz a ser praticada pelo NASF. Ela pode ser compreendida em três sentidos: (a) a abordagem integral do indivíduo considerando seu contexto social, familiar e cultural e com garantia de cuidado longitudinal; (b) as práticas de saúde organizadas a partir da integração das ações de promoção, prevenção, reabilitação e cura; além de (c) a organização do sistema de saúde de forma a garantir o acesso às redes de atenção, conforme as necessidades de sua população (BRASIL, 2009).

Por conseguinte, o essencial para a EP é provocar reflexões e despertar novas formas de relação com as experiências vividas da população. Ao provocar os elementos da vida, faz-se com que as pessoas pensem porque respondem daquela forma, a determinadas perguntas, ou situações problema. Assim se torna possível, acessar o local onde produzem seus modos de vida e se relacionam. Paulo Freire menciona o termo “ação problematizadora”, como a ênfase no sujeito que discute os problemas, a partir da realidade (com todas suas contradições), na busca por explicações que possam favorecer transformações necessárias (DE CASTRO PITANO, 2017).

A seguir, dois princípios básicos da Educação Popular: primeiro que ela compreende o outro como sujeito que detém saber sobre, seu modo de vida, seu cuidado, sua comunidade, seu corpo, entre outros. Além disso, para a Educação Popular o homem é um ser inacabado, que está em constante construção e que se constitui nas relações sociais. Coerente com estes princípios, se organiza em práticas horizontais e participativas, que conectam as pessoas, através do diálogo, para refletir sobre seus problemas, necessidades etc. (FREIRE, 2005).

Sob este ponto de vista, ao falar em Educação Popular, falamos em reflexão crítica sobre as práticas sociais e sobre nós mesmos. De acordo com Cruz (2015) vivenciar a Educação Popular na sua maneira mais concreta oportuniza viver outro tipo de prática social, que marcha na construção de uma organização social mais justa, humana e democrática, lutando pela emancipação das classes e dos grupos desfavorecidos de nossa sociedade.

Tais concepções se concretizam na medida em que o termo popular se remete a uma intencionalidade política e uma dimensão metodológica, que podem ser aplicadas em quaisquer que sejam os espaços e as áreas de atuação (MELO, 2014). Ao investigar como o termo popular é compreendido por aqueles que vivenciam, dirigem ou assessoram movimentos sociais, Melo (2004) encontrou sua origem nos esforços, necessidades e demandas das maiorias, das classes populares, daqueles que vivem e viverão do trabalho. Além disso, ele identificou que o popular exige uma dimensão política, envolvendo os interesses da maioria, e resistindo a qualquer tipo de opressão.

Assim, a Educação Popular está ancorada em princípios éticos e culturais compromissados com o popular, não apenas como referencial teórico-metodológico para a

construção de políticas, mas também como referencial para as práticas sociais com amplo poder de agregação (BONETTI; CHAGAST SIQUEIRA, 2014).

Por conseguinte, a Educação Popular em Saúde (EPS), se preocupa com a construção de sujeitos políticos, envolvidos na luta pela saúde, que implica na luta por melhores condições de vida para todos e o questionamento profundo das iniquidades, injustiças sociais e econômicas. Assim, a EPS assume uma posição de questionamento por meio de práticas educativas capazes de fortalecer a população para se organizar em busca dos seus direitos a saúde (VALLA, 2000).

Ao constituir um campo de reflexões e práticas que questiona as iniciativas educativas verticalizadas e normatizadoras na prática da promoção da saúde, a EPS contempla a participação popular como estratégia para a conquista da integralidade na atenção e o estímulo à criticidade e à ação sobre a realidade social (FIRMINO, 2010). Logo, por meio da EPS é possível fortalecer a participação social, os espaços democráticos, promover um trabalho coletivo e práticas de cuidado integrativas que articulem saberes populares e científicos capazes de promover a saúde da população de modo crítico.

De encontro, com estes pensamentos, na vivência enquanto residente, busquei manter um olhar crítico sobre a realidade a qual atuei, a fim de impedir que o trabalho em saúde, fosse reduzido a uma rotina pragmática, baseada somente em registros e cumprimento de metas. Surgiram assim os seguintes questionamentos: Ouvimos a população de fato? Quando ouvimos, o que fazemos com suas necessidades e desejos? Incentivamos a luta pelo direito à saúde? Estamos empenhados em reconstruir o modelo de atenção do SUS? O que podemos fazer?

Ao refletir cotidianamente sobre estes questionamentos e sobre as concepções das práticas educativas que estão ancorados os modelos de atenção à saúde, visualizei o potencial para o desenvolvimento da EPS, dentro dos espaços da Atenção Primária à Saúde (APS), visto ser neste nível de atenção, em que são identificadas novas abordagens educativas, na perspectiva da humanização e do cuidado em saúde.

Mediante o exposto, busquei explorar no relato de experiência, os muitos encontros que tive ao longo do caminho em minha trajetória de vivências. Os encontros estão organizados em diversos cenários e contextos, junto da população por meio de ações educativas, de modo que todos que ali estivessem fossem educandos e educadores, optando por metodologias nas quais as pessoas pudessem contribuir como verdadeiros sujeitos destas, estimulando sua fala e praticado o exercício do diálogo.

A partir deste referencial da EPS, no campo de práticas foi enfatizado o compartilhamento de experiências e a valorização dos conhecimentos trazidos pelo outro, na tentativa de despertar o protagonismo dos sujeitos em seu processo de cuidado e auxiliar na construção de novos saberes. Esta prática aconteceu através do incentivo a contação de histórias, casos e causos, questionando e escutando. Essas técnicas constituíram caminhos pelos quais vivenciei uma dimensão problematizadora da educação,

e não narradora ou dissertadora.

3 | CAMINHOS PERCORRIDOS

Pensar nos caminhos percorridos, neste relato, é uma tarefa intensa. Desde o início das experiências vivenciadas, até a chegada da pandemia mundial da COVID-19, muitos acontecimentos se sucederam. No entanto, o objetivo da pesquisa permaneceu o mesmo: fomentar a Educação Popular em Saúde como uma ferramenta das ações em saúde na APS (Atenção Primária à Saúde), no município de Brusque, Santa Catarina, Brasil.

Este capítulo está organizado com os caminhos percorridos e as muitas mudanças que ocorreram, emergindo novos olhares e questões a serem discutidas.

3.1 Grupo de Educação Popular em Saúde

Partindo do pressuposto que a EPS é uma importante ferramenta em busca da integralidade nas ações em saúde, principalmente quando esta ocorre mediante a troca de conhecimentos, entre trabalhadores e usuários, estabelecendo mais do que um ensino e uma aprendizagem, um ato de criar e transformar, iniciei uma busca por práticas e ações de EPS no território ao qual atuava com Psicóloga Residente. Surgindo assim a ideia de um encontro de moradores, com o objetivo de compreender de que forma a EP pode colaborar como ferramenta em ações de saúde, que estejam coerentes com as necessidades dos sujeitos envolvidos.

Foi então que, numa bela tarde ensolarada, reuniu-se na casa da senhora Margarida², suas duas filhas, e três vizinhas. O encontro contou também com a presença de uma ACS (Agente Comunitária de Saúde). Ao chegarmos na residência, fomos alegremente acolhidas, nosso primeiro ponto de encontro foi a cozinha. Juntas colocamos a mesa e fomos compondo elementos não apenas comestíveis, mas também afetivos.

No decorrer do encontro naturalmente foram surgindo assuntos relacionados às origens de cada participante e de seus familiares. A partir disso, houve resgate de várias memórias da infância e juventude, de elementos culturais, como sotaque e ditos populares. Algumas emoções emergiram das participantes que lacrimejaram os olhos com lembranças relacionadas às suas cidades de origem.

Após terminarmos o café, realizamos uma caminhada no entorno da casa, passamos pelo jardim, quintal e horta. Um aspecto importante observado neste encontro, foi o fortalecimento do vínculo entre o grupo e conosco, expresso por meio de abraços e gestos de carinho. Estavam presentes mulheres com histórias de vida muito diferentes, mas que utilizaram daquele espaço de convivência para realizar diversas trocas afetivas, promovendo saúde.

A partir da experiência que tivemos na casa da Senhora Margarida, confirmamos

² O nome foi modificado devido sigilo.

que o movimento de busca pelas práticas e ações de educação popular, promove o diálogo entre os próprios usuários e corresponsabilização do cuidado, assim como incentiva os sujeitos a adotarem uma postura ativa em seus ambientes políticos e sociais. Neste meio tempo, um novo ano estava a caminho e trazia consigo novidades.

3.2 Aproximando Agentes Comunitárias de Saúde

Um segundo momento importante vivenciado nesta trajetória, foi uma roda de conversa realizada com as ACS da UBS ao qual atuava. Foram propostas algumas questões problematizadoras (relacionadas ao histórico, criação, princípios e serviços do SUS) para que as ACS pudessem discutir e dialogar sobre o SUS e a importância do seu fortalecimento. Partindo do princípio de que os ACS precisam ser fortalecidas pois são considerados membros efetivos do trabalho no SUS, não apenas como elo da UBS e da população, mas como atores importantes para a execução de determinadas ações em saúde, representando personagens-chave na implantação de políticas voltadas para a reorientação do modelo de assistência em saúde (SILVA; DALMASO, 2002). Pensar sobre as questões problematizadoras propostas, remete repensar o modelo de saúde proposto e à valorização dos saberes populares.

Um fator importante a ser considerado no encontro, foi o desconhecimento das ACSs sobre o papel da conquista popular, na luta pela construção do SUS. Muitas acreditavam que o SUS, havia sido criado a partir de uma obra do governo, partido ou Estado. A partir desta concepção errônea, foi esclarecido que o SUS é uma conquista do povo brasileiro depois de muita persistência, marcada pelo paradigma da produção social da saúde, caracterizado por uma nova e ampliada concepção do processo saúde-doença.

Também, muitas não tinham conhecimento sobre o próprio histórico do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Estratégia de Saúde da Família (ESF). Ao serem atores sociais importantes na luta pela participação social e pelo direito à saúde, se torna imprescindível, que conheçam o lugar que ocupam, o histórico de sua profissão e o papel importante que carregam.

Ademais, algumas tensões foram geradas pela roda, ao ser mencionada a importância do posicionamento ético-político, enquanto trabalhadoras da saúde. As tensões se deram pelo posicionamento e reações (algumas saíram da roda) de algumas ACSs, que trouxeram jargões como “política não se discute”. Em contrapartida, foi reforçada a ideia de que a política é necessária para garantir a saúde de todos e que independentemente de partidos e posições partidários, precisamos reforçar a defesa do SUS que garante muitos direitos e saúde, para todos sem distinção.

Como resultado deste rico encontro, foi evidente que as ACSs estreitaram seus laços afetivos com os participantes da roda de conversa, surgindo comentários de que iriam relatar aquilo que conheceram de novo sobre o SUS e sobre seu trabalho, para seus familiares e usuários. Essa roda de conversa também instigou a curiosidade do dentista

da UBS, que em momento posterior questionou sobre o que havia sido realizado, além de relatar que gostaria de ter participado.

Por fim, este foi um passo importante na construção de alianças para a criação de grupos de educação popular com os moradores do bairro.

3.3 Vigilância Sanitária/Epidemiológica

Após duas experiências de aprendizado com práticas de EPS mencionadas nos tópicos anteriores, o cenário de práticas do NASF e a conjuntura do serviço da UBS mudaram, devido a pandemia causada pela doença COVID19. As equipes de NASF foram convocadas para estarem presentes na sede das Vigilâncias em Saúde do município, órgão que faz parte da Atenção Primária à Saúde e um dos principais responsáveis pelas ações de combate e fiscalização da pandemia no Brasil.

A proposta passada a nós pela Vigilância, foi realizar barreiras sanitárias em pontos de calor espalhados pela cidade, esses pontos de calor caracterizavam locais onde se concentravam maior número de pessoas que não utilizavam máscaras, maior número de pessoas acompanhadas em domicílio devido contaminação por COVID-19 e onde havia maior circulação de pessoas como: supermercados, bancos e o centro da cidade. Nesses locais as equipes designadas faziam a medição da temperatura, distribuição de máscaras e orientações sobre cuidados de higiene relacionados ao coronavírus.

Outro local ao qual foram designados os profissionais do NASF, foram as barreiras sanitárias realizadas na entrada da cidade. Neste serviço, foi realizada aferição de temperatura, averiguação de sintomas de síndrome gripal, além de orientação sobre locais e serviços em funcionamento. Nas barreiras, ao encontrar alguém com sintomas expressivos e/ou febre, era solicitada a assinatura de um termo de comprometimento, para irem até o CT (Centro de Triagens) municipal (Brusque), ou para que retornasse ao seu município de origem (caso o sujeito residisse em outra cidade). Além disso foram fornecidas máscaras de proteção, doadas por confecções da região.

Esta modalidade de trabalho proporcionou um tempo muito curto para ter alguma conversa longa e detalhada com as pessoas que passavam de carro, porém ainda assim, foi possível colher bons frutos desta experiência. Um dos principais tensionamentos gerados, aconteceu por meio dos questionamentos que realizamos, em especial aos carros com placas de fora do município. Ao serem questionados sobre o motivo de suas vindas, muitos relataram estar passeando ou fazendo compras. Nos coube, neste caso, a responsabilidade de alertá-los sobre esta prática.

Diante desta experiência, observamos comportamentos diversos, muitas pessoas demonstravam desconforto pelo trânsito mais lento, ou pelo fato de terem que parar para serem questionadas e orientadas em relação a pandemia e aos cuidados necessários. Em contrapartida, outros elogiavam o trabalho, reconheciam a importância daquele serviço e mesmo que apenas com um olhar, demonstravam reconhecimento. Em especial,

as pessoas que apresentavam sintomas, eram muito atenciosas, encostando o carro e prontamente aguardando nossa atenção.

A partir dos processos de mudança vivenciados na rotina de trabalho, foi perceptível o distanciamento entre as equipes de NASF, o enfraquecimento da comunicação e fragilidade dos laços construídos entre os próprios trabalhadores e entre os trabalhadores do NASF e das UBSs.

Mediante esta situação, foi proposta uma nova estratégia de trabalho, por parte dos trabalhadores do NASF, para o desenvolvimento de novas ações no território, no contexto da pandemia causada pela COVID19. Assim, após realizada reunião com a coordenação da vigilância sanitária, a proposta acordada foi que os trabalhadores do NASF utilizariam da visita domiciliar, acompanhados de uma ACS do bairro, para realizar educação sanitária com as famílias. Apesar de, a coordenação do serviço da vigilância, solicitar que fosse realizada educação sanitária junto da população, os trabalhadores criaram a oportunidade de realizar educação em saúde.

A educação sanitária está pautada na higienização dos cuidados, tidos como individuais, para que possam ser evitadas as doenças, compreendidas como responsabilidade dos indivíduos. Sendo assim, uma concepção claramente biologista (DA ROS, 2000). Essa era a intenção que a vigilância sanitária tinha para as atividades nos territórios, que fossem distribuídas máscaras e orientados os moradores com relação aos cuidados de higiene. Neste âmbito, a educação sanitária nega a determinação social no processo saúde-doença. Afirmando a concepção de que o educador conhecedor da “verdade científica” que deve inculcar tal conhecimento em uma população (DA ROS, 2000).

Em contrapartida, ao realizar educação em saúde no território, busca-se uma relação entre educador/pesquisador – educando/pesquisado biunívoca, o conceito de saúde utilizado é o da determinação social do processo saúde-doença, a concepção de mundo está calcada no materialismo histórico e a educação é compreendida como prática libertadora (DA ROS, 2000).

São esses pressupostos que dão base para a distinção entre a educação sanitária e educação em saúde. Buscou-se assim, uma concepção não “inculcadora” de educação, nas práticas, mas sim uma construção de conhecimento, baseado no respeito às culturas e modos de vida das pessoas no território, transmitindo informações contextualizadas, tendo por base as relações sociais e o encontro entre os sujeitos.

Durante o período em que atuamos em equipes NASF nos bairros, agora muito mais próximos da população, foi possível compreender a complexidade da situação dos moradores e algumas das justificativas dadas por eles quando questionados sobre o uso das máscaras e cuidados com o coronavírus.

Neste contexto, as visitas domiciliares ganham ainda mais visibilidade, não apenas por permitir uma observação de condições de habitação, higiene, hábitos de vida e dinâmica do contexto familiar, mas também por ser um espaço privilegiado para diálogo e

produção de saberes. Além de proporcionar uma aproximação entre o usuário, a família, a comunidade e o serviço de saúde, desconstruindo o saber biomédico, centrado apenas na doença, permitindo conhecer a experiência social dos sujeitos.

Mais uma vez, estávamos diante da oportunidade de compreender o sofrimento das pessoas, suas angústias, dúvidas e incertezas, a partir de sua realidade concreta. Diante dos caminhos percorridos, o objetivo do trabalho de conclusão de residência (TCR), se concretizou: Fomentar a Educação Popular em Saúde como ferramenta das ações em saúde da Atenção Primária à Saúde, no contexto de uma pandemia.

4 | ANÁLISE DE DADOS/ DISCUSSÃO

Ao percorrer pelas experiências citadas no capítulo anterior, foi utilizada a análise temática de conteúdo para qualificar as vivências e explorar minhas percepções enquanto pesquisadora, sobre o objeto de pesquisa e seus fenômenos. A análise temática de conteúdo é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de categorias de análise, que permitem a realização de inferência de conhecimentos (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014). Outro ponto importante, é que ao analisar e interpretar os conteúdos das vivências realizadas, foi levado em consideração o contexto social e histórico sob o qual os conteúdos foram produzidos.

4.1 Informação? Comunicação? Educação?

Passaram diariamente por nós muitas pessoas desinformadas e desatentas com relação aos cuidados de prevenção que precisam ter relacionados a COVID19. Num destes encontros diários que tivemos com a população, nos encontramos com uma mulher, que relatou estar reutilizando a mesma máscara, de material cirúrgico, a cerca de 60 dias, lavando-a sempre que usava. Ao saber que aquela máscara era descartável, expressou grande espanto e preocupação exclamando: *“Então estou andando desprotegida todo esse tempo?” (sic) (P1)*³.

Atualmente o mundo tecnológico está coberto de novas e muitas informações, ao abrirmos um pequeno aparelho que cabe na palma de nossas mãos, temos acesso a muitas informações. Mas nem sempre esta acessibilidade garante compreensão efetiva diante das orientações. Também não nos garante veracidade e comprovação de tais informações. Como o relato seguinte explicita:

Ao ser indagada sobre a higienização das máscaras de tecido, uma senhora afirmou que após passar o ferro quente, as colocava dentro da geladeira. Segundo a mesma, esta informação procede de uma página da rede social *facebook* a qual acompanha. As informações cruzadas e sem característica científica, são divulgadas em redes sociais e adotadas pelas pessoas sem nenhum critério de julgamento. Pergunte-se: o quanto as tecnologias de comunicação (televisão, celular, panfletos, redes sociais, rádio etc), afetam

3 A letra “P”, com determinado número, refere-se a cada participante do relato de experiência.

as pessoas que as escutam/ouvem/assistem?

Não se trata apenas de escutar, ouvir e ver. Após passar pelos sentidos (biológicos e cognitivos), são manifestados diversos tipos de interpretações e diversos tipos de conclusões, de uma única informação.

Portanto a maneira mais eficaz de esclarecer e divulgar informações, é pelo diálogo, ou seja, trocas de informações de maneira presencial, através do encontro entre os corpos, em que os dois lados expõem suas informações e conhecimentos, a fim de chegar a uma conclusão mais plausível e verdadeira de acordo com o momento presente e o contexto vivenciado. Assim, a partir da aproximação das pessoas em seu território, indo de encontro a elas, conforme demonstraram as duas experiências citadas, oportunizou aos sujeitos sanar dúvidas, em um contexto de excesso de informações, muitas vezes desconhecidas.

Vivemos em um mundo permeado pelos meios de comunicação que vem facilitando nosso cotidiano, em vários sentidos. Neste contexto, ao investigar sobre a história das formas de comunicação, é possível averiguar o quanto são instrumento de comunicar o olhar de alguém sobre determinado fato. Seja o olhar de um indivíduo ou de um grupo social, utilizado para convencer pessoas ou grupos de determinada visão (GIANNOTTI, 2014). A medida que os meios de comunicação avançam e se tornam cada vez mais rápidos e acessíveis, é nítido que levam as pessoas a pensar de uma ou de outra determinada maneira sobre algum assunto, neste caso, relacionada a pandemia COVID19.

Entre os verbos informar/comunicar e educar, existem extensas distinções. Atualmente, os meios de comunicação que a mídia proporciona informações e orientações a respeito da pandemia, sempre está relacionada a uma prevenção culpabilizadora da doença.

Na contramão dessa perspectiva, o processo educativo, é fruto de discussão e de uma comunicação mais acessível, afinal o primeiro passo para uma comunicação que comunique é que seja falada ou escrita na “linguagem” daqueles que irão recebê-la, para seja compreensível da parte de quem a ouve, ou lê (GIANNOTTI, 2014). Educar é comunicar, e comunicar é dialogar, “na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores, que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1979, p. 69). Para tanto é preciso falar dos assuntos que preocupam as pessoas, falar sobre a vida, seus medos, suas esperanças e sonhos. E para falar de suas realidades é preciso conhecê-las.

4.2 A Potência do Afeto Nos Encontros

Paulo Freire, reforça a potência de uma prática dialógica capaz de promover transformações constantes na realidade. “O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o pronunciam, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos” (1979, p. 43). Para transformar as práticas educativas, os sujeitos devem ser compreendidos nas suas relações com o mundo, visto

que é um “ser-em-situação” (FREIRE 1979, p. 28). Sendo assim, a comunicação diz respeito uma troca mútua entre os sujeitos, que são interlocutores, ambos falam e se expressam com base em suas referências culturais e contextuais.

Na busca constante pela aplicação desses princípios no campo de trabalho, busquei promover uma forma de comunicação que tivesse referência aos princípios da educação popular. Assim também, ao viver as experiências, foi impossível não resgatar o valor dos afetos proporcionados pela intensidade dos encontros. O ser humano está sempre sujeito daquilo que o afeta, nesta dinâmica, vão se produzindo bons e maus encontros, ou seja, aqueles que produzem tristezas e alegrias, e assim afecções correspondentes nos sujeitos envolvidos. Spinoza afirma: “Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (SPINOZA, 2008, p. 163).

Partindo destes conceitos, cabe ressaltar um encontro potencializado pelo poder dos bons afetos. Em uma tarde de terça-feira, veio em minha direção uma funcionária do supermercado apreensiva, junto dela uma senhora, já idosa, com um lenço enrolado pelo pescoço, que segurava cobrindo a boca. Com expressão de preocupação, relata que já está usando o lenço, portanto não vê necessidade de utilizar a máscara. A funcionária do supermercado de forma incisiva responde que a mesma não poderá entrar no estabelecimento e se afasta. Ao conversarmos com aquela senhora, questionamos o porquê de não utilizar a máscara, a mesma responde: “*Machuca minha orelha, é ruim usar*” (sic) (P2). A cada palavra pronunciada, o lenço cai de sua boca.

Para tanto, com algumas palavras pacíficas, fomos nos aproximamos, eu e minhas colegas de trabalho, perguntamos seu nome e se morava sozinha. Ela nos respondeu “*acabei de chegar de viagem, da casa da minha filha, moro sozinha e preciso ir no mercado comprar comida*” (sic) (P3). Ao explicarmos de uma maneira mais compreensível, a partir da sua realidade, a importância do uso da máscara, a mesma aceitou utilizá-la. Auxiliamos também no uso da máscara, segurando seu lenço que estava envolto na cabeça, para que não caísse, ao mesmo tempo em que ela mesma, colocava a máscara entre as orelhas. Por fim, aquela senhora compreendeu a importância e entrou no supermercado usando a máscara. Ao observarmos ela saindo do mercado, estava ainda utilizando a máscara, mesmo não estando mais em um local de uso obrigatório.

A potência do afeto, se mostrou evidente neste encontro. Juntas construímos em poucos minutos uma ligação importante para que aquela senhora compreendesse a importância de utilizar a máscara. E não foi falando sobre questões de higiene ou prevenção que a convencemos, mas falando sobre sua realidade, explorando seus espaços, compreendendo de onde veio e para onde vai e o que buscava ali naquele momento. Ao saber o que a incomodava, pensamos juntas em um modo de não “machucá-la as orelhas”, e não apenas as orelhas, mas também, em forma de afeto, ou seja, pensamos juntas, meios poderíamos afetar sua potência de agir.

Analisando este movimento, é possível observar a aplicação de um trabalho vivo, e flexível. Foram gestos, às vezes considerados miúdos, como segurar o lenço preso a cabeça daquela senhora, ou perguntar-lhe o nome, que mudaram o rumo das situações e do confronto, ressignificando o cuidado. Abrindo, pela possibilidade de entendimento dos afetos no corpo, linhas de captura e produção de educação popular em saúde.

Dado este fato, os aprendizados produzidos não acontecem apenas pela razão, mas também pelo corpo, afetado. Desta forma, a saúde se dá ao mesmo tempo por processos cognitivos e afetivos, que envolvem a construção de um ser humano em permanente mudança, a partir de dada realidade e contexto histórico de produção e de relações.

4.3 Ver para Crer, Não Basta

O famoso dito popular não cabe nesta experiência da vida real, “ver para crer”, e até mesmo “sentir para crer”, não bastam. Muitas das pessoas das quais me comuniquei nos diversos contextos de trabalho, mesmo após terem pego o vírus ou mesmo após seus familiares estarem contaminado pelo vírus, se sentiam seguras e não reconheciam a necessidade de manter os cuidados necessários para precaução da doença.

Diante de tantas vivências e falas um tanto quanto incrédulas (em relação ao coronavírus), das pessoas que cruzaram meu caminho, confesso que essa, era uma categoria que esperava encontrar. O relato a seguir comprova tais afirmações: Um homem aflito chega em nossa direção, nos relata com lágrimas nos olhos que acabou de receber uma ligação de sua irmã, informando que sua sobrinha de apenas 10 anos testou positivo para o COVID19. O mesmo nos informa que é de Blumenau e está a trabalho na cidade de Brusque. Conversamos um pouco sobre as formas de contágio e importância do isolamento social, já que havia tido contato com a sobrinha no dia anterior. Mesmo após tais orientações o homem entrou no supermercado para fazer compras.

Foi possível perceber aqui, a incongruência na fala e atitude. Ao mesmo tempo em que a vivência daquela experiência ruim, esteja tão próxima a vida das pessoas, as mesmas ainda assim, não agem de acordo com as ações primordiais de combate ao vírus. Você deve estar se perguntando por que agirem em não conformidade com a realidade posta, mesmo após sentirem na pele suas consequências. Como por exemplo, ao encontrar com algumas pessoas que já foram contagiadas pelo vírus que realizaram tratamento e agora passam bem. Elas nos falam em tom de alegria e algumas com risadas, o quanto estavam preocupadas, mas que agora estão imunes ao vírus, considerado por elas, inofensivo. Surgiram falas como *“só uso a máscara porque é obrigatório, não tenho medo dessa doença, já me curei” (sic) (P4)*.

Uma perspectiva que busca responder a perguntar mencionada acima, pode ser levantada a partir da relação estabelecida pela população entre doença e cura. Existe um reconhecimento por parte das pessoas que a doença seja passível de cura e que a própria cura seja considerada um “passe livre” para viver despreocupado e sem quaisquer

cuidados relacionados a sua saúde. Esse tipo de pensamento também nos abre espaço para o conceito de saúde compreendido dentro desta visão. Saúde ainda é compreendida para muitos como ausência de doença, ausência que se dá pela cura, como sinônimo de solução ou restauração para o problema de doença outrora posto no corpo. Um compilado desses conceitos, resulta em falas como: *“estou somente em casa, mas venho até o mercado para dar uma voltinha” (sic)(P5)*. Além de muitas famílias estarem levando seus filhos para passearem no supermercado, como forma de distração.

4.4 O Mito da Mentira, É Redundante

O quanto de redundância cabe em uma frase? Primeiro, vejamos o significado da palavra redundante no dicionário. Redundante é aquilo que transborda, é excessivo e supérfluo. Uma redundância é uma repetição desnecessária de ideias. E o que dizer do mito? Mito são narrativas utilizadas pelos povos gregos antigos para explicar fatos da realidade e fenômenos da natureza, as origens do mundo e do homem, que não eram compreendidos por eles.

Por que estamos aqui falando sobre mentiras, mitos e redundância? Pelo caminho percorrido neste relato de experiência, muitas pessoas relataram o quanto não creem na pandemia enquanto realidade. Por exemplo, em um dos dias que estávamos realizando as barreiras, uma senhora com um sorriso e uma expressão incrédula nos olhou e disse: *“Eu sei que vocês estão fazendo o melhor que podem, mas eu não acredito nisso, estamos sendo enganados” (sic) (P6)*.

De acordo com tais discursos estamos sendo enganados, pois confiamos em mentiras. Baseando assim nossas decisões e escolhas em fantasias, mitos ou lendas, não verídicos, mas imaginários. Estamos assim repetindo de maneira desnecessária, ideias que não são verdadeiras. Esta repetição, por muitos considerada como redundante, ou seja, uma repetição supérflua e desnecessária de ideias, se afirmou também através dos seguintes questionamentos que escutamos nos trabalhos das barreiras sanitárias: *“De novo vocês aqui?”; “Isso ainda não acabou?”; “Vocês não tem mais o que fazer?” (sic)(P7)*.

Sujeitos históricos, constituídos nas relações sociais e de produção, no seu determinado contexto, ao utilizarem destes questionamentos, falam de um determinado lugar, implicado em seus posicionamentos ético políticos individuais, mas baseados em dinâmicas sociais que engendram os processos de produção e reprodução dos padrões estruturais de dominação e exploração da sociedade, e se articulam no regime de acumulação capitalista. Muitos corroboram com pensamentos de um casal que encontramos na calçada, em uma manhã de trabalho: *“Este vírus veio da China, que inventou esta doença, para se tornar potência mundial na economia” (sic)(P8)*.

Outros expressam estar incrédulos da garantia de seus direitos por meio do estado. Foi na praça da cidade, que conversamos com um homem sentado em um banco, que falou sobre sua preocupação com os desempregados e o quanto a pandemia poderia afetar

a vida econômica das pessoas. Exclamou: *“Eu tenho medo da economia, muita gente vai sofrer, o povo precisa trabalhar pra se garantir, se não trabalhar, quem garante?”* (sic) (P9).

Outras falas que escutamos foram: *“Eu não acredito nos números de caso divulgados pela prefeitura, é muito menos”* (sic) (P10); *“Eu não acredito nas notícias que passam na televisão, também não acredito na ciência, pois eles mentem e manipulam as informações, como vou acreditar?”* (sic) (P11).

Para Giannotti (2014), não é de hoje que a mídia é um componente central na disputa de hegemonia, ou seja, para conquistar e manter o poder da classe dominante, ou tentar chegar a ser dominante (GIANNOTTI, 2014). Baseada nesta concepção, os meios de comunicação e a imprensa, reproduzem fatos reais ou também “criam” realidades? Os estudos do campo da comunicação e do jornalismo, reconhecem um processo chamado agenda *setting* (ou teoria do agendamento), que sugere que os meios de comunicação, na verdade, ajudam a estabelecer uma agenda de interesses para a sociedade (GUIMARÃES, 2016). Um possível caminho para desenvolver meios e formas de comunicação, que sejam baseados na realidade dos fatos, é o desenvolvimento de meios e formas de comunicação, criados segundo os interesses, potencialidades e visão de mundo das classes populares. Conforme menciona Guimarães (2016, p. 125),

“quanto mais criarem a sua cultura, que parta das suas raízes, da sua realidade, descolonizada, mais claramente poderão desmascarar a assimetria de interesses, muitas vezes expressa inclusive como manipulação explícita, que a grande mídia tenta esconder, criando sua própria “verdade” dos fatos”.

4.5 O Medo - A Partir do Lugar de Vivência da Pele “Em Que Nada Fica”

A pele é considerada o maior órgão do corpo humano. A partir desta afirmativa, pensemos que todo o ser humano tem um corpo, revestido por uma pele, ou seja, todo corpo tem uma anatomia singular composta por processos bioquímicos e genéticos que o caracterizam. Mas além disso, toda pessoa tem um corpo vivido, afinal, cada pessoa tem uma relação com o próprio corpo que envolve sua história pessoal, formas de ocupar o espaço e de se relacionar com o mundo.

O corpo pode ser fonte de orgulho, segurança, ameaça ou medo. É partindo desse pressuposta que toda pessoa tem uma autoimagem, como ela atualmente se vê em relação a seu mundo, a seu corpo, e aqueles com quem ela se relaciona. Prestem atenção ao relato vivenciado: Fim de tarde, um homem robusto e alto chega até nós, solicitando que fosse aferida sua temperatura. Ao observar o álcool em gel em cima da mesa, afirma que já misturou suco com este tipo de álcool e que gostava muito de tomar. O homem estava com uma sacola de compras carregada de uma bebida alcoólica e um refrigerante. Referiu que morava na rua e que utilizava a mesma máscara (doada pela prefeitura) há muitos dias, alegando que não lavava a máscara (aparentemente suja), porque achava não haver necessidade. Justificou sua resposta utilizando a seguinte fala: *“Eu não tenho medo de*

pegar isso aí, eu já fiquei 2 meses sem tomar banho, nada fica na minha pele” (sic) (P12)
- tocando em si mesmo.

Este homem, fala de sua pele que reveste um corpo vivido, rígido, forte e sofrido. Um corpo que já passou por diversas situações “de prova”. Como lidar no cotidiano de trabalho com corpos que não temem o desconhecido? Eis que surge no contexto de uma pandemia mundial, o desafio de lidar com corpos não “convencionais”, por não estarem postos em “padrões sociais”. Nessa perspectiva o acesso à informação e a posição social do sujeito tem relação direta com a forma como encara, percebe e recebe as informações sobre a pandemia. Por ser, uma posição diferente, a maneira como esses sujeitos demonstram cuidado com a sua saúde, também é diferente e foge dos protocolos estabelecidos nos serviços de saúde.

Esta experiência alerta para a dificuldade das comunidades em manter uma coesão social, ou seja, o grau de consenso dos membros de um grupo social ou a percepção de pertencer a um projeto ou situação comum. Isso significa que as relações não são consensuais, não são percebidas como justas entre os grupos que governam e os que são governados. A ameaça da coesão social passa pela ampliação e articulação de políticas públicas intersetoriais, pelo estímulo dos grupos comunitários existentes e pela melhoria das condições sociais em geral.

Neste aspecto, acreditamos ser essencial deslocar nosso cuidado da doença (ou do vírus), para a cuidado, a partir do lugar onde a pessoa vive, de sua realidade. Para Freire (1997), é no contexto vivenciado que se pode chegar ao contexto teórico, o que requer curiosidade, problematização, criatividade, o diálogo, a vivência da ação e o protagonismo dos sujeitos na busca da transformação social.

As situações desafiantes, não são pontos de monotonia da luta social, ao contrário instiga mudanças, a partir do momento em que o trabalho crítico surge na ação humana. Esse processo imprime direcionalidade política às práticas de educação popular enquanto parte de um projeto de sociedade no qual a saúde esteja inserida como prioridade no modelo de desenvolvimento.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da pandemia da COVID19, foram observadas práticas de coletivização da aprendizagem, em que as ações são propostas pela mídia, em desconhecimento das reais necessidades da população. Em meio a tantas mudanças e incertezas vividas acerca de uma pandemia mundial, há uma avalanche de informações em mídias sociais, divulgadas pelo governo federal.

No entanto, o enfrentamento a pandemia da COVID19, exige esforço de diferentes atores e instituições da sociedade. Assim, se torna indispensável, visto ser um problema coletivo, enfrentar a pandemia junto da população, no âmbito do SUS. Uma proposta aqui

mencionada, é o uso das tecnologias leves como produtoras de sentidos e cuidado.

O setor da saúde não pode se abster ao diálogo, como uma estratégia democrática e eficaz de prevenção da doença, e promoção à saúde. A partir da compreensão da realidade da qual os sujeitos estão inseridos, por meio do diálogo, se busca contribuir para a construção de sentidos necessários às práticas de cuidado, buscando a garantia do princípio da integralidade nas ações de promoção e prevenção impostas pelas autoridades internacionais, nacionais e locais.

As experiências aqui mencionadas, me aproximaram do objetivo que procurava: encontrar na EP um instrumento eficaz de saúde, até mesmo em tempos de pandemia. Para tanto, acredito que a incorporação da EPS às práticas da APS é uma importante ferramenta em busca da integralidade nas ações em saúde, principalmente quando esta ocorre mediante a troca de conhecimentos, estabelecendo mais do que uma simples transferência, um ato de criar e transformar.

Assim, outra proposta aqui mencionada, é a realização de uma devolutiva para a coordenação do NASF do município de Brusque, para que juntos possamos refletir sobre novas possibilidades de trabalho do NASF, pautadas na EPS e no trabalho interdisciplinar. Todas as experiências mencionadas, neste relato, aconteceram mediante encontros, entre pelo menos dois ou mais trabalhadores de diferentes especialidades da área da saúde. A potência das discussões e compartilhamento das vivências, resultou em todas as propostas e análises encontrados ao longo da pesquisa.

Enriquecida com os novos olhares proporcionados pelos caminhos trilhados e compartilhados, ao longo dessa trajetória, afirmo que tal experiência, me fez compreender que, enquanto trabalhadores da saúde, ao aumentar a potência de nossas ações educativas, abrindo nossos ouvidos e entendendo como o povo trabalha a realidade social, às vezes inclusive de forma contraditória, é possível enfatizar a experiência de vida e de trabalho das pessoas como ponto de partida para a construção de novas estratégias de promoção à saúde.

Por fim, sigo sem a certeza de que, o que fizemos ao longo das vivências apresentadas, foi educação popular em saúde, mas afirmo, que estamos sempre aprendendo e de acordo com a própria EPS, por estarmos em constante processo de aprendizagem, jamais estaremos prontos, mas sempre em (des)construção constante.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Karla Ferraz dos et al . **Perspectivas e desafios do núcleo de apoio à saúde da família quanto às práticas em saúde.** Saúde debate, Rio de Janeiro , v. 37, n. 99, p. 672-680, Dec. 2013 .

BRASIL. **Conselho Nacional de Saúde. Relatório Final da 8a Conferência Nacional de Saúde.** 17 a 21 de março de 1986. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica, nº 27.** Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Cadernos de Atenção Básica, nº 34**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da saúde. Comissão intersetorial de recursos humanos e relações de trabalho. Conselho nacional de saúde. **Recomendação nº 018, de 26 de março de 2020**. Brasília, 26 de março de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **VER-SUS/BRASIL Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde**. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde – SGTES Departamento de Gestão da Educação na Saúde – Deges Comissão de Representação do Movimento Estudantil da Área da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 154 de 24 de janeiro de 2008**. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 jan. 2008.

BONETTI, Osvaldo. Peralta; CHAGAS, Reginaldo Alves das; SIQUEIRA, Theresa CA. **A educação popular em saúde na gestão participativa do SUS: construindo uma política**. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. II Caderno de educação popular em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. Informação & Sociedade: Estudos, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. **Agir crítico em nutrição: uma construção pela educação popular**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

COLÔNIAS QUE FORAM TRANSMUDADAS EM NOSSA BRUSQUE. **Brusque Memória, 2019**. Disponível em: <https://www.brusquememoria.com.br/site/noticia/36/Colonias-que-foram-transmudadas-em-nossa-Brusque>. Acesso em: 12, outubro de 2020.

CUPANI, Alberto. Filosofia da tecnologia : um convite. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

DA ROS, Marco Aurélio; MAEYAMA, Marcos Aurélio; LEOPARDI, Maria Tereza. **Tecnologia na área da saúde. De que tecnologia estamos falando?**[Technology in healthcare. What technology are we talking?]. Saúde & Transformação Social/Health & Social Change, v. 3, n. 3, p. 29-35, 2012.

DA ROS, Marco Aurélio. **Fleck e os estilos de pensamento em saúde pública: um estudo da produção da FSP-USP e ENSP-FIOCRUZ, entre 1948 e 1994**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2000.

DE CASTRO PITANO, Sandro. **A educação problematizadora de Paulo Freire, uma pedagogia do sujeito social**. Revista Inter Ação, v. 42, n. 1, p. 087-104, 2017.

FERTONANI, Hosanna Pattrig et al. **Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 20, p. 1869-1878, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Terceiro Mundo e Teologia: Carta a um jovem teólogo (1979)**. In: TORRES, C. A. (org). *Consciência e História: a Práxis educativa de Paulo Freire*. São Paulo: Ed. Loyola, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FIRMINO, Renata et al. **Educação popular e promoção da saúde do idoso: reflexões a partir de uma experiência de extensão universitária com grupos de idosos em João Pessoa-PB**. *Revista de Atenção Primária a Saúde*, v. 13, n. 4, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del cárcere*. **Edizione critica Dell'Istituto Gramsci di Roma (a cura de V. Gerratana. Einaudi, Torino, 1977**. In: SIMIONATTO, Ivete. *Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana*. *Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, June 2009.

GIANNOTTI, Vito. **Comunicação para disputa de hegemonia / Vito Giannotti**. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **O fato e a notícia: diferentes enfoques**. In: BORNSTEIN, Vera Joana et al (Org.). *Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular em Saúde: textos de apoio*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2016. p. 121-125.

MARTINES, Wânia Regina Veiga; CHAVES, Eliane Corrêa. **Vulnerabilidade e sofrimento no trabalho do agente comunitário de saúde no Programa de Saúde da Família**. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 41, n. 3, p. 426-433, 2007.

MERHY, Emerson Elias. **Um ensaio sobre o médico e suas valises tecnológicas: fazendo um exercício sobre a reestruturação produtiva na produção do cuidado**. In: Merhy EE. *Saúde: a cartografia do trabalho vivo*. São Paulo: Hucitec; 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. In: *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. p. 95 p-95 p. 2016.

ROCHA, Patrícia Rodrigues da; DAVID, Helena Maria Scherlowski Leal. **Determinação ou Determinantes? Uma discussão com base na Teoria da Produção Social da Saúde**. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 49, n. 1, p. 129-135, 2015.

SILVA, Joana Azevedo da; DALMASO, Ana Sílvia Whitaker. **O agente comunitário de saúde e suas atribuições: os desafios para os processos de formação de recursos humanos em saúde**. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 6, p. 75-83, 2002.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética demonstra em ordem Geométrica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VALLA, Victor Vincent. **Educação e saúde do ponto de vista popular**. Valla VV, coordenador. *Saúde e Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VASCONCELOS, Eymard Mourão; VASCONCELOS, Marcos Oliveira Dias; SILVA, Marísia Oliveira. **A contribuição da educação popular para a reorientação das práticas e da política de saúde no Brasil**. *Faebra – Educação e Contemporaneidade*. Salvador, v. 24, n. 43, p. 89-106, jan./jun. 2015.

CAPÍTULO 7

COVID-19 E NATUREZA DA CIÊNCIA: UMA ANÁLISE DA PERSPECTIVA DE ESCOLARES DO ENSINO MÉDIO SOBRE CIÊNCIA E CIENTISTA NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Data de aceite: 17/02/2021

Data de submissão: 30/12/2020

Anielle da Silva Pereira Peixoto

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
Departamento de Química
<http://lattes.cnpq.br/2896008822474125>

Clécio Danilo Dias da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Departamento de Botânica e Zoologia – DBZ
<http://lattes.cnpq.br/4235157508528733>

Ayla Márcia Cordeiro Bizerra

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN
<http://lattes.cnpq.br/0416876292590430>

RESUMO: Este capítulo tem como objetivo apresentar uma análise da perspectiva de escolares do Ensino Médio acerca da Ciência e do cientista no contexto de pandemia da Covid-19. A pesquisa foi desenvolvida com 38 estudantes do 1º ano do Ensino Médio de uma instituição pública de ensino localizada no sertão do Rio Grande do Norte. Para isso, foi utilizado como instrumento de coleta de dados um formulário elaborado na plataforma *Google forms*, o qual continha três questões abertas sobre o tema. A pesquisa possui natureza qualitativa, com procedimentos direcionados à Análise de Conteúdo de segundo Bardin (2011). Por meio dos resultados verificou-se que os estudantes

apresentam visões distorcidas sobre a Ciência, predominantemente descontextualizada, rígida, empírico - indutivista e triunfalista. Com relação a imagem do cientista, os estudantes externalizaram uma visão estereotipada e elitizada, evidenciando aspectos intelectuais, físicos e individualistas. Além disso, expressaram que a ciência se articula à pandemia por meio da produção da vacina. De modo geral, destaca-se que abordar a Natureza da Ciência articulada ao cenário de pandemia pelo coronavírus, pode oportunizar um conhecimento que ultrapassa o disciplinar e alcança uma formação mais crítica e cidadã, como apontamentos da Ciência e sobre a Ciência.

PALAVRAS - CHAVE: Pandemia, Natureza da Ciência, Estudantes do Ensino Médio.

ABSTRACT: This chapter aims to present an analysis of the perspective of high school students about Science and the scientist in the context of the Covid-19 pandemic. The research was carried out with 38 students from the 1st year of high school at a public educational institution located in the hinterland of Rio Grande do Norte. For this, a form prepared on the Google forms platform was used as a data collection instrument, which contained three open questions on the topic. The research has a qualitative nature, with procedures directed to Content Analysis according to Bardin (2011). Through the results it was verified that the students present distorted views about Science, predominantly decontextualized, rigid, empirical-inductive and triumphalistic. Regarding the image of the scientist, the students externalized a stereotyped and elite vision, showing intellectual,

physical and individualistic aspects. In addition, they expressed that science is linked to the pandemic through the production of the vaccine. In general, it is highlighted that addressing the Nature of Science linked to the pandemic scenario due to the coronavirus, can provide an opportunity for knowledge that goes beyond the disciplinary and reaches a more critical and citizen formation, such as notes from Science and about Science.

KEYWORDS: Pandemic, Nature of Science, High School Students.

1 | INTRODUÇÃO

A pandemia originada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2, causador da doença Covid-19, teve o primeiro foco em Hubei (China), no final de 2019 (OLIVEIRA, et al. 2020; SENHORAS, 2020). Em 2020 impactou o mundo em diversas esferas, tais como: política, econômica, social, saúde e educação. Nesse cenário, diversas pesquisas foram elaboradas a fim de apontar consequências do vírus na atividade humana.

Estar inserido em uma conjuntura histórica de pandemia, marcada por mudanças condutuais na sociedade (aderir o uso constante de máscaras em locais públicos, garantir o distanciamento social e adotar medidas sanitárias); bem como rodeado de constantes informações sobre o coronavírus, que emergiram em vários meios de comunicação, coadunaram para evidenciar o conhecimento científico como necessário à orientação da população quanto a contaminação, disseminação e prevenção da COVID-19.

Dessa forma, considerando o cenário de pandemia, e, a busca mundial por propostas mitigadoras e preventivas para a doença, muito se têm discutido dentro da sociedade e nos meios de comunicação sobre o papel da Ciência, do cientista e da atividade científica.

Assim, surge o seguinte questionamento: Quais são as visões dos estudantes sobre a Ciência, cientista e a atividade científica no cenário de pandemia? Essas questões perpassam as discussões inerentes a Natureza da Ciência (NdC). Esta é compreendida como um agrupamento de elementos que contemplam a construção, organização e consolidação do conhecimento científico. Segundo Moura (2014), isso implica saber do que ela é feita, como elaborá-la, o que ela influencia e como é influenciada. Tais apontamentos são defendidos e corroborados, frequentemente, no Ensino de Ciências. Contudo, ainda segundo o autor, não é suficiente o professor ensinar Ciência, mas, sobre a Ciência.

Para Pozo e Crespo (2009), o interesse e a relevância das Ciências Naturais pelos estudantes perde seu significado à medida que a prática escolar centraliza o aprendizado nas tarefas com escasso significado científico, ao passo que os problemas com conteúdos científicos, que exigem reflexão e tomada de decisão, são pouco percebidos. Assim, assume-se a importância de abordar a NdC no Ensino de Ciências a partir de um contexto concreto, em um caso específico de construção do conhecimento científico, como indicado por Bejarano, Aduriz-Bravo e Bonfim (2019).

Posto isso, o presente capítulo tem como objetivo analisar a perspectivas de escolares do Ensino Médio acerca da Ciência e do cientista no contexto de pandemia

da Covid-19. Uma vez que, conhecer as dificuldades dos alunos, bem como a origem de suas concepções, pode propiciar uma melhoria do processo de ensino-aprendizagem em ciências, como defendido por Pozo e Crespo (2009).

2 | METODOLOGIA

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa, pois considera o ambiente natural como uma fonte de dados direta da investigação. Trata-se de um processo de reflexão do objeto, a partir da utilização de técnicas para interpretar os fenômenos em estudo. Para tanto, pode-se fazer uso de questionário, observação, entrevista, análise de dados e de conteúdo (BOGDAN; BIKLEN, 1994; OLIVEIRA, 2016). Destaca-se que a finalidade da pesquisa qualitativa é produzir novas informações de modo descritivo, a partir da compreensão da relação entre o sujeito da pesquisa e o fenômeno (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; OLIVEIRA, 2016).

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu durante o mês de novembro de 2020 com 38 estudantes do 1º ano do Ensino Médio de uma instituição pública de ensino, localizada no sertão do Rio Grande do Norte, Brasil.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um formulário na plataforma *Google forms* contendo três questões abertas objetivando avaliar a visão dos estudantes sobre a Ciência e os Cientistas no período da pandemia causado pela Covid-19. Para Chaer, Diniz e ribeiro (2011), esse veículo constitui em uma excelente ferramenta de pesquisa, visto que elas permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente, sendo esta vantagem uma característica fundamental em pesquisas que se pretende identificar a percepção dos investigados.

No que diz respeito ao *Google forms*, Mota (2019) indica que sua aplicação apresenta diversos benefícios, como por exemplo, a possibilidade de acesso em qualquer local e horário; agilidade na coleta de dados e análise dos resultados, pois quando respondido as respostas aparecem imediatamente; facilidade de uso, entre outros benefícios. Conforme a autora, a grande vantagem da utilização do *Google forms*, para a pesquisa científicas, é a praticidade no processo de coleta das informações, visto que, o pesquisador [...] “pode enviar para os respondentes via e-mail, ou através de um link, assim todos poderão responder de qualquer lugar” (MOTA, 2019, p.373).

O formulário foi disponibilizado através de um endereço eletrônico gerado pela própria plataforma e, posteriormente, foi adicionado a uma turma criada pelo *Google classroom*, a qual os estudantes estavam inseridos.

Corroborando com a pesquisa qualitativa, os registros dos estudantes foram utilizados como fonte de dados. A técnica selecionada para análise dos escritos coletados

foi a Análise de Conteúdo segundo Bardin (2011), a qual se caracteriza em um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplica a diferentes formas de comunicação. Esta técnica aborda desde a elaboração dos cálculos que fornecem dados, até a extração de estruturas traduzíveis.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O formulário contendo três questões abertas, tinha como objetivo conhecer as concepções prévias dos estudantes acerca da Ciência e da atividade científica, bem como as relações desses com o contexto de pandemia. Os trinta e oito estudantes responderam o questionário. As perguntas do formulário foram:

- I) O que você entende por Ciência e quais as características da Ciência?
- II) Quando você pensa em um cientista, que características surgem em sua mente?
- III) Como você percebe a influência da Ciência nesse contexto de pandemia?

Através dos registros dos estudantes durante, foi possível realizar a análise e discussão dos dados. Destaca-se que, os registros das atividades estão transcritos literalmente em itálico e entre aspas. Nestes, as respostas dos estudantes serão representados pelas siglas “A”. As reticências entre parênteses são recortes do conteúdo retirando-se registros não relevantes no contexto.

Tendo em vista a primeira pergunta, que objetivou identificar a percepção dos estudantes sobre o que é Ciência, percebeu-se que de modo geral a maioria das respostas, 63%, (24 respondentes), apresentaram alguma explicação que expressava a Ciência como o estudo de fenômenos, universo, natureza ou matéria. O estudante A1 indica: *“o estudo ou conhecimento sobre algo, por exemplo: estudo sobre o comportamento dos animais; plantas; oceanos, entre outros”*. Tais resultados corroboram com a pesquisa de Silva, Santos e Rôças (2016), a qual discorre que os estudantes do Ensino Básico assemelham o estudo da Ciência aos conteúdos estudados em sala de aula. Essa percepção mais generalista da Ciência, também é apontada nos estudos de Kosminsky e Giordan (2002).

Destaca-se que 24% dos estudantes (9 respondentes), apontaram que a Ciência baseia seus estudos no Método(s) Científico(s), ou apresentaram etapas inerente ao fazer científico. A2 explicou *“Ciência é um conjunto de informações sobre um determinado assunto, que foi alcançado através da observação, fazendo hipóteses, pesquisa, experimento.”*. Embora a Ciência apresente, como característica, metodologias próprias, alicerçadas em um rigor técnico, vale enfatizar que não há um método científico universal, bem como a Ciência não se reduz a experimentação.

Percebeu-se ainda, nas respostas dos estudantes, expressões como: *“conhecimento verídico”*, *“ciência é a tecnologia”* e *“objetiva a melhoria da humanidade”*. Tais evidências denotam uma visão simplista e equivocada da Ciência, indicando que a Ciência e Tecnologia (C&T) são sinônimos, que a Ciência é o único conhecimento válido, isenta de

subjetividade e endereçadas ao progresso comum. Essas discussões, aproxima-se de uma visão descontextualizada e socialmente neutra da Ciência, como apresentado por Cachapuz (2005); Fernández e colaboradores (2002), a qual baseia-se na ideia da Ciência e Tecnologia como conhecimento hierarquizado e que leva ao desenvolvimento. Destaca-se que a tecnologia é considerada um simples processo de aplicação dos conhecimentos científicos, ignorando a relação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Buscando conhecer as características da Ciência segundo a visão dos estudantes, utilizou-se o *software wordclouds*, o qual consiste em uma ferramenta gratuita que permite a elaboração de nuvens de palavras. Sendo assim, as palavras com mais incidência de repetição aparecem com maior destaque. A Figura 01 apresenta a nuvem de palavra a partir das respostas dos estudantes sobre as características da Ciência.

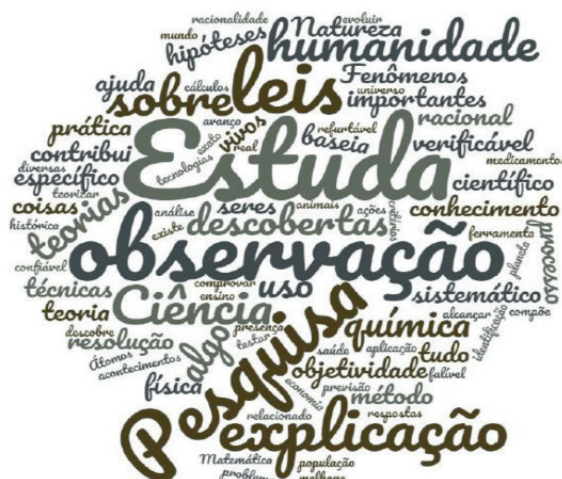


Figura 01: nuvem de palavras referente as características da Ciência

Fonte: Dados dos autores

De acordo com a nuvem de palavras, nota-se que os estudantes enfatizaram alguns aspectos do conhecimento científico como: observação, estudo, pesquisa, explicação, descobertas e leis.

De fato definir Ciência é uma tarefa complexa, uma vez que envolve pressupostos sociológicos, históricos, epistemológicos e filosóficos (BAZZO, *et al.*, 2003). Francelin (2004) indica que conceituar Ciência pode acarretar em uma definição incompleta, falta de acordo entre as definições ou adentrar em um conhecimento arraigado de complexidade. Segundo Freire-Maia (1998) propõe que a Ciência contempla um “[...] conjunto de descrições, interpretações, teorias, leis, modelos etc., visando o conhecimento de uma parcela da realidade [...]”, através de uma “metodologia especial” (FREIRE-MAIA, 1998,

p.24).

Embora, considerando a complexidade de conceituar Ciência, esperava-se que os estudantes apresentassem elementos coerentes acerca da Ciência, o que foi percebido na maioria das respostas. Porém, emergiram visões equivocadas acerca da Ciência, a saber: descontextualizada, rígida, empírico-indutivista e triunfalista (CACHAPUZ, 2005; FERNÁNDEZ et al., 2002). Tais considerações sinalizam a importância de se contemplar a NdC como estratégia para se discutir sobre o conhecimento científico, a fim de ressignificar essas concepções.

No que se refere a imagem dos cientistas, de modo geral, os estudantes apresentaram características intelectuais e, principalmente físicas. Os dados analisados são apresentados na Figura 02.

Na percepção dos estudantes, os cientistas são pessoas dotadas de uma inteligência incomum, com cabelo desarrumado, sempre em um laboratório, usando jaleco branco, realizando experimentos e pesquisando. Resultados semelhantes foram corroborados pela pesquisa de Kosminsky e Giordan (2002).



Figura 02: características inerentes aos cientistas

Fonte: Dados dos autores

Dois estudantes apontaram a imagem de Einstein como um resumo das características de um cientista. Outros dois enfatizaram que geralmente eram homens e que tinham aspectos de cansados. Apenas um estudante mencionou que se tratava de um conjunto de pessoas e não apenas um indivíduo, indicando uma atividade colaborativa.

Nota-se que a ideia de uma atividade solitária, isolada de uma comunidade,

formada por estudiosos com aparência de “*louco*” e a forte presença da experimentação, enfatizam uma concepção elitista e individualista da Ciência. Esta percebida como obra de extraordinários personagens geniais e independentes de contextos sociais, culturais, políticos e econômicos. Ignora-se o papel do trabalho coletivo (Cachapuz, 2005; Fernández et al. 2002).

Pode-se inferir que muitas dessas características são fomentadas pelos livros didáticos e pelos veículos de comunicação. Para Kosminsky e Giordan (2002), a mídia não especializada exerce influência nessa percepção. Diante disso, infere-se que a Ciência vista com certa distância da sociedade indica a necessidade de estreitamento entre esses atores, uma vez que a participação dos cidadãos nas questões que envolvem C&T é relevante e defendida pela alfabetização científica e tecnológica.

Ao serem questionados sobre a influência da Ciência no contexto de pandemia da Covid-19, percebeu-se que 71% dos estudantes (27 respondentes) associaram o conhecimento científico à produção de vacina. Tais apontamentos podem sinalizar que diante de uma situação de pandemia, os estudantes conseguem perceber a presença da Ciência e seus reflexos na sociedade. A3 expressa: “*A ciência é eficaz e essencial, de modo que será ela que nos trará uma possível solução para o combate a pandemia, além de nos deixar informados do grau da situação e promover tratamentos para os contaminados*”.

Acredita-se que a percepção maior sobre a produção de vacina, pode advir da grande divulgação dos meios de comunicação que enfatizam a importância da imunização coletiva, em caráter emergencial. Assim, a corrida mundial no desenvolvimento de uma vacina eficiente e segura, ganhou grande repercussão nos canais de informação e comunicação, adentrando as redes sociais.

A ideia que os cientistas são estudiosos em constante trabalho, como indivíduos sem vida social ou sem valores peculiares foram destacadas em duas respostas. A5 afirma “*(...) mesmo em situação caótica os cientistas não param de trabalhar*”. Indicações semelhantes foram apresentadas no trabalho de Kosminsky e Giordan (2002).

O desenvolvimento de tecnologias e de remédios voltados a Covid-19, foram apontadas por dois estudantes. Sendo assim, a tecnologia aparece relacionada à Ciência e à sociedade no contexto de pandemia. Para Santos e Schnetzler (2003) é por meio do entendimento da relação CTS que o estudante pode alcançar a alfabetização científica e tecnológica, podendo entender Ciência e sobre sua natureza.

Outro ponto que vale discutir é que foi possível notar uma visão de Ciência objetiva e sempre voltada ao progresso, nos registros de dois estudantes. Segundo A7 “*a ciência se mostra uma grande força social contra a manipulação e o descaso com a população vulnerável*”. Esse pensamento pode aproximar-se de crenças equivocadas sobre a Ciência, uma vez que exime suas influências políticas, econômicas e éticas. Segundo Sarewitz (1996) conforme citado por palácios *et al.* (2003), a ideia que a Ciência e a tecnologia sempre conduzirão ao benefício social é denominada como *Mito do benefício infinito*, bem

como entender que a pesquisa científica é baseada na objetividade e isenta de questões políticas enfatiza o *Mito da autoridade*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados obtidos verifica-se a presença de visões distorcidas sobre a Ciência, visto que, evidenciou-se uma percepção mais generalista, articulada ao Ensino de Ciência, no âmbito escolar. No que se refere a imagem do cientista, notou-se uma visão mais equivocada, versando sobre aspectos intelectuais, físicos e individualistas. Assim, esses elementos culminam para uma visão estereotipada e elitizada do cientista. Tais resultados são percebidos em pesquisas na área de Ensino de Ciências, como exibido nas discussões deste trabalho. Além disso, grande parte dos estudantes relacionaram a Ciência no contexto de pandemia a partir da produção da vacina. O que possivelmente pode estar relacionado a grande divulgação, dessa forma de imunização, em meios de comunicação.

Destaca-se que utilizar questionários com perguntas abertas, proporcionou conhecer as ideias prévias dos estudantes com uma maior riqueza de detalhes, pois possibilitou o registro com a linguagem própria do respondente. A partir das respostas obtidas, é possível desenvolver estratégias de ensino, baseadas em diferentes metodologias para abordar a construção do conhecimento científico e a atividade científica. Cabe ressaltar, que a presente análise direcionou a estruturação de uma Sequência de Atividades, a qual foi aplicada com o mesmo público e culminou em outras produções científicas.

Por sim, defende-se que abordar a NdC articulada ao cenário de pandemia pelo coronavírus, pode oportunizar um conhecimento que ultrapassa o disciplinar e alcança uma formação mais crítica e cidadã, com apontamentos da Ciência e sobre a Ciência.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAZZO, W. A.; LINSINGEN, I. V.; PEREIRA, L. T. V. (Ed.). **Introdução aos estudos CTS (ciência, tecnologia e sociedade)**. Florianópolis: Organização dos Estados Ibero-americanos Para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), 2003.

BEJARANO, N. R.; ADURIZ-BRAVO, A.; BONFIM, C. S. Natureza da Ciência (NOS): para além do consenso. **Ciênc. Educ.**, Bauru, SP, v. 25, n. 4, p. 967-982, 2019.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

CACHAPUZ, A. Superação das visões deformadas da ciência e da tecnologia: um requisito essencial para a renovação da educação científica. In: CACHAPUZ, A.; GIL-PÉREZ, D.; CARVALHO, A.M.P.; PRAIA, J.; VILCHES, A. **A necessária renovação do ensino das ciências**. São Paulo: Cortez, 2005.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Revista Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FERNÁNDEZ, I.; GIL, D.; CARRASCOSA, J.; CACHAPUZ, A.; PRAIA, J. F. Visiones deformadas de la ciencia transmitidas por la enseñanza. **Enseñanza de las Ciencias**, Barcelona, v. 20, n. 3, p. 477-488, 2002.

FRANCELIN, M. M. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.3, p. 26-34, 2004.

FREIRE-MAIA, N. **A ciência por dentro**. 5. ed. Rio de Janeiro : Vozes, 1998

KOSMINSKY, L.; GIORDAN, M. Visões de Ciência e sobre cientista entre estudantes do Ensino Médio. **Química Nova na Escola**, São Paulo, SP, n. 15, p. 11-18, 2002.

MOTA, Janine. Utilização Do Google Forms Na Pesquisa Acadêmica. **Humanidades & Inovação**, Palmas, TO, v. 6, n. 12, p. 371-373, 2019.

MOURA, B. A. O que é Natureza da Ciência e qual sua relação com a História e Filosofia da Ciência. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, RJ, v. 7, n. 1, p. 32-46, 2014.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, W. K. et al. Como o Brasil pode deter a COVID-19. **Epidemiologia e Serviço de Saúde**. Brasília/DF, v.29, n.02, p. 1-8, 2020.

POZO, J. I.; CRESPO, M. A. G. **A aprendizagem e o Ensino de Ciências**: do conhecimento cotidiano ao conhecimento científico. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SANTOS, W. L. P.; SCHNETZLER, R. P. **Educação em química**: compromisso com a cidadania. 3. ed. Ijuí: ed. Unijuí, 2003.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, RR, v. 2, n. 5, p. 128-136, 2020.

SILVA, P. S. C.; SANTOS, S. B.; RÔÇAS, G. A visão sobre a ciência e cientistas: explorando concepções em um clube de ciências. **Revista brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Ponta Grossa, PR, v. 9, n. 3, p. 1-23, 2016.

VALORACIÓN DE LA REESTRUCTURACIÓN DEL PROGRAMA DE INGLÉS EN UN CONTEXTO DE PANDEMIA DE UNA ESCUELA VULNERABLE EN SANTIAGO DE CHILE. LA PERCEPCIÓN DE LOS APODERADOS

Data de aceite: 17/02/2021

Tulio Barrios Bulling

Universidad Nacional Andrés Bello

Nicole Garay Guzmán

Escuela Dra. Eloísa Díaz

RESUMEN: El presente trabajo entrega los resultados de una investigación realizada en una escuela vulnerable de Santiago de Chile. Los autores buscaron conocer la valoración que los apoderados de la Escuela Dra. Eloísa Díaz tienen acerca de la reestructuración que los profesores de inglés debieron realizar a los programas de enseñanza, con motivo del paso de la enseñanza presencial a una a distancia por la pandemia. En términos generales, los resultados muestran un bajo conocimiento del programa de inglés por parte de los apoderados y escasa capacidad para poder valorar la cohesión entre los objetivos, los contenidos y las actividades. Una valoración moderadamente positiva recibe la adecuación, calidad y suficiencia de los materiales, el desarrollo integrado de las habilidades lingüísticas y el acceso a las plataformas de enseñanza.

PALABRAS CLAVES: enseñanza inglés – pandemia - reestructuración – percepción apoderados – vulnerabilidad.

ABSTRACT: This work provides the results of an investigation carried out in a vulnerable school in Santiago de Chile. The authors sought to know the assessment the parents of Dra.

Eloísa Díaz School have about the restructuring that the English teachers had to carry out to the teaching programmes, due to the transition from face-to-face to distance teaching because of the pandemic. In general terms, the results show a low knowledge of the English programme by the parents and little capacity to assess the cohesion between the objectives, the contents, and the activities. A moderately positive evaluation receives the adequacy, quality and sufficiency of the materials, the integrated development of language skills, and access to teaching platforms.

KEYWORDS: English teaching – pandemic - restructuring – parents’ perception - vulnerability

INTRODUCCIÓN

La pandemia que ha golpeado al mundo, nos ha obligado a reaccionar en poco tiempo y con escasa preparación, a fin de lograr que la sociedad pueda continuar funcionando en todos sus ámbitos. La educación no ha estado exenta a esta demanda. A través de plataformas en línea, las escuelas han procurado dar continuidad a los procesos de enseñanza aprendizaje y asegurar, al menos, la cobertura de ciertos objetivos y contenidos que las autoridades educativas han considerado prioritarios.

Si bien es un desafío complejo a todo nivel, lo es más para las escuelas vulnerables y en un ramo tan ajeno, a veces, a esa realidad desfavorecida como lo es el inglés. ¿Cuántas reprogramaciones han debido los profesores de

esta materia realizar? ¿Cuál ha sido el impacto de las mismas? ¿Cómo perciben los padres y apoderados de una escuela vulnerable estos ajustes? Este trabajo intentará responder estas preguntas, dentro de la realidad de la Escuela Dra. Eloísa Díaz (EDED) de la comuna de Conchalí en Santiago de Chile.

La EDED es un proyecto educativo de Enseñanza Básica mixta, reconocida como una de las instituciones educativas más destacadas de la comuna, con una matrícula total de 725 estudiantes. La visión de la escuela es promover la educación, desarrollar habilidades cognitivas, valores y áreas de factores afectivos en toda la comunidad escolar. La misión es brindar una cultura basada en el desarrollo de habilidades y destrezas, respetando la individualidad de los estudiantes y fomentando las habilidades de aprendizaje. El programa que se imparte en la escuela sigue los requisitos y estándares del Ministerio de Educación (MINEDUC).

La EDED es parte del régimen de becas escolares preferenciales, una ley que proporciona recursos estatales para mejorar la equidad y la calidad educativa en las escuelas públicas vulnerables. La escuela los usa para adquirir materiales e implementar actividades que ayuden a lograr las metas ministeriales. La comunidad reconoce a la escuela por su equipo de integración. Promueven la inclusión con una visión abierta de todas las necesidades de los estudiantes. Este enfoque ha permitido fortalecer los esfuerzos para mejorar los logros de aprendizaje de los estudiantes. Algunas de las funciones de este equipo son la realización de programas, reforzando el aprendizaje y acompañando a los estudiantes en el aula. La escuela tiene una gran diversidad cultural debido a la inmigración de estudiantes que vienen de diferentes países como Haití, Venezuela, Perú, República Dominicana y Colombia. En términos de estatus socioeconómico, los estudiantes provienen de un entorno de clase baja con 86, 4% por ciento de vulnerabilidad escolar.

DEFINICIÓN DEL PROBLEMA

Durante la pandemia, el tiempo de reestructuración se fue dando en la medida en que la contingencia sanitarias los permitía, la institución completa dio un giro en su normalidad y fue necesario adaptarse rápidamente a las circunstancias COVID 19, en la que la forma de enseñar debía ajustarse, no sólo a la enseñanza remota, sino también a la falta de recursos y capacitación en cuanto a enseñanza en línea se refería

En este contexto, se hacen más evidentes las barreras en la enseñanza del idioma extranjero en escuelas vulnerables. A las problemáticas sociales se suman a la falta de recursos, la poca instrucción en herramientas tecnológicas, los escasos hábitos de estudio, la poca rutina familiar de apoyo estudiantil y una baja base cultural.

Frente a esta serie de dificultades, la asignatura debió afrontar la enseñanza remota siguiendo la priorización curricular de los objetivos de aprendizaje fijados por el MINEDUC (2020), tomando en consideración los contenidos esenciales que se deben manejar en un

año particularmente inusual.

Dentro de la reestructuración del programa y las formas de impartirlo, las guías en formato Word fueron los primeros documentos que se utilizaron en la asignatura. Ellas fueron acompañadas de videos explicativos, grabados en dispositivos personales, los cuales fueron compartidos en la página web de la escuela, WhatsApp interno con los profesores jefes, para, posteriormente, ser recibidos por el profesor, a través de correo electrónico para su revisión, siendo esta la primera estrategia para mantener el contacto con los estudiantes.

Es así cómo se incorporan recursos tecnológicos de gran alcance para la comunidad como son las redes sociales. Facebook tomó protagonismo al ser una red social manejada por la mayor parte de apoderados y estudiantes, que otorga sintonía, confianza, dinamismo y rapidez de uso en la entrega de información para la comunidad escolar.

Se crea un grupo de Facebook cerrado para la asignatura de inglés en donde se comparten los libros en formato PDF, se publica material en formato podcast, videos, cápsulas educativas y se mantiene informada a la comunidad sobre todo lo relacionado con la asignatura. De igual manera, se responden mensajes y se comparten alocuciones motivacionales para todos. De esta forma, se logra mantener el vínculo con los estudiantes y apoderados, contemplando el desarrollo integral de las habilidades del idioma extranjero sin estar en la sala de clases.

Las cápsulas educativas demostraron ser una alternativa funcional para el desarrollo de las habilidades del inglés; por lo tanto, se incluyeron luego de la suspensión de clases en todo el país, a través de la extensión de Google Chrome, LOOM. Esta plataforma permite grabar cápsulas mientras se está presentando una diapositiva, los estudiantes pueden ver a la profesora, escuchar audios, revisar páginas del libro en conjunto que son explicadas durante la cápsula, y trabajar de forma asincrónica desde casa. Las cápsulas educativas eran guardadas y reenviadas las veces que fueran necesarias y seguían el hilo conductor, según tema, complejidad y objetivos de aprendizaje. A pesar de esto, aún estaba ese vínculo impersonal donde profesores y estudiantes no estaban en contacto directo durante el proceso de enseñanza- aprendizaje.

Luego de eso se comenzaron a crear los grupos de WhatsApp para cada clase, en los cuales la asignatura estuvo muy activa, integrándose a estos grupos más específicos para entregar información constantemente, responder dudas, explicar actividades y mantener un contacto más directo con los apoderados y estudiantes. A través de esta aplicación de mensajería, fue posible compartir los links de cada clase online, difundir horarios, recordatorios y material ya visto, para aquellos estudiantes en situaciones complejas.

Finalmente, se realizan aulas virtuales a través de Google Meet y Zoom, luego de haber entrenado no solo a los estudiantes, sino también a los apoderados y se comienza a impartir clases en línea una vez por semana en un tiempo reducido al normal. Así se pudo practicar activamente el idioma extranjero con los estudiantes, utilizando podcasts, videos

y algunos juegos en línea.

La asignatura desarrolló también pequeños proyectos de aprendizaje, utilizando la transversalidad de las asignaturas y desarrollando habilidades de orden superior como crear y analizar rimas, videos, o crear sus propios posters virtuales para promocionar actividades de interés de los alumnos.

El problema consistió en generar una reestructuración del programa de inglés que permitiera darla continuidad al proceso de enseñanza y aprendizaje de este idioma, potenciando el desarrollo de las habilidades lingüísticas utilizando recursos tecnológicos, desarrollando actividades que involucraran al estudiante en su propia búsqueda de aprendizaje conectados a través de un aula virtual, considerando, además, las estrategias más efectivas y más motivadoras o significativas para los estudiantes en su proceso de aprendizaje. Indagar acerca del impacto de este proceso de cambios en la forma cómo se enseñó el idioma inglés en la escuela en estudio, se hace necesario y justificado.

REVISIÓN DE LA LITERATURA

En esta sección, presentaremos algunos antecedentes bibliográficos relacionados con nuestro tema de estudio.

La enseñanza en tiempos de pandemia

Al momento del presente estudio, cifras de la UNESCO (2020) reportaban 1,003,053,516 estudiantes afectados en su proceso educativo y 160 países con cierres de sus sistemas educativos a nivel nacional. A mayor abundamiento, la CEPAL (2020) estimaba que el impacto económico de la pandemia sería severo en América Latina debido a la vulnerabilidad de nuestras economías. Además, muchos países también enfrentaban problemas de gobernanza. Al poco tiempo, estudios como el de Soland *et al.* (2020) confirmaban la impresión generalizada de que los estándares de calidad habían disminuido. A través de su estudio, los autores descubrieron que todos los ramos estudiados evidenciaron resultados por debajo de las expectativas, debido al cierre de los colegios.

En Chile las clases presenciales se suspenden y, con el fin de dar continuidad al proceso de enseñanza aprendizaje, el MINEDUC realiza una priorización curricular. Los establecimientos educacionales suben sus programas a plataformas, desde las cuales intentan, con clases sincrónicas y actividades asincrónicas, dar cumplimiento a los objetivos y contenidos prioritarios. Esta situación pone en evidencia, de acuerdo a Murillo y Duk (2020), la desigualdad en conectividad, la falta de preparación de los profesores para funcionar en entornos virtuales, la falta de autonomía de los estudiantes y la necesidad de contar con un apoyo más directo de padres y apoderados.

Los entornos vulnerables

Se puede entender la vulnerabilidad como la situación de grupos, hogares e

individuos respecto a su acceso a activos materiales e inmateriales, que pueden sufrir cambios significativos en su calidad de vida ante circunstancias como despidos o recortes en sus niveles de ingresos. Subbarao y Coury (2004) definen a los niños vulnerables como “aquellos cuya seguridad, bienestar y desarrollo están amenazados, con grandes peligros, incluida la falta de atención y afecto, refugio, educación, nutrición y apoyo psicológico” (p.1). Por su parte, Bialobrzaska et al. (2012) consideran a un estudiante vulnerable como

alguien que no tiene acceso o tiene un acceso limitado a las necesidades básicas tales como alimentos nutritivos, refugio, ropa adecuada, un hogar seguro y un entorno comunitario gratis de abuso y explotación, cuidado y apoyo familiar, buena atención médica y la capacidad de aprovechar al máximo las oportunidades educativas disponibles (pág. 4).

Como uno puede darse cuenta, la vulnerabilidad no sólo se refiere a una acumulación de desventajas materiales sino también una serie de factores emocionales y afectivos, atravesados por factores sociales y personales y características culturales. En términos prácticos, se puede considerar la vulnerabilidad como una condición social de riesgo que dificulta a los grupos afectados lograr el bienestar en contextos socioculturales específicos. Estudiantes en tal situación, requerirán docentes que los acompañen durante todo su proceso educativo, brindándoles la información y herramientas necesarias para completar sus estudios y acceder al mundo laboral.

Uno de los principales riesgos para los estudiantes vulnerables es la deserción del sistema educativo. Esta situación implica el peligro de debilitar el desarrollo de sus competencias psicosociales y procesos de aprendizaje significativos, que llevarían a comprometer su inserción en el mundo del trabajo.

El papel de los profesores en contextos vulnerables debería ser el de mediadores del aprendizaje, comprendiendo que el aprendizaje eficaz y duradero se produce cuando exponen a sus alumnos a conceptos y experiencias de forma altamente interactiva y participativa. La interacción dentro de un determinado entorno cultural es esencial, ya que los estudiantes aprenden del intercambio social con otros (Vygotsky, 1993).

Los profesores deben basar su práctica en la cercanía, la confianza y la reciprocidad. Su acción tiene que ser flexible, ejecutada en diferentes espacios y de manera diversificada, ayudando a sus alumnos no sólo a identificar las habilidades que les faltan, sino también guiarlos y motivarlos a superar sus debilidades.

El programa y la enseñanza del idioma inglés en Chile

Los programas de enseñanza del idioma inglés en el sistema educacional público chileno están regidos por las bases Curriculares del MINEDUC (2012) y cubren los niveles de 5° Básico a IV° Medio. En términos generales, el objetivo es que los alumnos aprendan el idioma y sean capaces de utilizarlo en variadas situaciones comunicativas. El Gobierno de Chile (2014) cuenta con un plan estratégico del inglés que abarca los años 2014 al 2030.

El objetivo general de este plan es “desarrollar y fortalecer las competencias, en el idioma inglés de la población chilena, para acelerar la inserción de Chile en un mundo global y mejorar así nuestra competitividad” (p. 11). Las líneas estratégicas de este plan incluyen la familia y la sociedad, las escuelas y los estudiantes, la formación inicial y continua de los profesores de inglés y el inglés para propósitos específicos.

Respecto a la forma cómo enseñan los profesores del sistema público chileno, Rojas, Zapata y Herrada (2016) informan que, si bien entregan posibilidades de participación a los alumnos, estas no implican necesariamente el logro de clases interactivas. La calidad de las explicaciones, según el análisis de los autores, sería baja debido a que “no establecen relaciones con otros contenidos, con experiencias cotidianas o con conocimientos propios del entorno cultural de los alumnos” (p. 101). Los inicios de las clases no lograrían motivar ni comprometer a los estudiantes con su aprendizaje, al tiempo que las preguntas sólo apuntarían a una repetición memorística y no al desarrollo de las habilidades cognitivas de orden superior. Adicionalmente, los autores informan escasa retroalimentación al alumno, que le permita mejorar su desempeño y un manejo inadecuado en términos de corrección gramatical y calidad de pronunciación, por parte del profesorado.

La situación de los procesos de enseñanza aprendizaje de las escuelas públicas chilenas que describe Yilorm (2016) en su estudio no es mucho mejor. En su opinión, los profesores de inglés no han logrado cumplir con los requerimientos del MINEDUC ni con las necesidades de sus estudiantes. Esto se debería, en parte, a un apego excesivo a formas tradicionales de enseñanza focalizadas en procesos personales de aprendizaje, más que en aspectos sociales y contextuales. Esto llevaría a intentos aislados y descontextualizados de desarrollo de la competencia lingüística. Además, existiría una incoherencia entre los objetivos establecidos en las planificaciones y la instrucción que se realiza dentro de la sala de clases. Como consecuencia, el objetivo ministerial de lograr la capacidad de comunicarse en distintas situaciones, no se estaría cumpliendo. La autora señala que “para poder lograr el nivel de aplicación es necesario que estos contenidos respondan a los intereses y necesidades de los estudiantes, a sus edades y a su desarrollo cognitivo y emocional” (2016: 108). La necesidad de contextualizar y modernizar los métodos de enseñanza y aprendizaje del idioma inglés en Chile, se vuelve imperiosa.

Diseño y desarrollo de la investigación

La presente investigación se realiza en la Escuela Eloísa Díaz de la comuna de Conchalí en Santiago de Chile durante los dos últimos meses del año lectivo 2020. Está estructurada en base a un paradigma investigativo cuantitativo descriptivo, a fin de abarcar un universo amplio de padres y apoderados de los alumnos de los cursos seleccionados para el estudio y así conseguir una muestra representativa según los parámetros estadísticos respectivos.

Los objetivos que guían el estudio son:

1. Conocer la valoración que los padres y apoderados realizan de la reestructuración del programa de inglés con motivo de la pandemia.
2. Identificar aquellos aspectos y elementos del rediseño mejor valorados.
3. Establecer aquellos componentes del rediseño que han sido más problemáticos.

Los pasos metodológicos establecidos son:

- Constitución de la muestra. Un padre o apoderado por alumno de los cursos seleccionados (2° a 4° Básico, tres cursos por nivel) que constituye un universo de 317 personas.
- La utilización de una encuesta como instrumento de recolección de datos, la cual fue diseñada en base a tres ejes temáticos, pre testeada y mejorada previa aplicación definitiva vía Google Forms. Se obtuvieron 202 encuestas respondidas en su totalidad, lo que según los parámetros estadísticos (calculadora de muestra), le otorgan a esta muestra un nivel de confianza del 98% y un margen de error del 5%.
- El procesamiento y análisis de los datos se realizó a través de una planilla Excel.

Análisis de los datos

En esta sección procederemos a realizar el análisis cuantitativo por eje temático de la información recogida a partir de la encuesta aplicada a los padres y apoderados de la escuela en cuestión.

Primer eje temático: Estructura y diseño del ramo de inglés

Respecto al conocimiento que tienen los padres y apoderados de la Escuela Dra. Eloísa Díaz de los objetivos de la asignatura de inglés, un 46% declara poseer un conocimiento moderado de ellos, seguidos por un 28% que estiman poseer alguna idea de los propósitos de este ramo. Un conocimiento detallado de los objetivos es reportado por un 15,3% de los encuestados, mientras que un 9,9% reconocer no tener conocimiento alguno de ellos. La Figura 1 nos permite visualizar esta situación.

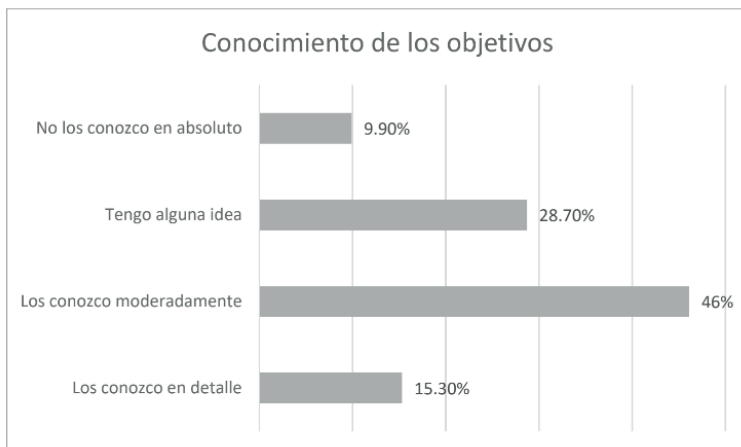


Figura 1. Gráfico conocimiento de los objetivos de la asignatura de inglés

En el caso de la coherencia entre objetivos, contenidos y actividades, un mayoritario 40,1% cree no poder determinarla, mientras que un 32,7% de los encuestados considera que existe una plena coherencia entre estos tres elementos curriculares. Un 25,7% de los padres y apoderados perciben un grado moderado de coherencia, y un escaso 1,5% piensa que no existe coherencia alguna. Todo esto se puede observar en la Figura 2.

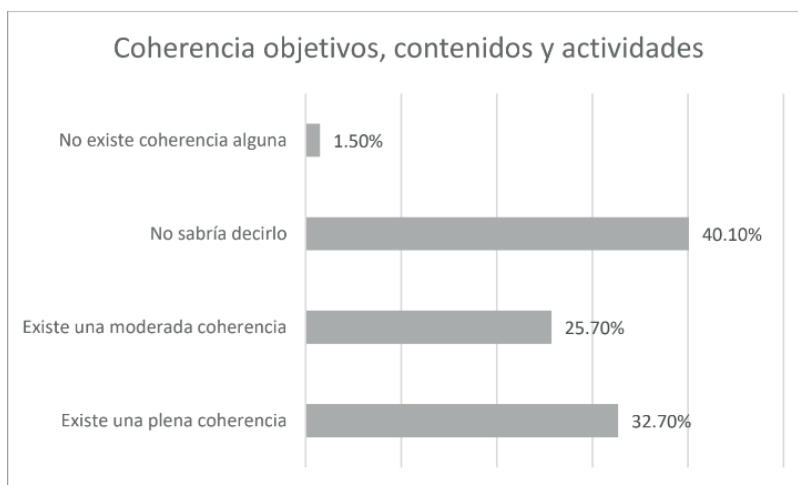


Figura 2. Gráfico coherencia entre objetivos, contenidos y actividades

La situación de la adecuación de los materiales al logro de los objetivos arroja que un amplio 44,6% de los encuestados considera que los materiales permiten un cumplimiento

moderado de las metas. Un 26% reporta no tenerlo cómo determinarlo, seguido de cerca por un 23,8% de los padres y apoderados que estiman que sí logran una plena consecución de los propósitos educativos planificados. Finalmente, un 5,4% de la muestra sostiene que los materiales no son adecuados para los objetivos fijados. La Figura 3 representa lo descrito.

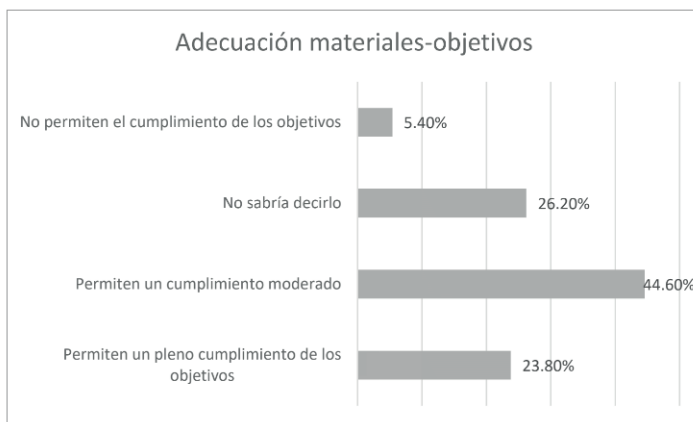


Figura 3. Gráfico adecuación de materiales para el logro de objetivos

En lo que dice relación con la adecuación de los materiales proporcionados para la realización de las actividades, la percepción de los encuestados es más contundente. Un 76,3% de ellos considera que permiten una realización plena o moderada de las actividades de aprendizaje. Un 16,3% cree no poder determinarlo, mientras que un 7,4% percibe que no existe algún grado de adecuación. La Figura 4 da cuenta de esta situación.

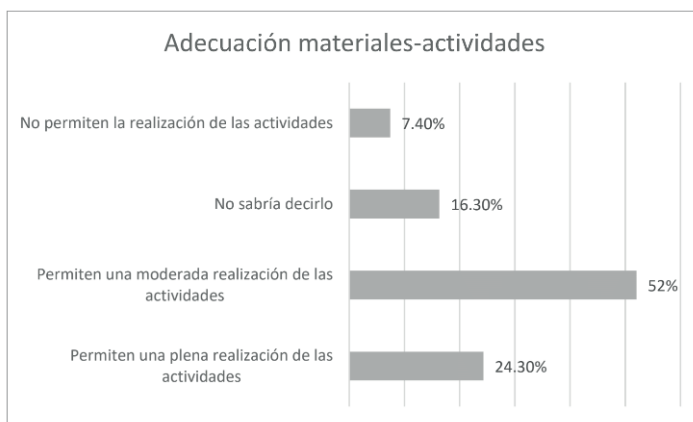


Figura 4. Gráfico adecuación de materiales para la realización de actividades

El trabajo pedagógico de las habilidades lingüísticas de forma integrada también arroja una valoración más bien positiva. Un 72,3% de los encuestados considera que existe una gestión educativa plena o al menos moderadamente integrada. Los padres y apoderados que no sabrían como determinarlo suben un 6,5% respecto al gráfico anterior. Sólo un 4,5% reporta la ausencia de trabajo integrado de las habilidades lingüísticas. Todo esto se puede visualizar en la Figura 5.

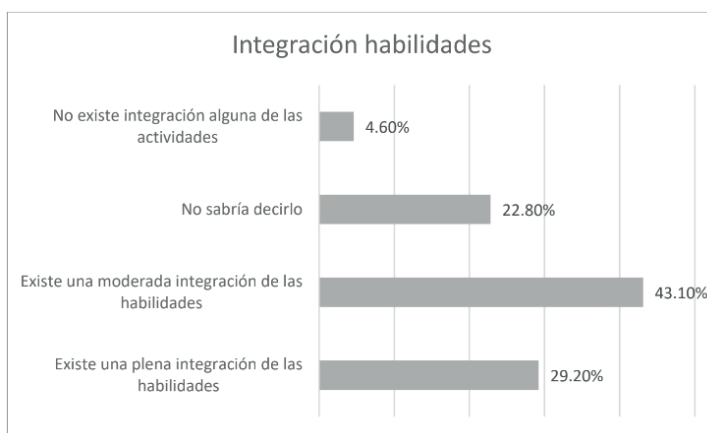


Figura 5. Gráfico integración de habilidades lingüísticas

Segundo eje temático: Recursos didácticos

El segundo eje temático dice relación con los recursos didácticos utilizados en la asignatura de inglés durante las clases online en tiempo de pandemia.

En lo referente al aporte de los materiales seleccionados y utilizados para desarrollar las cuatro habilidades lingüísticas, el 20,3% de los encuestados informan que contribuyeron de forma plena. La gran mayoría, un 50,5% consideran que existió contribución, pero moderada. El 20,8% evalúa un escaso aporte, al tiempo que un 8,4% cree que los materiales no contribuyeron.

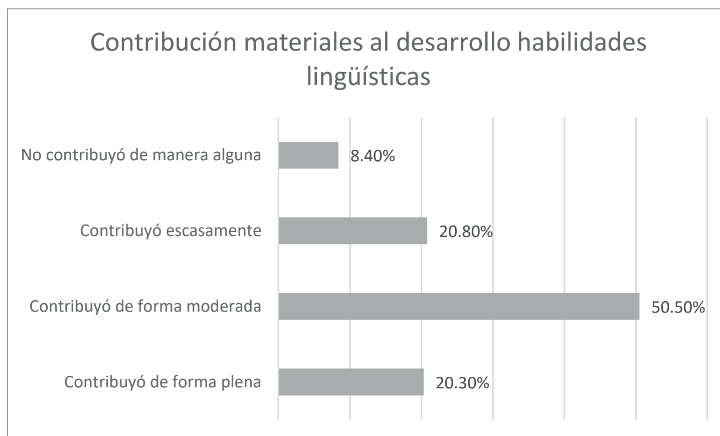


Figura 6. Gráfico Contribución materiales al desarrollo de las habilidades lingüísticas

Respecto a la suficiencia de los materiales, la situación que podríamos llamar positiva (plenamente y moderadamente suficiente) entrega el mismo porcentaje en su sumatoria (70,3%) que el gráfico anterior. Baja el tercer nivel, capturando dicho descenso el cuarto, por lo que el porcentaje de encuestados que considera que los materiales no fueron suficientes, alcanzan un 11,4%. Todo esto se puede visualizar en la Figura 7.

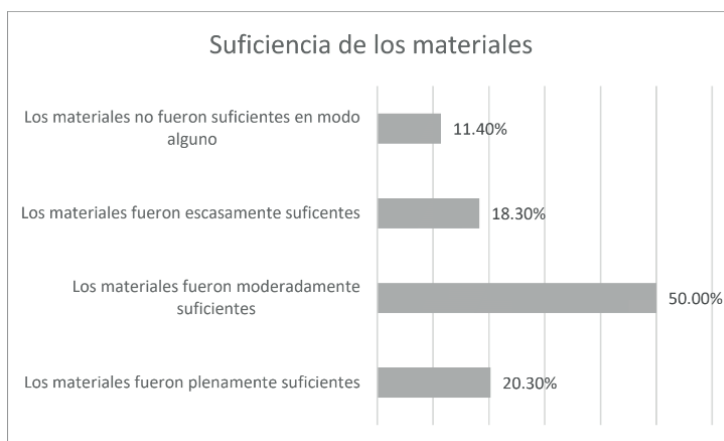


Figura 7. Gráfico Suficiencia de los materiales

Para más de la mitad de los encuestados (53%), el libro texto es bueno. Un 20, 8% lo evalúa como regular, mientras que el 15,8% lo valora de manera excelente. Existe un 10,4% de los padres que cree que el libro texto no aporta. La Figura 8 da cuenta de esto.

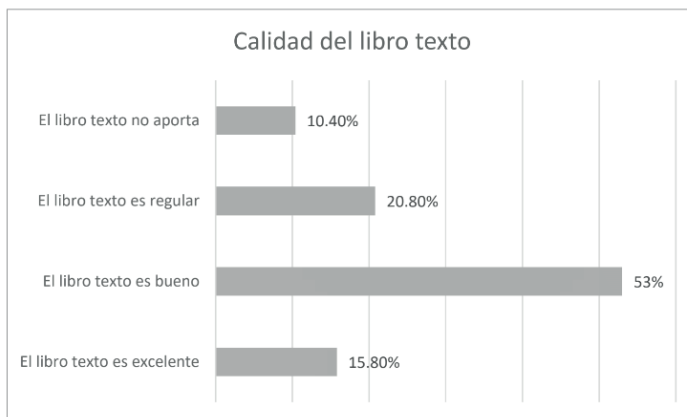


Figura 8. Gráfico Calidad del libro texto

Tercer eje temático: Usabilidad y accesibilidad

El análisis estadístico del tercer eje temático del presente estudio busca describir la percepción y valoración de los padres y apoderados de la Escuela Dra. Eloísa Díaz respecto a la claridad, accesibilidad de los materiales y al funcionamiento de las plataformas implementadas por la institución.

En términos generales, los materiales aparecen bien valorados en lo que a su claridad y simpleza respecta. Un 76,2% considera que son plena o moderadamente claros y simples. Un 16,8% de los encuestados los consideran poco claros, mientras que sólo un 7% de los apoderados perciben que son confusos y complicados. La Figura 9 lo ilustra.

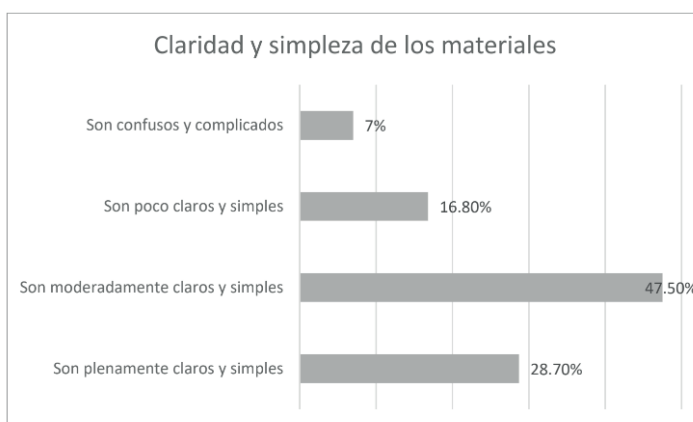


Figura 9. Gráfico Claridad y simpleza de los materiales

El 22,8% de los encuestados reporta haber tenido un acceso expedito a los materiales ofrecidos por la escuela. Para un amplio 48,5% la posibilidad de acceder a ellos ha sido moderada. El 22,3% de los apoderados reporta haber tenido un acceso difícil, mientras que un 6,4% de ellos no tuvo posibilidades de acceso.

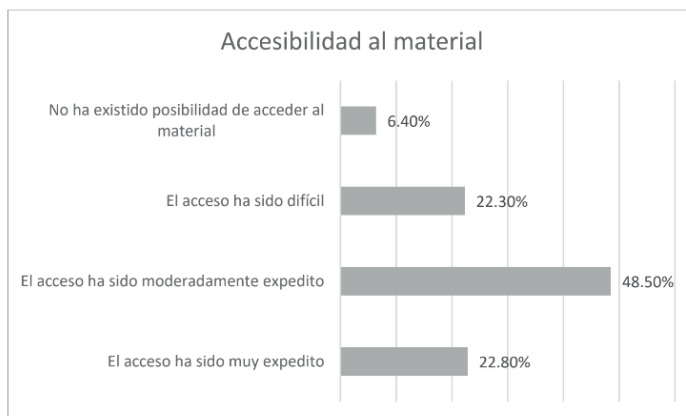


Figura 10. Gráfico Accesibilidad al material

La mayoría de los encuestados (45,5%) informa que la accesibilidad y funcionamiento de las plataformas ha sido moderado. A ellos se suma un 31,2% que consideran que han podido acceder y utilizar las plataformas de manera plena. Para el 16,8% de los apoderados, esta situación sólo ha sido escasa, mientras que un 6,5% no han logrado acceder y, por lo tanto, utilizar este recurso. La Figura 11 nos permite visualizar esta situación.

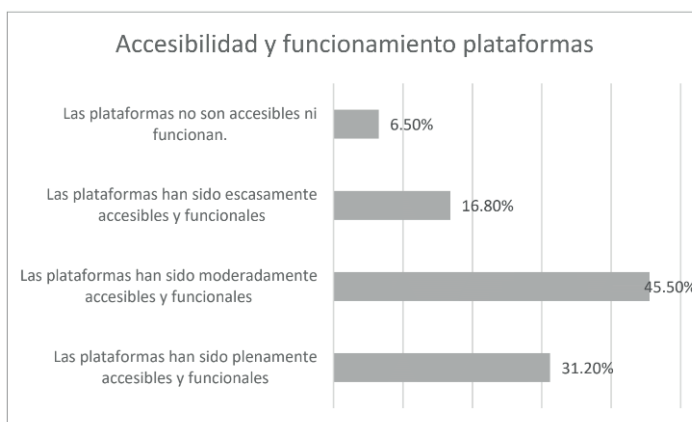


Figura 11. Gráfico Accesibilidad y funcionamiento plataformas

CONCLUSIONES

En términos generales, es posible apreciar una valoración positiva de la reestructuración del programa de Inglés de la Escuela Dra. Eloísa Díaz con motivo del paso a clases a distancia por la pandemia, pero con algunos márgenes de mejora.

La falta de un conocimiento detallado de los objetivos de la asignatura es esperable, considerando que los padres y apoderados no son especialistas en la materia. Esta situación se puede mitigar con una mayor difusión y explicación de los mismos. Algo similar ocurre con la valoración de la cohesión de los objetivos, contenidos y actividades, donde la gran mayoría de los encuestados informa no poder valorarla. Indudablemente, la evaluación de la congruencia o alineación curricular es un tema que requiere de conocimiento experto y que se podría abordar de mejor manera con intervenciones explicativas de los profesores de la materia con los padres y apoderados.

En lo que respecta a la adecuación de los materiales para realización de las actividades de enseñanza, el porcentaje de quienes opinan aumentan. Esto puede deberse a que han visto y ayudado a sus hijos y pupilos con los trabajos asignados y así haber desarrollado mayores elementos de juicio. Prevale en este ámbito la valoración de aporte moderado, lo que se podría mejorar a través de una mayor diversificación de materiales y actividades de enseñanza.

El desarrollo integrado de habilidades lingüísticas no es fácil de implementar en situaciones normales, más complejo es aún hacerlo de manera no presencial. No obstante, hay un reconocimiento al respecto por parte de los encuestados quienes consideran que este trabajo integrado se ha dado de manera plena o moderada.

La valoración de la calidad, suficiencia y aporte de los materiales es positiva en términos generales, pero siempre estando el concepto “moderado” por sobre el grado positivo más alto que es “pleno”. En este eje temático, los padres y apoderados que entregan una mala ponderación bordean consistentemente el 10%, situación que debe atenderse.

La claridad y accesibilidad de los materiales al igual que el funcionamiento de las plataformas de apoyo a la gestión pedagógica, siguen la misma curva descrita anteriormente. Primero, una valoración moderadamente positiva, seguida de una ponderación plenamente positiva, para continuar con los niveles de escasa contribución, finalizando con una evaluación negativa, pero esta vez bajo el 7%.

Dado el contexto vulnerable de la Escuela Dra. Eloísa Díaz y las rápidas reestructuraciones en las formas de trabajo que se debieron implementar como consecuencia de la pandemia y sus demandas sanitarias, las evidencias parecen sugerir una valoración positiva de las mismas. De igual forma, queda un margen de mejora y la necesidad de seguir investigando en las realidades de esta comunidad, especialmente en aquel porcentaje de padres y apoderados que reiteradamente entregaron ponderaciones más

disminuidas. Interesante sería también indagar acerca del impacto de esta reestructuración en los niveles de aprendizaje y desarrollo del idioma inglés en los estudiantes de este establecimiento.

REFERÊNCIAS

Bialobrzeska, M., Randell, C., Hellmann, L. & Winkler, G. (2012). *Creating a caring school. Identifying vulnerable learners in your school*, South African Institute for Distance Education.

CEPAL (2020). América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19: efectos económicos y sociales. <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45337-america-latina-caribe-la-pandemia-covid-19-efectos-economicos-sociales>

Gobierno de Chile (2014). *Estrategia Nacional de Inglés 2014-2030*, <https://www.economia.gob.cl/wp-content/uploads/2014/03/140307-Documento-Estrategia-Nacional-de-Ingles-2014-2030.pdf>

Ministerio de Educación (2012). Bases Curriculares 2012. Idioma Extranjero Inglés, Educación Básica. Santiago, Chile, http://archivos.agenciaeducacion.cl/biblioteca_digital_historica/orientacion/2012/bases_curricularesbasica_2012.pdf

Murillo, J. y Duk, C. (2020). El Covid-19 y las brechas educativas, *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva* 14(1), 11:13

Rojas, D., Zapata, A. y Herrada, M. (2013). Enseñanza del Inglés en los Colegios Municipales de Chile ¿Dónde Estamos y Hacia Dónde Vamos?, *Foro Educativo* 22, 95:108

Soland J., Kuhfeld, M., Tarasawa, B., Johnson, A., Ruzek, E. & Liu, J. (2020). The impact of COVID-19 on student achievement and what it may mean for educators, <https://www.brookings.edu/blog/brown-center-chalkboard/2020/05/27/the-impact-of-covid-19-on-student-achievement-and-what-it-may-mean-for-educators/>

Subbarao, K. & Coury, D. (2004). *Reaching Out to Africa's Orphans: A Framework for Public Action*, Washington, D.C., The World Bank.

UNESCO (2020). Impacto de Covid-19 en la Educación – Datos. Paris, Francia: UNESCO. <https://es.unesco.org/covid19/educationresponse>

Vygotsky, L. S. (1993). *The Collected Works of L. S. Vygotsky, 1 & 2*, New York: Plenum Press.

Yilorm, Y. (2016). Proceso de enseñanza aprendizaje de la lengua inglesa en escuelas públicas chilenas: ¿Producción o reproducción?, *Estudios Pedagógicos, Número Especial 40 años*, 103:116

CAPÍTULO 9

IMPACTO DA PANDEMIA DO SARS-COV-2 NA COMUNIDADE DE DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Data de aceite: 17/02/2021

Vivian Miranda Lago

Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ).

Faculdade do Sul da Bahia- FASB
<http://lattes.cnpq.br/9129484543405152>

Alessandro Martins Ribeiro

Universidade Federal dos Vales do
Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM
<http://lattes.cnpq.br/4868688257787475>

Pedro Nunes Rey

Faculdade do Sul da Bahia- FASB
<http://lattes.cnpq.br/3372090812239380>

RESUMO: Introdução: No cenário atual da pandemia de Sars-Cov-2, as instituições de ensino superior, precisaram se adequar a uma nova modalidade de ensino, a mediação tecnológica por plataformas e aplicativos de interação aluno-professor. A necessidade foi desencadeada pelo risco de contaminação e adoecimento, provocado pela sujeição de estar presencialmente em sala de aula. O presente trabalho, buscou avaliar a percepção dos docentes de uma instituição de ensino superior no Extremo Sul da Bahia sobre a pandemia e seus impactos gerados. **Metodologia:** Foi realizado um estudo transversal do tipo pesquisa de opinião, por meio de um questionário *on-line* através do *Google Forms*, sendo disponibilizado do dia 06 a 20 de maio de 2020 encaminhado

através de redes sociais como Whatsapp@ e e-mail. **Resultados e Discussão:** O trabalho contou com 20 profissionais docentes da instituição de ensino superior, o corpo docente é construído por 65% (13) do gênero masculino, 50% (10) são pardos, 94% (19) fizeram uso de máscara e álcool gel como medidas preventivas e 65% (13) dos docentes relataram que a saúde foi afetada pela pandemia. **Conclusão:** Foi evidenciado que ainda existe uma desigualdade atrelada a equiparidade de homens e mulheres sobre a função de ser professor. Estes dados demonstram que a sala de aula ainda é espaço masculino, apesar de que, mais mulheres estão se tornando mestres e doutoras no Brasil com maior frequência. Como efeitos da pandemia na rotina dos professores foram observados: a insônia, o sedentarismo e ansiedade, estes fenômenos foram gerados tanto pelo risco de adoecimento quanto pela ausência do ensino presencial.

PALAVRAS - CHAVE: Sars-Cov-2; Docentes e Extremo Sul da Bahia.

IMPACT OF THE SARS-COV-2 PANDEMIC ON THE TEACHING COMMUNITY OF A HIGHER EDUCATION INSTITUTION IN THE FAR SOUTH OF BAHIA

ABSTRACT: Introduction: In the current scenario of the Sars-Cov-2 pandemic, higher education institutions needed to adapt to a new teaching modality, technological mediation by platforms and applications of student-teacher interaction. The need was triggered by the risk of contamination and illness, caused by the subjection of being in the classroom. The present

work sought to evaluate the perception of teachers of a higher education institution in the Far South of Bahia about the pandemic and its impacts generated. **Methodology:** A cross-sectional study of the opinion survey type was carried out, through an online questionnaire through Google Forms, being available from May 6 to 20, 2020 through social networks such as Whatsapp@ and e-mail. **Results and Discussion:** The work counted with 20 teaching professionals from the higher education institution, the teaching staff is built by 65% (13) male, 50% (10) are brown, 94% (19) made use of mask and alcohol gel as preventive measures and 65% (13) of the teachers reported that health was affected by the pandemic. **Conclusion:** It was evidenced that there is still an inequality linked to the equality of men and women about the function of being a teacher. These data show that the classroom is still a male space, although more women are becoming masters and doctors in Brazil with greater frequency. As effects of the pandemic on teachers' routine were observed: insomnia, sedentarism and anxiety, these phenomena were generated both by the risk of illness and the absence of classroom teaching.

KEYWORDS: Sars-Cov-2; Teachers and Far and South of Bahia.

INTRODUÇÃO

No final de 2019, um novo tipo de pneumonia foi observada na cidade de Wuhan, China. Tratava-se de um novo tipo de coronavírus (SARS-COV-2) responsável por causar infecções no trato respiratório (HAN, YAN-JIE, 2020). Após, notificação dos primeiros casos o vírus começou a se propagar rapidamente por todos os continentes e, em 27 de julho de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) notificou atualmente, de acordo com dados publicados no final de julho pela Organização 16.096.741 de casos confirmados e 646.384 de mortes em todo mundo (Relatório de situação-188). No mundo as regiões mais atingida pela infecção causada pelo novo coronavírus são América, Europa e Ásia (OMS, 2020).

O coronavírus é um vírus de RNA de fita simples com um diâmetro de 80 ~ 120 nm (HUANG et al., 2020). Pertencem à família Coronaviridae e são divididos em quatro tipos: Alfa, Beta, Gama e Deltacoronavírus. Até o momento, foram identificados sete coronavírus humanos (HCoVs), que se enquadram nos tipos Alfa e Betacoronavírus (CIOTTI et al., 2020).

O período de incubação para esta doença é geralmente de 1 a 14 dias. Inicia com problemas respiratórios simples com sintomas como febre e tosse por 2-3 dias (HUANG et al., 2020). Pacientes infectados com SARS-CoV-2 podem apresentar sintomas que variam de leve a grave. Além, desses sintomas parecido com um resfriado comum alguns pacientes desenvolvem pneumonia, manchas múltiplas e opacidade em vidro fosco são descritos no raio X do tórax e alguns pacientes que desenvolvem a síndrome do desconforto respiratório agudo podem piorar rapidamente e morrer de falência de múltiplas de órgãos (WANG, D et al., 2020). Outros sintomas menos frequentes foram relatados em alguns estudos tais vômito, diarreia e dor abdominal (WANG, D et al., 2020; CHEN, N et al., 2020).

Na ausência de tratamento farmacológico capaz de curar a infecção ou de prevenção

imunológica por meio de vacina, medidas clássicas de saúde pública, como o aumento da higiene e restrição entre contactantes têm sido a principal forma de controle da pandemia. Entre essas medidas, estão a quarentena, o isolamento e a contenção ou distanciamento social. Em todos esses casos, há restrições em diferentes níveis do contato entre pessoas, as quais estão carregadas de dilemas éticos e geram importantes impactos econômicos, sociais e de saúde (GARRIDO, R.G; RODRIGUES, R.C, 2020).

Num cenário de muitas incertezas e crescimento vertiginoso da pandemia de Covid-19, diversas mudanças foram necessárias no âmbito social, econômico e educacional direcionados pelos governos municipal, estadual e federal, essas políticas públicas emergenciais foram criadas mundialmente com objetivo de reduzir o avanço dessa pandemia.

Nessa circunstância, faz-se necessário pensar um novo formato de vida, garantindo o distanciamento a partir do fechamento de comércios, escolas, universidades, dentre outras situações de aglomeração (TORRES, 2020).

No mundo as instituições de ensino foram fechadas deixando, cerca de 1,5 bilhão de estudantes em pelo menos 174 países fora do ambiente escolar. No Brasil, todas as escolas foram temporariamente fechadas e provavelmente continuarão assim por algum tempo. Com o avanço da doença nos estados brasileiros, as aulas presenciais foram migradas para o Ensino Remoto, com atividades e aulas disponibilizadas em plataformas on-line.

No contexto da educação superior no Brasil, em março de 2020, foi publicada a portaria 343 do Ministério da Educação, a qual: “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID – 19”. Essa primeira portaria surge no sentido de nortear o funcionamento do ensino superior, autorizando, em caráter excepcional, a substituição de disciplinas presenciais por aulas que utilizem meios tecnológicos. As disciplinas com potencial para essa substituição devem ser definidas pelas Universidades. Sobre essas disciplinas, a portaria 345 de 19 de março de 2020, complementa a anteriormente citada, vedando a realização de disciplinas práticas ou laboratoriais e permitindo as disciplinas teórico-cognitivas do primeiro ao quarto ano para os cursos de bacharelado (TORRES, 2020).

Com a necessidade de aulas que utilizem tecnologias, inicia-se uma corrida para garantir a continuidade do ensino, para isso foi necessário que as instituições de nível superior e seus docentes criassem estratégias de operacionalização da educação à distância, de modo a prover um ensino inovador. Entretanto, esse novo contexto, marcado por incertezas, altera a rotina dos docentes que precisam se adaptar, juntamente com suas rotinas de casa, considerando que precisam dar conta de atividades domésticas, visto que muitas secretárias também seguem a regra posta pelo governo do isolamento social. Esse contexto também revelou que muitos docentes não estavam preparados para incluir novas tecnologias, considerando que sua formação não contempla o uso de tecnologias digitais,

sendo necessárias atualizações e capacitações de modo a preservar a qualidade do ensino (GONZALEZ et al., 2020, KIM et al., 2020).

Dessa forma, surgem desafios para os docentes relacionados ao aprendizado mediado ao uso das tecnologias da informação e comunicação na modalidade de ensino remoto, para estimular os discentes na construção e busca do conhecimento e assim garantir a finalização do ano letivo. Além de conciliar sua rotina doméstica com o novo formato de trabalho. Os educadores se expõem a diversas situações e pressões que podem contribuir no adoecimento desse profissional, principalmente relacionado à saúde mental.

Sendo assim, o presente estudo teve o objetivo de avaliar as mudanças causadas pelo Covid-19 nos processos de ensino e aprendizagem, rotina familiar, trabalho e a saúde dos docentes de uma faculdade privada situada em Teixeira de Freitas-Ba. A pesquisa utilizou um questionário elaborado e enviado para os docentes da instituição de ensino através das mídias digitais.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo transversal do tipo pesquisa de opinião. Onde, todos concordaram em participar e tiveram sua identificação preservada. Tendo como público-alvo os docentes de uma instituição do Extremo Sul Baiano. Fez-se um questionário *on-line* através do Google Forms e este foi encaminhado através das redes sociais Whatzapp@ e e-mail. O instrumento de avaliação ficou disponível durante 2 semanas. Desta forma, a coleta de dados ocorreu no dia 06 a 20 de maio de 2020. O questionário foi constituído de 23 questões fechadas e 2 questões abertas. As perguntas abordaram aspectos sociodemográficos, rotina de trabalho, saúde e o processo de ensino e aprendizagem. Os dados e os gráficos foram analisados e tabulados no Excel Microsoft, e calculadas frequências absoluta e relativa das variáveis do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente pesquisa de Estudo Comportamental durante a pandemia do novo Coronavírus contou com 20 profissionais docentes da instituição de ensino superior sendo, 65% (13) são homens e 35% (7) são mulheres (Figura 1).

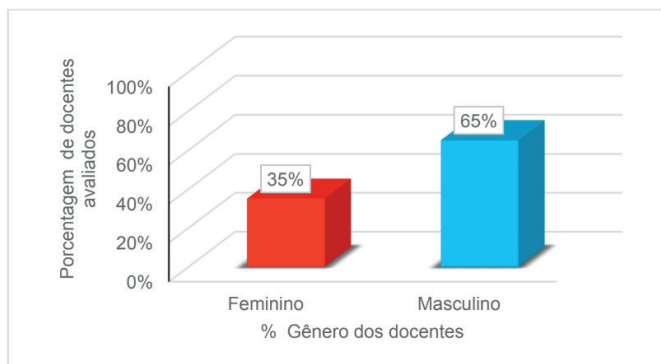


Figura 1. Categorização do gênero dos docentes. Gênero feminino (barra vermelha) e masculino (barra azul). A avaliação do gênero do corpo docente demonstrou que 65% (13) são homens e 35% (7) Mulheres.

Na presente pesquisa homens ainda são maioria no mercado de ensino, revelando uma desigualdade de gênero entre homens e mulheres, um dado negativo, quando analisado do ponto de vista da ótica ensino superior no Brasil.

Segundo Sommer (2018) devido a hierarquização do trabalho, poucas políticas de inclusão de gênero em que mulheres ocupem cargos e postos mais altos, e desvalorização do sexo oposto como mediadora na educação e saúde no que tange o ensino superior, houve um preconceito, que historicamente as vê como o sexo frágil.

Em contrapartida, segundo a Secretária de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP, 2020) a mulher passou a ocupar inúmeros espaços nos últimos 30 anos, isso, devido a proclamação da Constituição Federal de 1988 com a criação dos direitos individuais e coletivos e a implementação de projetos que viabilizassem a capacitação do novo modelo das organizações, a gestão por competências, em que mulheres teriam as mesmas oportunidades que homens.

Foi avaliado a etnia dos docentes da instituição de ensino e 50% (10) dos docentes se declararam pardo, 45% (9) brancos e 5% (1) negros (Figura 2).

Um dado importante neste trabalho a se destacar foi que pessoas pardas somada a negras foram maioria, isso corresponde a um percentual animador, outrora, quando analisado o atual cenário no país em que pessoas autodeclaradas pardas/negras ainda ocupam poucos espaços de voz, inclusive a sala de aula do ensino superior.

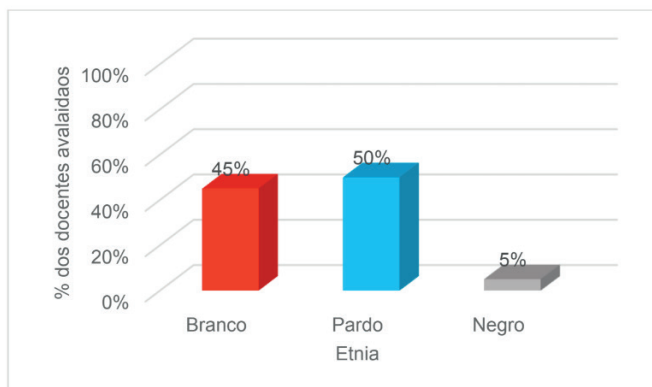


Figura 2. Categorização da etnia dos docentes analisados. Em relação a etnia dos entrevistados 50% (10) dos docentes se declararam pardo (barra azul), 45% (9) brancos (barra vermelho) e 5% (1) negros (barra cinza).

Pretos e pardos representam 65,8% dos que possuem ocupação mas recebem metade do salário do branco e na mesma função. Não se tem equiparação apesar da políticas de inclusão racial criadas que desvincule o racismo estrutural existente, promovendo a desigualdade (CACCIAMALI; HIRATA, 2005 e MARTIMON, 2020).

Apesar das cotas raciais nas instituições públicas inserindo autodeclarados pardos e negros nos cursos de nível mestrado e doutorado terem oportunizado a continuidade dos estudos impactando diretamente na sua formação, até o presente momento não se tem uma parcela significativa desses profissionais a frente de cursos de coordenação de ensino de pós-graduação à respectiva formação (BORGES, 2020).

A área de atuação e a formação docente foram avaliadas na figura 3, sendo evidenciado que 40% (8) atuam na área de exatas, 30% (6) saúde e 30% (6) humanas. Os docentes apresentaram formação acadêmica de especialista 40% (10), 55% (9) Mestres e 5% (1) doutores.

O estudo revelou que homens e mulheres com mestrado foram maioria, identificando um acentuado crescimento com maior acesso ao ensino superior, voltado para a docência e profissionalização a depender do mestrado ou doutorado. Como revelou que os supracitados partiram para a área de exatas como engenharia civil, elétrica entre outros.

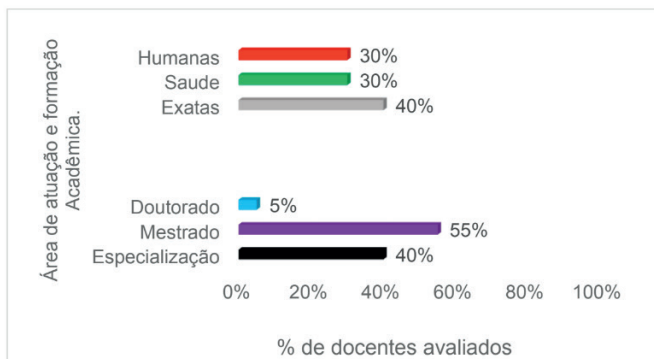


Figura 3. Avaliação da área de atuação do docente e sua formação acadêmica. Sobre o campo de atuação dos profissionais docentes professores fora observado que 40% (8) atuam na área de exatas (barra cinza), 30% (6) saúde (barra verde) e 30% (6) humanas barra vermelha). O nível de escolaridade foi de 55% (9) de docentes com mestrado (barra lilás), 40% (10) com especialização Lato-sensu (barra preta) e 5% (1) doutorado (barra azul).

Segundo Gonzalez et al., (2020), a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho do ensino, pesquisa e extensão tem se expandido nas últimas três décadas, desde políticas de inclusão social como bolsas de pesquisas e fomento para projetos de mestrado e doutorado vigoraram com a Capes.

Os estudos de Torres (2020) concluíram que as instituições de ensino superior no Brasil institucionalizaram políticas educacionais para que os docentes que se vinculassem aos cursos de graduação e pós-graduação, ensino presencial e Ead, tivessem no mínimo mestrado, ou estivessem doutorando. O principal objetivo era que os professores pudessem manter seus estudos, trabalhassem, ou seja, não afetaria a rotina.

Quando os docentes foram questionados sobre a renda foi evidenciado que 40% dos docentes ganham mais de 7 salários-mínimos, 25% recebem de 5 a 6 salários-mínimos e 35% dos professores relataram receber de 3 a 4 salários. Os docentes tiveram a variação de renda avaliada durante a infecção do Covid-19, sendo observado que 5% não teve aumento na renda, 50% sofreu diminuição da renda e 45% mantiveram a renda (Figura 4).

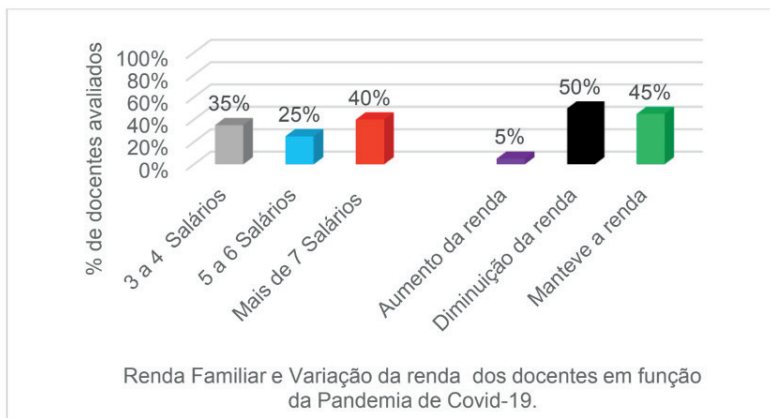


Figura 4. Avaliação da renda familiar dos Docentes e sua variação frente à pandemia do Coronavírus. 40% dos docentes ganham mais de 7 salários-mínimos (barra vermelha), 25% recebem de 5 a 6 salários-mínimos (barra azul) e 35% dos professores relataram receber de 3 a 4 salários (barra cinza). A renda dos docentes durante a pandemia: 5% não teve aumento na renda (barra lilás), 50% sofreu diminuição da renda (barra preta) e 45% mantiveram a renda (barra verde).

Segundo BAGGENSTOSS (2020), a renda dos docentes em ensino superior baseado na sua pesquisa realizada em oito instituições públicas e duas privadas por meio de formulário eletrônico devido a pandemia foram afetadas, cerca de 48% dos pesquisados que eram docentes-convidados tiveram os seus contratos suspensos. Cerca de 22% eram processo seletivo, e devido à ausência de alunos foram exonerados do cargo. Somente 30% eram concursados e sua renda domiciliar não foi afetada, foram transferidos do ensino presencial para o EaD, atuando em cursos de extensão, como é o caso da Plataforma Rural da Universidade Federal de Viçosa. Esses dados evidenciam que a pandemia afetou diretamente na renda dos docentes.

Os docentes foram questionados sobre a prática de atividade física antes e durante a pandemia. Os resultados apontam que antes da pandemia 70% praticavam atividade física e 30% eram sedentários, durante a pandemia 45% docentes praticaram atividade física e 55% estavam sedentários (Figura 5).

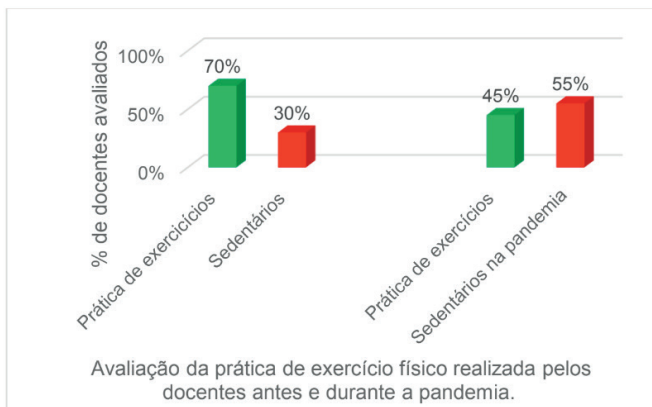


Figura 5. Avaliação da prática de exercício físico pelos docentes antes e durante a pandemia. Antes da pandemia 70% (14) dos docentes realizam atividade física 55% (9), 30% (6) não realizam nenhuma atividade física (barra vermelha). Durante a pandemia 45% (9) mantiveram a prática física e 55% (11) continuaram sedentários.

A atividade física é entendida como qualquer movimento corporal produzido pela musculatura esquelética que resulta em gasto energético superior ao repouso, abrange atividades em diversos contextos, como lazer, meio de transporte, tarefas domésticas e trabalho (SANTOS & MARQUES, 2013). A figura 5 aponta que os docentes ficaram mais sedentários durante a pandemia do covid-19. Esses dados são corroborados pelos estudos de Jonck et al., (2014) que evidenciaram que 46,5% de professores não realizam atividade física programada, justificados pela falta de tempo, dupla jornada de trabalho e questões socioeconômicas.

Brito et al., (2012) evidenciou em seus estudos com docentes, que a inatividade física foi prevalente em 79,7% dos docentes, esse dado foi vinculado às variáveis: indivíduos do sexo feminino, com mais idade e menor nível socioeconômico. O nível de atividade física em docentes do ensino estadual público superior oscila de acordo com a idade de cada professor. A predominância de insuficientes níveis de atividade física foi de 46,3% nos docentes, com predisposição de diminuição da atividade física com o aumento da idade.

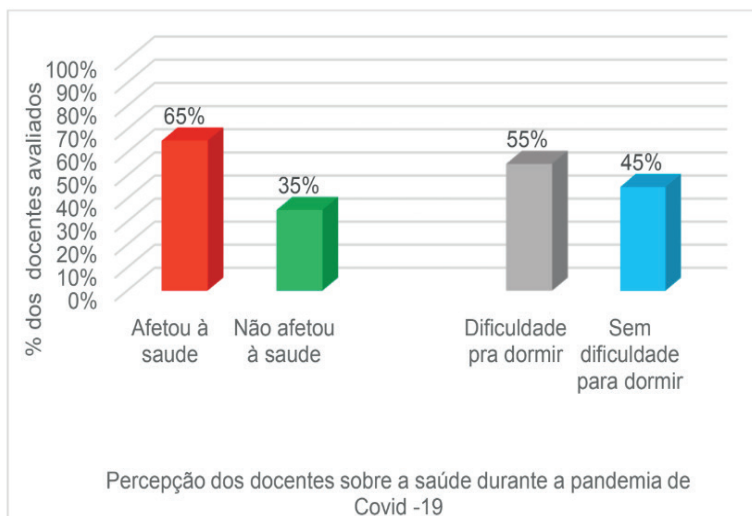


Figura 6. Analisando a influência da pandemia na saúde dos entrevistados. Cerca de 65% (13) relataram terem sua saúde afetada (barra vermelha), 35% (6) não relataram alteração na saúde (barra verde). Outro dado importante pesquisado foram os distúrbios do sono e cerca de 55% tiveram dificuldade para dormir (barra cinza) enquanto 45% não tiveram o sono afetado (barra azul).

Foi avaliada a percepção de saúde dos docentes durante a pandemia. A figura 6 descreve que 65% (13) dos docentes relataram que tiveram sua saúde afetada (barra vermelha), 35% (6) dos docentes não relataram alteração na saúde (barra verde). Outra variável avaliada foi a alteração e ou distúrbio do sono e 55% dos entrevistados tiveram dificuldade para dormir (barra cinza) enquanto 45% não tiveram o sono afetado (barra azul).

De acordo com Gonzales et al., (2020) o excesso de trabalho, o agravamento do estresse, ansiedade, insônia e outros sintomas relacionados com a saúde mental são relatos comuns entre os professores durante a pandemia da covid-19 corroborando com os dados desta pesquisa.

Os dados apresentados na figura 6 podem ser explicados por diversos fatores entre eles a preocupação dos docentes em atingir os objetivos propostos pela instituição, as dificuldades relacionadas ao manuseio das tecnologias, gravações de aulas, promovendo o adoecendo. Estudos revelam que as tecnologias digitais precisam transcender a educação bancária de difusão de conhecimentos, devendo ser criados espaços de participação, reflexão dialógica, desenvolvendo o raciocínio clínico, crítico, diferenciado (MCKIMM et al., 2020).

Outra questão muito relevante de preocupação deste docente e que impacta na sua saúde é o medo de perder emprego ou renda. Os professores, por exemplo, em razão da suspensão das aulas por conta do distanciamento social, precisam lidar com

a pressão de adaptar-se a ferramentas virtuais, preparar atividades que mantenham os alunos estimulados e, ao mesmo tempo, estar disponíveis para esclarecer dúvidas, além de questões como conectividade para que ninguém fique para trás durante a suspensão das aulas (DIAS & PINTO, 2020).

Um levantamento realizado pela Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico Covid-19 (VIGITEL) com 2.007 pessoas, entre os dias 25 de abril e 5 de maio de 2020, mostrou que 41,7% dos entrevistados apontaram ter distúrbios do sono, como dificuldade para dormir ou dormir mais do que de costume. Os dados da pesquisa de vigilância demonstram o que muitos especialistas vêm percebendo com o avanço da pandemia do novo Coronavírus no Brasil: o aumento das queixas de distúrbios do sono, principalmente sintomas de insônia associados ou não a quadros de ansiedade e depressão são promovidos (PITANGA et al., 2020).

Quando os docentes foram questionados sobre a importância de se manter as atividades acadêmicas 95% dos entrevistados relataram ser importante a estratégia de aprendizagem remota. A utilização de plataformas educacionais como WhatsApp, Google Meet, Skype e Teams foi muito importante para as instituições de ensino superior não interromperem completamente o processo de ensino-aprendizagem. Também foi evidenciado pelos docentes que a faculdade agiu rápido providenciando meios para a continuidade do ano letivo, através da aquisição de plataforma digital e capacitação docente para a utilização desse universo digital.

Atualmente, tem sido vivenciado o uso de tecnologias e estas influenciam diretamente o modo de vida dos indivíduos. Nessa nova era a utilização das mídias esta inclusa no dia a dia, a usamos para comunicação, consumo, relacionamento, trabalho e até mesmo realizar consultas médicas. A aquisição de um novo universo com um tocar de dedos. Por fim, fica fácil de entender que a educação também vive uma mudança, que determinará os novos processos de ensino e aprendizagem (PALÚ et al., 2020).

CONCLUSÃO

A pandemia de Sars-cov-2 trouxe inúmeros desfeixos na educação global, por revelar a necessidade da qualificação tecnológica dos docentes de todas as instituições de ensino. A demanda pela mediação tecnológica atrelada ao uso de metodologias ativas como atividades em fóruns e apresentações via plataforma Teams, trouxe seu impacto no ensino e revelou a necessidade de se inovar no âmbito da aprendizagem.

A presente pesquisa revelou que existe uma desigualdade ainda atrelada a equiparidade de homens e mulheres sobre a função de ser professor. Ficou evidente que a sala de aula ainda é espaço masculino, apesar de que, mais mulheres estão se tornando mestres e doutoras no Brasil.

Como principal efeito desencadeado pelo Coronavírus, a insônia atrelada a

sentimentos de solidão e abandono foram identificados nos pesquisados e estes fatores, são de grande importância porque revela a alta incidência de depressão, uma doença sem face que possui alta letalidade no nosso país e no mundo.

Outro, fator que chamou atenção, foi o sedentarismo no meio acadêmico-docente, com a pandemia o percentual de abandono de atividade física dobrou comparado anteriormente a disseminação da doença. O que só revela, a necessidade da inovação, também no contexto da qualidade de vida, que se tornou um ponto importante na medicina integrativa, num dado contexto biológico, como a imunidade e a resistência de órgãos e sistemas a processos infecciosos.

Destarte a estas variáveis encontradas, o ensino se tornou remoto, ou seja, as aulas passaram a ser da casa do docente para o lar dos discentes, sem contato direto, respeitando o distanciamento social preconizado pela OMS, utilizando plataformas digitais que antes eram usadas somente para reuniões de urgência como a Teams e Meeting das quais realizam chamadas de vídeo e áudio podendo ser compartilhada para um grande número de pessoas.

Portanto, a Covid-19 trouxe um lado positivo no contexto social, mostrou ao mundo, principalmente ao Brasil, especialmente a Bahia a necessidade da qualificação de professores diante as tecnologias digitais, e a importância do docente no processo do ensino-aprendizagem, sem este parceiro fundamental na base sócio social do indivíduo que participa diretamente na profissionalização em todos os níveis de ensino, principalmente o de nível superior.

REFERÊNCIAS

BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra (2020). A pandemia do COVID-19: mapeamento dos primeiros impactos sociais no contexto brasileiro e regional-sul. Disponível em <https://lilith.paginas.ufsc.br/files/2020/04/Relatorio-Inicial-de-Pesquisa.pdf>. Acesso em 28 de set. 2020.

BORGES, Raquel Silva - (1989- 2020). Políticas Públicas de Acesso à Educação Superior: o Sistema de Seleção Unificada na Universidade Federal de Uberlândia (2010-2019). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Educação. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.219>. Acesso 24 de out. 2020.

BRITO WF et al. Nível de atividade física em professores da rede estadual de ensino. Rev Saúde Pública [Internet]. 2012 Feb; [cited 2016 Nov 12]; 46(1):104-9. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102012000100013. DOI: 10.1590/S0034-89102012000100013

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda - uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos: Bahia e São Paulo. Estud. Econ., São Paulo, v. 35, n. 4, p. 767-795, Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010141612005000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 out. 2020

CHEN N, Zhou M, Dong X, Qu J, Gong F, Han Y, et al. Epidemiological and clinical characteristics of 99 cases of 2019 novel coronavirus pneumonia in Wuhan, China: a descriptive study. *Lancet*. 2020 Feb;395(10223):507–13.

CIOTTI et al. COVID-19 Outbreak: An Overview. *Chemotherapy*. 2020 Apr 7; 64(5-6): 215–223.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. A Educação e a Covid-19. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 545-554, Sept. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362020000300545&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Sept. 2020. Epub July 06, 2020.

GONZALEZ, T. et al. Influence of COVID-19 confinement in students performance in higher education. *arXiv.org*, 2020. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2004.09545>. Acesso em: 4 maio 2020.

Huang, C.; Wang, Y.; Li, X.; Ren, L.; Zhao, J.; Hu, Y.; Zhang, L.; Fan, G.; Xu, J.; Gu, X.; Cheng, Z.; Yu, T.; Xia, J.; Wei, Y.; Wu, W.; Xie, X.; Yin, W.; Liu, M.; Xiao, Y.; Gao, L.; Guo, L.; Xie, J.; Wang, G.; Jiang, R.; Gao, Z.; Jin, Q.; Wang, J.; Cao, B.; *Lancet* 2020, 395, 49

KIM, S. et al. School Opening Delay Effect on Transmission Dynamics of Coronavirus Disease 2019 in Korea: Based on Mathematical Modeling and Simulation Study. *Journal of Korean Medical Science*, v. 35, n. 13, 2020. Disponível em: <<https://jkms.org/DOIx.php?id=10.3346/jkms.2020.35.e143>>. Acesso em: 4 maio 2020.

JONCK VTF et al. Prevalência de Atividade Física em Mulheres. *Rev Bras Promoç Saúde [Internet]*. 2014; [cited 2016 Nov 9]; 27(4):533-40. Available from: <http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/2889>. DOI: 10.5020/18061230.2014. p 533.

MARTIMON, Amanda. CODEPLAN: Negros são maioria no mercado de trabalho, mas com remuneração menor. 2018. Disponível em: <http://codeplan.df.gov.br/negros-sao-maioria-no-mercado-de-trabalho-mas-com-remuneracao-menor/>. Acesso em 22 de out. 2020.

MCKIMM, J. et al. Health Professions' Educators' Adaptation to Rapidly Changing Circumstances: The Ottawa 2020 Conference Experience. *MedEdPublish*, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.mededpublish.org/manuscripts/2936>>. Acesso em: 22 Agost. 2020.

PALÚ et al. (2020). Desafios da educação em tempos de pandemia. *Alta: Ilustração*, 2020. 324 p. Acesso em: 26 de set. 2020.

PITANGA et al. Cristiano Penas Seara. Atividade Física e Redução do Comportamento Sedentário durante a Pandemia do Coronavírus. *Arq. Bras. Cardiol*, São Paulo, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielophp?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2020005007201&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Oct. 2020

RODRIGO, Grazinoli Garrido, RODRIGUES, Coelho Rafael de. Restrição de contato social e saúde mental na pandemia: possíveis impactos das condicionantes sociais. *J. Health Biol Sci*. 2020; 8(1):1-9. Acesso em 16 set. 2020.

SANTOS MN, MARQUES AC. Condições de saúde, estilo de vida e características de trabalho de professores de uma cidade do sul do Brasil. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2013 Mar; 2016 Dez 10]; 18(3):837-46. Acesso em 10 de agost. 2020.

SEMESP. Levantamento sobre desigualdade de gênero no mercado de trabalho: e as melhorias nos últimos 30 anos para as mulheres. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/noticias/levantamento-semesp-desigualdade-genero-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 23 de out. 2020.

SOMMER, Beatriz Miranda. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho: percepções de estudante durante a experiência do estágio. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina: Centro de formação Acadêmica em Administração. Florianópolis, 2018. 120 p. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187629/TCC_Beatriz_Miranda_Sommer_2018.pdf sequence. Acesso em 22 de out. 2020.

TORRES et al. (2020). Educação e Saúde: reflexões sobre o contexto universitário em tempos de COVID-19. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Estado da Bahia. Salvador. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/640-Preprint%20Text-929-1-10-20200531.pdf>. Acesso em 20 de set. 2020.

WHO: Organization, World Health. Laboratory testing of human suspected cases of novel coronavirus (nCoV) infection – Interim guidance. WHO/2019-nCoV/laboratory/2020.1. [Online] January 17, 2020. <https://www.who.int/health-topics/coronavirus/laboratory-diagnostics-for-novel-coronavirus>.

YAN-JIE HAN et al. Advances and challenges in the prevention and treatment of COVID-19. International Journal of Medical Sciences 2020; 17(12): 1803-1810. doi: 10.7150/ijms.47836

WANG D, Hu B, Hu C, Zhu F, Liu X, Zhang J, et al. Clinical characteristics of 138 hospitalized patients with 2019 novel coronavirus-infected pneumonia in Wuhan, China. JAMA. 2020 Feb;323(11):1061.

CAPÍTULO 10

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM TEMPOS DE COVID-19: TENSÕES E PERSPECTIVAS

Data de aceite: 17/02/2021

Data de submissão: 05/02/2021

Jederson Garbin Tenório

Rede de Ensino de Mato Grosso

Cláudia-MT

<https://orcid.org/0000-0002-1482-5762>

<http://lattes.cnpq.br/6114256001491338>

Vinícius Aparecido Galindo

Secretaria Estadual da Educação de São Paulo

São José do Rio Preto-SP

<https://orcid.org/0000-0003-0123-6093>

<http://lattes.cnpq.br/5327249069736591>

RESUMO: Este ensaio tem como finalidade propor uma reflexão acerca das implicações da pandemia Covid-19 na esfera educacional, mais especificadamente na Educação Física (EF) escolar. O mundo passa por um momento de incertezas frente à pandemia e de maneira específica a EF, por estar inserida em um momento que converge com a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o aumento de utilização de aulas *online*. Como caminho metodológico, optamos pela realização de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Consideramos que a EF, assim como a esfera educacional, pode sofrer os impactos econômicos da Covid-19, necessitando pautar sua atuação pedagógica oportunizando conteúdos que sejam novidade e que tenham relevância para os alunos para fora dos muros da escola.

PALAVRAS - CHAVE: Educação Física escolar; Ensino *online*; Covid-19.

SCHOOL PHYSICAL EDUCATION IN TIMES OF COVID-19: TENSIONS AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: This essay aims to propose a reflection on the implications of pandemic Covid-19 for the educational sphere, more specifically in school Physical Education (PE). The world is going through a moment of uncertainty in the face of the pandemic and, specifically, EF, as it is inserted in a moment that converges with the implantation BNCC and with the increased use of online classes. As a methodological path, we opted for a qualitative bibliographic research. We believe that PE, as well as the educational sphere, may suffer the economic impacts of Covid-19, needing to guide its pedagogical performance, providing content that is new and relevant to students outside the school walls.

KEYWORDS: School Physical Education; Online teaching; Covid-19.

1 | INTRODUÇÃO

Uma notícia marcante surgiu no primeiro mês de 2020, tratando-se do aparecimento de um novo coronavírus zoonótico, que transpassou de uma espécie, para infectar populações humanas. Esse vírus foi identificado pela primeira vez na China, mais precisamente em Wuhan, em pessoas expostas em um mercado de frutos do mar e de animais vivos.

Outros coronavírus respiratórios humanos surgiram nas últimas duas décadas (SARS-CoV, MERS-CoV), mas o Covid-19, causa uma doença respiratória potencialmente grave em alguns pacientes (SBP, 2020).

Nossa geração nunca passou por uma transmutação tão abrupta como a gerada pela Covid-19. Poucos dias das primeiras contaminações, as pessoas ficaram sem poder se reunir pessoalmente e paradoxalmente ocorreram comunicações digitais como nunca, sendo a *internet* uma ferramenta prioritária na dinâmica social, reordenando os modos de consumo e logística, acentuando o compartilhamento de saberes *on-line* e paradoxalmente instabilizando formas de pensar e agir, pela velocidade que circulavam informações sobre tal doença.

As nações de quase todo mundo sentiram de forma instantânea os impactos da pandemia no sistema econômico e, ao mesmo tempo, a falta de investimento no setor de saúde escancarou a mínima prioridade dada por muitos líderes políticos em políticas sociais. De acordo com Harvey (2020), o capitalismo se alimenta de tempos e espaços distintos e interligados de produção, distribuição, consumo e reinvestimento, que, nesse momento entrou em colapso e demonstrou sua enorme fragilidade.

O lazer e o bem-estar são esferas historicamente relegadas à segundo plano, nem mesmo circulavam como preocupações futuras de políticas públicas, conforme destacado por Marcellino (2010). Se considerarmos que a maior parcela da população é de classe baixa, a maior preocupação dos sujeitos reside na esfera do trabalho e em questões ligadas em como obter rendimentos para pagar alimentos, remédios, água, luz, entre outros. A ideia da importância de práticas corporais no contexto do lazer e de valorização de vivências desses conteúdos, que dialogam com a EF escolar, tomam destaque somente à poucas pessoas que têm condições de poderem ficar em casa, literalmente.

No caso das escolas, por serem espaços socioculturais, inseridas nesse contexto, tiveram suas atividades paralisadas (suspensas) ou afetadas. Conforme Libâneo (1994), o processo educativo é algo sempre contextualizado conforme o local e o momento em que se insere, havendo uma subordinação à sociedade, que tenta instaurar interesses de ordem política, econômica etc.

As aulas em quase todo Brasil foram suspensas por volta do dia 20 de março, como medidas de isolamento social proposto por governadores e prefeitos, como ferramenta de retardo do pico de contágio da doença e de sobrecarga no sistema de saúde, tanto público, quanto privado. Logo, uma das possibilidades que foram acionadas pelo poder público foi a adoção de aulas *on-line* (ensino remoto), previstas na BNCC (BRASIL, 2017), como forma de minimizar o prejuízo de aprendizagem que os alunos teriam, ao não terem aulas presenciais.

Os educadores, no período de isolamento social, pensaram questões que os intrigavam acerca do trabalho docente, tais como: “*Quando seria possível findar o ano letivo?*”; “*Como atuaríamos diante do ensino on-line e como seria a aprendizagem aos*

alunos?”; “O poder público veria essa possibilidade de utilização de ferramentas digitais na educação como oportunidade de economicidade e o que era provisória poderia ganhar espaço maior?”; “Como seria a adesão dos alunos e das famílias com a utilização da internet?”; “Quais ferramentas e capacidades seriam necessárias ao professor nesse processo?”, dentre outras.

O problema formulado nesse texto parte de reflexões acerca das incertezas e possibilidades, mais especificadamente na EF escolar e como a disciplina poderia contribuir com saberes que são úteis diante dos problemas enfrentados nessa pandemia.

Na sequência, apresentamos o percurso metodológico que fundamentou a estrutura do trabalho.

2 | METODOLOGIA

No percurso metodológico realizamos uma revisão de literatura caracterizando um tipo de análise que corresponde às pesquisas qualitativas. Para Minayo (1994), esse tipo de pesquisa tem como foco uma preocupação com os significados, expectativas e atitudes, que não podem ser analisados separadamente, mas como parte de um contexto social.

Ao que se refere ao tratamento das obras que foram referência para esse trabalho, tivemos como base as diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos, de acordo com Severino (2007).

Para a busca, fizemos revisão de literatura, no *google* acadêmico e na base de dados da Scielo, utilizando as seguintes palavras-chave: “Educação Física escolar”, “Covid-19” e “Educação *on-line*”, por meio de produções de Harvey (2020), Gariglio, Almeida Júnior e Oliveira (2017), Malanchen (2011), Daolio (2010), pudemos nos *‘orientar’* e fazer aproximações acerca do momento atual com a EF escolar.

Realizamos um levantamento teórico de março à novembro de 2020, pretendendo, assim, buscar dados que pudessem nos levar a compreender o fenômeno de maneira mais abrangente, sem a pretensão de exaurir a discussão levantada, reconhecendo que seja fundamental a contribuição de estudos posteriores para o enriquecimento do tema.

Pela própria natureza do tema, nos esforçamos em propor um diálogo e uma reflexão entre EF escolar com o atual momento que se caracteriza pela desestabilização nos modos de agir e pensar, causado pela pandemia, com implicações em todos os níveis educativos.

3 | EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PÓS-COVID

O Governo Federal editou a Medida Provisória (MP) 934/20 (BRASIL, 2020), suspendendo a obrigatoriedade de escolas e universidades cumprirem a quantidade mínima de dias letivos em 2020, em razão da pandemia de Covid-19. A carga horária mínima, porém, deveria ser cumprida. Essa MP estabeleceu normas excepcionais sobre

o ano letivo da educação básica e do ensino superior em função da lei nº 13.979, de 6 de fevereiro (BRASIL, 2020), que trata das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia do Covid-19.

A BNCC previa possíveis flexibilizações acerca do ensino presencial, dentre eles a possibilidade do Ensino Médio diurno ofertar até 20% da carga horária *on-line*, preferencialmente, nos itinerários formativos e no Ensino Médio noturno pode ser ampliada a carga para até 30% da grade curricular (BRASIL, 2017).

A inserção da carga horária *on line*, é considerada por Malanchen (2011), como resultante de um reordenamento das relações sociais como produto da globalização da economia, ao redimensionar o papel do Estado e o papel social da educação. Segundo a autora supracitada, a política educacional no Brasil se efetiva sob diretrizes de órgãos internacionais, como um engodo de democratização e do aumento de escolarização, ofuscando fenômenos que vêm ocorrendo nos países subdesenvolvidos: o aceleração da formação inicial e a ampliação de acesso à Educação Básica. Sob esse pretexto, o Estado, supostamente oferece a possibilidade dos sujeitos acessarem os serviços educacionais, em um custo reduzido para o poder público. Tanto que, na BNCC (Brasil, 2017) o foco na formação profissional é priorizada com a previsão de acordos entre empresas público-privadas para a formação dos estudantes indicando uma possível substituição de professores com carreira para outros profissionais, conforme consta no artigo 34, 4º parágrafo, § 11º: “Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação à distância com notório reconhecimento...”.

Segundo Malanchen (2011), o banco mundial, como agência financiadora de projetos educacionais, sugere que a Educação a Distância (EaD), é uma forma de aumentar, com custos menores, o acesso de amplos setores da população ao Ensino básico e Ensino Superior. Nesse último, em especial, a EaD representa a diminuição de custo e tempo.

Acerca da EaD, temos visto nas últimas duas décadas o aumento vertiginoso de utilização do ensino *on-line* em vários níveis, sendo caracterizada como modalidade educacional que se utiliza de ferramentas tecnológicas para a mediação didático pedagógica, com professores e alunos, desenvolvendo atividades em lugares diferentes e tempos flexíveis, sem que exista uma garantia mais efetiva de que o aluno esteja, de fato, se envolvendo na realização das atividades pedagógicas. De acordo com Luckesi (1994, p. 118): “O educando é um sujeito que necessita da mediação do educador para reformular sua cultura, para tomar em suas próprias mãos a cultura espontânea que possui, para reorganizá-la com a apropriação da cultura elaborada”. Isto é, a aprendizagem presencial, na maioria das vezes, pode ser considerada mais efetiva, cabendo ao professor observar *in loco* o desenvolvimento do aluno ao longo do processo com melhor garantir de sucesso.

No que se refere à EF escolar, a sinalização de aumento da carga horária de formação à distância e conseqüente diminuição da formação presencial, bem como, a possibilidade

do aluno escolher um itinerário formativo para cursar, presentes no artigo 35, § 2º: “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”, tenciona com uma EF que pretende oportunizar aos alunos o acesso à experiências diversas no tocante às práticas corporais. Ou seja, a disciplina de EF, na BNCC, claramente foi tratada com retrocessos no que se refere à presença de uma EF principalmente no Ensino Médio, além de atribuir o termo “prática” em substituição ao “componente curricular” que estava presente na LDB (BRASIL, 1996). Bungenstab e Lazzaroti Filho (2017) já nos alertavam para a possibilidade da EF sofrer com a entrada de profissionais com o “reconhecido” notório saber, com a inclusão da formação técnica e profissional no currículo.

Diante disso, parece que a perspectiva¹ da EF, em situação de instabilidade no currículo, seja compreendida pela sociedade (pelo senso-comum) em uma visão exclusivamente biológica, diferente de uma construção teórica e didática mais elaborada, que se insere em perspectivas oriundas do Movimento Renovador². Ou seja, trata-se de ações e construções teóricas movidas por autores que se posicionavam contrários a existência de modelos pedagógicos acríticos. O fato é que o cenário à médio e longo prazo foi apontado anteriormente por Bungenstab e Lazzaroti Filho (2017), em que destacam um forte indício de que a EF seja percebida por uma visão atlética e esportivante. Tais considerações caminham paralelamente nesse período embora, os autores supracitados, têm expectativa de resistência dos educadores, em função de uma formação com viés das ciências humanas nos últimos quarenta anos.

A Educação Física, por tratar pedagogicamente, na escola, de saberes vinculados mais fortemente ao universo da experiência comum e do cotidiano (jogos, danças, esportes, ginástica) do que de conhecimentos advindos de disciplinas acadêmico-científicas, (...) acaba por enfrentar grandes dificuldades de legitimação e reconhecimento no currículo escolar, sobretudo em um cenário educacional no qual a “boa educação” significa ter boas notas em Português, Matemática e Inglês (GARIGLIO, ALMEIDA JÚNIOR e OLIVEIRA, 2017, p. 63).

O “aprender” é considerado na ideia de executar uma atividade e capacitar-se para dominar um objeto determinado. Corresponde dizer que o ensino foca no domínio de uma atividade e não simplesmente na “criação” de um produto. “Ainda encontramos com certa força o estereótipo de que a educação física não deve se preocupar em transmitir e/ou construir conhecimento, pois se ocupa apenas da educação do físico” (BERTINI JÚNIOR e TASSONI, 2013, p. 480).

1 Discursos que preconizam a necessidade da EF ser promotora de saúde, como exposto no site: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/09/1817912-estudos-cientificos-embasam-oferta-de-artes-e-educacao-fisica-na-escola.shtml>

2 Ao do final da década de 1970, o modelo tradicional da EF começou a sofrer críticas de um movimento chamado Renovador. Esse movimento propôs novas abordagens teóricas que criticavam perspectivas exclusivamente biológicas, com um entendimento de que a área deveria propor um maior número de experiências corporais para os alunos, conforme suas diferenças culturais. Segundo Daolio (1998, p. 14): “Pela primeira vez começava-se a vislumbrar uma comunidade científica da educação física brasileira”.

Logicamente, a EF é associada fortemente com finalidades voltadas à aptidão física e ao fenômeno esportivo, manifestações que mobilizam pessoas do mundo inteiro, por sentidos e rituais compreendidos objetivamente, criando no espectador uma espécie de ambiente que compensa o tempo de trabalho. Suas imagens e signos têm condicionantes que tornam a cultura corporal de movimento quase que subordinada aos seus códigos e seu desempenho (BRACHT, 2005). É indiscutível a necessidade de contribuição da EF em meio a essa crise mundial com saberes e intervenções relevantes como forma de minimizar os impactos causados pela Covid-19, embora a EF possa contribuir melhor como prevenção (em espaços escolares e não escolares) e não tratamento, embora também seja feito na esfera de clínicas e clubes esportivos.

No caso das abordagens pedagógicas que contrapõe algumas práticas acríticas e repetitivas, tornam-se discursos que permeiam os pesquisadores e profissionais da área em uma perspectiva humanista e igualitária, sendo, a nosso ver, uma dificuldade de ser compreendidas pelo grande público, que possuem o conceito de senso comum acerca da área. Tal tarefa, não é simples, pois se assim o fosse, muitos entendimentos cristalizados, já teriam se dissolvido nesse período.

Por outro lado, as construções teóricas que criticam aulas que priorizavam a execução de movimentos, ancoradas nas Ciências Humanas e Sociais, quando apontam possibilidades de transformação da área, é desprezada pelo estado por conta das propostas inseridas na BNCC. Em uma aproximação com possibilidades de precarização do ambiente de trabalho pedagógico da área, encontramos uma perspectiva semelhante na investigação de Nunes (2020, p. 3):

Caracterizando a EF escolar terceirizada, observa-se cuidar-se de componente curricular realizado na própria escola por intermédio do ensino de práticas corporais (jogos, esportes, danças, lutas, ginásticas) ou as mesmas atividades, porém desenvolvidas em academias (ou espaços outros) em substituição à EF escolar e existindo algum contrato firmado de parceria. Em ambos os casos, são ministradas por docentes contratados por terceiros.

O autor supracitado, aborda como se efetiva um processo de terceirização da disciplina em uma unidade da rede de ensino privada da Bahia que nos serve como sinal de alerta para possíveis problemas e retrocessos que a EF possa experimentar.

Dessa forma, o aluno é tratado como cliente dando a ele um leque de opções, como uma mercadoria e a escola é tratada como uma empresa ou clube, pois oferece aos estudantes um leque de produtos, dividindo o conhecimento em várias modalidades esportivas a serem escolhidas para praticar. Segundo Nunes (2020), tais ações visam reduzir custos, encargos e tempo destinado à gestão escolar na tomada de decisões, conseqüente perda de espaço e fragilização da capacidade de mobilização de uma área de conhecimento, pois se estabelece uma relação vertical entre gestor e professor, transformando em patrão e empregado.

A existência de uma crítica pela maneira que o esporte é utilizado também não pode ser traduzida de maneira fiel, pois esse conteúdo torna a EF valorizada por muitos sujeitos. “[...] por um lado, há uma tradição cultural que faz com que a educação física seja biológica e universalizante, excluindo muitos alunos; mas por outro lado, justamente por ser assim ela é conhecida e valorizada” (DAOLIO, 2006, p. 87).

O dilema que nos está colocado diante do cenário é inscrito de conflitos e contradições próprios de um momento tenso, que aliás, marca a história da educação e da EF brasileira, com a valorização de um currículo técnico que tenciona com a ideia de uma escola mais autônoma, onde seja um espaço de produção de saberes. Materiais didáticos, planejamentos e modelos de avaliação seguem uma lógica padronizada e acabada, dando pouco espaço para o protagonismo do professor no processo de ensino. O posicionamento crítico e a busca por espaço é, portanto, uma necessidade da EF e isso se materializa quando reivindicamos um ensino de qualidade, acompanhado de ações comprometidas. Também sublinhamos a realidade de muitas escolas de ensino básico no país, com apenas uma aula semanal de EF no Ensino Médio, restringindo as possibilidades de acesso à conteúdos diversificados ao longo do ano letivo. Os alunos podem ter acesso a um ou outro conteúdo, de maneira superficial, causando uma percepção de aprendizado de vários temas, sem, contudo, que haja uma continuidade e profundidade.

O que queremos dizer é que nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, os alunos possuem interesses e expectativas diversas pelas aulas, em função da mudança de comportamento, como podemos exemplificar em virtude do estirão de crescimento de crescimento e outras transformações corporais. Logicamente, nem sempre, na realidade do professor de EF todos os alunos são comprometidos, em um currículo que prioriza a cultura letrada, mesmo para as disciplinas como português e matemática visando à preparação para o vestibular.

Não é o caso da disciplina de EF se ajustar ao currículo, mas justamente legitimar sua especificidade. A EF se diferencia das outras áreas do currículo por se utilizar do corpo e do movimento em dinâmicas que tencionam com o modelo “logístico” da escola. Ou seja, é dada importância para as aulas que ocorrem em sala, com alunos sentados, escrevendo. O que não quer dizer que seja um entendimento equivocado, mas muitos alunos veem a EF como o momento mais significativo da jornada escolar e isso deve ser levado em conta. Betti (2003, p. 19) nos adverte que: “Essa ação pedagógica a que se propõe a educação física será sempre uma vivência impregnada de *corporeidade* do *sentir* e do *relacionar-se*”. Infelizmente, as reformas educacionais trilham caminhos polarizados em relação à verificação de suas ações práticas, pois os alunos podem se deparar com a não obrigatoriedade de oferta de todos os componentes curriculares, em razão de contingências financeiras, tendo como uma das implicações, o aumento da desigualdade de oportunidade no ingresso às universidades públicas.

Novas possibilidades sejam necessárias para a disciplina de EF, mas é preciso

relativizar muitas questões no atual momento, conforme nos sugere Daolio (2010, p.13):

Ao garantir-se rigidamente a unidade da área em termos de conteúdo, pode-se desconsiderar os significados específicos de cada conteúdo em cada contexto. Em contrapartida, ao levar-se em conta a diversidade de contextos, corre-se o risco de diluição imensa dos conteúdos, chegando até mesmo ao fim da educação física escolar.

De qualquer forma, certos saberes e procedimentos serão uma forma de contribuição da EF, como, uma possível aproximação com a educação ambiental, com a exploração de práticas corporais de aventura ou o incentivo à hábitos saudáveis, onde as atividades escolares possibilitem o incentivo para formação de grupos de ginástica, caminhada e corrida para fora dos muros da escola como por exemplo: atividades desafiadoras como os esportes adaptados.

Torna-se fundamental a busca pela participação de um maior número de alunos nas aulas, considerando suas expectativas e preferências, preconizando valores que sejam contrários à exclusão, o individualismo, a competição exagerada e o consumismo convergindo com necessidades de um mundo mais sustentável.

Harvey (2020, p. 22), durante a efervescência da Covid-19, nos alerta acerca das consequências que esse vírus provocará:

A grande questão é: quanto tempo isto vai durar? Pode ser mais de um ano e quanto mais tempo durar, mais desvalorização, inclusive da força de trabalho. Os níveis de desemprego subirão, seguramente, para níveis comparáveis aos da década de 1930, na ausência de intervenções estatais maciças que terão de ir contra o neoliberalismo. As ramificações imediatas para a economia, bem como para a vida social diária, são múltiplas. Mas nem todas são más. Na medida em que o consumismo contemporâneo estava se tornando excessivo, ele estava se aproximando do que Marx descreveu como “consumo excessivo e insano, significando, por sua vez, a monstruosa e bizarra queda” de todo o sistema. A imprudência desse superconsumo teve um papel importante na degradação ambiental.

Abordagens pedagógicas na EF preocupadas com a diversidade de sujeitos presentes nas aulas serão cada vez mais necessárias nos tempos em nossas ações futuras, ao considerar os traumas, dificuldades e desigualdades que foram/serão vividas por esses alunos durante esse período. Para Daolio (2004), alguns princípios por ele associados à antropologia social, são importantes para que se garanta a prática escolar da EF em uma perspectiva cultural: a) a pluralidade; b) a alteridade e c) a consideração das diferenças culturais. Na própria BNCC as competências socioemocionais tem relação com a EF, como fator de proteção à saúde mental e com o cuidado com o corpo (BRASIL, 2017).

Além disso, é possível que os problemas vinculados à obesidade e sedentarismo, ou seja, provocados pelo resultado de um maior tempo de exposição às telas de celulares e computadores, se agravando e sejam vistos como problemas a serem minimizados (SOUZA FILHO e TRITANY, 2020).

Ao elaborar sua aula, o professor deve ter em mente: “*O que essa atividade poderá contribuir para a aprendizagem do meu aluno?*”.

Com crianças e adolescentes expostos, nesse período, à rotinas em frente à tela de *notebooks*, *smartphones* e *tablets*, o professor deverá pensar aulas que novamente despertem o gosto pelo se movimentar. Há ainda, a relevância de considerar um grande número de alunos que não realizaram atividades escolares e assumiram funções de trabalhar para ajudar no orçamento financeiro da família que foi afetada com a crise econômica.

Portanto, é propício pensar na exploração de conteúdos que sejam utilizados pelos alunos para além dos muros da escola no seu tempo disponível. Sendo assim, os professores terão que pensar aulas desafiadoras e curiosas aos aprendentes, despertando neles o desejo de vivenciar os conteúdos propostos, mesmo que a EF seja vista como a preferida dos alunos, pois o problema do desânimo frente aos estudos, pode atravessar o currículo como um todo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tecer algumas considerações que não têm a pretensão de serem finais, lançamos uma questão: “*O que fazemos nós, preocupados com a educação, se o momento exige lamentar as milhares de vítimas que essa doença nos trouxe?*”. De fato, essa é uma forte argumentação diante dessa crise. Mas, fica o entendimento de que o afastamento de uma rotina de estudos e possibilidades gera no sujeito a diminuição de perspectivas de crescimento intelectual e ascensão social.

Necessitaremos voltar à nossa rotina, às nossas expectativas, possibilidades e perspectivas futuras mais convictos, de que a ciência dependa da educação escolar e vice-versa, dialogicamente são dependentes e complementares. Essas questões não podem ser vistas de maneira superficial e imediata e a EF é parte desse processo e pode tensionar com uma visão de senso-comum. A EF lida com os saberes corporais tão debatidos nessa “quarentena”, que se fossem melhor explorados, estariam amplamente evidenciados em um conjunto de benefícios, sejam pela adoção da prática pela perspectiva da saúde, biológica, em seu “estímulo” fisiológico ou pelo “incentivo” à adoção do gosto pelo jogo, pela brincadeira, pelo esporte e pela dança, que intrinsecamente são objetos de sua intervenção pedagógica.

Oportunizar o contato com novos conteúdos nas aulas também é uma das premissas de uma nova EF, que pode contribuir na formação de alunos com hábitos e conhecimentos capazes de assumir novas atitudes, sendo um praticante ou um espectador crítico.

REFERÊNCIAS

BETTI, M. **A janela de vidro: Esporte, televisão e educação física**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

BERTINI JUNIOR, N.; TASSONI, E.C. M. A Educação Física, o docente e a escola: concepções e práticas pedagógicas. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, (São Paulo), v. 27, n. 3, p. 467-83, 2013.

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

Brasil. **Medida Provisória nº 934/2020 de 1º de abril de 2020**. Presidência da República. Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv934.htm. Acesso em: 11 de abril de 2020.

_____. **Lei nº 13.979/2020 de 6 de Fevereiro de 2020. Palácio do Planalto. Brasília: DF. Disponível em:**http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm. Acesso em: 21 de março de 2020.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília-DF. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 14 de abril de 2019.

_____. **Lei nº 13.415/2017. Diário Oficial da União**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília: DF. 16 de fevereiro de 2017.

SOUZA FILHO, B.A.B. de; TRITANY, É.F. COVID-19: importância das novas tecnologias para a prática de atividades físicas como estratégia de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n.5, p. 1-5, 2020.

BUNGENSTAB, G.C.; LAZZAROTTI FILHO, A. A Educação Física no “novo” Ensino Médio: a ascensão do notório saber e o retorno da visão atlética e “esportivizante” da vida. **Motrivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 19-37, 2017.

DAOLIO, J. A educação física escolar como prática cultural: tensões e riscos. In: DAOLIO, J. (Org.). **Educação Física escolar: olhares a partir da cultura**. Campinas, SP: Autores Associados. p. 5-18, 2010.

_____. **Cultura: educação física e futebol**. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. **Educação Física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **Educação Física Brasileira: autores e atores da década de 1980**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Estudos científicos embasam a oferta de artes e educação física na escola**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2016/09/1817912-estudos-cientificos-embasam-oferta-de-artes-e-educacao-fisica-na-escola.shtml>. Acesso em: 03 de jul. 2020.

GARIGLIO, J. Â.; ALMEIDA JUNIOR, A.S.; OLIVEIRA, C.M. O “novo” Ensino Médio: implicações ao processo de legitimação da Educação Física. **Motrivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 53-70, 2017.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. (Org.). **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil. p. 13-23, 2020.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MALANCHEN, J. Uma análise crítica sobre as políticas para a formação de professores a distância no Brasil. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, v. 6, n. 13, p. 69-96, 2011.

MINAYO, M.C. de S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, F.S. Terceirização da Educação Física no ensino básico. **Motrivivência**, (Florianópolis), v. 32, n. 61, p. 01-22, 2020.

SEVERINO, A. **Metodologia Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SBP. Novo coronavírus (COVID-19). **Departamento Científico de Infectologia**. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22340d-DocCientifico_-_Novo_coronavirus.pdf. Acesso em: 07 de abril. 2020.

COVID-19 E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Data de aceite: 17/02/2021

Bárbara de Oliveira Gonçalves

Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

Professora de Educação Infantil

Grupo de Pesquisa Infância e Saber Docente (UERJ)

Claudia Vianna de Melo

Ensino Básico Técnico e Tecnológico

Grupo de Pesquisa Infância e Saber Docente (UERJ)

RESUMO: Neste artigo discutem-se as políticas de ensino a distância propostas por entidades civis e governamentais para a educação básica com evidência na educação infantil durante o período de isolamento social decorrente da epidemia da COVID-19. Fundamenta-se por meio de abordagem sócio-histórica, em que se analisam os avanços economicistas na área da educação através da conjuntura política e do contexto social e econômico do país. O referencial em Dallari nos leva a compreender a criança pequena como sujeito histórico, político e participante da vida em sociedade. Kohan, galgando a trilha de Paulo Freire, traz à tona a defesa da educação como um direito e um meio para conquistar outros direitos, cimentando o caminho para uma sociedade mais justa, incluyente e sustentável. Os resultados apontam para a importância do diálogo e da conscientização em todas as etapas da educação, revisitando as contribuições da

educação popular na perspectiva dos direitos humanos.

PALAVRAS - CHAVE: COVID-19. Direitos humanos. Educação popular. Participação infantil. Políticas públicas.

COVID-19 AND EDUCATIONAL POLICIES: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF POPULAR EDUCATION

ABSTRACT: This article discusses the policies of distance education proposed by civil and governmental agencies for basic education, as evidenced by childhood education during the period of social isolation resulting from the COVID-19 epidemic. The text is based on a socio-historical approach, in which economic advances in the area of education are analyzed through the country's political framework and its social and economic contexts. Dallari leads us to understand the young child as a historical and political subject as well as an active participant in society. Kohan, following in the footsteps of Paulo Freire, brings up the defense of education as a right and means to conquer other rights, cementing the way for a more just, inclusive and sustainable society. The results indicate the importance of dialogue and awareness at all stages of education, revisiting the contributions of popular education from the perspective of human rights.

KEYWORDS: COVID-19. Human Rights. Popular Education. Child Participation. Public Policies.

COVID-19 Y POLÍTICAS EDUCATIVAS: UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN POPULAR

RESUMEN: En este artículo analiza las políticas de enseñanza a distancia propuestas por las entidades civiles y gubernamentales para la educación básica con evidencia en La educación de la primera infancia durante el período de aislamiento social resultante de La epidemia COVID-19. Se basa en un enfoque socio-histórico, en el que los avances económicos en el área de la educación se analizan a través de la coyuntura política y El contexto social y económico del país. La referencia en Dallari nos lleva a entender al niño pequeño como un sujeto histórico, político y participante de la vida en la sociedad. Kohan, siguiendo el rastro de Paulo Freire, nos muestra la defensa de la educación como un derecho y un medio para conquistar otros derechos, consolidando el camino hacia una sociedad más justa, inclusiva y sostenible. Los resultados apuntan a la importancia Del diálogo y la sensibilización en todas las etapas de la educación, revisando las contribuciones de la educación popular desde la perspectiva de los derechos humanos.

PALABRAS CLAVE: COVID-19. Derechos humanos. Educación popular. Participación infantil. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a pandemia da Covid-19¹ atinge, principalmente, os indivíduos mais pobres, ou seja, aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A alta taxa de mortalidade da população que vive na periferia das grandes cidades está ligada diretamente a questões básicas de falta de higiene e habitação, resultado de décadas de abandono sistemático e progressivo dos sistemas de saúde pública e saneamento básico², e aponta de maneira crítica para o modo insustentável de vida sob o qual vivemos (VESPA, 2020).

A crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, por sua vez, não se contrapõe a uma situação ideal de estabilidade social e econômica precedente no mundo. Pelo contrário, já vivíamos uma situação de crise econômica mundial alongada e que aponta para o esgotamento de nosso modo de vida:

[...] a crise instalou-se em longo prazo, porque não há saída para a crise que se apresenta no horizonte, uma vez que os impactos do nosso sistema econômico capitalista no ambiente tornam-se fatores controladores da situação social e da política mundial (CHESNAIS, 2018, p. 29).

1 Segundo Lana et al. (2020, p. 1), “o novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19, foi detectado em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China. Em 9 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a circulação do novo coronavírus. [...]. Em 30 de janeiro, a OMS declarou a epidemia uma emergência internacional [...]”.

2 Saneamento básico é todo conjunto de serviços, infraestruturas e instalações relativas ao abastecimento de água potável, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais das zonas urbanas e rurais. No Brasil, esse conceito está instituído na Lei Federal nº 11.445 (BRASIL, 2007).

A última grande crise econômica mundial teve início em 2008 e se instaurou em um processo de longo prazo, sob o qual parece não haver saídas ou alternativas possíveis. As políticas de austeridade, as reformas trabalhistas e da previdência, a redução de investimento nas políticas sociais (renda mínima, moradia, saúde, educação), a precarização do trabalho e a deteriorização das condições de vida da população são definidas pela crise sem que haja perspectiva de superação definitiva. Segundo Chesnais (2018, p. 30), “a duração da crise, seus efeitos e a ausência de outra perspectiva, além de uma quase estagnação, alimentam e são agravadas por uma crise ideológica e cultural multiforme”.

Observa-se, assim, que a atual pandemia agrava uma situação anterior de crise econômica, política e social gerada pelas próprias condições do sistema capitalista monopolista, financeiro e internacional. Balizada pela ideologia fatalista do “fim da história”, a crise permanente se traduz justamente na legitimidade da exploração cada vez maior dos trabalhadores.

O pragmatismo pós-moderno não só combateu toda forma de utopia como também legitimou a ordem social vigente como a única possível. O agravamento da condição de vida da população vem se desenhando de forma contínua ao longo dos anos e é composto por vários fatores. O corte nas políticas sociais realizado por meio da redução de investimentos em diversos programas sociais³ afeta de diferentes maneiras parte da população mais vulnerável de nosso país. O ataque contínuo aos serviços públicos também atinge de forma mais profunda a população mais carente, principalmente, nos setores da saúde, que teve uma perda de 20 bilhões desde 2016 (COLLUCI, 2020), e da educação, com queda de 56% no investimento nos últimos quatro anos (MAZIEIRO, 2019).

A degradação das condições de trabalho, que acontece tanto nos setores públicos quanto privados, sendo ainda mais grave nesse último, transcorre, sobretudo, a partir das mudanças geradas pelas últimas reformas trabalhistas (realizadas em 2017 e 2019). Relacionando-se não só à perda de benefícios como também ao adoecimento mental dos trabalhadores e ao aumento do assédio e afastamento do ambiente de trabalho, tal degradação está diretamente associada ao modo como se estrutura o próprio trabalho em uma sociedade capitalista:

Por fim, diante do apresentado, concluímos ser a degradação do trabalho algo inerente à sociabilidade capitalista, que, desde a sua origem até a contemporaneidade, tem refinado sua capacidade de exploração, a fim de possibilitar os meios necessários de sua existência, mediante diminuição do padrão de vida do operariado, desvalorização profissional, diminuição dos salários e direitos trabalhistas, desestruturação da família, agravamento do pauperismo e criminalidade, aspectos que têm contribuído cada vez mais para a degradação do trabalho e do trabalhador na atualidade e, por consequência, colocado em risco a própria existência humana (ALENCAR, 2018).

3 Diversos programas sociais sofreram redução de investimentos ao longo dos anos, dentre eles citam-se: Programa de Aquisição de Alimentos, Farmácia Popular, Pronatec, Água para Todos, Ciência sem Fronteiras, Bolsa Família, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, Minha Casa Melhor, Fies (Resende; Brant, 2019).

O aumento da exploração sobre os trabalhadores na busca pela apropriação máxima do lucro, a ampliação do desemprego (BARROS, 2020), a deterioração dos salários⁴, o crescimento do trabalho informal, a extrema desigualdade social, onde “1% mais rico concentra 28,3%, ou quase um terço da renda total do país [...]” (FIOCRUZ, 2019), agravados pela concentração da renda em nosso país⁵, tudo isso vem sendo justificado e aprofundado pelo cenário de crise econômica, política e social que atravessamos, com o agravante dos efeitos da pandemia da Covid-19, que recai de maneira ainda mais contundente nas populações mais pobres e marginalizadas.

A política de quarentena aplicada no país, sem a garantia de uma segurança social mínima⁶, que obrigou o fechamento do comércio em geral, proibiu o trabalho dos ambulantes e deixou faxineiro/as e empregado/as doméstico/as desempregado/as, dentre inúmeras outras fontes de renda de uma população sem escolarização o suficiente para inserção em um mercado de trabalho formal que lhes desse mais garantias de sobrevivência, levou uma multidão de trabalhadores(as) a escolher entre o isolamento social e a submissão de sua saúde a condições cada vez mais precárias de trabalho, conforme afirma Martins (2020, p. 3):

O cenário se apresenta trágico: desemprego em alta, precariedade do trabalho, salário achatado, desindustrialização, etc. Em meio a tantas incertezas, uma certeza: enquanto persistirem estes padrões de desigualdade, são os trabalhadores, suas famílias e comunidades que vão sucumbir à COVID-19. Estão sendo empurrados a uma escolha perversa e mentirosa entre a atividade econômica, assegurando o alimento, ou o isolamento social, garantindo a sobrevivência.

Enquanto o monopólio de imprensa procura consolidar a ideia de uma unidade nacional contra o vírus e ensina exaustivamente a população a lavar as mãos (encaminhando a questão com responsabilização individual), “35 milhões de brasileiros ainda não têm água tratada” e “48% da população brasileira ainda não têm coleta de esgoto” (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Nesse cenário, é plausível considerar o sabonete como um artigo de luxo, uma vez que quase metade da população global (3,4 bilhões de pessoas) vive abaixo da linha da pobreza (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018). De acordo com Bello (2017),

4 De acordo com a Constituição de 1988, art. 7º, Inciso IV, o salário mínimo dos trabalhadores urbanos e rurais deveria ser “capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim” (BRASIL, 1988). O DIEESE aponta que os valores do salário mínimo sofrem reajustes abaixo da inflação e estima que o valor do salário mínimo (atualmente estabelecido em R\$ 1.045,00) necessário para atender aos preceitos constitucionais seria próximo a R\$ 4 mil.

5 Segundo o IBGE (2020), “Em 2019, o rendimento médio mensal real do trabalho do 1% da população com os rendimentos mais elevados era de R\$ 28.659, o que corresponde a 33,7 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 850)”.

6 O infimo auxílio emergencial e a parca distribuição de cartões alimentação ou cestas básicas se mostraram políticas morosas e insuficientes; além de não atenderem a boa parte da população, ainda a submeteram a aglomerações, como as filas que se formaram à frente de agências da Caixa Econômica Federal (CEF).

Segundo o Censo 2010 do IBGE, o Brasil tinha cerca de 11,4 milhões de pessoas morando em favelas⁷ e cerca de 12,2% delas (ou 1,4 milhão) estavam no Rio de Janeiro. Considerando-se apenas a população desta cidade, cerca de 22,2% dos cariocas, ou praticamente um em cada cinco, eram moradores de favelas.

Além das condições precárias de moradia, essa população ainda enfrenta os desafios da violência do Estado travestida de combate ao tráfico de drogas. Segundo Carvalho (2020, p. 1), “a normalização do massacre político envolve a formulação de uma política de massacres”, estratégia das elites dominantes para garantir a continuidade de seu comando.

O estado do Rio de Janeiro registrou um óbito decorrente de ação policial a cada quatro horas, mesmo com a pandemia do novo coronavírus, vitimando, mais de uma vez, os moradores de comunidades durante ações de solidariedade, que consistiam na distribuição de cestas básicas⁸. Somente no mês de abril foi registrado um aumento de 43% no número de mortes provocadas pela polícia no Rio de Janeiro. Esses números não só demarcam uma política de genocídio como desmascaram que a principal preocupação do estado neste momento de pandemia não é a de preservar vidas (BARBON, 2020).

A chegada da pandemia ao Brasil não só faz com que os problemas sociais precedentes sejam mais visíveis como reforça a injustiça, a desigualdade, a discriminação e a exclusão social. Atinge, de maneira ainda mais contundente, direta ou indiretamente, os grupos sociais que já apresentavam vulnerabilidade anterior à ocorrência da pandemia, como as mulheres, a população negra, os trabalhadores informais, a população de rua, os moradores de favela, refugiados, imigrantes, deficientes, idosos, detentos, crianças etc.

A MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA: ALTERNATIVA PELO AUMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O alastramento descontrolado do novo coronavírus, consequência não só do modo de vida globalizado como também da falta de políticas eficientes de saúde, revela que a preocupação primordial dos governantes diz respeito aos mercados e à gestão dos lucros.

Se a pandemia pode ser considerada uma resposta do planeta à devastação e degradação sem limites, as políticas ineficientes e até mesmo predatórias, como o ataque a instituições e a investigações científicas e a divulgação de falsas notícias (chamadas *fakenews*) relacionadas aos cuidados e riscos relativos à doença por membros do alto escalão do poder, podem ser consideradas políticas não apenas ingênuas ou irresponsáveis como deliberadamente genocidas. Segundo Moreira (2020, p. 1), apesar de incômodas, as declarações não soam inusitadas, pois vão ao encontro das exigências do mercado: “O

7 De acordo com Bello (2017), para efeito do censo do IBGE 2010, as favelas recebem a denominação de ‘aglomerados urbanos’.

8 João Vitor, 18 anos, Cidade de Deus, e Rodrigo Cerqueira, 19 anos, Providência, em 20 e 21 de maio, respectivamente.

discurso do presidente Jair Bolsonaro na noite de 24 de março foi o cântico de morte de uma melodia genocida, mas não tem nada de estranho. Ele apenas fez o que o capital reclama: o sangue e a vida de seus explorados”.

Junto à crise sanitária, que coloca em risco a vida das pessoas, inúmeras famílias se veem privadas dos direitos básicos garantidos na Constituição Cidadã (BRASIL, 1988), pois, à tragédia da Covid-19, soma-se um quadro de perdas de direitos trabalhistas⁹. No rastro dessas medidas, observa-se que, desde a suspensão das aulas presenciais, em 16 de março, diferentes escolas (principalmente as particulares) e as secretarias de educação do Rio de Janeiro (municipal e estadual) têm atuado no sentido de constranger os profissionais da educação de todas as etapas do ensino (do berçário ao ensino médio) a adotar um projeto de ensino a distância (EaD) como forma de garantir uma normalidade aparente.

Em meio a protestos formulados por docentes e famílias, as secretarias de educação passam a adotar a terminologia “ensino remoto” no lugar de “ensino a distância”, modalidade de ensino que exige estrutura e metodologia específicas. O “ensino remoto” ou a divulgação de “atividades remotas”, que tem acontecido em diferentes suportes tecnológicos, inclusive por meio de redes sociais e perfis particulares dos professores, porém, tem seguido os princípios das aulas presenciais. Muitas vezes, são realizadas nos horários das aulas, mantendo as crianças *online* durante esse período, usando o suporte de leitura textual, lousa etc., sendo sua semelhança com a modalidade de ensino a distância restrita à mediação por aparelhos tecnológicos. A adoção de tal política vem sendo denunciada pela comunidade escolar como excludente, precarizadora do trabalho docente e que rebaixa a qualidade da educação.

Como medida de segurança pública, a determinação da quarentena não significa ociosidade para a maioria dos trabalhadores. Por meio da adoção compulsória do trabalho remoto, tem o significado de superexploração, principalmente no caso de profissionais de educação. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), colhidos no Censo Escolar da Educação Básica de 2007 (BRASIL, 2009), 81,6% dos profissionais da educação básica são mulheres¹⁰.

Além de lidar com trabalho doméstico¹¹, filhos e cuidados com os doentes, muitas mulheres ainda são vítimas de violência doméstica, cujo aumento tem se verificado em escala global nesse período de isolamento social.

A prática do chamado *home office* na educação foi imposta sem diálogo, sem regulamentação e sem oferecer as condições mínimas necessárias para sua implementação

9 Entre eles, citam-se: redução da jornada de trabalho e salários; suspensão de contratos vigentes; prática de *home office*; antecipação de férias e férias coletivas; acordos unilaterais; antecipação de feriados, além do relato de criação de banco de horas a serem compensadas futuramente.

10 Percentual que cresce ainda mais, se considerarmos, separadamente, as modalidades dos anos iniciais (91%), pré-escola (96%) e creche (98%) de docentes femininas.

11 O trabalho doméstico, que se caracteriza por ser infinito, invisível e não remunerado, representa, segundo a ONU Mulheres (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2017), até 39% do produto interno bruto (PIB) dos países.

(além da falta de capacitação, sobre os profissionais recaem os custos de suas próprias “aulas”, como internet, eletricidade, aparelhos adequados etc.). Além disso, o formato das aulas em plataformas digitais garante o registro da imagem dos docentes e dos conteúdos trabalhados, o que, além de poder ser apropriado pelas instituições e plataformas, tirando proveito da capacidade criativa do professor, pode também ser usado na perseguição ideológica a esse profissional.

Desde o surgimento do movimento Escola Sem Partido, que alega defender um ensino “neutro”, mas luta por garantir a hegemonia do ideário conservador construído e difundido pelos aparelhos ideológicos do Estado, que cunhou expressões como “doutrinação ideológica”, “ideologia de gênero” e “marxismo cultural”, a perseguição a escolas, universidades e docentes vem se agravando. Chegou-se ao ponto de a ministra de Direitos Humanos Damares Alves anunciar, em novembro de 2019, um canal direto com o governo federal para que “os pais de alunos possam reclamar de professores que, durante as aulas, atentem ‘contra a moral, a religião e a ética da família’” (ESTADÃO CONTEÚDO, 2019). Dessa forma, sujeita os profissionais à exposição pública e fere a autonomia docente, proporcionando maior facilidade em relação ao controle político e pedagógico de conteúdos.

Em virtude do isolamento social, o teletrabalho aparece como solução tanto para manter as atividades em um cenário de reclusão como para assegurar certa produtividade mínima para as empresas. Entretanto, pergunta-se: todos os trabalhadores podem teletrabalhar? É evidente que não, pois depende tanto do tipo de atividade quanto das condições de trabalho e de *habitat* que esses trabalhadores tenham. Assim, o teletrabalho se apresenta como elemento que pode aumentar a precariedade e as desigualdades sociais e trabalhistas (VOMMARO, 2020).

O trabalho remoto, muitas vezes, ultrapassa a carga horária de serviço preestabelecida, sendo executado em diferentes horas do dia e em qualquer dia da semana, mantendo os indivíduos em constante estado de tensão e alerta, além da sobrecarga de tarefas – ao se acumular com as diferentes funções da vida cotidiana, acarreta precariedade e violência à saúde física e mental, principalmente das trabalhadoras da educação.

Definir tal modalidade como política educacional pública, que substitui os dias letivos, fere os princípios de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (inciso I do art. 206 da Constituição Federal) (BRASIL, 1988), direito reafirmado no inciso I do art. 3º da Lei nº 9394 (BRASIL, 1996), já que nem todos os estudantes possuem condições de praticar o ensino remoto, além de colocar em risco o direito garantido pelo inciso VI do art. 3º da Lei nº 9394/96, que garante a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”, uma vez que não oferece as condições de acesso para os estudantes. Do mesmo modo, não se observa a preocupação com a “garantia de padrão de qualidade” da educação, garantida pelo inciso IX do art. 3º dessa mesma lei.

Conforme nos assegura Vommaro (2020, p. 4; tradução nossa),

[...] nem todos os estudantes têm as mesmas condições e possibilidades de assumir as tarefas escolares em casa. Desiguais são as condições habitacionais, as possibilidades dos pais de acompanharem os exercícios, os recursos tecnológicos, o acesso a materiais, os envios por parte das escolas. [...] As desigualdades educativas são também experimentadas pelos docentes, que se expõem a exigências maiores e a um gasto de recursos próprios que quase nunca são reconhecidos ou recompensados.

Dessa forma, a implementação do ensino remoto por meio de políticas públicas não só precariza as condições do trabalho docente como fere a concepção do direito universal à educação, o que expõe a condição excludente dessa nova prática nos moldes em que esta se desenvolve. Grande parte dos estudantes se encontra preocupada com a garantia da vida para si mesmo e seus familiares. Muitos se encontram em situação de vulnerabilidade social (fome, miséria) e sequer possuem aparelhos com recursos mínimos para acesso às tecnologias e redes de internet, sem citar a falta de espaços domésticos adequados à realização dos estudos. A política de “redução de danos” adotada pelos governos para minimizar a perda de conteúdos pedagógicos hierarquiza as oportunidades de ensino na rede e prejudica justamente a parcela historicamente mais negligenciada da população.

Entretanto, a insistência quanto à implementação do ensino remoto na rede pública se torna compreensível mediante a entrada em larga escala do setor privado na educação pública. Além das diversas assessorias e formações que vêm sendo oferecidas por diferentes grupos empresariais, plataformas ligadas a megacorporações (Google Classroom na rede estadual e Microsoft Teams na rede municipal) foram adotadas pelas secretarias de educação do Rio de Janeiro como salas de aula virtuais.

A transformação da educação enquanto objeto de interesse do grande capital corresponde não só a uma demanda específica do mercado propriamente dito como também a uma iniciativa ideológica relacionada aos meios de reprodução da vida social. De acordo com Grossi, Gasparotto e Vieira (2014, p. 5),

A privatização das políticas sociais transcende a política de educação, embora tenha maior incidência sobre tal política pública. Resulta de um processo de redução do Estado e dos investimentos indispensáveis à materialização de direitos sociais. Seu significado vai além da dimensão econômica de redução do que se denomina “gastos sociais” – que aqui se compreende como investimento –, representando a implantação de um projeto societário cunhado pelos segmentos dominadores da sociedade, portanto, visando à defesa de seus interesses, buscando a legitimação de sua ideologia e a permanente e mesmo perpétua subsunção do conjunto dos trabalhadores aos seus interesses, mais precisamente, a reprodução ampliada de seu capital.

A disputa pelas políticas públicas brasileiras no âmbito educacional que já acontecia, neste momento avança a passos largos por meio da implementação da modalidade de ensino remoto tanto em escolas privadas quanto públicas. O movimento “Todos pela Educação” e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB) explicitam o interesse

dos grandes grupos econômicos e sua articulação e influência sobre o poder público na área da educação¹².

A modalidade de ensino remoto que já vinha sendo preparada para as redes públicas (vide os contratos com datas anteriores ao evento da pandemia do coronavírus) encontra neste momento crítico o argumento para sua oficialização permanente. Conforme indicações do Banco Mundial realizadas durante a crise da pandemia para os países da América Latina e Caribe, a adoção do ensino a distância é uma política a ser aplicada em longo prazo pelas redes públicas de educação: “Em termos pedagógicos, é crucial avaliar quais práticas do ensino a distância podem ser mantidas, se beneficiando da estrutura posta em funcionamento durante a pandemia” (WORLD BANK GROUP, 2020). Dessa forma, o “ensino remoto” se torna a chave para a adoção permanente de EaD nas escolas públicas.

A dificuldade de acesso da população aos aparatos tecnológicos, aliada à falta de estrutura e de formação dos professores, não é vista como empecilho para a prática do ensino remoto. Pelo contrário, empresários organizados em diferentes grupos vêm oferecendo um trabalho já sistematizado, que objetiva apresentar respostas e soluções que apontam para a necessidade de se contratar empresas para sanar esse problema.

Assim como a crise econômica em um cenário de precarização e exploração, a alternativa pelo ensino remoto parece se apresentar como o “novo normal”. No bojo da crise, o professor volta a ser transformado em mero transmissor de conteúdos, perdendo a sua condição de intelectual produtor do conhecimento escolar, o que o torna refém do controle político das disciplinas, e, embora não repudie a utilização das novas tecnologias na educação, teme sua substituição por elas.

ENSINO REMOTO E EDUCAÇÃO INFANTIL

Se o ensino à distância ou ensino remoto se caracterizam como formas excludentes e inadequadas para a educação básica em geral, tal cenário se agrava ainda mais no caso da educação infantil, sendo não só impraticável, uma vez que a educação das crianças de até cinco anos e onze meses é reconhecidamente de natureza interacional, como também ilegal, conforme o art. 8º do Decreto nº 9057 (BRASIL, 2017).

No entanto, diante da pandemia da Covid-19 e da urgente necessidade de proteger as crianças e aqueles que convivem com elas, creches e pré-escolas foram também fechadas. Com isso, redes de ensino públicas e privadas passaram a transferir as prerrogativas da educação formal de bebês e crianças – que deveria ser realizada em espaços não domésticos e cuja finalidade é o desenvolvimento integral dos educandos

¹² Apesar de se declarar “independente, plural e decisivo”, o movimento “Todos pela Educação” é composto por cerca de 30 grupos empresariais, entre mantenedores e apoiadores, representados por organizações como Fundação Bradesco, Gol, Instituto Natura, Fundação Lemann, Itaú Social, Fundação Roberto Marinho. Em sua fluente comunicação com as grandes mídias, apresenta análises e soluções para a escola pública. Por sua vez, o CIEB (também composto por grupos como o Instituto Natura, Fundação Lemann, Itaú Social, The Boston Consulting Group etc.) já oferece produtos e ferramentas, principalmente na área do ensino a distância.

– para as próprias famílias e para o espaço doméstico. A esse respeito, as “Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil” (BRASIL, 2010, p. 12) afirmam que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo oferecida em creches e pré-escolas, “as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade”.

Por meio da implementação das “atividades remotas”, permeada por um discurso de “não obrigatoriedade”, mas exercendo pressão sobre profissionais e famílias, as redes de educação incorrem não só em arbitrariedade e assédio como também na própria caracterização inconstitucional da ação e, portanto, ilegal da prática da educação infantil a distância e, em decorrência, implementam também a educação doméstica.

É sabido que o manuseio de aparelhos tecnológicos com autonomia por crianças pequenas, em muitos casos, não só é impossível como também não é recomendado. Isso se deve não apenas a uma questão cognitiva como também pelo risco de exposição a conteúdos impróprios e indicação medicinal. Ao incentivarem o uso de tecnologias na pequena infância, as redes de educação desconsideram os diversos problemas de saúde apontados pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) como decorrentes do uso desses aparelhos, incluindo miopia, dependência digital, irritabilidade, ansiedade, transtornos do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtornos do sono e de alimentação e outros (SBP, 2019).

Além do uso das telas para as aulas, as atividades remotas na educação infantil que vêm sendo propostas por educadores/as das diferentes redes exigem não só certa organização do espaço – o que desconsidera o contexto de vida dessas famílias – como também que seu preparo e manipulação sejam responsabilidades dos pais, além de supervisão/orientação às crianças. Tal configuração incorre não só em EaD, como também na implementação da educação domiciliar.

O currículo da educação infantil, como definido nas DCNEIs, não é baseado em conteúdos, mas voltado às experiências que as crianças vivenciam a partir de situações educativas organizadas em um espaço coletivo, desenvolvidas pela escuta sensível de educadores(as), o que não se aplica nem à EaD nem à educação de âmbito familiar. A EaD ignora que interações e brincadeiras são os eixos estruturantes da educação infantil e permanece, de modo geral, apresentando uma proposta conteudista e descolada da realidade das famílias. Desconsidera, ainda, que a educação escolar se diferencia do contexto domiciliar pelo processo de mediação sociocultural que é próprio do espaço escolar, que possui uma série de características impossíveis de se reproduzirem no âmbito doméstico. Ou seja, a EaD ou o ensino remoto na educação infantil é uma política inconstitucional, ilegal e impraticável, que fere a categoria dos profissionais da educação infantil em suas atribuições e desrespeita as crianças em suas especificidades.

Além disso, o problema da exclusão concernente à EaD não é atenuado na educação

infantil; pelo contrário, se agrava. Muitas vezes as crianças pequenas precisam “disputar” o uso dos aparelhos tecnológicos (às vezes, um celular por família) com os responsáveis e os irmãos mais velhos que também estão passando pela dificuldade em acompanhar os conteúdos remotos.

Trata-se, assim, de uma proposta de ensino que não é possível para todos e, portanto, reafirma e aprofunda as desigualdades já existentes. Isso se deve não só à falta de condições de acesso à tecnologia ou disposição de materiais para as tarefas propostas como também ao contexto familiar específico que muitas crianças vivenciam nesse período, em muitos casos, lidando com a doença e a morte provocadas pela epidemia, com a precariedade e a fome, ou mesmo com problemas de violência doméstica que incidem não só sobre a mulher, mas, talvez, primeiramente sobre as crianças.

O papel da escola neste momento é desafiado pelo contexto da pandemia. A insistência em seu caráter conteudista esbarra em sua ineficiência diante das dificuldades da vida dos estudantes. Na mesma medida, a preocupação com o ano letivo diante da urgência da fome e da morte se torna um vazio burocrático.

Por outro lado, apresenta-se neste momento a necessidade de manutenção do vínculo afetivo e de acolhimento às famílias e crianças. As funções pedagógicas precisam ser atravessadas pelo exercício da escuta. Conhecer, compreender e atuar no sentido do afeto envolve ouvir suas dúvidas, angústias e expectativas, o que é muito mais urgente do que a necessidade de lotar caixas postais virtuais com atividades de conteúdo duvidoso.

A escuta às crianças é essencial e se faz mais importante em momentos como este. Primordialmente, elas precisam ter com quem conversar e devem se sentir confortáveis para falar de seus medos, preocupações, anseios, saudades, expectativas etc. Desde o início da pandemia, a integração das crianças nas atividades cotidianas tem sido largamente aconselhada. Entretanto, essa integração não deve ser vista como atribuição do trabalho doméstico a elas, mas como uma possibilidade de fazê-las compreender melhor o funcionamento da rotina e dos afazeres domésticos necessários para manutenção da vida. Trata-se de uma oportunidade de elas investigarem, juntamente com os familiares, o funcionamento de máquinas ou ferramentas que estiverem à disposição da família (máquina de lavar roupa, computador, televisão, rádio etc.), as possíveis instalações (rede hidráulica, elétrica, gás etc.), apropriem-se de processos de transformação química e física (na culinária) e muitos outros, desenvolvendo, dessa forma, conhecimentos ligados a ciência, sociedade e tecnologias.

Entretanto, essa integração não é importante apenas pelo caráter cognitivo que efetivamente possui. A partir dela, a criança passa a se perceber enquanto membro ativo do grupo social a que pertence. Ou seja, através da condição de participante e reprodutora da vida, a criança se conscientiza de seu papel social.

A esse respeito, Arata (2020, p. 3) nos informa que:

Se o grande inimigo a ser vencido nas salas de aula é o achatamento burocrático do saber preestabelecido, diante das telas o desafio é deixar de lado uma obsessão pelas tarefas e avaliações para orientar o esforço em construir um vínculo em torno de aprendizagens que valham a pena.

Em todos os tempos, é prerrogativa da educação infantil respeitar a integridade das crianças, o seu direito a brincar como atividade fundamental, assim como o direito a se expressar. Direitos reconhecidos e garantidos por lei que pouco se realizam na concretude dos cotidianos infantis mesmo antes do isolamento. É, por isso mesmo, que a reflexão sobre o papel da educação infantil em tempos de pandemia se torna tão necessária e não deve ser esgotada sem o questionamento sobre a escola que já existia antes da pandemia e aquela que queremos.

A reinvenção da escola e da educação infantil não vai acontecer apenas por meio do uso de novas tecnologias e, sim, por uma mudança nos modos e objetivos de fazer educação. Passa, necessariamente, pela participação das crianças nesse processo, não como uma forma de legitimar o que se pensa para elas, como pela necessidade de se construir com elas o que a elas diz respeito.

PROPOSIÇÕES PARA UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Educar é diferente de ensinar. Embora não se oponha a este, o ato de educar envolve o ensino e vai além dele. Enquanto o ensino se ocupa dos conhecimentos formais, educar envolve “promover a capacidade de ler a realidade e de agir para transformá-la, impregnando de sentido a vida cotidiana” (PAULO FREIRE apud ASSUMPÇÃO, LANDGRAF, PRETURLAN, 2009, p. 87).

A conscientização possibilita ao sujeito inserir-se no processo histórico e envolve a necessidade de não se acomodar diante dos desafios de uma sociedade desigual, injusta e opressora. A mera transmissão de conhecimento é alienante por si só e impede o desenvolvimento da consciência crítica, pois é o ato criativo, que se inscreve na compreensão da realidade à sua volta, que permite a transformação dessa realidade. Descobrir-se enquanto sujeito agente, social, histórico, capaz de transformar a realidade e não só compreendê-la, é parte de uma educação libertadora. O conteudismo, tão valorizado em tempos de pandemia, constitui-se na realidade como excelente recurso para manutenção da ordem opressora estabelecida. O educando é colocado em posição de total ignorância. O processo de depósito, inculcação e memorização não só garante a transmissão básica dos conceitos necessários à reprodução do trabalho como preserva a cultura do silêncio, favorece a situação de opressão e exploração e afasta os educandos da percepção de sua condição no mundo.

O conhecimento do mundo não pode ser construído a partir de mera exposição de conteúdos a serem memorizados pelos educandos. O ensino escolar compartimentado,

frio, separado da vida real esteriliza a capacidade criativa de leitura do mundo, inibe o pensamento-ação dos educandos sobre sua realidade e sobre si mesmos. A ideia da educação realizada por aquele que tudo sabe para aqueles que nada sabem concretiza nos educandos seu papel de espectadores da história. O conhecimento é práxis, é reflexão-ação, é um movimento de vida e não de suspensão da existência. Parte, assim, da conscientização dos sujeitos enquanto seres históricos recriadores do mundo:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção “bancária” da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros (FREIRE, 1987, p. 33).

O fundamento da educação libertadora se distancia da especialização profunda de temas fragmentados, mas acontece no movimento dialógico de vida – o diálogo como o encontro dos sujeitos no mundo se potencializa enquanto ato de criação. Pronunciar o mundo, a existência, é modificá-lo perante si mesmo. Para Freire (1987, p. 78), o diálogo não é a luta por imposições de ideias, não é o triunfo de um sobre o outro ou o convencimento do educador sobre o educando, mas a produção coletiva de saberes que envolvem a conquista do mundo: “A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens”.

Essa conquista do mundo é o oposto da acomodação, da adaptação, da necessidade de se ajustar ao que está determinado, mas caminha no sentido da libertação, da recriação, da integração de si mesmo com os outros, com o mundo à sua volta. É na luta constante contra a opressão, construindo conhecimento, que o sujeito se apropria, domina a realidade, “vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor” (FREIRE, 1967, p. 43). A educação enquanto prática da liberdade envolve necessariamente a criticidade, a realização do indivíduo enquanto sujeito formador de épocas, criador de cultura, participante ativo de sua realidade histórica, que cria, recria e decide sobre o mundo.

Por isso a importância de a educação ser garantida no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) não como direito à formação para o mundo do trabalho, mas como direito intrínseco, essencial, que possibilita aos sujeitos históricos a conquista do mundo. Segundo o PNDH, “a educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos” (BRASIL, 2018, p. 12). Dessa

forma, a educação deve assegurar a todos o acesso à participação efetiva no processo de construção de uma sociedade que seja verdadeiramente livre.

Essa participação não pode ser limitada por qualquer característica, seja de classe social, gênero, raça, etnia ou mesmo questão geracional. As crianças não podem ser tomadas como um projeto de pessoa, mas por alguém que elas já são e, por essa razão, merecedoras do respeito que é devido na mesma medida a todas as pessoas (DALLARI, 1986, p. 21).

A Convenção sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 1990) tem particular importância nesse processo, principalmente no que se refere ao reconhecimento não só de todos os direitos como também de todas as liberdades inscritas na Declaração dos Direitos Humanos. A referida convenção, no inciso 1º de seu art. 13, determina que “A criança terá direito à liberdade de expressão. [...]”; já no art. 14, inciso 1º, consta que “Os Estados Partes respeitarão o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de crença”; enquanto o inciso 1º, do art. 15, garante que “Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas” (BRASIL, 1990).

Dallari (1986, p. 32) defende que o direito de pensar é imprescindível para que seja possível criar, acrescentando que este é um dos dons mais extraordinários da humanidade. Valoriza, assim como Paulo Freire, a prática do diálogo e a defende contra a tentativa de anulação e marginalização da criança na vida social:

Proporcionar à criança um comportamento que estimule sua inteligência e protegê-la de tudo o que possa contribuir para que ela deixe de pensar é ajudá-la a descobrir o mundo, mas descobri-lo com seus próprios olhos, podendo ver muitas coisas que outros não viram. A criança deve ter o direito de pensar sem a imposição de ideias e recebendo apoio para fazer suas descobertas e iniciar a exploração do mundo dos conhecimentos.

Embora possa parecer difícil impedir uma pessoa de pensar, o controle sobre o pensamento infantil ocorre ao mesmo tempo em que se restringe o direito da criança a viver sua vida. Para Dallari (1986, p. 54), “o direito de viver só existe quando se dá à criança a possibilidade de participar da vida”. Por meio do pretexto de educar, o adulto intolerante e autoritário não tolera divergências ou diferenças, impõe sua maneira de pensar e tolhe o direito de viver, reproduzindo e transmitindo preconceitos, impossibilitando que a criança desenvolva sua própria escala de valores, livres e conscientemente fixados. Segundo ainda esse autor (op. cit., p. 55), “viver é participar da vida, é acrescentar alguma coisa à criação, é imprimir sua marca no mundo criado. O direito de viver só existe para quem tem todas essas possibilidades”.

Além do diálogo, o ato de criar pressupõe tempo livre e esta é uma das questões que o isolamento social neste momento de pandemia vem trazer à tona como um problema. O ócio, tão odiado por uma sociedade que considera que “tempo é dinheiro”, em que a

lógica da produtividade se impõe diante de todas as esferas da vida, apresenta-se como a oportunidade de desenvolver sua criatividade. O tempo livre, o tempo em família e a oportunidade do livre brincar podem ser vistos como algo precioso na vida das crianças.

Para Dallari (1986, p. 54),

A preocupação com a proteção da criança não deve servir de pretexto para a anulação de sua criatividade, assim como a indiferença pela criança não pode ser confundida com o respeito por sua liberdade.

Uma educação que esteja em consonância com os direitos humanos deve ir além da preocupação com conteúdos, de uma aprendizagem meramente cognitiva, e precisa incluir o desenvolvimento social e emocional dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. A mudança do paradigma economicista, consumista e tecnicista na educação para uma prática dialógica é condição fundamental para aqueles que almejam uma sociedade mais justa, incluyente e sustentável. A proposta por uma educação infantil democrática, emancipadora, criativa e que caminhe junto com a humanidade na direção da libertação das agruras sociais não pode ser vista como “uma solução” para os tempos de pandemia, mas como uma longa trilha que muitos antes de nós já começaram a galgar.

A resposta que a sociedade busca encontrar no ensino a distância para uma situação inédita criada na área da educação, que é a crise sanitária, econômica, política e social gerada e aprofundada pela disseminação da Covid-19, não pode ser dada sem o envolvimento das comunidades escolares como um todo.

Nesse contexto, não se pode esquecer das lições da educação popular nem ser subestimado o ódio dos dirigentes máximos de nossa sociedade por aquele que é considerado o patrono da educação em nosso país. Como figura proeminente na luta contra a sociedade dividida entre opressores e oprimidos, Paulo Freire (1987) nos aponta, em “Pedagogia do oprimido”, não só a crítica a uma educação bancária, que consiste em depósitos acrílicos de fragmentos do conhecimento legitimado pela classe dominante de nossa sociedade sobre os educandos, como afirma uma nova forma política de fazer educação.

Para Kohan (2019, p. 20), “o que está em jogo não é só um modelo de ensino, mas uma relação pedagógica que não tem a ver apenas com as instituições de ensino, mas com relações de poder que se exercem em diversos âmbitos do campo social”.

CONCLUSÃO

A educação, como processo sócio-histórico, não pode ser compreendida à parte das relações sociais. É nesse sentido que a finalidade da educação envolve compromisso com a mudança social.

Contra o discurso da “neutralidade” da ciência, tão em voga atualmente e encorpado

por movimentos como “Escola sem Partido”, Freire já alertava se tratar apenas de um compromisso no sentido antagônico ao da educação como prática da liberdade:

A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. Este medo quase sempre resulta de um “compromisso” contra os homens, contra sua humanização, por parte dos que se dizem neutros. Estão “comprometidos” consigo mesmos, com seus interesses ou com os interesses dos grupos aos quais pertencem. E como este não é um compromisso verdadeiro, assumem a neutralidade impossível (FREIRE, 1983, p. 20).

O ensino meramente conteudista ou tecnicista tende a ser restritivo, castrador e estéril. Não possibilita que os educandos sejam eles mesmos, inibe os sujeitos, impede-os de realizar ações criativas, cerceia o ímpeto criador. Não é “neutro”; longe disso: tende a domesticar os sujeitos, restringindo-os a planos estranhos aos seus interesses, alienando-os de si mesmos. É uma prática colonizadora, onde o papel decisório é continuamente repellido aos educandos. Enquanto os opressores prescrevem suas determinações sobre o povo, os oprimidos precisam lutar para que possam criar suas próprias soluções, para participar do poder. Desenvolver uma consciência crítica é fundamental para que se torne possível transformar a realidade:

Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem moderno está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões (FREIRE, 1967, p. 43).

Para que a educação possa se constituir em função de sua missão libertadora, ainda que seja em tempos de pandemia e isolamento social, é necessário garantir o vínculo entre educadores e educandos; é fundamental que a prática do diálogo entre os sujeitos da comunidade escolar não seja perdida.

A urgência mercadológica do ensino a distância que as entidades civis organizadas em torno de empresários procuram impor neste momento como solução pronta para toda a educação básica (pública e privada) deve ser analisada e compreendida de maneira crítica, reflexiva e em diálogo com os estudantes e suas famílias. A lição de Paulo Freire e da experiência da Educação Popular com ênfase nos Direitos Humanos nos permite concluir que uma educação democrática, seja durante a pandemia, no retorno às aulas presenciais, ou em qualquer outro momento histórico, que atenda verdadeiramente aos interesses de educandos e educadores não pode ser desenvolvida sem que essa troca criativa, potente e transformadora seja realizada.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Brasil tem 48% da população sem coleta de esgoto, diz Instituto Trata Brasil. **Senado Notícias**, 25 set. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/25/brasil-tem-48-da-populacao-sem-coleta-de-esgoto-diz-instituto-trata-brasil>>. Acessado em 02/06/2020.

ALENCAR, Rosa Emilia Machado de. A degradação do trabalho na sociedade capitalista: da origem à atualidade. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., Vitória, 2018. Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social. Vitória: UFES, 2018. **Anais...** Disponível em: <<file:///C:/Users/catar/Downloads/22385-Texto%20do%20artigo-64842-1-10-20181205.pdf>>. Acessado em 29/06/2020.

ARATA, Nicolás. Razones para reivindicar a esa vieja vaca sagrada llamada escuela. **CLACSO**, Buenos Aires, n. 69, p. 1-4, maio 2020. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20200527063340/69-Nicolas-Arata.pdf>>. Acessado em 20/06/2020.

ASSUMPÇÃO, Raiane.; LANDGRAF, Flávia Landucci.; PRETURLAN, Renata Barreto. Leitura de mundo na perspectiva freiriana: desafios contemporâneos da educação popular. In: ASSUMPÇÃO, Raiane. (Org.). **Educação popular na perspectiva freiriana**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

BARBON, Júlia. Mortes por policiais crescem 43% no RJ durante quarentena, na contramão de crimes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/mortes-por-policiais-crescem-43-no-rj-durante-quarentena-na-contramao-de-crimes.shtml>>. Acesso em 29/06/2020.

BARROS, Alerrandre. Desemprego sobe para 12,2% e atinge 12,9 milhões de pessoas no 1º trimestre. **Agência IBGE Notícias**, Estatísticas Sociais. 30 abr. 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27535-desemprego-sobe-para-12-2-e-atinge-12-9-milhoes-de-pessoas-no-1-trimestre>>. Acesso em 29/06/2020.

BELLO, Luiz. Dia nacional da habitação: Brasil tem 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas. **Agência IBGE Notícias**, 21 ago. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas>>. Acesso em 29/06/2020.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. 3. ed. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 25 maio 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm>.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a convenção sobre os direitos da criança. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do censo escolar da educação básica 2007**. Brasília, DF: INEP, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <<https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>.

CARVALLO, Pelao. Contra la revuelta, enfermedad: de por qué los discursos eurocéntricos sobre el Covid-19 no sirven para Latinoamérica y el Caribe. **CLACSO**, Buenos Aires, n. 13, p. 1-3, mar. 2020. Disponível em: <<https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/03/Pelao-Carvalho.pdf>>. Acessado em 29/06/2020.

CEE-FIOCRUZ. Saúde e sustentabilidade: Brasil tem a segunda maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU. 10 dez. 2019. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1090>>. Acessado em 02/06/2020.

CHESNAIS, François. A crise econômica mundial sem fim, interpretação e consequências. **Fitos Perspectiva**, Rio de Janeiro, p. 29-46, 2018. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20427>>. Acessado em 29/06/2020.

COLLUCI, Cláudia. Ajuste fiscal trouxe perdas de R\$ 20 bi à saúde em 2019, diz economista. **Folha de S.Paulo**, 3 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiacollucci/2020/03/ajuste-fiscal-trouxe-perdas-de-r-20-bi-a-saude-em-2019-diz-economista.shtml>>. Acessado em 29/06/2020.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Os direitos da criança. In: _____; KORKZAK, J. **O direito da criança ao respeito**. São Paulo: Summus, 1986. p. 19-65.

DIEESE. Salário mínimo: pela manutenção da valorização! **Nota Técnica**, n. 218, 2019. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec218SalarioMinimo.pdf>>. Acessado em 29/06/2020.

ESTADÃO CONTEÚDO. Damares cria canal para denunciar professores “contra a família”. **Exame**, 20 nov. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/damares-cria-canal-para-denunciar-professores-que-vao-contra-a-familia/>>. Acessado em 29/06/2020.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GROSSI, Patrícia Krieger; GASPAROTTO, Geovana Prante; VIEIRA, Monique Soares. Mercantilização da política de educação: o processo de transformação do direito em mercadoria. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, edição XI; Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos. 2014. Rio Grande do Sul. **Anais...** Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8151/2/evento_004%20-%20Patr%C3%ADcia%20Krieger%20Grossi.pdf>. Acessado em 29/06/2020.

IBGE. PNAD contínua 2019: rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes o da metade da população que ganha menos. **Agência IBGE Notícias**, Estatísticas Sociais. 6 maio 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27594-pnad-continua-2019-rendimento-do-1-que-ganha-mais-equivale-a-33-7-vezes-o-da-metade-da-populacao-que-ganha-menos>>.

KOHAN, Walter. (Org.). **Paulo Freire, mais que nunca**: uma biografia filosófica. Belo Horizonte: Vestígio, 2019.

LANA, Raquel Martins *et alii*. Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 3, mar. 2020. Perspectivas. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n3/e00019620/pt/>>. Acesso em: 02/06/2020.

MARTINS, Mônica. A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social. **SECITEC**, Fortaleza, 25 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.sct.ce.gov.br/2020/04/25/a-pandemia-expoe-de-forma-escancarada-a-desigualdade-social/>>. Acessado em 2/06/2020. Acesso em: 02/06/2020.

MAZIEIRO, Guilherme. Em 4 anos, Brasil reduz investimento em educação em 56%; cortes continuam. **UOL Educação**, Brasília, 2 maio 2019. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/02/em-4-anos-brasil-reduz-investimento-em-educacao-em-56.htm>>. Acessado em 02/06/2020.

MOREIRA, Luís Gustavo Guerreiro. Coronavírus e biopolítica neoliberal. **CLACSO**, Buenos Aires, 27 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.clacso.org/coronavirus-e-biopolitica-neoliberal/>>. Acessado em 25/06/2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Banco Mundial**: quase metade da população global vive abaixo da linha da pobreza. 17 out. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/banco-mundial-quase-metade-da-populacao-global-vive-abaixo-da-linha-da-pobreza/>>. Acessado em 02/06/2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Trabalho doméstico não remunerado representa até 39% do PIB dos países, diz ONU Mulheres. 6 mar. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/trabalho-domestico-nao-remunerado-representa-ate-39-do-pib-dos-paises-diz-onu-mulheres/>>. Acessado em 02/06/2020.

RESENDE, Thiago; BRANT, Danielle. **Bolsonaro faz cortes nas áreas social, cultural e trabalhista. Folha de S.Paulo**, 25 dez. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/bolsonaro-faz-cortes-nas-areas-social-cultural-e-trabalhista.shtml?origin=folha>>. Acessado em 02/06/2020.

SBP. **Manual de orientação #Menos Telas #Mais Saúde**. Rio de Janeiro: SBP, 2019. Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital (2019-2021). Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-_MenosTelas__MaisSaude.pdf>. Acessado em 02/06/2020.

VESPA, Talyta. Em vez da idade, classe social passa a definir quem morre de Covid no país. **UOL**, São Paulo, 6 maio 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/no-brasil-covid-19-nao-mata-por-idade-mas-por-endereco-sugere-estudo.htm>>. Acessado em 02/06/2020.

VOMMARO, Pablo. Las dimensiones sociales, políticas y económicas de la pandemia. **CLACSO**, Buenos Aires, n. 8, p. 1-3, 2020. Disponível em: <<https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2020/04/Pablo-Vommaro.pdf>>. Acessado em 25 de junho de 2020.

WORLD BANK GROUP. Políticas educacionais na pandemia da Covid-19: o que o Brasil pode aprender com o resto do mundo? **Education**, 2 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-education-policy-covid-19-coronavirus-pandemic>>. Acessado em 02/06/2020.

CAPÍTULO 12

IMPACTOS DO ISOLAMENTO SOCIAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES FRENTE À PANDEMIA DO COVID- 19

Data de aceite: 17/02/2021

Luiz Fernando Fonseca Tavares

<http://lattes.cnpq.br/3775364871141919>

Laura Fernandes Ferreira

<http://lattes.cnpq.br/8463510577034014>

Larissa da Fonseca Tavares

<http://lattes.cnpq.br/0254450989271851>

Laís Moreira Borges Araujo

<http://lattes.cnpq.br/2682312397789447>

RESUMO: Introdução: O isolamento social na pandemia do COVID- 19 acarreta desafios na esfera biopsicossocial, remetendo a novas formas de relacionamentos, habilidades e da rotina diária que impactam a vida de crianças e adolescentes. A Organização Mundial da Saúde alerta que o momento exige cuidados em saúde mental. **Objetivo:** identificar os impactos do isolamento social de crianças e adolescentes durante a pandemia do COVID- 19. **Método:** revisão integrativa de literatura, realizada nas bases de dados Medline, Scielo e PubMed, por meio dos descritores “isolamento social” and “adolescentes” or “crianças” and “impactos”. Os critérios de inclusão foram artigos publicados na íntegra, de 2010 à 2020, em português, inglês ou espanhol, que abordassem o tema. Artigos duplicados foram excluídos da pesquisa. No total, a amostra foi composta por 12 artigos. **Resultados:** Cada criança e adolescente reage ao

isolamento de acordo com as suas circunstâncias de vida. O isolamento social prolongado pode alterar mecanismos neuroendócrinos e imunológicos. Ademais, a interrupção da rotina na escola aumenta a exposição das crianças e adolescentes a negligência, maus tratos, abuso e violência dentro de casa. **Conclusões:** A falta do convívio social altera o desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes e predispõe a ocorrência de problemas mentais e de comportamento. A existência de redes sociais de apoio antes, durante e após a quarentena, além da inclusão de rotinas e rituais na família, aumentam a probabilidade de se manter a saúde mental nesse período.

PALAVRAS - CHAVE: adolescentes, COVID-19, crianças, isolamento social, saúde mental.

ABSTRACT: Introduction: Social isolation in the COVID- 19 pandemic brings challenges in biopsychosocial sphere, referring to new forms of relationships, skills and daily routine that impact lives of children and adolescents. The World Health Organization warns that this time demands mental health care. Objective: To identify the impacts of social isolation of children and adolescents during the OVC pandemic - 19. Method: Integrative literature review, conducted in Medline, Scielo and PubMed databases, using the descriptors "social isolation" and "adolescents" or "children" and "impacts". Inclusion criteria were articles published in full, from 2010 to 2020, in Portuguese, English or Spanish, addressing the theme. Duplicate articles were excluded from the survey. In total, the sample consisted of 12 articles. Results: Each child and adolescent

reacts to isolation according to their life circumstances. Prolonged social isolation can alter neuroendocrine and immunological mechanisms. In addition, interruption of school routine increases the exposure of children and adolescents to neglect, mistreatment, abuse, and violence within the home. Conclusions: The lack of social coexistence alters biopsychosocial development of children and adolescents and predisposes the occurrence of mental and behavioral problems. The existence of social networks of support before, during and after quarantine, besides the inclusion of routines and rituals in the family, increase the probability of maintaining mental health in this period.

KEYWORDS: Adolescents, COVID-19, children, social isolation, mental health.

INTRODUÇÃO

A COVID-19, causada pelo Coronavírus 2, atingiu proporções mundiais em 2020 e se tornou uma pandemia (OMS, 2020a). Suas diversas formas de transmissão ainda estão sendo investigadas, mas sabe-se que a transmissão direta é uma das principais, seja por contato físico ou por gotículas, expelidas ao tossir, cuspir, falar, entre outros, porém a disseminação pelo ar ainda é incerta. Além disso, a transmissão indireta, via contato com superfícies infectadas, é comprovada (MCLINTOSH, 2020).

Por ser uma doença de rápido contágio, como forma de controle, foi proposta a quarentena e o isolamento social. A quarentena é a restrição de atividades ou separação de pessoas assintomáticas, mas que foram expostas ao COVID-19 e o isolamento é a separação de doentes ou infectados dos outros, de modo a evitar a disseminação de infecção ou contaminação. Ademais, foram implementadas medidas de redução do fluxo de pessoas em todos os continentes, como fechamento de fronteiras e diminuição do transporte aéreo (BRASIL, 2020a).

Essa restrição de contatos e modificação dos hábitos de vida anteriores, de certa forma forçados, acarreta desafios na esfera biopsicossocial, remetendo a novas formas de relacionamentos, habilidades e da rotina diária que impactam a vida de crianças e adolescentes (BRASIL, 2020b). A Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde alertam que o momento exige cuidados em saúde mental (OMS, 2020b; BRASIL, 2020c).

A redução do convívio escolar, a quebra da rotina de estudos, as mudanças nas relações interpares e a necessidade de ficar a maior parte do tempo em casa, na infância e adolescência, alteram a dinâmica social comum desses ciclos de vida. Dessa forma, podem gerar alterações emocionais, comportamentais, cognitivas e até mesmo hormonais, dependendo da faixa etária e da personalidade do indivíduo (MARIN et al, 2020).

Diante do exposto e com o propósito de aprofundar no conteúdo acerca das repercussões do isolamento social em faixa etárias menores, o presente estudo teve como objetivo analisar a produção científica, nacional e internacional, acerca dos impactos do isolamento social em crianças e adolescentes frente a pandemia do COVID-19.

MÉTODOS

O presente estudo consiste em uma revisão integrativa de literatura sobre dos impactos do isolamento social em crianças e adolescentes frente a pandemia do COVID-19. Para realizar a revisão foram adotados passos, como definição do tema, elaboração da questão de pesquisa, estabelecimento de critérios de busca na literatura, definição das informações extraídas dos artigos, análise e interpretação dos resultados, identificação dos temas e núcleos de sentidos e síntese da discussão do tema confrontando-o com a literatura estudada.

O estudo foi guiado pelas seguintes perguntas norteadoras: “De que forma o isolamento influencia na esfera biopsicossocial de crianças e adolescentes? Como cada faixa etária reage à esse isolamento? ”. Foram selecionados artigos dos bancos de dados da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Medical Literature and Retrieval System on Line (MEDLINE)* e *PubMed Unique Identifier*. A busca foi realizada com base no Medical Subject Headings (MeSH) e nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), tendo os seguintes descritores: “COVID-19” or “Coronavírus” and “impactos” or “repercussões” and “isolamento social” or “quarentena” and “crianças” or “adolescentes”.

Essa seleção foi realizada entre os meses de maio a setembro de 2020, independentemente, por todos os pesquisadores que posteriormente se encontraram para comparar a amostragem selecionada, discutir as discrepâncias e chegar a um consenso acerca dos artigos incluídos no estudo. Para isso, foi construído um quadro com os resultados, que continha título, ano de publicação, tipo de artigo, idioma publicado e palavras-chave.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos originais, revisões de literatura e relatos de casos que abordassem os temas Isolamento Social, Pandemia, Crianças e Adolescentes e que permitissem acesso integral ao conteúdo do estudo, publicados nos idiomas português, inglês ou espanhol, na íntegra, entre janeiro de 2010 a setembro de 2020. Foram excluídos do estudo artigos que não abordaram, em conjunto, o impacto do isolamento social em crianças e adolescentes frente a uma pandemia, que continham apenas aspectos gerais de pandemias, sem considerar as repercussões biopsicossociais do isolamento, ou que estavam duplicados nas bases de dados. Artigos duplicados também foram excluídos da amostra.

RESULTADOS

No total, foram encontrados 150 artigos dos quais foram lidos os títulos e resumos publicados. Após leitura criteriosa das publicações, 138 artigos não foram utilizados devido aos critérios de exclusão. Dessa forma, 12 artigos foram utilizados e analisados no presente estudo (Figura 1).

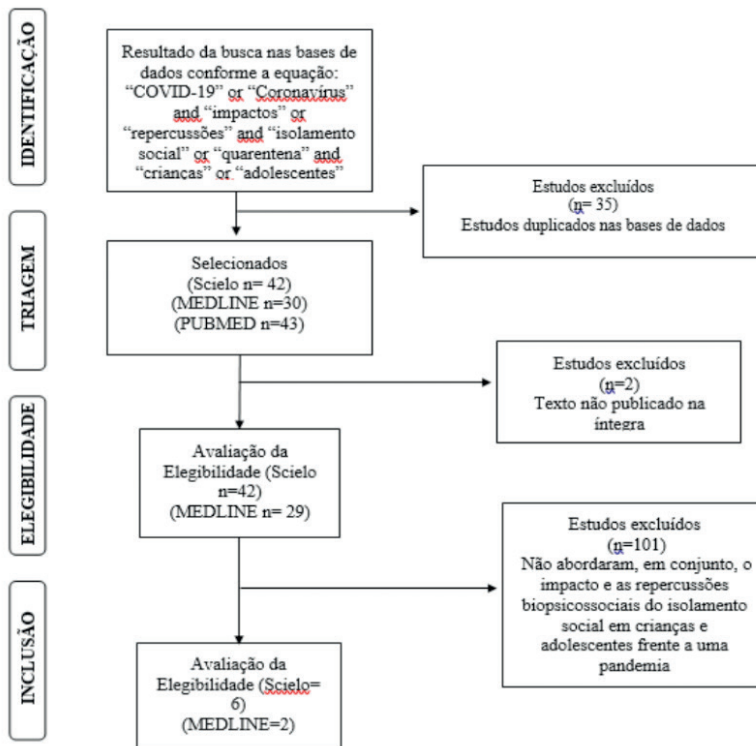


Figura 1- Fluxograma de seleção dos estudos. Patos de Minas, MG, Brasil, 2020.

O Quadro 1 apresenta as evidências expressas nos artigos incluídos na revisão integrativa.

Estudo	Método	Objetivos	Principais Achados
BUZZI, et al., 2020.	Pesquisa de campo transversal, envolvendo uma amostra de 2064 adolescentes italianos.	Detectar os efeitos psicossociais induzidos pela disseminação do COVID-19 e pelas disposições por autoridades no alvo particular dos adolescentes.	Observou-se um equilíbrio emocional notável, saudável e inesperado nas novas gerações, diante de um fenômeno repentino e imprevisível. Porém, foi apurado que o COVID-19 além de influenciar no relacionamento com colegas e pais, afetou as emoções e o estilo de vida.
DESLANDES; COUTINHO, 2020.	Revisão de literatura.	Discutir as implicações do isolamento social devido à pandemia do Covid-19 para o uso intensivo da internet entre crianças e adolescentes e suas possíveis consequências para a prática de violências autoinflingidas.	Com a pandemia houve um aumento dos acessos por crianças e adolescente à internet, que podem aumentar o estresse, ansiedade, pânico, depressão e práticas “recreativas”, denominadas de “desafios” com poder autolesivo. O próprio uso excessivo da internet, pode gerar dependência.

MAUCH, et al, 2020.	Pesquisa de campo qualitativa descritiva prospectiva	Analisar como as redes sociais digitais podem ser ferramentas essenciais para profissionais dentro dos serviços de saúde, mediante as alterações que ocorreram com a pandemia.	O uso das mídias sociais é um meio de orientação, acolhimento e esclarecimento de dúvidas facilmente articulado por meio de teleatendimento, chats online ou vídeo chamadas. As informações e abordagens devem priorizar a privacidade dos relatos dos pacientes e a veracidade das informações compartilhadas acerca das precauções em frente a pandemia do COVID-19.
MEDINA; JARAMILLO-VALVERDE, 2020.	Revisão de literatura.	Analisar os impactos psicológicos produzidos pelo efeito pandêmico do COVID-19 na população.	Os principais efeitos psicológicos negativos encontrados na população em geral e no pessoal da saúde foram: sintomas de estresse pós-traumático, confusão e raiva. Os estressores incluem prolongar a quarentena, medos de infecção, frustração, tédio, suprimentos inadequados, informações inadequadas e perdas financeiras.
SAURABH; RAJAN, 2020.	Pesquisa de campo envolvendo 252 crianças e adolescentes, sendo que 121 estavam em quarentena e 131 não.	Examinar uma coorte de crianças e adolescentes em quarentena durante o surto da doença de Coronavírus 2019 na Índia e descrever sua compreensão, conformidade e o impacto psicológico da experiência em quarentena.	A maioria dos adolescentes experimentou alguma forma de sofrimento psíquico na quarentena. Preocupação, desamparo e medo foram os sentimentos mais comuns relatados, associados principalmente à perda do emprego do pai, perdas financeiras da família e indisponibilidade das necessidades básicas da vida.
RON; CUÉLLAR-FLORES 2020.	Revisão de literatura.	Revisar as evidências disponíveis sobre o impacto psicológico da quarentena em crianças, procurando os principais estressores e fatores de proteção durante a mesma.	Foi observado que as crianças em quarentena possuíam maior estresse pós-traumático se comparado com crianças que não estavam em quarentena. Além disso, percebeu-se que os adolescentes tinham dificuldade em cumprir os regulamentos de quarentena e tinham maior probabilidade de quebrar a quarentena.
VASCONCELOS, et al, 2020.	Revisão narrativa de literatura.	Oferecer uma análise sobre os efeitos psicológicos da quarentena além de indicar estratégias de enfrentamento para minimizá-los.	A quarentena pode desencadear sintomas psicológicos, sendo os mais comuns ansiedade, tristeza e raiva, podendo ser pontuais ou se estenderem após o término do isolamento.
WANG, et al., 2020.	Pesquisa de campo com 1210 entrevistados de 194 cidades da China.	Fazer um levantamento do público em geral na China para compreender melhor seus níveis de impacto psicológico, ansiedade, depressão e estresse durante o estágio inicial do surto da COVID-19.	Durante a fase inicial do surto de COVID-19 na China, mais da metade dos entrevistados classificou o impacto psicológico como moderado a grave e cerca de um terço relatou ansiedade moderada a grave.

BEAGLEHOLE, et al., 2018.	Revisão sistemática e meta-análise.	Fornecer a melhor estimativa dos efeitos de desastres naturais sobre a saúde mental.	Angústia psicológica, distúrbios psiquiátricos, transtorno de estresse pós-traumático e depressão aumentaram após desastres. Ansiedade e abuso/dependência de álcool não foram significativas. Altas taxas de heterogeneidade sugerem que fatores específicos do desastre contribuem para a variação entre estudos.
FERREIRA, et al., 2013.	Pesquisa de campo, com amostra constituída por 900 jovens adolescentes, com uma média de idades de 13 anos.	Verificar os sentimentos de solidão expressos por adolescentes isolados retraídos e agressivos e se existiam e como se manifestavam as diferenças em função do sexo relativamente a esse sentimento.	Adolescentes isolados-agressivos se sentem mais incluídos socialmente e, portanto, menos solitários, quando comparados com os adolescentes isolados retraídos. O retraimento passivo tem como consequência mais provável a internalização de problemas, como a depressão. Já o isolamento ativo, associado a comportamentos de agressividade e impulsividade, poderá ter outras consequências.
DOMINGUES-CASTRO; TORRES, 2013.	Revisão integrativa de literatura.	Expandir os conhecimentos sobre o fenômeno de isolamento social prolongado, voluntário e grave denominado hikikomori e facilitar a identificação e o acompanhamento terapêutico desses indivíduos.	O isolamento prolongado causa diversos danos ao indivíduo, decorrentes de alterações neuroendócrinas, alimentares, comportamentais e emocionais.
CRESPO, et al., 2013.	Revisão sistemática de literatura.	Revisar na literatura aspectos sobre rotinas e rituais familiares no contexto de uma condição crônica de um membro da família.	É importante a inclusão de rotinas e rituais em uma abordagem de cuidado centrado na família para proporcionar à família um senso de normalidade em meio aos desafios impostos por cada condição de saúde vivida.

Quadro 1- Impactos do isolamento social em crianças e adolescentes

DISCUSSÃO

Stafford, et al (2013) e Saurabh; Rajan (2020) afirmam que cada criança e adolescente reage ao isolamento de acordo com a idade, experiências de vida, circunstâncias socioeconômicas, capacidades de lidar com o estresse, percepção de ameaça a si mesmo e/ou a seus entes queridos, contato com a mídia de massa e a forma com que os adultos ao seu redor reagem a situação. Segundo o CDC (2019), os bebês ficam mais irritados e carentes; as crianças de 3 a 6 anos podem retomar comportamentos que já superaram, como controle do esfíncter anal e vesical e as crianças de 7 a 10 anos podem desenvolver medo, mudanças no ciclo sono vigília e nos padrões alimentares e déficits de concentração. Em relação aos pré-adolescentes e adolescentes, Buzzi, et al (2020) constata que eles respondem de forma desafiadora com direção imprudente, uso de

álcool ou drogas e alguns se sentem sobrecarregados com emoções intensas, sobretudo medo, e incapazes de falar sobre isso.

Alguns estudos realizados por Stafford, et al (2013), sobre o impacto emocional de desastres em crianças e adolescentes, mostram resultados semelhantes aos observados durante o isolamento social. Após dois meses ou mais do desastre, as crianças com até os dois anos costumam desenvolver os distúrbios de sono e choro sem justificativas; as que estão entre os três e cinco anos recusam a alimentação e se queixam de cefaleia e mialgia; crianças de seis a onze anos se tornam dispersas e desmotivadas em relação aos métodos de ensino escolar e tornam-se retraídas ou tímidas; e os adolescentes de 12 a 18 anos passam a ter comportamentos atípicos a qualquer tipo de autoridade, problemas comportamentais e até recusa a estudar .

Crianças e adolescentes com necessidades especiais, como autistas, superdotados, portadores de Síndrome de Down ou de transtornos globais do desenvolvimento, estão expostos à um maior risco de contaminação pelo vírus e tendem a sofrer mais com a pandemia (MOREIRA, et al, 2020). Em adição, Marin, et al (2020) conclui que a diminuição do contato físico, a necessidade de permanecer dentro de casa e a redução da gama social desses indivíduos gera maiores impactos na saúde desses, comparado ao restante da população da mesma faixa etária. Os prejuízos vão desde a desorganização sensorial e psicológica, até perdas motoras.

Além disso, essas crianças e adolescentes podem não ter acesso à educação de forma adequada às suas necessidades, conforme previsto pelo Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1996; BRASIL, 2017). Na maioria das vezes, isso ocorre por falta de capacitação dos professores ou falta de acesso às aulas e ao ensino à distância, que pode prejudicar ainda mais o desenvolvimento cognitivo desses indivíduos (MOREIRA, et al, 2020).

Estudos mostram a importância do convívio social para um desenvolvimento saudável e harmonioso. As amizades têm relevância no desenvolvimento afetivo e cognitivo, portanto, dificuldades ou ausência de relações entre pares na infância são preditores de desajustamento psicológico no futuro (FERREIRA, et al, 2013). Na pré-adolescência e adolescência, como as interações sociais são maiores e a identidade e pertencimento a um grupo são até mais relevantes que laços familiares para o indivíduo, as consequências podem ser divididas em aspectos físicos e psicológicos.

Em relação aos prejuízos físicos, os pré- adolescentes e adolescentes podem desenvolver comportamentos que levam a higiene pessoal precária, sedentarismo e desnutrição (DOMINGUES- CASTRO; TORRES, 2018). O quesito da desnutrição é ambíguo. Enquanto algumas crianças e adolescentes se tornam obesos desnutridos, por causa do aumento da ingestão de alimentos industrializados e carboidratos simples e redução das proteínas, fibras e vitaminas, (LEAL, et al, 2012); outras lidam com a

desnutrição ocasionada pela redução da ingestão calórica. Isso porque, o fechamento das escolas interrompeu a oferta de refeições nas escolas públicas da educação básica de todo o Brasil, que para muitos era a principal refeição do dia (SILVA; OLIVEIRA, 2020) e a distribuição da alimentação escolar para os responsáveis dos alunos, sob a forma de kits de alimentos, autorizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ainda não é uma realidade homogênea em todo o país (INEP, 2020).

Além disso, o isolamento social prolongado é capaz de modificar mecanismos neuroendócrinos por aumentar a ativação do eixo hipófise-hipotálamo-adrenal e do sistema nervoso simpático, além de impactar o sistema imunológico e a condição de equilíbrio mental, em resposta ao estresse (CACIOPPO, 2015). Dessa forma, Buzzzi, et al (2020); Brasil (2020 d); Vasconcelos, et al (2020) e Saurabh; Rajan (2020), concordam que os sintomas psicológicos podem ser desencadeados pelas dificuldades de interações entre familiares e redução do contato social com outros indivíduos, gerando sintomas como revolta, agressividade, timidez, rejeição, passividade, baixa auto-estima, vitimização, problemas de internalização e externalização de sentimentos, raiva, confusão e inibição comportamental.

Ron; Cuéllar-Flores (2020) e Medina; Jaramillo-Valverde (2020) postularam que os problemas de saúde mental mais frequentes na pandemia em crianças e adolescentes são abuso de substâncias, comportamentos autolesivos, depressão, ansiedade, suicídio, estresse pós traumático e pânico. O que, segundo BEAGLEHOLE, et al (2018) diferente do que ocorre em desastres naturais, em que ansiedade e abuso/dependência de álcool não são consideradas significativas.

Uma pesquisa realizada na China em 2020 detectou que, na fase inicial do surto de COVID-19, a maioria classificou o impacto psicológico da pandemia como moderado a grave e cerca de um terço relatou ansiedade moderada a grave (WANG, et al., 2020). Os estressores ou gatilhos mais comuns para esses transtornos são: prolongamento da quarentena, medo de infecção, frustração, tédio, suprimentos inadequados, informações errôneas, perdas financeiras e acesso exacerbado a mídia eletrônica (MEDINA; JARAMILLO-VALVERDE, 2020). O uso excessivo da internet pode gerar dependência e a visualização de práticas “recreativas” e desafios com poder autolesivos podem culminar em automutilação e suicídio (DESLANDES; COUTINHO, 2020).

Pesquisas mostram que adolescentes isolados-agressivos se sentem menos solitários, quando comparados aos adolescentes isolados retraídos. O retraimento passivo tem como consequência mais provável a internalização de problemas, como a depressão. Já o isolamento ativo está associado a comportamentos de agressividade e impulsividade (FERREIRA, et al., 2013). Em decorrência disso, o autoextermínio é tido com um problema de saúde pública na faixa etária jovem, principalmente adolescente (OMS, 2019), sendo mais raro nas crianças (SILVA FILHO, 2019). Outro fato observado nos adolescentes é que eles têm mais dificuldade em cumprir os regulamentos e regras de quarentena e, portanto,

apresentam maior probabilidade de quebrá-la (RON; CUÉLLAR-FLORES 2020).

Em outro viés, a interrupção da rotina na escola aumenta a exposição das crianças e adolescentes a negligência, maus tratos, abuso e violência dentro de casa (MARQUES, et al, 2020). A existência de redes sociais de apoio antes, durante e após a quarentena aumentam a probabilidade de se manter a saúde mental. Além disso, a inclusão de rotinas e rituais no cuidado centrado na família é importante, já que proporciona um senso de normalidade em meio aos desafios impostos por cada condição de saúde vivida durante a pandemia, que variam de doenças agudas a crônicas que poderão ser tratadas por meio da telemedicina (CRESPO, 2013).

O uso das mídias sociais no exercer da medicina é um meio de orientação, acolhimento e esclarecimento de dúvidas facilmente articulado por meio de teleatendimento, chats online ou vídeo chamadas. As informações e abordagens priorizam a privacidade dos pacientes e, mesmo que a consulta não seja motivada diretamente pelo COVID-19, poderão ser abordados medos, angústias e sofrimentos frente ao vírus, além da veracidade das informações compartilhadas acerca das precauções em frente a pandemia (MAUCH, et al, 2020).

CONCLUSÕES

A falta do convívio social altera o desenvolvimento afetivo, cognitivo, psicológico e pode gerar até alterações neuroendócrinas em crianças e adolescentes. Por conseguinte, tem se tornado cada vez mais comum o abuso de substâncias, comportamentos autolesivos, depressão, ansiedade, suicídio, estresse pós traumático e pânico durante a quarentena do COVID-19

Cada indivíduo se comporta de forma diferente na pandemia: bebês ficam mais irritados e carentes; as crianças de 3 a 6 anos podem retomar comportamentos pregressos; as de 7 a 10 anos podem ter alterações no sono, alimentação e concentração; e os pré-adolescentes e adolescentes, respondem de forma a desafiar limites impostos pelos pais/sociedade. A existência de redes sociais de apoio antes, durante e após a quarentena, além da inclusão de rotinas e rituais na família, aumentam a probabilidade de se manter a saúde mental nesse período.

REFERÊNCIAS

BEAGLEHOLE, B., et al. Psychological distress and psychiatric disorder after natural disasters: systematic review and meta-analysis. *The British Journal of Psychiatry*. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico 08. Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública- Doença pelo Coronavírus 2019 (COE-COVID19). Ministério da Saúde, Brasília. 2020a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria do Estado de Saúde. Governo do Estado de Santa Catarina. RECOMENDAÇÕES DE SAÚDE MENTAL PARA PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL. Ministério da Saúde, Santa Catarina. 2020b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria do Estado de Saúde. Governo do Estado de Goiás. GUIA DE CUIDADO DA SAÚDE MENTAL NA PANDEMIA DA COVID-19 E ISOLAMENTO SOCIAL. Ministério da Saúde, Goiás. 2020c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Suicídio na Pandemia do COVID-19. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19. FIOCRUZ. Ministério da Saúde, 2020 d.

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Presidência da República- Casa Civil. Brasília, 1996.

BRASIL. Senado Federal. Estatuto da Criança e do Adolescente. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. Senado Federal. 2017.

BUZZI, C., et al. The psycho-social effects of COVID-19 on Italian adolescents' attitudes and behaviors. Italian Journal of Pediatrics. 2020.

CACIOPPO, J.T; et al. The neuroendocrinology of social isolation. Annu Rev Psychol. 2015;66:733-67.

CDC. Department of Health and Human Services- USA. Helping Children Cope During and After a Disaster: A Resource for Parents and Caregivers. Departamento de Salud. Gobierno de Puerto Rico. CS305921-A. 2019.

CRESPO, C., et al. Rotinas e rituais familiares no contexto de condições crônicas: uma revisão. Int J Psychol, 2013; 48 (5): 729-46.

DESLANDES, S, F; COUTINHO, T. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da Covid-19 e os riscos para violências autoinflingidas. Ciência & Saúde Coletiva. 2020.

DOMINGUES- CASTRO, M.S.; TORRES, A.R. Hikikomori: revisão sobre um grave fenômeno de isolamento social. J Bras Psiquiatr. 2018;68(4):264-72.

FERREIRA, D., et al. Isolamento social e sentimento de solidão em jovens adolescentes. Análise Psicológica (2013), 2 (XXXI): 117-127.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar> . Acesso em: 10 de setembro de 2020.

LEAL, V.S. Desnutrição e excesso de peso em crianças e adolescentes: uma revisão de estudos brasileiros. Rev Paul Pediatr 2012;30(3):415-22.

MARIN, A.H, et al. Crianças na Pandemia COVID-19. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19. FIOCRUZ. Ministério da Saúde, 2020.

MARQUES, E.S; et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro. Epub, 2020.

MAUCH, A.G.D., et al. A utilização das redes sociais digitais no cuidado psicossocial infantojuvenil, diante da pandemia por Covid-19. Health Residencies Journal. v. 1 n. 2, 2020.

MCLNTOSH, K. Doença de coronavírus 2019 (COVID-19): epidemiologia, virologia e prevenção. UpToDate. 2020.

MEDINA, R, M; JARAMILLO-VALVERDE, L. El COVID-19: Cuarentena y su Impacto Psicológico en la población. SciELO em Perspectiva. 2020.

MOREIRA, A; et al. Guia COVID-19: Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Coletivxs, Escola da Gente. 2020.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Mental health and psychosocial considerations during the COVID-19 outbreak. World Health Organization, 2020b.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Statement on the second meeting of the International Health Regulations (2005). Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV). 2020a.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Suicide, 2 de Setembro de 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/suicide>. Acesso em: 10 de setembro de 2020

RON, A.G; CUÉLLAR-FLORES, I. Impacto psicológico del confinamiento en la población infantil y como mitigar sus efectos: revisión rápida de la evidencia. Elsevier España, S.L.U.. 2020.

SAURABH, K; RAJAN, S. Compliance and Psychological Impact of Quarantine in Children and Adolescents due to Covid-19 Pandemic. The Indian Journal of Pediatrics. 2020.

SILVA FILHO, O. C. Percepção e conhecimento de médicos residentes em pediatria no Rio de Janeiro sobre comportamento suicida na infância e na adolescência. 2019. 236 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto Nacional de Saúde da Mulher da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, E.R.A; OLIVEIRA, V.R. Nota Técnica. Proteção de crianças e adolescentes no contexto da pandemia da COVID-19: consequências e medidas necessárias para o enfrentamento. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Governo Federal. 2020.

STAFFORD, B; et al. The Emotional Impact of Disaster on Children and Families. American Academy of Pediatrics. 2013.

VASCONCELOS, C.S.S., et al. Novo Coronavírus e os Impactos Psicológicos da Quarentena. Revista Desafios –v. 7,n. Supl. COVID-12, 2020.

WANG, C., et al. Immediate Psychological Responses and Associated Factors during the Initial Stage of the 2019 Coronavirus Disease (COVID-19) Epidemic among the General Population in China. Int J Environ Res Public Health. 2020.

E COMO VÃO OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM TEMPOS DE COVID-19?

Data de aceite: 17/02/2021

Everton Silveira

Faculdade Porto-Alegrense de Educação
Ciência e Letras, Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação Stricto Sensu
Centro Universitário Ritter dos Reis –
UNIRITTER,
PUCRS. Diretor Pedagógico do Centro de
Promoção da Criança e do Adolescente São
Francisco de Assis.

Patricia Lane Araujo Reis

PUCRS, Mestre em Serviço Social pela
PUCRS. Diretora da Associação Beneficente
AMURT-AMURTEL.

RESUMO: O presente artigo procura refletir acerca do atual cenário de desafios impostos à sistema de garantida de direitos da criança e do adolescentes no ano em que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), um dos instrumentos jurídicos mais importantes que trata do tema da infância e da juventude no mundo, chega aos seus trinta anos de existência. O texto procura destacar o feixe de fragilidades em que se encontram as crianças e os adolescentes brasileiros que já vivem na égide do ECA e que, no entanto, possuem sérias vulnerabilidades aprofundadas pela ocorrência da Pandemia com a pela disseminação do Novo Coronavírus. O esforço é o de compreender que a pandemia do Novo Coronavírus deixa a mostra uma séria de lacunas existente na política de garantias

de direitos infanto-juvenis, não traz os textos elementos jurídicos, mas sim fáticos em relação a efetivação da lei. O texto, inicialmente, destaca a importância e o processo da construção de direitos, para em seguida tratar dos limites de sua efetivação, dificuldades estas turbinadas pela ocorrência da Pandemia do Covid-19 e por fim, que elementos seriam necessários aprofundar para que fossem enfrentadas estas expressões da Questão Social sobre este grupo que já tem um histórico de negação efetiva de seus direitos. **PALAVRAS-CHAVE:** ECA, Criança e Adolescente, Pandemia, Covid-19, Direitos

ABSTRACT: This article seeks to reflect on the current scenario of challenges imposed to the system of guaranteed rights of children and adolescents in the year in which the ECA (Statute of the Child and Adolescent), one of the most important legal instruments dealing with the theme of childhood and youth in the world, reaches its thirty years of existence. The text seeks to highlight the bundle of weaknesses in which Brazilian children and adolescents who already live in the aegis of the ECA find themselves, however, having serious vulnerabilities deepened by the occurrence of the Pandemic and the spread of the New Coronavirus. The effort is to understand that the pandemic of the New Coronavirus leaves a series of gaps in the policy for guaranteeing children's and youth's rights, it does not contain legal elements, but facts related to the enforcement of the law. The text, initially, highlights the importance and the process of building rights, to then deal with the limits of its effectiveness, difficulties that were fueled by the

occurrence of the Covid-19 Pandemic and finally, what elements are needed deepen in order to face these expressions of the Social Question about this group that already has a history of effective denial of their rights.

KEYWORDS: ECA, Children and Adolescents, Pandemic, Covid-19, Rights

1 | INTRODUÇÃO

O artigo procura refletir acerca do atual cenário de desafios impostos à sistema de garantida de direitos da criança e do adolescente no ano em que o ECA, um dos instrumentos jurídicos mais importantes que trata do tema da infância e da juventude no mundo, chega aos seus trinta anos de existência.

Neste texto se procura destacar o feixe de fragilidades em que se encontram as crianças e os adolescentes brasileiros que já vivem na égide do ECA e que, no entanto, possuem sérias vulnerabilidades aprofundadas pela ocorrência da Pandemia com a pela disseminação do Novo Coronavírus.

Sabe-se o segmento da infância e da juventude já constituem a parte da população que vem sofrendo as repercussões da questão social¹ pela fragilidade política, econômica e social que a constitui e com a instalação da crise sanitária mundial esta é uma das porções que é pontualmente atingida, pois este grupo social, necessita de condições específica que auxiliem no seu desenvolvimento integral o que se torna ameaçado numa condição de pandemia, além disso, muitas dessas crianças são oriundas das periferias da cidade, locais em que as condições básicas de sobrevivência são frágeis ou inexistente e somado a isso vivem um processo histórico marcado por sua invisibilidade, negligência e coisificação

Se a história da infância e da juventude decorre de um processo doloroso para estes sujeitos e sociedade rumo reconhecimento de sua condição de pessoa como um ser em si com a pandemia do COVID-19 são colocadas em xeque as instituições brasileiras que tem como finalidade e compromisso salvaguardar esses direitos assegurados na Lei 227, a constituição federal e no ECA, lei 8069/90.

O esforço é o de compreender que a pandemia do novo Coronavírus deixa a mostra uma séria de lacunas existente na política de garantias de direitos infanto-juvenis, não traz o textos elementos jurídicos, mas sim fáticos em relação a efetivação da lei. O texto, inicialmente, destaca a importância e o processo da construção de direitos, para em seguida tratar dos limites de sua efetivação, dificuldades estas turbinadas pela ocorrência da pandemia e por fim, que elementos seriam necessários aprofundar para que se abrandassem ou extinguissem as expressões da questão social sobre este grupo que já tem um histórico de negação efetiva de seus direitos.

1 A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação do cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.83).

21 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: 30 ANOS DE UMA CONQUISTA HISTÓRICA

Está expresso no artigo 227 da Constituição Brasileira: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.(Brasil 1988)

Em 1988, com a constituição do brasileira o Brasil passa a ser um dos países com uma das mais importantes legislações mundiais no que se refere a proteção e defesa dos direitos humanos à crianças e adolescentes, que, logo mais, por meio do ECA confere a toda a criança e a todo o adolescente a conquista histórica de serem reconhecidos enquanto sujeitos de direitos o que até então, de acordo com o código de menores lhes era negado.

O surgimento do ECA institui um marco histórico da política da criança e do adolescentes, sujeitos estes que de acordo com o código de menores figuravam majoritariamente associados pobreza, ao abandono, a delinquência, os chamados então menores, criando um abismo entre aqueles que tinham algum direito assegurado, por fazerem parte da elite e aqueles que não os tinham e compunham a parcela da sociedade que vivia à mercê de toda sorte e estavam sujeitos a uma legislação que os percebia a partir da situação irregular frente aos padrões sociais, os artigos 1 e 2 do código de menores de 1979 retratam essa realidade

Art. 1º Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores:

I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;

II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei.

Parágrafo único - As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independentemente de sua situação.

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.(Casa Civil - Presidência da República 1979)

Este código (de menores) contribuía para que processos de desigualdades sociais e de renda fossem perpetuados e encobertos pela falta de oportunidades às famílias empobrecidas. Os filhos dessas mesmas famílias a partir do ECA, que rompe com um importante paradigma e passam da situação irregular a condição de sujeitos de direitos, passam a ter sua proteção integral garantida no qual o eixo central desta política é a equidade, numa lei universal destinada a toda a criança e a todo o adolescente que dela necessitar

O Estatuto dos Direito da Criança e do Adolescente que foi o resultado de importantes batalhas travadas entre diferentes atores sociais engajados no desafio pelo reconhecimento dos direitos desses sujeitos, envolvendo especialistas na área da infância, juristas, agentes comunitários, professores, pedagogos, assistentes sociais e tantos outros profissionais, com este instrumento legal passou-se a considerar como um dos principais direitos assegurados às crianças e aos adolescentes a possibilidade da convivência familiar e comunitário pela compreensão da importância do papel deste grupo social para a vida de toda pessoa e o singular papel que desempenha no seu desenvolvimento integral

Estavam lançadas, portanto, as bases do Estatuto da Criança e do Adolescente. É interessante notar que a Comissão de Redação do ECA teve representação de três grupos expressivos: o dos movimentos da sociedade civil, o dos juristas (principalmente ligados ao Ministério Público) e o de técnicos de órgãos governamentais (notadamente funcionários da própria FUNABEM).

Muitas das entidades vindas dos movimentos da sociedade civil surgiram em meados da década de 80 e tiveram uma participação fundamental na construção deste arcabouço legal que temos hoje. Como exemplos, destaca-se o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), que surgiu em 1985 em São Bernardo do Campo, um importante centro sindical do país, e a Pastoral da Criança, criada em 1983, em nome da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, envolvendo forte militância proveniente dos movimentos sociais da igreja católica. (Fundação Telefônica Vivo 2016)

Com o ECA foram criados diferentes mecanismos que constituíram sua base como é caso da implantação dos Conselho de Direitos que tem como função definir as diretrizes e construir a políticas relativas a Criança e ao Adolescente e exercer o controle social, além deste também são constituídos os conselhos tutelares que tem o papel de aplicar medidas que visam cessar a violação de direitos identificada.

O Estatuto se constitui num potente instrumento de disputa de práxis e concepções que tem seu funcionamento atrelado a um sistema arrojado que opera por meio do trabalho articulado em redes de serviços, projetos, programas, órgãos e instituições promotoras dos direitos da criança e do adolescente cujo seu funcionamento visa a garantia do funcionamento da política de proteção integral.

No ano em que se comemoram os 30 anos do ECA, um dos marcos mais importantes no reconhecimento de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, acontece também a pandemia do COVID-19, um episódio que coloca o mundo inteiro de prontidão e que promove a mobilização mundial pela vida, haja vista a alta letalidade deste vírus. Neste evento, inicialmente, epidemiológicos as crianças e os adolescentes são, potencialmente, menos atingidos pela doença do que outros segmentos sociais, o que, aparentemente os coloca em vantagem em relação aos demais grupos, no entanto, a luta pela conquista e efetivação de direitos da criança e do adolescentes são uma constante no quadro político e cultural contemporâneo e com a pandemia, que afeta a todos, não se podem imaginar que esta poluição passaria incólume por esta pandemia, como já previa Guizzo, Marcelo e Müller,

(...) no atual contexto, importa menos comemorar de forma celebratória o aniversário do ECA e sim, colocar em perspectiva os avanços até então por ele prometidos – seja por meio da avaliação dos tensionamentos e obstáculos em direção à garantia de uma série de direitos da criança e do adolescente, seja pela consideração do desafio inescapável que hoje, maio de 2020, enfrentamos: uma nova pandemia causada por um vírus pouco conhecido, agressivo e que coloca em risco a vida de milhares de pessoas. (Guizzo, Marcelo, and Müller 2020)

Se por um lado, dentre os grupos sociais, crianças e adolescentes são os menos vulneráveis à doença, por outro, são aqueles que mais diretamente sofrem suas consequências sociais, afinal, são esses, que quanto mais empobrecidos e vulnerabilizados, mais vivem à mercê das expressões da questão social, assim, isolamento, a falta de educação, de saúde adequada, de trabalho e emprego, a falta de moradia e de oportunidades para as famílias como um todo empurra essas crianças e essas juventudes a espaços de violação já conhecidos como a violência sexual, o trabalho infantil, a violência doméstica, à drogadição e outras tantas outras formas de violências e violações.

O que se pode arguir é que depois deste tempo de ECA é que diante de um quando de pandemia mundial de consequências mortais, há importantes fragilidade na efetivação de uma lei que está prevista na constituição federal e que é regulada por um Estatuto que

tem status, mundial, de ser uma das mais importantes legislações na garantia de direitos de Crianças e adolescentes, pois as repercussões sociais de uma catástrofe global como esta pesa mais sobre os ombros de uma parcela da população que ainda tem grande parte de seus direitos violados e o reconhecimento de suas necessidades peculiares relativizados ou negados no cotidiano o que se agrava num contexto como o vivido.

Em seu informativo eletrônico do dia 17 de julho de 2020, às 15h59 minutos, a Assembleia legislativa do estado de São Paulo, na figura do parlamentar Emídio de Souza ovaciona o aniversário do ECA e suas conquistas, mas destaca que esta é uma luta que ainda requer muito mais esforço, pois embora sendo o ECA, uma das legislações mais importante do país, ficando apenas atrás da constituição de 88, ainda se tem muitos direitos violados e muitas políticas que precisam ser criadas e efetivadas para que estejam verdadeiramente assegurados os direitos fundamentais, diz o parlamentar:

Entre as conquistas podemos pontuar a redução drástica dos números da mortalidade infantil, a luta pela erradicação do trabalho infantil, o acesso à educação e a diminuição da exclusão escolar. Mas, apesar dos direitos garantidos por lei, a pandemia do coronavírus mostrou que ainda existem milhares de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. Muitos são vítimas silenciosas da violência doméstica e outros têm interrompido o direito básico à educação, saúde e lazer. (SOUZA, 2020)

O que está patente é que, para a sociedade como um todo se essas problemáticas que já existem há tantos anos eram negligenciadas ou ocultadas por uma série de razões, com a pandemia elas foram expostas e assim uma séria de outras diferenças que estão no cerne da sociabilidade, pois mesmo sendo a mesma pandemia para todas as classes e grupos sociais é sobre a classe trabalhadora, os mais pobres e os mais vulneráveis que as refrações da pandemia recaem de forma ainda mais severa, pois se asseveram as violações às crianças fazendo com que suas famílias sejam arrastadas, ainda mais violentamente para a pobreza gerada pela falta de oportunidades em geral. Os dados do IPEA mostram que:

O empobrecimento das famílias certamente é um dos impactos mais cruéis na vida das crianças e dos adolescentes. As restrições à manutenção dos empregos e das fontes de rendimentos das famílias são alguns dos efeitos perversos da necessária medida de isolamento social para contenção da pandemia do novo coronavírus. a proporção da população pobre no Brasil que vivia abaixo da linha de pobreza internacional de US\$ 3,20 (paridade do poder de compra – PPC)/dia em 2017. Essa linha de pobreza foi proposta pelo Banco Mundial para medir a pobreza em países considerados de renda média baixa. No Brasil, essa linha equivalia a R\$ 236,00/mês, aproximadamente, ou a um quarto do salário mínimo em 2017 (SILVA; OLIVEIRA, 2020).

Esses demonstrados pelo IPEA, na nota técnica, vão adiante para demonstrar que a uma das medidas da pobreza é a renda monetária, mas que não é a única dimensão, existem quais que são responsáveis pelo ciclo vicioso das pobreza.

Na tentativa de conhecer as diferentes privações de direitos enfrentadas por parte das crianças e dos adolescentes do país, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2018), com base na PNAD 2015, analisou o acesso da população infanto-juvenil em relação a seis direitos básicos: educação, informação, água, saneamento, moradia e proteção contra o trabalho infantil. E as situações de privação de direitos em que vivem as juventudes brasileiras até 17 anos fica flagrante, conforme os dados que seguem:

Em 2015, 61% das crianças e dos adolescentes brasileiros foram considerados pobres, pois viviam em famílias com renda monetária insuficiente ou não tinham acesso aos direitos básicos para uma sobrevivência digna e sem privações. Ainda de acordo com os dados do UNICEF (2018), 20,3% das crianças e dos adolescentes de 4 a 17 anos não tinham acesso adequado à educação por apresentarem um ou mais dos seguintes problemas: distorção idade-série, evasão escolar e não saberem ler e escrever, apesar de serem maiores de 7 anos. Além disso, o UNICEF encontrou cerca de 2,5 milhões de pessoas entre 5 e 17 anos (6,2%) em situação de trabalho infantil e quase um quarto (24,8%) da população de crianças e adolescentes vivendo em domicílios com acesso inadequado a saneamento; 14,3% sem garantia do direito à água; e 11% vivendo em domicílios considerados precários, sobrepovoados e construídos a partir de materiais inadequados. (SILVA; OLIVEIRA, 2020).

Conforme o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

3 | E O QUE SE VÊ PELAS CIDADE? REFLETINDO SOBRE AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA E TRABALHO INFANTIL NA PANDEMIA DO COVID-19

Andando pelas ruas, pelos becos, pelas avenidas ou pelas ruínas das cidades, nestes tempos de pandemia, o que se vê são crianças e jovens sentados no meio-fio das calçadas ou aglomerados em pequenos grupos; reunidos para uma partida de futebol, descalço na areia solta de terrenos baldios ou mesmo no asfalto, também os jovens que fazem tranças uns (umas) no(a)s outro(a)s, que cuidam dos mais novos para os pais

buscarem o sustentam, que transitam de lá pra cá com frutas, guardanapos, potes, fazendo malabarismo, passeando, correndo, enfim, vivendo ou sobrevivendo.

Apenas neste pequeno passeio sobre a vida real retratada em uma caricatura desforme da realidade já se pode perceber os abismos existentes entre aquilo que prevê o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente - ECA e o que tem acontecido neste cotidiano das ausências de direitos que já são constantes na vida de tantos e que em tempos de pandemia tem se agravado.

O dia 17 de julho de 2020, pontua o aniversário de 30 anos do ECA e com ele as pessoas com idade entre 0 e 18 anos tem reconhecido seu status de cidadãos que são dotados de todos dos direitos humanos e de outros que lhes são conferidos pela condição de necessitarem um olhar mais cuidado e especial dado sua condição peculiar de desenvolvimento integral.

Dede a metade de março tanto crianças quanto adolescentes porto-alegrenses, a exemplo do que acontecera no Brasil e no mundo, deixaram de frequentar as escolas haja visto as medidas adotadas pelo governo que intencionavam conter a propagação do Coronavírus e a partir disso, tanto crianças quanto adolescentes passaram a ficar isolados em suas casas, quando essas existiam/existe e a conviver com suas famílias tendo na educação virtual ou remota uma nova realidade de formato escolar, aí se inicia uma desafio importante para grande parcela da população, em Porto Alegre, o decreto 20.499 do dia 16 de março de 2020, do governo municipal de Porto Alegre, determina o encerramento das atividades escolares, nos seguinte termos:

considerando as Recomendações de medidas não farmacológicas do Ministério da Saúde, transmitidas no dia 13 de março de 2020; D E C R E T A: Art. 1º Ficam suspensas as atividades de ensino, de estabelecimentos públicos e privados, pelos prazos seguintes: I – superior, da publicação deste Decreto até o dia 12 abril de 2020; II – médio e fundamental, de 18 de março até 12 de abril de 2020; 2 § 1º As atividades remotas não sofrerão as limitações impostas por este Decreto. § 2º A alimentação escolar será mantida em toda rede municipal nos termos de regulamentação a ser expedida pela Secretaria Municipal de Educação (SMED). (PORTO ALEGRE, 2020)

O ECA prevê que o acesso à educação é uma das principais garantias que devem ser asseguradas às crianças e aos adolescentes até que estes concluam sua educação básica e se, num contexto de normalidade isto não acontece dadas as fragilidades estruturais, política, econômicas e conjunturais pelas quais passa a educação pública numa país que tem dificuldades em promover a educação a uma fatia mais vulnerabilizadas da população o que dizer, neste período de pandemia onde para ter acesso à educação, para crianças e adolescentes acontece, prioritariamente por meio de acesso a bens materiais e tecnológicos mínimos que é o caso smartphone à internet?

Dados levantados pelo “TIC Domicílios 2019”, formulado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), apontam

que aproximadamente 30% dos lares no Brasil não têm acesso à internet e que existe uma importante diferença entre as classes sociais. Neste quadro, dentre as famílias que possuem renda é de até um salário mínimo, metade não consegue navegar na rede em casa, ao passo que na classe A apenas 1% das famílias tem essa dificuldade.

E a questão do acesso à internet, bem como a disponibilidade do equipamento adequado para utilização deste recurso são apenas algumas das condições mínimas que precisamos mencionar, no entanto, ainda mais importante estes recursos está a condição de moradia das crianças mais pobres. O IBGE (2018) publicou dados em que 17,3% das crianças entre 0 e 14 anos moram em residências que não tem acesso à rede geral de abastecimento de água e 40,8%, em locais sem conexão com o sistema de esgoto e outro dado levando demonstra que nas em que não há internet, este quando é mais agudo pois 29,3% das residência não possui rede de água e 60% de esgoto.

Até aqui se busca apenas retratar uma pequena fração da dificuldade que é implementar aquilo que está preconizado no artigo V do ECA quando versa do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, que no artigo 53 explicita:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – direito de ser respeitado por seus educadores; III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores; IV – direito de organização e participação em entidades estudantis; V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. (ECA 8069/1990 1990).

Se há limites quanto à educação o que é evidentes dados os fatores objetivos que envolvem tal política, a realidade dos direitos de crianças e de adolescentes no que se refere a garantia plena de seus direitos encontra mais ameaça e fragilidade uma vez que estes cidadãos ainda possuem relativo reconhecimento social e têm suas vozes e pensamentos negados por grande parte da população o que os coloca numa condição de importante invisibilidade frente a suas possíveis denúncias de toda ordem de negligência ou violação. Este fator se agrava sensivelmente quando se vislumbram aquelas juventudes que compõem as comunidade pobres e as periferias das cidades.

Os jovens das periferias, em sua maioria, residem em moradias pequenas, o que é comum, muitos desses dividirem entre si poucos metros quadrados, por vezes o mesmo cômodo tem múltiplas funções e assim, além da mesa, se divide também a mesma cama, o que é frequente. São espaços de sobrevivência que não dispõem das condições mínimas se saneamento, água, boa iluminação e ventilação; dignidade. Além disso, conforme mostra a Pnad 15,1% das residências em que há adultos e crianças abrigam seis ou mais pessoas e em 40%, há mais de três moradores por dormitório. Somado a estes fatores da precariedade das moradias e suas estruturas, o adensamento populacional e a existência de fatores agregados como alcoolismo, drogadição, doenças psíquicas, desemprego e

outros a ameaça para a efetivação da lei, torna-se ainda mais desafiadora.

Convivendo nestes ambientes; suas casas, crianças e jovens vivem em situação de isolamento ou confinamento, o que se pode inferir é que haja aumento dos riscos de que estes sujeitos fiquem na mira de maus-tratos ou abuso de toda ordem bem como a diversos outros tipos de violência e que e na impossibilidade de denunciar, visto que não tem pra quem, pois escolas e entidades sociais, em sua maioria, encontram-se também em quarentena, a tendência um agravamento nesta que já uma realidade da vida de muitas crianças e jovens, conforme Oliveira et al

(...) a vulnerabilidade a situações de violência doméstica no contexto familiar também pode aumentar durante o período de distanciamento social. A partir do momento que as escolas foram fechadas, os adolescentes puderam ficar mais próximos de figuras parentais abusivas que utilizam castigos físicos ou práticas de punição física para controlar comportamentos indesejados. Além disso, os adolescentes também podem ficar mais irritadiços devido às restrições de mobilidade e a impossibilidade de estar com os colegas. Essa realidade pode resultar em comportamentos agressivos ou de desobediência, e no aumento da convivência virtual com amigos por meio de tecnologias digitais. A convivência familiar também pode aumentar as tensões nas relações interpessoais e favorecer o surgimento de doenças mentais preexistentes. (Oliveira et al. 2020)

Crianças e jovens vivendo nestas condições passam por situações como a depressão que acarreta além de problemas de psíquico graves na buscar alternativas de fuga, muitas vezes nas drogas, que, como sequência, precisa ser mantida a um custo que os adolescentes não tem como bancar a não ser fazendo parte do sistema do tráfico ou entrando para o mundo do crime; pequenos furtos.

Para crianças e jovens que passar ao uso e abuso de substâncias psicoativas, em situação de infração e crimes, ou mesmo, no trabalho infantil, pode estar aí uma forma de manter o uso destas substâncias, saldar a dívida contraída com o tráfico ou mesmo manter a subsistência familiar. Esta é uma realidade flagrante nas comunidade da cidade em que estes sujeitos se misturam a tantos outros que procuram na rua a manutenção de sua sobrevivência.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que se quer mostrar é que embora o Brasil tenha uma legislação robusta no que se refere à proteção e garantia de direitos à criança e do adolescente, na efetivação desta legislação encontram-se muito obstáculos, alguns de cunho estrutural e outros ideológicos, cultural ou simbólicos o evidencia

Dado o exposto pode-se inferir que a positivação de um direito não se encerra no reconhecimento do mesmo, de fato, as crianças e jovens que hoje vivem as repercussões da expressão social agravada por uma pandemia de grande escala já configuram a parcela

mais frágil da sociedade que vem vivendo as consequências na história da sociedade colonial. A questão que se levanta é como assegurar que os direitos da criança e do adolescentes sejam garantidos na vida assim como são lei, ou seja, o que se deve fazer e por onde seguir para que o direito saia do papel e tome a forma de uma política pública com adesão social e sobretudo que não seja colocada em questão toda a vez que um drama atinja a sociedade como é a pandemia e mais do que isso, que preserve, como preconiza o estatuto, em primeiro lugar a criança e ao adolescente, contribuindo assim pro seu pleno desenvolvimento com um sujeito do aqui e agora e não num devir.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO. 2020. "DECRETO Nº 20.499, DE 16 DE MARÇO DE 2020." 21(1):1–9.

Brasil. 1988. [Constituição (1988)]. *Constituição Da República Federativa Do Brasil. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019.*

Casa Civil - Presidência da República. 1979. *Lei 6697 - Código de Menores.*

ECA 8069/1990, Lei nº. 1990. *ECA.*

Fundação Telefônica Vivo. 2016. "Uma Breve História Dos Direitos Da Criança e Do Adolescente No Brasil." *Fundação Telefônica Vivo*. Retrieved October 6, 2020 (<http://fundacaotelefonicaativo.org.br/promenino/trabalhoinfantil/noticia/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil/>).

Guizzo, Bianca Salazar, Fabiana de Amorim Marcello, and Fernanda Müller. 2020. "A Reinvenção Do Cotidiano Em Tempos de Pandemia." *Educação e Pesquisa* 46:0–3.

Oliveira, Wanderlei Abadio de, Jorge Luiz da Silva, André Luiz Monezi Andrade, Denise De Micheli, Diene Monique Carlos, and Marta Angélica Iossi Silva. 2020. "A Saúde Do Adolescente Em Tempos Da COVID-19: Scoping Review." *Cadernos de Saude Publica* 36(8):e00150020.

Silva, Enid Rocha Andrade da and Valéria Rezende de Oliveira. 2020. "Proteção de Crianças e Adolescentes No Contexto Da Pandemia Da Covid-19: Consequências e Medidas Necessárias Para o Enfrentamento TT - Nota Técnica n. 70 (Disoc): Proteção de Crianças e Adolescentes No Contexto Da Pandemia Da Covid-19: Consequências e Me." *Nota Técnica / IPEA. Disoc* 70:15.

Souza, Emilio de. 2020. "ECA: Pandemia Expõe Novos Desafios Para o Estatuto." *Assembleia Legislativa de São Paulo*. Retrieved October 6, 2020 (<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?17/07/2020/opinio---eca--pandemia-expoe-novos-desafios-para-o-estatuto>).

CAPÍTULO 14

O TRIBUNAL DO JURI VIRTUAL EM TEMPO DE PANDEMIA: A PLENITUDE DA DEFESA E A ANÁLISE DO COMPORTAMENTO HUMANO

Data de aceite: 17/02/2021

Renata Botelho Dutra

Universidade Federal de Goiás

Ilma A. Goulart de Souza Britto

Pontifícia Universidade Católica de Goiás

RESUMO. O ano de 2020 trouxe consigo uma pandemia fazendo com que a humanidade repensasse conceitos, recriasse estratégias e reaprendesse a viver. A implementação de novas tecnologias, que vão da inteligência artificial a simples utilização de aplicativos para celulares, se fizeram extremamente urgentes em tempo de isolamento social. O presente artigo é parte da pesquisa de doutorado. Com o advento da COVID-19 e a polêmica discussão acerca da legalidade de realização de sessões virtuais do Tribunal do Júri, sentimo-nos instigados a pesquisar, observar, analisar e discutir o comportamento dos jurados e as implicações frente aos princípios constitucionais e processuais.

PALAVRAS - CHAVE: pandemia; novas tecnologias; Tribunal do Júri; comportamento humano; princípio da igualdade.

ABSTRACT: The year 2020 brought with it a pandemic causing humanity to rethink concepts, recreate strategies and relearn how to live. The implementation of new technologies, ranging from artificial intelligence to the simple use of applications for cell phones, became extremely

urgent in a time of social isolation. This article is part of the doctoral research. With the advent of COVID-19 and the controversial discussion about the legality of conducting virtual sessions of the Jury Court, we feel compelled to research, observe, analyze and discuss the behavior of the jurors and the implications regarding constitutional and procedural principles.

KEYWORDS: pandemic; new technologies; Court of Jury; human behavior; principle of equality.

O objeto do presente artigo faz parte da pesquisa de doutorado em Psicologia realizado no PSSP da PUC Goiás onde analisamos o comportamento dos jurados no Tribunal do Júri. A pesquisa encontra-se dividida em duas partes: a primeira trata da análise do comportamento do esquizofrênico e sua relação com os crimes de homicídio e, a segunda parte analisa o comportamento dos jurados no Tribunal do Júri. A metodologia utilizada conta com referencial teórico bibliográfico bem como o processo de avaliação funcional (por meio de observação indireta, direta e experimental) para avaliar os problemas comportamentais relacionados aos indivíduos em estudo. Com o advento da COVID-19 e a polêmica discussão acerca da legalidade de realização de sessões virtuais do Tribunal do Júri, sentimo-nos instigados a estender a pesquisa no âmbito virtual, observando, analisando e discutindo o comportamento dos jurados e as implicações

frente aos princípios constitucionais e processuais.

Em 2020 o vestibular trouxe como tema da prova de redação a seguinte afirmação: “Só existe justiça onde a equidade opera. Igualdade não é justiça”. Tal frase reflete bem o princípio constitucional da igualdade e a paridade de armas no processo penal demonstrando a necessidade de que as partes tenham, em tempo integral, as mesmas condições, possibilidades e oportunidades para se obter uma decisão justa do órgão judicial.

Foi com o intuito de se fazer justiça de forma igualitária que surgiu o Tribunal do Júri com juízes tirados diretamente do povo, quer na forma pura, quer na forma do escabinado. Não se recorre a justiça como uma das razões para reforçar o comportamento, ao contrário, alguém recebe a punição por ter agido mal (SIDMAN, 1989/1995). No entanto, ninguém gosta de ser punido, mas espera-se que a justiça seja feita.

O modelo “puro”, também conhecido como Tribunal do Júri Clássico, contempla a íntima convicção dos jurados, sua incomunicabilidade, o sigilo das votações e ausência da motivação do voto do jurado. Acobertado pelo manto da ideologia da imprescindibilidade para democracia, é o modelo que mais traz problemas quanto à imparcialidade das decisões em face de inúmeros fatores. Rui Barbosa (citado por Lyra, 1950, p.7) já dizia que “o Júri, é antes de tudo, instituição política”.

Em 1215 foi criando o moderno Tribunal do Júri na Inglaterra. Tal fato deu-se com a Magna Carta que previa dois júris sendo um de acusação com 24 jurados (*Grand Jury*) e outro de julgamento com 12 jurados (*Petty Jury*) inicialmente encarregado das provas.¹ Assim, aqueles que tivessem alguma influência seriam chamados a participar do sistema do júri, de um lado ou de outro.

Do Vale (2015, p.48) ressalta que

a tradição do julgamento pelo júri deriva de um momento, em que um júri de pares é um órgão composto de moradores da comunidade geográfica onde o réu resida e onde o alegado crime foi cometido. *Seus semelhantes padrões morais e sociais foram assumidos como os critérios que iriam trazer para os tribunais, o critério para julgar os seus cidadãos (grifo das autoras).*

Ao falarmos de padrões morais e sociais estamos falando de comportamento adquirido por meio de práticas sociais ao longo dos tempos. Lyra (1950, p.24) assevera que “a justiça do Júri depende mais de inspiração, sensibilidade, equilíbrio do que de cultura pretenciosa ou vincada, do que de inteligência impulsiva e extravagante.”

De acordo com Campbell (citado por AGUIAR 2006, p. 11) as normas jurídicas derivam de:

prescrições comportamentais – denominadas contingências sociais normativas – inseridas em uma estrutura normativa mais ampla, a qual inclui ainda metas sociais e pressupostos sobre regularidades comportamentais,

1 O Grand Jury foi em extinto em 1948, permanecendo o Petty Jury.

de tal forma que o próprio direito, enquanto atividade social, se revela, em pleno acordo com as formulações de algumas teorias do direito de filiação positivista, inclusive a teoria pura do direito kelseniana, uma tecnologia de controle social do comportamento.

Aguiar (2006, p.32) completa dizendo que as condutas humanas que consideramos como sendo obrigatórias, seja em sua forma comissiva, seja em sua forma omissiva, em sua grande maioria “são também condutas úteis ou racionais, para nós mesmos ou para alguém, indivíduo ou grupo, a quem nos interessa favorecer”. Tal afirmação coaduna com o posicionamento de Skinner (1953) que, segundo o ponto de vista comportamental, uma norma social se mantém vigente, em última instância, por sua relação de contingências de sobrevivência a longo prazo do grupo social.

Para Skinner (1957) é necessário que haja uma comunidade social que através de gerações transmita o comportamento adquirido por outros no grupo, possibilitando assim a linguagem. O comportamento verbal, a verbalização da linguagem pelo falante, se dá pela interação de duas ou mais pessoas e se desenvolve através do seu contato com o comportamento dos outros cujo comportamento por sua vez, se desenvolveu através do seu contato com o seu mundo social, biológico e físico. Assim, falar é comportar-se controlado pelas contingências de reforço, passíveis de previsão e controle como qualquer outro comportamento.

Assim sendo, na análise comportamental do Direito, “a unidade de análise, ou seja, a caracterização dos padrões comportamentais, deve ser a mais próxima possível das condutas que fazem parte das definições das normas jurídicas” pois estas “comporão as metas das contingências sociais normativas a serem impostas nos quase-experimentos de controle social do comportamento humano” (AGUIAR, 2006, p.127).

Para os psicólogos comportamentais, o modelo conceitual sobre a análise do comportamento pode ser abordado em dois paradigmas ou modelos teóricos, o molar e molecular, embora a escolha não seja realizada com base em dados, mas em razoabilidade. De acordo com Baum (2012) o modelo molecular diz respeito, a respostas discretas, estímulos discretos e contiguidades entre estes eventos: o modelo oferece conceitos para a construção de teorias e foi projetado para explicar mudanças no comportamento em curto prazo ou mudanças abruptas. Quando aplicado a fenômenos temporalmente estendidos, como escolha, os resultados são fracos, pois suas teorias e explicações quase sempre lançam mão de construtos hipotéticos para lidar com lacunas temporais, o que faz com que sejam improváveis (BAUM, 2012).

O modelo molar, segundo Baum (2012) refere-se a atividades extensas, contextos extensos e relações extensas; efeitos em curto prazo são tratados como fenômenos localizados. Como o comportamento, por sua própria natureza, necessariamente se desenrola no tempo, as teorias e explicações construídas baseando-se no modelo molar tendem a ser simples e diretas. O autor esclarece que qualquer teoria molar ou molecular

pode ser invalidada pelo teste experimental; uma nova teoria sempre pode ser inventada dentro do paradigma. O paradigma molar supera o paradigma molecular produzindo teorias e explicações que são mais razoáveis (BAUM, 2012).

Importante destacar a proposição do termo comportamento na visão comportamental. Skinner (1953) define o comportamento como a relação entre os eventos ambientais e as ações do organismo. Desde a sua inserção no campo da ciência a análise do comportamento trata do estudo destas relações, ainda que o comportamento seja matéria difícil e complexa o que exige técnicas e energia dos cientistas. Britto e Marcon (2019) esclarece que a análise do comportamento trata das relações funcionais entre os eventos antecedentes e consequentes que controlam as respostas do organismo.

Tal como demonstraram Britto e Marcon (2019) as aplicações na análise do comportamento extrapolam quaisquer aspectos do comportamento humano, independente de quem o emite ou onde ocorre. Como exemplo, respostas verbais como delirar e alucinar emitidas por esquizofrênicos, comportamento supersticioso de estudantes, respostas emocionais de gerentes bancárias, birra de criança, respostas de dor etc. Qualquer que seja o ambiente, por exemplo, hospital psiquiátrico ou público, laboratório em universidade, agência bancária, ambiente doméstico (BRITTO & MARCON, 2019). Por estudar o comportamento em qualquer que seja o ambiente, a análise do comportamento pode ser usada, também no Tribunal do Júri.

E por falar em comportamento, nada mais passível de alterações do que este submetido a condições ambientais adversas como, por exemplo, as que estão ocorrendo em tempos de pandemia. Frente ao coronavírus, um agente infeccioso da natureza, paralizações e confusões foram assistidas. Diante de circunstâncias desconhecidas, os gestores que lidavam com este fenômeno, acabaram por produzir politizações ideologizadas. Os indivíduos se viram confundidos, até em nome da ciência, quando de fato, nenhum experimento tinha sido testado; questões não respondidas levam a ciência e a ciência responde por meio de experimentos.

O que as pessoas fazem é ditado pelos fatos circunstanciais. Desse modo, os indivíduos, da noite para o dia, foram obrigados a modificar seus padrões comportamentais em nome da sobrevivência. Atividades simples como sair de casa, ir para a escola ou trabalho, fazer compras, encontrar amigos, frequentar bares, restaurantes, praças, academias e casa dos familiares, subitamente se viram suspensas. O isolamento social tornou-se obrigatório e o mundo se viu medroso e confuso, inclusive com as idas e vindas de uma agência especializada, a Organização Mundial de Saúde.

Respostas de medo ou ansiedade, bem como incertezas foram constantes na vida dos que assistiam atônitos a crescente onda de contaminados e mortos em vários países do mundo. Fez-se necessário então adaptar-se. Um mundo virtual paralelo se fez presente e as inovações tecnológicas ganharam força. As escolas adotaram o sistema remoto de aulas desde a educação infantil até os cursos de doutorado. A ida ao supermercado que,

além do abastecimento da casa, era oportunidade pra uma saidinha, passou a ser virtual – as comidas chegam por aplicativos de Ifood, Uber eats, Rappi etc. E quem diria, até as terapias e consultas sem caráter de urgência, passaram a ser virtuais. No âmbito da justiça não podia ser diferente. Os processos digitais e sessões de julgamento por videoconferência vieram coroar a modernidade acelerada pela pandemia.

Em matéria criminal, destaca-se a Recomendação nº 62/2020 do CNJ, que orientou os magistrados brasileiros a suspender excepcionalmente a realização de audiências criminais de réus soltos, recomendando a realização por videoconferência nas hipóteses em que a pessoa esteja privada de liberdade, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos (artigo 7º). No que tocam as audiências de custódia, as medidas foram mais restritivas, no artigo 8º da referida recomendação os juízes foram orientados a não realizarem audiências de custódia enquanto presentes riscos epidemiológicos.

Ainda no âmbito penal verifica-se a Proposta do Conselho Nacional de Justiça (Ato Normativo 0004587-94.2020.2.00.0000) que autoriza a realização do Tribunal do Júri por videoconferência tendo em vista o considerável quantitativo de réus presos que aguardam o julgamento de crimes dolosos contra a vida e o prolongado contexto de pandemia. Tal justificativa encontra apoio no argumento de que a espera pelo fim do isolamento social para a realização dessas sessões de julgamento não se mostra adequada com os comandos constitucionais. A proposta dedica-se basicamente a organização do plenário do júri dividindo-o em uma parte presencial e outra virtual.

O plenário virtual destina-se ao Ministério Público, defesa, réu, vítima e testemunhas. No que se refere ao plenário presencial, far-se-iam presentes: o Juiz, os Jurados e as equipes de apoio, de segurança e de higienização do ambiente. Além disso, seria facultado ao Ministério Público, à defesa e ao réu, quando solto, a participação presencial, bem como às testemunhas que não dispusessem da tecnologia necessária para a solenidade.

A proposta, contudo, apresenta algumas questões problemáticas que suscitam discussões polêmicas. A primeira seria a inconstitucionalidade do CNJ ao inovar legislando sobre matéria processual penal cuja competência exclusiva, conforme disposto no art. 22 da CF/88, é da União. O sigilo das votações, a incomunicabilidade dos jurados e a plenitude da defesa igualmente alimentam os calorosos debates.

Quanto ao sigilo das votações, ao menos no momento específico da decisão, o Juiz Presidente poderá declarar sala secreta a sala das sessões plenárias. Este certamente não é um problema que merece destaque. Já quanto a incomunicabilidade dos jurados e a plenitude da defesa, abordadas a seguir, não podemos dizer o mesmo.

Conforme previsto na norma, a sessão de julgamento do Tribunal do Júri poderá *ser iniciada virtualmente com o acompanhamento virtual do Juiz*, do representante do Ministério Público, da defesa técnica e do réu, momento em que será realizado o sorteio dos sete jurados que comporão o conselho de sentença (artigo 4º, caput). *Após o sorteio dos jurados pelo sistema de videoconferência, haverá o dever de suspender o ato processual*

para que o magistrado, os jurados sorteados, o secretário de audiência e os oficiais de Justiça, no mesmo dia, façam-se presentes à sala de sessões plenárias do Tribunal do Júri (artigo 4º, §1º). Aqui reside um dos pontos da discórdia: a incomunicabilidade dos jurados e a impossibilidade de controle desta, tendo em vista ausência de qualquer meio de fiscalização desde o sorteio virtual até sua presença física na sala de sessão plenária.

O acesso a todos os meios de comunicação disponíveis em seu aparelho de telefone celular bem como a possibilidade de pesquisar sobre o caso que será posto em julgamento, são realidades possíveis que trariam máculas ao processo. O jurado julga pela íntima convicção e, por essa razão, a incomunicabilidade deve ser preservada. Destaca-se também que não será permitida a entrada do público para que não haja aglomeração (artigo 5º, §1º). Tal proibição, embora perfeitamente justificada, pode ensejar eventual vício de publicidade, cabendo sua supressão pela transmissão do julgamento pelas redes virtuais. Vale lembrar que a publicidade do Júri estaria prejudicada nos casos onde não houvesse internet ou a mesma se mostrasse ineficiente ou limitada como ocorre em algumas localidades do país. Igualmente a mesma poderia ainda ver-se prejudicada por outros fatores como ocorrido num julgamento em Poços de Caldas realizado em 7 de agosto de 2020, conforme divulgado num vídeo do Youtube onde fica clara a inobservância das diretrizes da Resolução 329 do Conselho Nacional de Justiça quando o magistrado limitou injustificadamente o acesso do público a sessão, rejeitando pedidos para acompanhar o julgamento pela plataforma eleita.² Contudo, o ponto que mais no interessa nesse trabalho diz respeito a plenitude da defesa, objeto igualmente desrespeitado no júri acima citado tendo a vista a recusa de participação do Defensor Público no júri virtual e consequente nomeação de defensor dativo para o ato impossibilitando o contato prévio entre advogado e réu.

SOARES (2020, p. 2) esclarece que:

diferentemente do julgamento realizado pelo juízo singular, no Tribunal do Júri muitas peculiaridades irrelevantes naquele acabam tendo um peso colossal, haja vista a composição do plenário por Jurados que em sua maioria são leigos, o que resulta em um julgamento não técnico, *com consequente análise aprofundada da linguagem corporal do acusado, das testemunhas e da vítima (quando presente), bem como do comportamento do interrogado durante a autodefesa (...)*. A autora completa ressaltando que “todos os detalhes capazes de influenciar na íntima convicção destes devem ser observados (grifo das autoras).

Antes de abordarmos as ações humanas e o comportamento não verbal, faz-se necessário tecer alguns comentários sobre o conhecimento jurídico e extrajurídico tendo em vista sua importância na análise comportamental do direito.

O direito nasceu pela cultura da oralidade das sociedades tribais revelando-se na forma mais primitiva de produção normativa. O direito consuetudinário é baseado nas

² Link do vídeo https://www.youtube.com/watch?v=F0H_4PBGZIk

tradições e nas culturas dos povos possuindo forte ligação com o território que ocupa constituindo-se num elemento de auto organização de povos que não possuem Estado.

De acordo com Pantoja (2020) o direito consuetudinário pode ser um sistema jurídico dominado pelo *status quo* onde ocorre o domínio do Estado e suas instituições oficiais, bem como pode ser um elemento de resistência cultural, como acontece com os povos originários que tiveram suas terras ocupadas e colonizadas pelos países europeus.

A normatividade do direito caracteriza-se, assim, como um modo de descrever a relação instrumental entre a instituição de determinadas normas jurídicas e a garantia do bem-estar da respectiva comunidade social instituidora das mesmas. Neste contexto, o ambiente social é constituído por padrões comportamentais que funcionam como circunstância, motivação ou consequências reforçadoras ou punitivas para outros comportamentos humanos.

Skinner (1969) abordou o comportamento governado por regras como condições especiais para se analisar o comportamento, uma vez que as regras podem ser definidas como estímulos especificadores de contingências. Regras ou leis podem modelar diretamente o comportamento. Como exemplo, o condutor que dirige seu carro lê uma placa: tráfego interrompido a 1 km; siga o desvio. Isso pode ser nomeado de contingência cultural. Em relação aos meios pelos quais a seleção sociocultural atua, destaca-se que o conceito analítico-comportamental de regras devem ser entendido como padrões comportamentais complexos, os quais auxiliam os indivíduos a adaptarem seus comportamentos às contingências ambientais humanas e não humanas, sem terem de se expor diretamente a tais contingências (AGUIAR, 2014; SKINNER, 1969).

Skinner (1969) esclarece que como estímulo discriminativo, uma regra é eficaz como parte de um conjunto de contingências de reforço. Aguiar (2014) acrescenta que cada vez mais se faz importante para os teóricos e profissionais do direito entender de forma científica as consequências sociais que abarcam o processo de instituição, modificação e aplicação diferencial das normas jurídicas pois estas já não mais são vistas como preceitos normativos absolutos e, sim, como instrumentos secundários na busca por soluções para os problemas da sociedade em nível mundial. O autor completa dizendo que:

a seleção sociocultural não é uma seleção de comportamentos quaisquer com base em regras, mas a seleção dessas próprias regras — que poderíamos chamar de primárias — com base em outras regras — que poderíamos denominar secundárias. Isso implica dizer que o mecanismo da seleção sociocultural não é qualquer tipo de regra, mas um tipo especial que visa a controlar o próprio comportamento dos membros do grupo social de controlar os comportamentos de outros por meio de regras. (AGUIAR, 2014, p. 258)

De acordo com Sidman (1989/1995) aumentar a participação no sistema do júri e diminuir a evasão requer mudanças comportamentais; mudar comportamentos torna-se fundamental, pois os fatores que constroem podem ser mais fortes dos que encorajam

o envolvimento. Possíveis consequências estariam sujeitos aos que aceitam constar na lista dos jurados, porém muitos podem se esquivar de participar das responsabilidades do júri. Por exemplo, se chamado para compor o júri, pode-se facilmente fazer com que um advogado de defesa ou promotor desconfie de sua imparcialidade.

Uma análise funcional leva em conta aspectos do ambiente e a função que o comportamento tem naquele ambiente. Em outras palavras, se concordarmos que o ambiente é capaz modificar o comportamento e conseqüentemente trazer alterações capazes de influenciar no julgamento, poderia ser questionada a *disparidade de armas*? Haveria aí prejuízo da defesa plena e quebra do princípio da igualdade?

Moreira (s.d) em “Duelo e Processo” remonta a ópera de Wagner, *Lohengrin*, para ilustrar a difusão do duelo judiciário na Idade Média utilizado como meio de solucionar litígios de natureza cível e penal. Acreditava-se que por meio do duelo judiciário (envolto por misticismo e religião) a providência divina guiaria a mão do inocente ou de seu defensor na obtenção de justiça. Era repleto de formalismo ritualístico e durou por séculos, contudo, seu declínio deveu-se ao posicionamento contrário da Igreja e aos poucos foi sendo substituído por outras instituições como o Júri na Inglaterra e a prova testemunhal em outros lugares. Ainda em seu texto, o autor fala da relação entre sucesso no pleito e eficácia da argumentação que sustenta a pretensão afirmando que “há de vencer quem tiver razão, ou quem puder persuadir o julgador de que tem razão” (p.116)

A eloquência sempre foi e será extraordinário elemento de conquista e domínio produzindo seus efeitos nos juízos e tribunais em geral. A diferença reside no fato de que os magistrados estão prevenidos e, enquanto conhecedores do direito, poderão “separar o joio do trigo”. (Lyra, 1950, p.15)

Nesse sentido Weil e Tompakow (2015) em sua obra intitulada *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal*, abordam o comportamento e a comunicação não verbal a partir de expressões, gestos e atos corporais que, de modos característicos estilizados ou inovadores, expressam sentimentos, concepções, ou posicionamentos internos. Apoiados nesse tipo de linguagem corporal é que, os jurados, em sua maioria leigos como são, vão formando o seu convencimento enquanto acusação e defesa ‘duelam’ na busca do veredito. Se o corpo fala é possível se obter a mesma leitura de forma não presencial? Não estaria assim a plenitude da defesa prejudicada? Aqui repousa a justificativa de muitos advogados que sustentam haver o prejuízo da plenitude da defesa nos casos de sessão virtual do Tribunal do Júri, contudo, juristas e jurisprudência têm apontado posicionamentos diferentes não vendo prejuízo algum.

Embora a utilização de videoconferência para sessões de julgamento do Tribunal do Júri tenha sido suscitada agora durante a pandemia, não se trata de algo assim tão original assim pois, o artigo 185, §2o, do CPP já estabelecia que “excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência ou outro recurso tecnológico de

transmissão de sons e imagens em tempo real”, desde que a medida seja necessária para atender algumas finalidades, dentre as quais, “responder à gravíssima questão de ordem pública”, que é o caso da pandemia da Covid-19. Além disso, todos os precedentes do STJ acerca do tema afirmam que é possível que a participação do réu preso, na sessão de julgamento pelo júri, se dê por videoconferência, mesmo antes da pandemia da Covid-19.

Conforme se verifica, na data de 26/09/2014, em procedimento até então considerado inédito no Mato Grosso do Sul, a 2ª Vara do Tribunal do Júri de Campo Grande, foi realizada a defesa por videoconferência do réu D.C.S. da S. em razão deste encontrar-se preso em um dos presídios do estado do Rio de Janeiro e não ter sido escoltado para a Capital sul-mato-grossense. O veredito foi a condenação do mesmo a 13 anos de reclusão, em regime fechado, pelo crime de homicídio qualificado. Assim sendo, este foi o primeiro julgamento de crime doloso contra a vida em que o acusado acompanhou seu julgamento a distância, enquanto os advogados faziam sua defesa aos sete jurados. Para o juiz titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri, Aluizio Pereira dos Santos, este foi um grande passo para a justiça aproveitar a tecnologia existente havendo interação completa como se o réu estivesse presente, sem nenhuma interrupção.

Igualmente aponta a jurisprudência no sentido de não haver prejuízo da defesa. Vejamos:

STJ - RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS RHC 80358 RJ 2017/0011969-0 (STJ)

Jurisprudência• Data de publicação: 22/03/2017

DETERMINAÇÃO DE INTERROGATÓRIO EM PLENÁRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE EM PROCESSOS DO TRIBUNAL DO JURI. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA A DETERMINAÇÃO DA MEDIDA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A realização de interrogatório por meio de videoconferência é medida que objetiva a desburocratização, agilização e economia da justiça, podendo ser determinada excepcionalmente nas hipóteses previstas no rol elencado no § 2º do art. 185 do Código de Processo Penal. II - *Assim, deve-se ressaltar que não há qualquer incompatibilidade de realização de interrogatório por videoconferência em sessão plenária do Júri, sendo imprescindível apenas a observância da excepcionalidade da medida e da necessidade de devida fundamentação na sua determinação, em respeito ao disposto no art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, bem como aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.* (grifo das autoras)

III - Na hipótese, a alta periculosidade do recorrente, fundamento utilizado pelo magistrado de origem para determinar a realização de interrogatório por videoconferência, encontra amparo em dados concretos extraídos dos autos, constituindo motivação suficiente

e idônea para tal providência, com fulcro no inciso IV do § 2º do art. 185 do CPP. Recurso ordinário desprovido. (STJ, 2017)

TJ-AM - Habeas Corpus HC 40035554220188040000 AM 4003555-42.2018.8.04.0000 (TJ-AM)

Jurisprudência• Data de publicação: 29/10/2018

DETERMINAÇÃO DE INTERROGATÓRIO EM PLENÁRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. RISCO À ORDEM PÚBLICA. MEDIDA RESPALDADA EM FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA. No caso em tela, após análise detida dos fundamentos utilizados para determinar que o julgamento do acusado seja realizado mediante videoconferência, é possível vislumbrar idoneidade na decisão, ante a necessidade de prevenção de risco à segurança pública, não obstante a alta periculosidade atribuída ao agente, o qual é um dos líderes de uma facção criminosa, logo, evidente o receio quanto a ocorrência de graves eventos no sistema penitenciário estadual. Ademais, *há vários entendimentos jurisprudenciais se posicionando de modo a admitir o interrogatório do réu por meio de videoconferência, na condição de que encontre amparo nos elementos concretos que justifiquem a adoção da medida.* (grifo das autoras). Ordem denegada. (TJ-AM, 2018)

HABEAS CORPUS. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, I E IV, DO CP). PLEITO DE DESAFORAMENTO DO JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE REQUISITOS. OPINIÃO DO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU. RELEVÂNCIA. REVOLVIMENTO DE FATOS E DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INTERROGATÓRIO EM PLENÁRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA. AFRONTA A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. INEVIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

Neste sentido são destacados: 1. O desaforamento por ser medida de exceção, autorizada apenas no interesse da ordem pública, quando pairar dúvida acerca da imparcialidade do Conselho de Sentença ou sobre a segurança pessoal do réu nos termos do que disciplina o art. 427 do Código de Processo Penal. 2. Para rever a conclusão taxativa das instâncias ordinárias de que não existem os requisitos fáticos que autorizariam o desaforamento pretendido, seria necessário o exame aprofundado do contexto fático-probatório, Documento: 88726422 - Despacho / Decisão - Site certificado - DJe: 17/10/2018 Página 2 de 3 Superior Tribunal de Justiça providência que não se coaduna com esta via. Precedente. 3. A opinião do Magistrado de primeiro grau, cujo contato direto com os fatos permite uma melhor verificação da necessidade do desaforamento, tem papel fundamental na análise de pedidos dessa natureza. 4. Não há nenhuma incompatibilidade de realização de interrogatório por videoconferência em sessão plenária do Júri quando a medida excepcional encontra amparo em dados concretos dos autos, evidenciando-se a sua necessidade na alta periculosidade do paciente e em anterior tentativa de fuga. Precedente. 5. Ordem denegada. Liminar cassada. (HC 445.864/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018).

Por sua vez, Gerber e Marcante (2020) ressaltam a importância da tecnologia no processo penal e sua utilização como ferramenta para implementação de uma Justiça efetiva, célere e capaz de garantir aos acusados todos os direitos e a garantias inerentes ao processo penal no Estado democrático de Direito, lembrando que “ o acusado é um sujeito de direitos, e não um objeto do processo” não se admitindo para tanto a inversão dessa lógica.

Não devemos nos esquecer que no Estado Democrático de Direito, a preservação das garantias fundamentais do réu no processo penal deve se revelar como maior interesse da prestação jurisdicional. Para tanto, o Direito Processual Penal, deve pautar-se pela aplicação efetiva dos princípios delineados pela Constituição Federal, de cunho nitidamente garantista. Nenhuma regra processual pode estar em desacordo com a Letra Maior sob pena de se fazer injusta.

Ainda não existe consenso acerca da realização de sessões do Tribunal do Júri de forma virtual e, embora os avanços tecnológicos ocupem cada vez mais espaço de destaque na vida moderna, avançam de forma tímida e cautelosa no âmbito jurídico.

Buscou-se aqui abordar o tema com imparcialidade e de forma interdisciplinar sob a ótica do analista do comportamento acerca das inquietações jurídicas que abarcam o perigo da injustiça quando se trata de um dos direitos fundamentais, qual seja, a liberdade. Por outro lado, não se pode esquecer que o Tribunal do Júri julga crimes dolosos contra a vida e, sendo assim, igualmente espera-se a resposta estatal seja no sentido retributivo da pena, seja no sentido preventivo do crime.

A pesquisa não pôde ainda ser concluída no que tange a dimensão de uma de análise funcional tendo em vista as recomendações de isolamento social e ausência de julgamentos virtuais e presenciais capazes de terem seus dados confrontados. Contudo, com base em alguns dos métodos e princípios da análise do comportamento, provavelmente se possam dialogar sobre as inquietações jurídicas envolvendo novas tecnologias surgidas nesse tempo sombrio.

Por fim, onde se classificam o comportamento como *certo* ou *errado* com propósitos de alterá-los, as agências governamentais ou jurídicas adotam a distinção entre *legal* e *ilegal*; na medida que o poder do governo deriva do grupo suas definições podem se aproximarem tanto do é definido como certo e/ou errado (SKINNER, 1953).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. C. *Análise comportamental do Direito: fundamentos para uma abordagem do Direito como ciência comportamental aplicada*. 2006. 240f. Tese. (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

AGUIAR, J. C. *Análise comportamental do direito: Uma abordagem do direito como Ciência do comportamento humano aplicada*. Disponível em< file:///C:/Users/Renata/Downloads/1223-Texto%20do%20artigo-2185-2-10-20141204.pdf> Acesso em:11/08/2020.

ANSANELLI JUNIOR, A. *O Tribunal do Júri e a soberania dos veredictos*. Rio de Janeiro Lumen Juris, 2008, p. 145.

BAUM, W. M. Rethinking Reinforcement: Allocation, induction and contingency. *Journal Experimental Behavior Analysis*, 97, 101-124, 2012.

BRITTO, I. A. G. S. & MARCON, R. M. Estudos descritivos e experimentais em contextos aplicados: Dados científicos e impacto prático. *Estudos de Psicologia*, 24(2), 204-214, 2019.

CARVALHO, R.L.V. *O Tribunal do Júri e a videoconferência: os problemas da proposta em trâmite no CNJ*. In: Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-01/romulo-carvalho-tribunal-do-juri-videoconferencia?imprimir=1> Acesso em: 22/08/2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Ato Normativo 0004587-94.2020.2.00.0000. Disponível em: http://ajufe.org.br/images/pdf/Compilado_-_Notas_T%C3%A9cnicas.pdf Acesso em: 20/08/2020.

DO VALE, I. P. *Tribunal do júri no contexto do devido processo legal : uma crítica ao tribunal do júri “puro” em comparação com os modelos do escabinado e do assessorado : estudo dos fatores que interferem no julgamento e na imparcialidade de suas decisões (análise da instituição com a jurisprudência das convenções europeia e americana dos direitos humanos, do Tribunal do Júri Português e da Suprema Corte Americana)* Tese. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/19924>. Acesso em: 10/03/2019.

FIRPE, E. Q. *Tribunal do Júri virtual em Poços de Caldas*. 1video (45.35 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=F0H_4PBGZlk Acesso em: 03/08/2020.

GERBER, D.; MARCANTE, M. *O tribunal do júri virtual precisa garantir os direitos dos réus*. In: Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <https://original123.com.br/o-tribunal-do-juri-virtual-precisa-garantir-os-direitos-dos-reus/> . Acesso em 21/08/2020.

LYRA, R. *O tribunal do Júri sob todos os aspectos – Textos de Rui Barbosa sobre a teoria e prática de Instituição*. Rio de Janeiro, 1950.

MOREIRA, J. C. *Duelo e Processo*. In: Academia Brasileira de Letras Jurídicas, Revista nº 23, p. 115-125. Disponível em: <http://www.ablj.org.br/revistas/revista23/revista23%20%20JOS%C3%89%20CARLOS%20BARBOSA%20MOREIRA%20%E2%80%93%20Duelo%20e%20Processo.pdf> > . Acesso em 19/08/2020.

PANTOJA, O. *O que é direito consuetudinário e suas diferenças para o direito costumeiro*. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/direito-consuetudinario/> Acesso em: 11/08/2020

SIDMAN, M. *Coerção e suas implicações*. Campinas, SP: Editorial Psy, 1995. (trabalho original publicado em 1989).

SKINNER, B. F. *Verbal Behavior*. Cambridge, MA: B. F. Skinner Foundation, 1957.

SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. New York: The Free Press. 1953.

SKINNER, B. F. *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century Crofts. 1969.

SOARES, K.P. *A inconstitucionalidade do Tribunal do Júri por videoconferência*. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/a-inconstitucionalidade-do-tribunal-do-juri-por-videoconferencia/>> Acesso em: 12/08/2020.

STJ. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS: RHC 80358 RJ 2017/0011969-0. Relator: Ministro Felix Fischer. DJ: 22/03/2017. Jus Brasil, 2017. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/443239459/recurso-ordinario-em-habeas-corpus-rhc-80358-rj-2017-0011969-0/certidao-de-julgamento-443239487?ref=juris-tabs>> Acesso em: 15/03/2020.

STJ. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HC 445.864/RJ, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=88726422&tipo_documento=documento&num_registro=201802711270&data=20181017&formato=PDF> Acesso em 20/08/2020.

TJ-AM. HABEAS CORPUS: HC 40035554220188040000 AM 4003555-42.2018.8.04.0000 (TJ-AM) Relator: Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins. DJ:29/10/2018. Jus Brasil, 2018. Disponível em: <<https://tj-am.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/645852576/habeas-corpus-hc-40035554220188040000-am-4003555-4220188040000/inteiro-teor-645852586?ref=juris-tabs>> Acesso em: 15/08/2020.

WEIL, P.; TOMPAKOW, R. *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não verbal*. 74ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CAPÍTULO 15

A TUTELA SUBNACIONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A ADI 6.341/DF: FEDERALISMO E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Data de aceite: 17/02/2021

Data da submissão: 05/01/2020

Filipe Eduardo Macedo de Menezes

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco / PPGD Stricto Sensu

RESUMO: Desde a vigência da Constituição Imperial outorgada em 25 de março de 1824, onde formalmente foi escolhida a forma do Estado unitário, que o Brasil enfrenta enorme dificuldade para desvincular-se das amarras de um Estado burocrático e centralizador. Mesmo com a promulgação da Constituição de 1891 e a implementação do Estado federado, a cultura da centralização das esferas e tomadas de Poder no Estado democrático de direito sempre inviabilizou o desenvolvimento regular das antigas províncias e atuais unidades federativas. As Constituições, promulgadas (1934, 1946, 1988) ou outorgadas (1937, 1967) não lograram êxito consistente na tarefa de individualizar a legitimidade política dos entes imprimindo mais autonomia nas suas ações. Contudo, a crise sanitária relacionada a pandemia de Covid-19 oportunizou um arcabouço de conhecimento empírico que poderá trazer importantes reflexões a respeito do melhor modelo de formatação do Estado brasileiro. Um recorte metodológico foi feito para reflexões derivadas da decisão na medida cautelar na ADI 6.341/DF da lavra do Ministro Marco Aurélio. Foi realizado uma breve análise acerca da repercussão do julgado para o

estudo do federalismo brasileiro, com aplicação de metodologia qualitativa e revisão da doutrina de especialistas no estudo do federalismo, como Helder Oliveira e Marcelo Labanca Corrêa de Araújo, bem como, de constitucionalistas como Ivo Dantas, Gilmar Ferreira Mendes e André Ramos Tavares. Por fim, precedentes do Supremo Tribunal Federal ilustraram as conclusões que levaram a necessidade premente de, com base nas experiências recentes, buscar tornar mais objetivas as categorias de repartição de competência entre as unidades federativas no Brasil.

PALAVRAS - CHAVE: Federalismo, ADI 6.341/DF, Direitos Fundamentais, Pandemia de Covid-19.

THE SUBNATIONAL GUARDIANSHIP OF FUNDAMENTAL RIGHTS AND ADI 6.341 / DF: FEDERALISM AND FUNDAMENTAL RIGHTS

ABSTRACT: Since the entry into force of the Imperial Constitution granted on March 25, 1824, where the form of the unitary state was formally chosen, Brazil faces enormous difficulty in detaching itself from the bonds of a bureaucratic and centralizing state. Even with the promulgation of the 1891 Constitution and the implementation of the federal state, the culture of centralizing spheres and taking power in the democratic rule of law has always prevented the regular development of the former provinces and current federative units. The Constitutions, promulgated (1934, 1946, 1988) or granted (1937, 1967) did not achieve consistent success in the task of

individualizing the political legitimacy of the entities, giving more autonomy in their actions. However, the health crisis related to the Covid-19 pandemic provided an opportunity for an empirical knowledge framework that may bring important reflections on the best formatting model of the Brazilian State. A methodological cut was made for reflections derived from the decision in the precautionary measure in ADI 6.341 / DF of the mining of Minister Marco Aurélio. A brief analysis was carried out on the repercussion of the judgment for the study of Brazilian federalism, with the application of qualitative methodology and review of the doctrine of specialists in the study of federalism, such as Helder Oliveira and Marcelo Labanca Corrêa de Araújo, as well as constitutionalists such as Ivo Dantas, Gilmar Ferreira Mendes and André Ramos Tavares. Finally, precedents from the Supreme Federal Court illustrated the conclusions that led to the urgent need, based on recent experiences, to seek to make the categories of division of jurisdiction among the federative units in Brazil more objective.

KEYWORDS: Federalism, ADI 6.341 / DF, Fundamental Rights, Covid-19 Pandemic.

1 | INTRODUÇÃO

Em um período de difícil crise sanitária a nível global causada pela pandemia de Covid-19 nasce na sociedade brasileira uma necessidade cada vez maior de implementar e aperfeiçoar os estudos relacionados a ampliação do espaço normativo das constituições estaduais para efetivação de direitos fundamentais no Estado brasileiro. A partir da decisão do ministro Marco Aurélio na medida cautelar na ADI 6.341/DF onde se reconheceu a necessidade das unidades federativas cooperarem para debelar o mal instalado muitas reflexões importantes devem ser extraídas, como o dever mater a coerência das decisões no período pós-pandêmico, que se espera que venha, e a importante tarefa de descentralizar o campo de tomada de decisões dentro do federalismo brasileiro sempre que isso represente a efetivação dos direitos fundamentais, para tanto segue uma análise do contexto vivenciado no primeiro semestre de 2020.

Em torno das três horas da tarde do dia 13 de abril na cidade de Araraquara, interior do Estado de São Paulo, um vídeo em que uma senhora cercada por guardas municipais caía no chão e mordida os agentes ganhou os noticiários de todo o país e viralizou rapidamente pelas redes sociais. Segundo os agentes a cidadã de quarenta e quatro anos estava desobedecendo o decreto que proibia a circulação de pessoas e a senhora, por outro lado, argumentava que estava em seu direito de fazer exercícios físicos naquele local e que mordera os guardas porque não estava conseguindo respirar ante a violência aplicada na abordagem.

Pois bem, nos dias e meses que se seguiram a sociedade brasileira assistia perplexa e dividida diversas cenas desta mesma natureza se espalhando por todo o país. Parte da população via como correta a atitude frente a crise de saúde sanitária mundial e evidente, outra parte, não estava vendo com bons olhos essas ações coercitivas e era completamente contra, pode-se dizer que ainda um terceiro grupo pensava que era necessário o isolamento

social severo, mas não compreendia como tais abordagens poderiam ser legais e até que ponto o Estado estava agindo legitimamente para evitar a circulação das pessoas.

Independente da opinião pessoal de cada um sobre o acerto ou não da abordagem a verdade é que ao menos quanto a competência dos governos estaduais, todos estavam estabelecendo suas políticas públicas sanitárias de forma concorrente com a União Federal na forma do estabelecido pelo Ministro Marco Aurélio em tutela provisória presente na Ação de Direta de Inconstitucionalidade 6341/DF. Por ocasião da propositura da ação em controle concentrado o partido político PDT pretendia que fossem julgados inconstitucionais os regramentos dispostos na Medida Provisória n. 926/2020, bem como, por arrastamento o decreto 10.282/2020 que pretendia regulamentar a lei nº 13.979/2020 no que definira serviços públicos e atividade essenciais

O pedido foi acolhido em parte no sentido de determinar que as políticas públicas durante a pandemia, decorrente da grave crise de saúde pública, fossem distribuídas de forma igualitária pelos diversos entes federativos, ou seja, de forma concorrente. O relator considerou que presentes a urgência e a necessidade de providências todos agissem para debelar o mal instalado e encontrou respaldo no artigo 23, II da Constituição Federal que determina a competência concorrente entre os entes federativos para legislar sobre saúde pública, sem sombra de dúvidas, um dos mais importantes direitos humanos fundamentais a exigir uma postura proativa por parte do Estado.

O fato inquestionável é que a pandemia e toda a contingência gerada pela quarentena imposta de forma independente, ao menos do ponto de vista legal, reacendeu um debate inadiável na sociedade brasileira a respeito do alto grau de centralidade que a União Federal exerce frente aos entes federativos. A superioridade se dá em todos os aspectos: tributário, orçamentário, repartição de receita, financiamento das forças de segurança, poder de polícia e entre diversos outros elementos que formam e conformam a atuação estatal.

Apesar do vírus ser o mesmo, ficou claro que sua manifestação se deu de formas diferentes dentro da população e em cada estado de Norte a Sul. Ou seja, diversos fatores do entrópico ao cultural levaram a resultados diferentes e os dados estatísticos continuam apontando nesse sentido. Muitas foram as experiências peculiares vivenciadas pela população, a nível global e em termos institucionais durante a pandemia de Covid-19, essa gama de eventos que estão sendo catalogados certamente levarão as diversas áreas da ciência a lidar com enorme quantidade de dados empíricos com resultados ainda em análise, mas algumas conclusões já podem ser antecipadas e dentre elas é a de que há razões à sociedade para fomentar um vigoroso desenvolvimento dos estudos acerca das competências e do recrudescimento das constituições estaduais dentro de uma ciência que deve se ampliar cada vez mais e levar adiante uma mudança real na forma do Estado que reflita os anseios da diversidade e da proteção dos Direitos Humanos Fundamentais no Brasil.

A medida cautelar na ADI 6.341/DF data de 24 de março de 2020 e o curso dos eventos que deram sequência a referida decisão dão conta do que parecia óbvio: a pandemia teve efeitos danosos diversos ao longo do território nacional, em 19 de abril de 2020 o site de notícias G1 informou que enquanto o Tocantins apresentava 33 contaminados e um óbito, São Paulo já contava com 14.267 casos confirmados e 1015 mortes¹, muito embora boa parte dos críticos da medida jurisdicional permanecessem pregando que a tutela do direito fundamental a saúde no meio da crise sanitária deveria ser unificada e nacionalizada.

É correto afirmar que a ADI 6.341/DF não foi a única vez que a Suprema Corte foi instada a se manifestar a respeito do controle normativo que se faria necessário ante as potenciais deficiências que o atual modelo do federalismo brasileiro poderia acusar durante a pandemia, a exemplo da medida cautelar exarada pelo ministro Alexandre de Moraes em sede da ADF 672². Contudo, no presente momento, o que se pretende é realizar uma análise do discurso jurídico presente na medida cautelar exarada pelo ministro Marco Aurélio e seus efeitos no que concerne sua visão da distribuição de competências federativas para resguardo de direitos fundamentais. Com esse intuito, se fez necessário um rígido recorte metodológico limitando a análise ao cotejo da Corte em alguns precedentes onde STF precisou se manifestar sobre o tema da repartição de competências entre os entes federativos em especial a decisão do ministro Marco Aurélio e suas considerações no bojo da ADI 6.341/DF. Uma abordagem qualitativa que possa apresentar uma visão holística da situação com a indicação de alguns importantes pesquisadores, tanto os que se dedicam a investigar com profundidade o fenômeno da ampliação do espaço de atuação das constituições subnacionais no federalismo, como uma visão constitucional e sociológico-jurídica para revelar esclarecimentos no interior dessa situação tão complexa.

2 | TEOR DA MEDIDA CAUTELAR NA ADI 6.341/DF

A necessidade de manifestação por parte da Suprema Corte brasileira quanto a quem caberia o dever institucional de preservação do direito fundamental à saúde, bem como, o dever de regulamentar a expressão desse poder entre os entes federados durante a pandemia de Covid-19 veio, infelizmente, no mesmo momento em que também ocorre um incendiário debate acerca da desinformação nas redes sociais que vem acompanhada de uma grave disputa por espaço no jogo democrático entre os atuais governos nos diversos entes federados. Esse dado é relevante na medida em que é preciso rechaçar de forma preliminar as tentativas de desacreditar indireta e automaticamente as decisões da mais alta Corte sob o argumento simplista de tratar-se de uma opção jurisdicional viciada por indicadores de inclinação política. Ainda no mês de abril de 2020 o importante site de notícias UOL noticiava que “*A decisão esvazia os poderes do governo Jair Bolsonaro (sem*

1 < <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-19-de-abril.ghtml> > Acessado em 17 de novembro de 2020.

2 < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441075> > Acessado em 04 de janeiro de 2020.

*partido) sobre a definição de quais atividades não poderiam ser afetadas pelas medidas de isolamento*³ Posteriormente, em junho de 2020, em entrevista ao G1 o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux ao ser questionado se a decisão exonerava o governo federal de responsabilidade o magistrado ofertou uma resposta esclarecedora do ponto de vista da atual quadra do alargamento do espaço de autonomia dos entes federativos, disse:

“Não eximiu, pelo contrário, reforçou a competência dos executivos”. “O Supremo não exonerou o Executivo federal das suas incumbências porque a Constituição Federal prevê que, nos casos de calamidade, as normas federais gerais devem existir. Entretanto, como a saúde é direito de todos e dever do estado, num sentido genérico, o estado federativo brasileiro escolheu o estado federado em que os estados têm autonomia política, jurídica e financeira”

O próprio ministro Luiz Fux reconheceu as tentativas de se criar artificialmente uma crise institucional:

“Naquilo que não é razoável, o Supremo intervém, mas não como carta de alforria. Mas intervém para podar ou os excessos ou as deficiências.” (...) “O Poder Judiciário é o único poder que tem aptidão para rever os atos dos demais poderes. Essa pseudocrise institucional se baseia numa ideia promíscua e vulgar de independência entre os poderes. Ela não pressupõe um pacto em que o Judiciário não possa rever esses atos inconstitucionais dos demais poderes”, afirmou. Para o ministro, “fazer disso uma crise institucional é exatamente criar algo artificial a pretexto de outros objetivos que não obedecer aos princípios democráticos. Não há criação de crise institucional pelo Poder Judiciário. O dia que os juizes não forem independentes, as decisões desses homens valerão tanto quanto eles valem”⁴

O boato de que os poderes da Presidência da República tinham sido menoscabadas derivou de uma visão distorcida acerca do alcance da medida cautelar emanada na ADI 6.341/DF. Obviamente a pretensão almejada tinha objetivos políticos, visto que fora intentada pelo Partido Democrático Trabalhista que como partido tem o dever de assumir, por definição, uma posição, dessa forma, distante da ideia de neutralidade. Entretanto, como se verá adiante, a decisão que acolheu parcialmente o pleito buscou fundamentar-se em uma leitura positivista e equidistante das vicissitudes políticas ideológicas, muito embora, distante da tradicional jurisprudência daquela Corte que no mais das vezes decide de forma centralizadora, inclusive, utilizando o princípio da simetria para reduzir o campo de atuação das demais unidades federativas em seu dever de tutelar nas constituições estaduais, nas leis e decretos, os direitos humanos fundamentais dentro dos seus territórios. O fato é que o acionante em seu bojo argumentava existir uma Incompatibilidade entre a MP n. 926 de 20 de março de 2020 com a Constituição Federal relativamente as alterações promovidas no artigo 3º, cabeça, inciso I, II e VI e §8º, 9º, 10, 11, da lei federal nº 13.979 de 6 de fevereiro

3 < <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/15/stf-tem-4-votos-a-favor-de-autonomia-de-governadores-durante-a-pandemia.htm?cmpid=copiaecola> > Acesso em 04 de janeiro de 2020.

4 < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/22/stf-nao-exonerou-executivo-federal-de-responsabilidade-por-pandemia-diz-fux.ghtml> > Acesso em 04 de janeiro de 2020.

de 2020, a ação também pretendia anular por arrastamento o decreto n. 10.282/2020 que visava regulamentar a referida lei nº 13.979/2020 no que definiria os serviços públicos que poderiam ou não ser paralisado e as atividade que seriam consideradas essenciais durante a crise sanitária.

O acionante argumentou que a medida provisória 926/2020 padecia de vícios formais e materiais. Para melhor compreensão Gilmar Ferreira Mendes explica a diferença entre ambas:

Costuma-se proceder à distinção entre inconstitucionalidade formal e material, tendo em vista a origem do defeito que macula o ato questionado. Os vícios formais afetam o ato normativo singularmente considerado, sem atingir seu conteúdo, referindo-se aos pressupostos e procedimentos relativos à formação da lei. Os vícios formais traduzem defeito de formação do ato normativo, pela inobservância de princípio de ordem técnica ou procedimental ou pela violação de regras de competência. Nesse caso viciado é o ato nos seus pressupostos, no seu procedimento de formação, na sua forma final. (...) Os vícios materiais dizem respeito ao próprio conteúdo ou o aspecto substantivo do ato, originando-se de um conflito com regras ou princípios estabelecidos na constituição. (Mendes, 2013).⁵

No que tange a possível inconstitucionalidade formal articulou o acionante que a matéria estava reservada a lei complementar e, portanto, não passível de ser editada por meio de medida provisória, vez que seu conteúdo inovava na substância da lei 13.979/2020. O ponto central residia no fato do enfrentamento da pandemia, e aí incluído as ações de polícia sanitária ser matéria, no gênero, de competência comum da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na forma do artigo 23, II e da mesma forma ali residia as atribuições relativas a epidemiologia por parte da Vigilância Sanitária e do Sistema Único de Saúde. O parágrafo único do dispositivo que distribui a competência normativa na constituição nesse quesito deixa claro que a disciplina sobre a cooperação entre os entes federativos é reservada a lei complementar e, portanto, impossível seu disciplinamento por meio de Medida Provisória tendo em conta o impedimento descrito no artigo 62, §1º da Constituição.

Com relação a incompatibilidade material o argumento adotado foi o de que apesar da temática ser de matéria reservada a cooperação entre as unidades federativas a MP 929/2020 esvaziava a responsabilidade constitucional, atribuída a todos os entes, para cuidarem da saúde, dirigirem o SUS e as ações da Vigilância sanitária, trazendo a baila a predominância dos interesses descritos não apenas no artigo 23, II, mas também no artigo 198, inciso I e 200, inciso II, da Carta da República. Esses mesmos dispositivos serviriam para fundamentar, segundo o acionante, os novos critérios para circulação de pessoas e bens rodovias, portos, aeroportos de entrada e saída do país, bem como a implantação das barreiras sanitárias.

5 MENDES, Gilmar Ferreira Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes Paulo Gustavo Gonet Branco. – 8 ed. rev. E atual. – São Paulo : Saraiva, 2013. P. 2016, 2017.

As dificuldades para o entendimento da matéria deve-se, em grande parte, ao alto teor de subjetividade com que o texto constitucional categorizou as matérias e as competências entre os diversos entes. André Ramos Tavares reconhece essas dificuldades:

A constituição brasileira optou por estabelecer matérias privativas da União e outras que são compartilhadas com outras entidades federativas, a chamada competência concorrente. (...) Contudo, ao elencar e repartir esses temas parece que o constituinte não percebeu a dificuldade que há em classificar certas questões como exclusivamente pertencentes a um ou a outro assunto. Há matérias que, por exemplo, podem se reportar tanto ao direito civil como ao direito econômico. Como distingui-las ou qual critério de enquadramento numa e não em outra tipologia constitucional (com graves consequências práticas), ou ainda, como satisfazer concomitantemente a duas categorias diversas? (...) O problema é extremamente relevante para bem compreender a extensão das competências privativas, para as quais parece haver uma predileção em situações que rendam dúvidas de enquadramento. (Tavares, 2018)⁶.

Tavares segue apresentando uma série de precedentes da Suprema Corte em que denota o alto grau de subjetividade e, por que não? Casuísmos de toda ordem divorciadas do mínimo de concretude e pacificação que essas regras deveriam apontar. Vejamos, por exemplo, no caso da ADIn-MC 903-6/MG cujo objeto era a lei n. 10.802/92, do Estado de Minas Gerais que regulamentava o transporte coletivo intermunicipal de pessoas portadoras de deficiência. A referida legislação visava proteger a vulnerabilidade social das pessoas com deficiência física ou com dificuldade de locomoção. Se a legislação fosse considerada como aplicada as questões de trânsito a competência seria privativa da União, no entanto, trata-se da proteção as pessoas com deficiência assim, competência seria compartilhada. Nesse caso, apesar da Excelsa corte ter desprovido a cautelar e optado pela aplicação do artigo 24, XIV da CF não ficou assentado um critério objetivo para essa decisão. Segundo o autor, alguns indícios dão conta de que, naquele caso, o critério escolhido pela finalidade da lei. Em um trecho de seu voto o então ministro Celso de Mello relator, diz: “Alega-se que a União federal absteve-se, até o presente momento, de editar a legislação nacional pertinente ao tema específico da adoção, pelas empresas...”, mais a frente: “Mesmo a normação federal insuficiente, que se haja omitido na disciplina legislativa de matéria tópica, legitima o exercício, pelos Estados membros, da competência normativa plena (ADIn-MC 903-6 MG, rel. min. Celso de Mello, DJ, 24-10-1997).

Em outro interessante caso esteve presente a discussão acerca da competência concorrente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde (art. 24, XII) ou competência legislativa para legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, XI) e do trabalho (art. 22, I). Aqui se trata da ADIn n. 403-4/SP onde se questionou se a norma da constituição do Estado de São Paulo, em seu artigo 190 onde se dizia que: “o transporte de trabalhadores urbanos e ruais deverá ser feito por ônibus, atendidas as normas de segurança estabelecidas em 6 TAVARES, André Ramos, Curso de Direito Constitucional / André Ramos Tavares – 16 ed. – São Paulo : Saraiva, Educação 2018. P. 908, 909, 910, 911.

lei”, para o requerente este dispositivo afrontava o artigo 22, I e XI e ainda defesa do artigo 24, XII, da CF. Em seu voto condutor o ministro Ilmar Galvão afastou o argumento de que segundo a Constituição do Estado de São Paulo tratava-se de regra que visava proteger a saúde do usuário, Tavares detalha a posição do magistrado, que disse:

“A regra do artigo 190 da Constituição do Estado de São Paulo, por sua vez, determina, como visto, que o transporte de trabalhadores deve ser feito, necessariamente em ônibus, vedando, desse modo, a utilização de qualquer outro veículo de passageiro para tanto. Assim, tratando-se de norma sobre trânsito e transporte, fica caracterizada a invasão de competência legislativa da União pelo texto constitucional paulista, invasão essa que se torna mais clara com a leitura de normas federais de trânsito, tanto as vigentes na época da promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, quanto as atuais.” (ADIn n. 403-4/SP, rel. Min. Ilmar Galvão, DJ, 27-9-2002).

Na oportunidade o Ministro Marco Aurélio entendeu, o que parece ser o mais consentâneo: que o referido dispositivo da Constituição do Estado de São Paulo visava proteger o trabalhador, portanto, versava sobre Direito do Trabalho, em suas palavras: “Os preceitos disciplinam transporte e, também, a questão alusiva aos trabalhadores urbanos e rurais, situando-se, se assim podem ser entendidos, no âmbito do direito do trabalho” (ADIn n. 403-4/SP, Min. Marco Aurélio, DJ, 27-9-2002).

Outro importante julgado em que o Ministro Marco Aurélio, apesar de ser voto vencido, se posicionou em favor da unidade federativa em questão e a supremacia do direito à proteção à saúde do indivíduo foi no caso da lei do Estado da Bahia n. 6.457/93 que regulamentava o uso de cinto de segurança, foi na ADIn-MC n. 874-9/BA, na ocasião ocorreu mais uma disputa entre a aplicabilidade dos artigos 22, XI, e o artigo 24, XII, o Ministro disse:

“Também confiro ao inciso XII do artigo 24 alcance que extravasa o previsto na sua primeira parte, ou seja, tenho-o como direcionado a à proteção social. Nesse preceito, está revelado que compete também aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde – e, aqui, vislumbro a intangibilidade, a higidez das pessoas. Creio que o Estado da Bahia deu um passo, pelo menos sob a minha óptica, elogiável, e nesse exame preliminar, não tenho como suficientemente configurada a relevância do pedido a ponto de afastar, de imediato, à eficácia dos dispositivos impugnados”. (ADIn-MC n. 874-9/BA, Min. Marco Aurélio).

É interessante notar como, apesar de muitos veículos de comunicação, terem noticiado como se o Ministro Marco Aurélio tivesse supostamente esvaziado os poderes da presidência da república em favor da competência constitucional erroneamente exclusiva dos Estados membros no caso da ADI 6.341/DF, o que aparenta quando se vislumbra a ADIn-MC n. 874-9/BA é que o magistrado apenas manteve sua coerência quando vê necessária a proteção da saúde e do que ele considera como sendo a parte mais vulnerável na relação estabelecida. Nesse ponto, se o interesse é proteger quem o ministro considera

a parte hipossuficiente na relação social em apreço, pelo menos para ele, outra conclusão que se pode chegar é que não importa tanto o critério especificidade predominante da legislação submetida ao controle de constitucionalidade.

No entanto, colocado o plenário em análise em diversos casos dessa natureza a conclusão é que a muitos dos acórdãos é em favor da preponderância da União Federal seja para preservar o poder deste ente diretamente, ou seja para aplicar o princípio da simetria para colmatar e limitar o espaço de autonomia dos Estados membros. Foram os mencionados e se pode citar a ADIn 1.950-3/SP cuja lei 7.884/92 onde o debate era sobre o valor da “meia entrada” se tratava-se de direito contratual ou econômico, o STF decidiu pela competência concorrente denotando, de certa forma incoerência com o julgado na ADIn 1.007-7/PE onde em caso muito semelhante decidiu-se pela competência privativa da União.

Em artigo publicado no presente ano e intitulado “Princípio da simetria e processo legislativo estadual: em busca da autonomia perdida” Helder Oliveira e Marcelo Labanca Corrêa de Araújo chegam a conclusões semelhantes quanto a ADI 6.341/DF ter sido uma raridade se colocado o posicionamento majoritário em favor da União, principalmente quando se fala na aplicação do princípio da simetria, foi dito o seguinte:

“Pode-se aventar a hipótese de que o STF erra ao centralizar a nossa federação em termos gerais sobre o processo legislativo por considerar a reprodução obrigatória do modelo básico no âmbito federal. Não se desconhece as críticas já apresentadas aos posicionamentos da Corte nesse sentido. No entanto o que parece ainda não ter sido objeto de reflexões mais aprofundadas é o fato da CF/88 não impor expressamente o seguimento obrigatório das regras básicas. Assim, estaria o STF indo de encontro ao desejo exposto pelo constituinte que suprimiu a necessidade de seguimento compulsório das normas federais no âmbito dos Estados. Em outras palavras, o STF em reiteradas decisões tem violado o espaço de autonomia que o legislador ofereceu aos Entes subnacionais.” E arremataram “É, portanto, necessário repensar o uso do princípio da simetria, notadamente no âmbito do processo legislativo. Não é mais possível repetir o mantra, tantas vezes falado, de que o federalismo brasileiro é centralizado e, portanto, que as regras das constituições estaduais devem obedecer a uma reprodução fiel das regras constitucionais federais. O âmbito de produção legislativa estadual está no coração do conceito de autonomia. O que caracteriza um Estado-membro de uma federação é justamente a sua autonomia política, focada na capacidade de ele produzir suas próprias leis. Reconhecemos que há limites constitucionais federais que devem ser aplicados na atividade parlamentar estadual. Mas devem ser uma exceção, e não a regra. Parece-nos que o princípio da simetria tem sido utilizado como uma regra pela Corte, quando a prática deveria ser outra: a de reforço da autonomia legislativa do Estado-membro.”⁷

Talvez seja até por isso que muitos receberam com estranhamento a decisão cautelar na ADI 6.341/DF, já que são raras as vezes em que a Corte abre mão de conferir <7 < file:///C:/Users/patri/Downloads/REVISTA-ANPAL-PRINCIPIO-DA-SIMETRIA-E-O-PROCESSO-LEGISLATIVO-ES-TADUAL-em-busca-da-autonomia-perdida.pdf >> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

a União federal a preponderância quanto a questões de disputa de espaço constitucional para legislar. Por isso Tavares chegou a mesma conclusão ao dizer:

“A primeira conclusão a que se chegou foi a tentativa de se identificar o critério especificidade como um elemento capaz de nortear a taxinomia de determinada matéria, definindo se esta estaria sujeita à competência privativa, ou se, por contrário, sujeitar-se-ia ao “condomínio legislativo” do artigo 24, da C.B. Sem embargo, a divergência entre as ADIns n. 403-4/SP e ADIn-MC n. 874-9/BA e dentro da própria ADIn n. 1.007-7/PE bem demonstraram a dificuldade prática em aplicá-lo ou em considerá-lo seriamente, ao menos no que se refere ao âmbito do STF. A segunda conclusão obtida foi a de que o próprio STF não produziu um posicionamento acurado e consistente quando o assunto é rateio de competências. Nesse sentido, basta retomar a ADIn n. 1950-3/SP, mais precisamente o embate entre os ministros Cezar Peluso e Eros Grau. (Tavares, 2018).

Ainda que a conclusão seja pela peculiaridade do que restou decidido na ADI 6.341/DF, é preciso levar em consideração o contexto da pandemia que imprimiu em toda a sociedade um giro paradigmático comportamental que ainda levará anos para que a ciência possa conhecer o seu real impacto. Portanto, um *decisium* peculiar para uma situação peculiar. Por isso existe muito cautela por parte dos estudiosos do direito constitucional estadual a respeito da atual configuração da repartição de competência onde o direito fundamental a saúde parece ter recebido um justo destaque. Essa dinâmica em que ocorre ajuste da norma constitucional à realidade social para evitar hiatos normativos já foi analisada há bastante tempo por Ivo Dantas no livro-tese Poder Constituinte e Revolução – Breve Introdução à Teoria Sociológica do Direito Constitucional, que é de leitura sempre recomendável. Em seu livro Constituição e Processo Ivo Dantas ainda ressalta um argumento que é de todo cabível na quadra atual, e escreve:

“A análise de qualquer aspecto do Direito, visto enquanto conjunto de normas, implica, salvo visão estreita e bitolada, que se proceda a uma verificação do ambiente ou realidade social em que tais regras foram elaboradas e a finalidade que se pretende alcançar com as mesmas. Este imperativo, em última análise é consequência de que o direito antes de ser norma, e como já analisara Durkheim, e fato social que se impõe, e como tal, presente em toda forma de vida comunitária. É reflexo do sentimento de justiça imanente a todo ser humano, embora condicionado pela realidade e valores do mesmo grupo.” (...) esta recíproca influência é identificada, sobretudo, pelo princípio da oportunidade da lei, elaborada evidentemente, pelo Poder Público competente, mas que, influenciando a organização social, tem sua origem na única e verdadeira fonte da norma jurídica, ou seja, o fato social da necessidade, representada por uma nova situação que parece de regulamentação.” (Dantas, 2011).⁸

Havia a necessidade premente de regular-se o distanciamento social, tão logo o ministro Marco Aurélio exarou a medida cautelar em análise desencadeou-se por todas as unidades federativas um movimento de normatização das novas regras que passariam a

8 DANTAS, Ivo. Constituição e processo. / Ivo Dantas. / 2ª ed. (ano 2007), 2ª reimpr. / Curitiba: Juruá, 2011. P. 37 e 44.

vigorar nos meses subsequentes, são alguns exemplos: em São Paulo o Decreto n. 64.881, de 22 de março; no Rio de Janeiro o Decreto n. 47.006 de 27 de março, os cariocas ainda editaram a Lei 8.770 de 23 de março, que prevê a possibilidade de requisição de quartos de hotéis e pousadas privados para cumprimento de quarentena ou isolamento e define que o estado segue as orientações do Ministério da Saúde⁹; no Distrito Federal teve o Decreto n. 40.550, de 23 de março e outro por meio do qual o governador Ibaneis reabriu as lotéricas e lojas de conveniência, é o Decreto 40.570; no Ceará o Decreto n. 33.519, de 19 de março; em Minas Gerais o Decreto n. 47.886, de 15 de março, nesse Estado o Decreto 47.891, de 22 de março reconheceu o estado de calamidade pública.

3 | CONCLUSÃO

É possível afirmar que o Ministro Marco Aurélio na medida cautelar presente na ADI 6.341/DF não atentou contra a presidência da república, nem tencionou retirar os poderes deste. O assentado na ocasião tem lastro constitucional e pode ser vislumbrada com um tônus positivista, assumindo tanto quanto possível posição de neutralidade, o *decisium* possui alto teor humanitário, visto que ao reconhecer a urgência e a necessidade ressaltou os pontos fulcrais da crise sanitária de natureza global. Por fim, não cabe aos juízes da suprema corte tomar decisões tendo como base as contingências vivenciadas pela guerra política, o que ficou traçado foi o dever de cooperação que nada mais é do que o reflexo dos anseios do legislador constituinte no momento em que optou pela forma federativa de Estado. O magistrado ao afastar a alegação do vício formal sustentada pelos autores deixou claro que apesar de acolher em parte o pedido formulado, certo é que a Medida Provisória 926/2020 foi editada com a finalidade de mitigar-se a crise internacional em território brasileiro e que a mesma estava hígida quanto aos critérios de urgência e necessidade. Na parte dispositiva assentou que a alegação de que a MP atacada padecia de vício formal por não ter sido resguardado a reserva objetiva da lei complementar não se sustentava por não existir, segundo sua óptica, necessidade de lei de envergadura maior. Sob o ângulo material, aponta competência administrativa comum para adoção de providências de “controle social”. – Critério da predominância do interesse e arrematou deixando sempre presente que todos os entes federativos deveriam agir de forma articulada com o intuito de debelar o mal instalado.

A situação de grave crise sanitária ocorrida no Mundo possibilitou um conhecimento empírico enorme em diversas áreas do conhecimento e, do ponto de vista jurídico, reascendeu a necessidade de se engrandecer os atuais ainda tímidos estudos acerca de novos modelos de formação do Estado brasileiro que o torne mais palatável aos cidadãos, mais preparado para lidar com as contingências, mais articulado no aspecto político e

9 < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/covid-19-veja-como-cada-estado-determina-o-distanciamento-social> > Acesso em 04 de janeiro de 2020.

social e acima de tudo, reconhecendo que a diversidade exige uma descentralização maior das esferas de poder. Ao comparar-se alguns aspectos do decidido na medida cautelar na ADI - 6.341/DF com outros precedentes da Corte em matéria de federalismo percebeu-se no presente caso um aspecto constitucional interessante relacionado ao fortalecimento do princípio federativo e seu desenvolvimento em um momento em que o direito fundamental a saúde esteve em jogo. O resultado de uma análise que seja puramente silogística na dimensão causa e consequência chega-se à conclusão de que não parece ter sido a relevância de salvaguardar um direito humano fundamental o resultado de uma distribuição da competência entre os entes federativos, mas a causa de sua implementação. Ou seja, o Estado brasileiro ganha quando a descentralização da tomada de poder visa a efetivação dos direitos humanos fundamentais, devendo ser esta a pedra de toque do modelo federativo brasileiro.

REFERÊNCIAS

[1] < <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-19-de-abril.ghtml> > Acessado em 17 de novembro de 2020.

[2] < <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441075> > Acessado em 04 de janeiro de 2020.

[3] < <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/15/stf-tem-4-votos-a-favor-de-autonomia-de-governadores-durante-a-pandemia.htm?cmpid=copiaecola> > Acesso em 04 de janeiro de 2020.

[4] < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/22/stf-nao-exonerou-executivo-federal-de-responsabilidade-por-pandemia-diz-fux.ghtml> > Acesso em 04 de janeiro de 2020.

[5] MENDES, Gilmar Ferreira **Curso de direito constitucional** / Gilmar Ferreira Mendes Paulo Gustavo Gonet Branco. – 8 ed. rev. E atual. – São Paulo : Saraiva, 2013. P. 2016, 2017.

[6] TAVARES, André Ramos, **Curso de Direito Constitucional** / André Ramos Tavares – 16 ed. – São Paulo : Saraiva, Educação 2018. P. 908, 909, 910, 911.

[7] < <file:///C:/Users/patri/Downloads/REVISTA-ANPAL-PRINCIPIO-DA-SIMETRIA-E-O-PROCESSO-LEGISLATIVO-ESTADUAL-em-busca-da-autonomia-perdida.pdf> > Acesso em 04 de janeiro de 2020.

[8] DANTAS, Ivo. **Constituição e processo**. / Ivo Dantas. / 2ª ed. (ano 2007), 2ª reimpr. / Curitiba: Juruá, 2011. P. 37 e 44.

[9] < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-04/covid-19-veja-como-cada-estado-determina-o-distanciamento-social> > Acesso em 04 de janeiro de 2020.

CAPÍTULO 16

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA

Data de aceite: 17/02/2021

Data de submissão: 01/02/2021

Adriane Lima Monai Montessi

Centro Universitário Estácio da Amazônia
Boa Vista – Roraima
<http://lattes.cnpq.br/5934400418884231>

Bruno Dantas Muniz de Brito

Centro Universitário Estácio da Amazônia
Boa Vista – Roraima
<http://lattes.cnpq.br/6871129128588718>
<http://orcid.org/0000-0001-9321-8620>

RESUMO: Este estudo visa apresentar um olhar acerca do desempenho das organizações empresariais diante da covid-19, pandemia com origem na china. A gestão pública brasileira tem tomado decisões de interesses públicos que impactam diretamente a vida da população local, as empresas públicas roraimenses enfrentam essa questão e apresentam diversas questões éticas intrínsecas. O presente estudo, objetiva analisar os impactos acarretados pela crise pandêmica nas organizações públicas. Teremos como objeto de estudo uma Instituição Pública de prestação de serviços jurídicos, a DPE-RR, localizada no estado de Roraima. Trataremos das mudanças repentinas na prestação de serviços e os ajustes necessários para o período de limitações impostas pela covid-19, tendo como premissa a implantação de novas metodologias de trabalho, sem desamparar à população. Todas essas questões exigiram uma reestruturação na

maneira de se apresentar ao público, a fim de não comprometer a autonomia da instituição, e não colapsar as atividades vigentes até então. Por fim, analisar se as estratégias adotadas ocasionaram impactos positivos ou negativos para a Instituição.

PALAVRAS - CHAVE: pandemia, impactos, organizações.

THE IMPACTS OF THE PANDEMIC ON PUBLIC ORGANIZATIONS: THE CASE OF THE PUBLIC DEFENDER OF THE STATE OF RORAIMA

ABSTRACT: This study aims to present a look at the performance of business organizations in face of the covid-19, pandemic originating in china. Brazilian public management has taken decisions on public interests that directly impact the lives of the local population, public companies in Roraima face this issue and present several intrinsic ethical issues. This study aims to analyze the impacts caused by the pandemic crisis in public organizations. The object of study will be a Public Institution providing legal services, DPE-RR, located in the state of Roraima. We will deal with the sudden changes in the provision of services and the necessary adjustments for the period of limitations imposed by the covid-19, with the premise of implementing new work methodologies, without abandoning the population. All of these issues required a restructuring in the way it was presented to the public, in order not to compromise the institution's autonomy, and not to collapse the activities in force until then. Finally, analyze whether the adopted strategies have caused positive or

negative impacts for the Institution.

KEYWORDS: pandemic, impacts, organizations.

1 | INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, originada pelo SARS-CoV-2, trouxe diversas mudanças para a civilização. Os impactos causados pelo vírus repercutem em todos os estados, nos mais variados setores. Em Roraima, a economia foi impactada nas esferas pública e privada. Em Boa Vista tanto empresas quanto os órgãos públicos moldaram-se ao sistema difundido pela Organização Mundial da Saúde – OMS, para continuar seguindo suas atividades. A Defensoria Pública do Estado de Roraima – DPE/RR é um desses entes públicos estaduais que está no desafio de reinventar suas atividades em meio à propagação da doença. De acordo com as restrições de trabalho ocasionadas pela pandemia, os gestores das instituições precisaram criar novos canais de comunicação para oferecer produtos e serviços ao consumidor final e manter sua rotina de trabalho. Então, como a DPE/RR têm conseguido manter seus atendimentos ao público em meio a pandemia? O objetivo geral deste trabalho consistiu em analisar os impactos causados pela pandemia da COVID-19 na Defensoria Pública do Estado de Roraima e seus desdobramentos, bem como observar as soluções impostas pela instituição para dar continuidade ao seu trabalho. Ademais, intentou-se analisar a solução do impacto da COVID-19 no setor de atendimento, bem como se analisou o impacto positivo ou negativo que a pandemia causou na DPE/RR.

2 | PERCURSO METODOLÓGICO

“Significa admitir que cada indivíduo é influenciado e influencia o outro, age e reage de variados modos, produzindo alterações sobre o curso do diálogo, sobre as reações dos entrevistados e sobre os protocolos dos resultados obtidos pelo entrevistador” (BERGER apud COLOGNESE, 1998, P.148)

A metodologia utilizada foi a realização de uma entrevista semi-estruturada, Colognese e Melo (1998, p.143) definem a entrevista como “um processo de intervenção social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado”.

Os procedimentos metodológicos adotados para a coleta de dados se caracterizam por uma abordagem qualitativa, que envolveu técnicas (observações e entrevista), tradicionalmente associadas a pesquisas educacionais de caráter etnográficos. (André, 1995, pág.28).

A entrevista ocorreu em prol da obtenção de dados sobre o impacto da pandemia nas organizações, e como a Defensoria Pública do Estado foi impactada positiva ou negativamente durante o período de colapso mundial na saúde, com o apoio do Defensor

Público-Geral para que os dados coletados fossem utilizados para realização de trabalhos acadêmicos.

2.1 A coleta de dados

Nunca conseguimos fazer medidas precisas, apenas medidas úteis. Mas esta suposição não deve ser tomada como justificativa para a anarquia científica. Pesquisa rigorosa ainda é possível, simplesmente é mais difícil do que se imagina. (Babbie, 1999, p.182)

Tendo em vista a abordagem metodológica, a principal preocupação da coleta de dados foi poder coordenar a entrevista, fazendo com que o entrevistado se sentisse à vontade para discutir os assuntos abordados. Assim, todas as decisões tinham por objetivo uma entrevista íntegra, onde a pesquisa por meio da entrevista semi-estruturada, coletasse dados seguros da situação atual vivenciada pela instituição no momento pandêmico.

2.1.1 *O impacto na Defensoria Pública do Estado de Roraima*

A Defensoria enfrentou um impasse no setor de atendimento, tendo em vista que a mesma presta serviços jurídicos gratuitos a população e o atendimento eram realizados de forma presencial. Segundo o gestor do órgão, as atividades ficaram suspensas pelo período de um mês, entre o fim de março e abril desse ano, onde haviam audiências importantes marcadas para os usuários, sendo que estes não podiam ficar sem assistência jurídica, tendo em vista situações de risco. Foi então realizada uma reunião com a administração superior do órgão, de onde surgiu a ideia de implantar os atendimentos virtuais. Foi implantando o aplicativo whatsapp business, onde os atendentes realizam o cadastro e a triagem, feito isso, o assistido só aguarda o dia para a equipe do defensor entrar em contato. De acordo com o DPG, não houve enxugamento de pessoal, visto que os servidores continuaram sua rotina mesmo em home office, destacou também a importância da instituição, visando o atendimento nas varas cíveis e criminais, juntamente com a vara de violência doméstica, sendo um setor fundamental para a população.

as instituições estão lá, externas a ele, persistentes em sua realidade [...]. Têm poder coercitivo sobre ele, seja por si mesmas, pela simples força de sua facticidade, seja pelos mecanismos de controle que geralmente se encontram vinculados às mais importantes dentre elas (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 58, grifo nosso).

2.1.2 *O isolamento social e a utilização do home office*

Como medida de prevenção a propagação do corona vírus, as autoridades solicitaram o isolamento social a todos aqueles que não fizessem parte de serviços essenciais, como saúde e segurança.

A adoção de medidas de segurança num isolamento social acarretou mudanças nas instituições. Analisando essas questões, os gestores públicos precisaram pensar a relação de saúde de colaboradores e usuários. Rego et. al. (2020b, p. 4) entende que “[...] isolamento pode e deve ser voluntário, salvo nos casos de pessoas já sabidamente contaminadas, pela possibilidade de prejudicar terceiros e ferir com isso a ética do respeito recíproco”. Tendo em vista o alto risco de contaminação, e uma doença até então desconhecida, o defensor público publicou a Portaria 404/2020/DPG-CG/DPG, onde suspendeu os atendimentos presenciais e estabeleceu medidas de prevenção temporárias como forma de evitar a disseminação da doença.

“Muitas vezes não é fácil descobrir por que as pessoas agem de determinadas maneiras. Isso provavelmente se deve ao fato de que nem sempre cada uma delas faz as mesmas coisas exatamente pelas mesmas razões”. (BERGAMINI, 1989, p. 7).

2.1.3 O uso da Tecnologia como estratégia

A Defensoria Pública do Estado de Roraima, frente às adversidades vivenciadas no ano de 2020, como o colapso na saúde pública e as limitações de trabalho impostas pelas autoridades nacionais e locais, deparou-se com um problema que assola diversas instituições no País, a impossibilidade no desenvolver de suas funções. Após um período de tempo hábil, foram realizadas reuniões e elaboradas possíveis estratégias a serem utilizadas como uma solução na prestação de serviços. Tendo sido então, feita a escolha da tecnologia, através de uma ferramenta de aplicativo, o whatsapp business, que substituiria a realização do atendimento presencial, precisando apenas de um aparelho celular e conexão à internet. Do ponto de vista corporativo, a tecnologia traz diversos benefícios para a gestão, um exemplo disso é a economia de tempo, já que antes os processos eram análogos, a automatização contribuiu para um fluxo de trabalho cada vez mais natural e veloz.

A informatização viabilizou a emergência do modelo de gestão estratégica de pessoas, que é condição que viabiliza formas orgânicas de organização, nas quais a informação é melhor aproveitada para a aprendizagem organizacional. Zuboff (1988 e 1994), por exemplo, discute a dualidade que caracteriza a tecnologia e a relaciona a dois modelos organizacionais e a dois tipos de aprendizagem. De acordo com a autora, a tecnologia pode ser utilizada para automatizar operações. O objetivo é substituir o esforço e a qualificação humanos por uma tecnologia que permita que os mesmos processos sejam executados, a um custo menor, com mais controle e continuidade. A robotização de fábricas, substituindo a mão de obra humana com mais eficiência, é um exemplo desta função da tecnologia.



Figura 1 – Informatização nas empresas

Fonte: <https://blog.softensistemas.com.br/a-importancia-da-tecnologia-da-informacao-nas-empresas/>

3 | ANÁLISE E RESULTADOS

Com base nas informações sobre a pandemia no Brasil, o presente estudo identificou alguns dilemas enfrentados pela gestão pública brasileira nas ações de prevenção e combate à COVID-19. Nesse sentido, foi compartilhada a visão de Rego (2020, p. 1) quando diz que “[...] implicações morais [da pandemia] tendo como contexto a realidade brasileira é, para nós, um convite à reflexão”. Foi possível perceber que, em contextos de crise, cidadãos e gestores adotaram novas formas de percepção e raciocínio moral para problemas públicos já existentes que a pandemia evidenciou e novos desafios que as organizações públicas passaram a enfrentar. Os resultados obtidos foram de que a Defensoria seguiu todas as recomendações da OMS e as etapas de reabertura impostas pelos Governo do Estado e que realizou uma pesquisa qualitativa, onde constatou que a maioria de seus clientes preferem o atendimento virtual, visto que é menos burocrático, mais rápido e eficiente e não necessita de traslado para ser realizado, tornando-se também mais eficaz.

4 | CONSIDERAÇÕES

A DPE-RR adotou as medidas de segurança impostas pelas autoridades, em tempo de resguardar seus usuários internos e externos, respaldando estes frente o coronavírus. As informações apresentadas neste artigo mostram a habilidade estratégica da empresa frente as adversidades apresentadas, o que ocasionou resultados positivos para a mesma. Observou-se a utilização da tecnologia a favor da gestão pública, e o impacto ocasionado pela covid-19 no âmbito organizacional.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papius, 1995

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1996.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. **A técnica de entrevista na pesquisa social**. Cadernos de Sociologia. v. 9, Porto Alegre: UFRGS, 1998, p.143-159.

CACHAPUZ, A. et al. **A necessária renovação do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez, 2011.

ZUBOFF, S. **Automatizar/informatizar: as duas faces da tecnologia inteligente**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 34, n.6, Pág. 80-91. Nov./Dez. 1994.

ZUBOFF, S. **In the age of the smart machine: the future of work and power**. Nova Iorque: Basic Books, 1988.

<http://www.defensoria.rr.def.br/resolucao-2020>

CAPÍTULO 17

O TELETRABALHO FEMININO E A COVID 19: UMA ANÁLISE DA DIVISÃO SOCIAL E SEXUAL DO TRABALHO DIANTE DO “NOVO NORMAL”

Data de aceite: 17/02/2021

Data de submissão: 03/01/2021

Patrícia Miron de Siqueira Ferraz

Universidade Católica de Pernambuco –
UNICAP, Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/2467965379147563>

Isabele Bandeira de Moraes D’Angelo

Universidade de Pernambuco - UPE,
Professora da Pós-graduação da UNICAP,
Recife-PE
<http://lattes.cnpq.br/3491163418088431>
<https://orcid.org/0000-0001-9592-6049>

RESUMO: A desigualdade de gênero possui raízes históricas, culturais e sociais pautados nos mais diversos motivos. A sociedade atribui como papel típico feminino a responsabilidade pelas tarefas domésticas, cuidados com os filhos e demais responsabilidades familiares, presente um acúmulo de papéis, mesmo quando a trabalhadora, no mercado profissional, seja excessivamente demandada pela sua função ou mesmo possua destaque profissional. Saliente-se que é atemporal o enfrentamento, pela trabalhadora, dos desafios em conciliar a vida profissional e as atividades da vida pessoal, especialmente pela sobrecarga existente simplesmente voltada para o gênero feminino que, quando abarca o Teletrabalho, sem uma preparação e ajustes necessários à nova realidade, se coloca, cada vez mais, em posição de vulnerabilidade. A partir de uma análise dessa

nova realidade e a divisão social e sexual já enfrentada pela mulher no mercado de trabalho, com o surgimento da obrigação sanitária do trabalho, preponderantemente remoto. Diante da Pandemia ficou ainda mais evidente a problemática da tripla jornada feminina que agora entrelaça o trabalho formal, o trabalho doméstico e os cuidados maternos educacionais, sejam próprios ou dos que dependem dela, tudo no entorno do lar, significando imprescindível o desenvolvimento de desdobramentos para enfrentar tais desafios. Nesse contexto, a partir do método hipotético-dedutivo e pesquisa bibliográfica, busca-se analisar a exaustiva jornada feminina comparando a problemática social e de gênero que se intensificou com a situação atual vivenciada e os permanentes desafios, examinar minuciosamente, normas que garantam a concretização da emancipação social feminina.

PALAVRAS - CHAVE: Teletrabalho Feminino; Tripla Jornada; COVID-19.

FEMALE TELETRAW AND COVID 19: AN ANALYSIS OF THE SOCIAL AND SEXUAL DIVISION OF WORK BEFORE THE “NEW NORMAL”

ABSTRACT: Gender inequality has historical, cultural and social roots based on the most diverse reasons. Society assigns responsibility for housework, childcare and other family responsibilities as a typical female role, with an accumulation of roles, even when the worker, in the professional market, is excessively demanded for her job or even has professional prominence. It should be stressed that the challenges faced by

the worker in reconciling professional and personal life activities are timeless, especially due to the overload that is simply aimed at the female gender, which, when covering Telework, without the necessary preparation and adjustments to new reality, is increasingly placed in a position of vulnerability. From an analysis of this new reality and the social and sexual division already faced by women in the labor market, with the emergence of the sanitary obligation of work, which is predominantly remote. In view of the Pandemic, the problem of the triple women's journey that now intertwines formal work, domestic work and educational maternal care, whether they are their own or those who depend on her, all around the home, became even more evident, meaning the development of developments for face such challenges. In this context, based on the hypothetical-deductive method and bibliographic research, we seek to analyze the exhaustive women's journey by comparing the social and gender issues that have intensified with the current situation experienced and the permanent challenges, examining thoroughly, norms that guarantee the achievement of female social emancipation.

KEYWORDS: Female teleworking; Triple Journey; COVID-19.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão trazida pelo presente artigo está pautada em revolver certas questões históricas que marcam a trajetória sociedade patriarcalista em que a estrutura de poder social é centralizada no homem, ou melhor, no gênero masculino, permanecendo a mulher como a figura vinculada ao cuidado e bem-estar, especialmente no entorno do lar e da família.

A evidência da pandemia COVID-19 trouxe a necessidade do isolamento social, que modificou drasticamente a rotina antes vivenciada. No caso particular da trabalhadora que já desempenhava uma “jornada tripla”, trouxe um desafio ainda maior: conciliar o trabalho, os filhos, o cuidado com o lar no mesmo tempo/espço. Diante de tal situação, como manter a saúde mental e o “existir” para além de tudo que lhe cabe como atribuição?

Nesse contexto, de maneira semelhante, destaca-se as seguintes considerações:

(...) algumas modalidades de trabalho, que antes ocupavam um lugar secundário em nossa sociedade apareceram como solução para muitos problemas. É o que observamos acontecer com o teletrabalho, com o trabalho remoto, com o home office e com a prestação de serviços por meio de plataformas digitais. (ALEXANDRE, MARTINEZ, MARANHÃO, 2020, p.221)

Essa realidade é permeada pelos traços históricos que envolvem a trajetória da mulher polivalente que, no prisma funcional, sempre encarou desafios diários para sua autoafirmação que com essa nova rotina agrega a administração das tarefas domésticas, o acompanhamento da aula on-line, os cuidados com um idoso, e, a mais exaustiva batalha, a prestação de serviço on-line, uma vez que o desenvolvimento das suas funções laborativas de forma remota a sujeita a confusão de papéis e sobrecarga significativa.

É notório que, neste novo modelo, os impactos são negativos emergindo uma crise de identidade dessa mulher que, por ser excessivamente demandada e com tantas funções,

desvanecesse das prioridades íntimas, já que no Teletrabalho a trabalhadora encontra-se constantemente à disposição e acaba por trabalhar muito mais.

Levando-se em consideração esses aspectos elencados que norteiam a majoração de atribuições e consequentes impactos na saúde, seja corporal ou mental, e pela inexistência de perspectivas concretas de retorno da normalidade, sendo realidade esse “novo normal” objetiva-se neste estudo demonstrar se as mulheres serão capazes de suportar essa fase sazonal do vírus sem um possível adoecimento, especialmente pela elucidação da divisão sexual?

Nesse ínterim, procura-se escutar a voz dos outros saberes, ousando através da análise metadogmática, ressignificando o Direito do Trabalho, especialmente no sentido de avaliar a saúde da Teletrabalhadora que perdeu toda a estrutura do ambiente do trabalho e mergulhou numa crise de identidade pela precarização e desconstrução estabelecida com esse “novo” modelo de prestação laboral.

O estudo procura demonstrar, a partir do método hipotético-dedutivo e pesquisa bibliográfica, a análise da exaustiva jornada feminina, comparando a problemática social e de gênero, que se intensificou com a situação atual vivenciada, e os permanentes desafios na busca de normas que garantam a concretização da emancipação social feminina.

2 | TRABALHO FEMININO: UM BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS CONQUISTAS FEMININAS COMO IDENTIDADE DE GÊNERO

A história demonstra que para galgar conquistas de alguns direitos, antes tolhidos e declarados apenas garantias dos seres do gênero masculino, as mulheres romperam barreiras significativas, que seguramente permanecem na atualidade.

Nesse contexto, assevera-se que algumas conquistas se deram através de lutas de classe ao longo dos anos, especialmente com o marco do ano de 1827 quando houve a liberação para frequentar escolas pelas meninas, que passaram a estudar em colégios, que na sequência, ano de 1879, adveio a aceitação de mulheres em faculdades no Brasil, através de um decreto-lei que permitiu que as mulheres pudessem cursar o ensino superior, assim como já acontecia com os homens (TRF1. 2020).

E com o estudo vieram as conquistas relativas ao trabalho, quando em 1919 foi editada e aprovada uma resolução equiparando salários para homens e mulheres que exercem a mesma função através da Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Selando a participação ativa da mulher no cenário político-social em 1932, avanço em que as mulheres ganharam o direito pleno de votar, em 1934, onde o voto feminino passa a ser regulamentado no país para mulheres de todas as rendas, origens ou estado civil (TRF1. 2020).

Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, é reconhecida a igualdade de direitos entre homens e mulheres, através da Carta das Nações Unidas, documento internacional,

seguido pelo Reconhecimento da igualdade de remuneração aprovada pela Organização Internacional do Trabalho a igualdade em 1958, porém só em 1988 houve uma mobilização pela igualdade de direitos entre homens e mulheres que ficou conhecida como Lobby do Batom, cuja pauta era a igualdade formal de direitos entre mulheres e homens na Constituição Federal do Brasil (TRF1. 2020).

Como destaca Nogueira (2004, p.37):

É nessa década que o combate à opressão contra mulher torna-se mais acentuado; era preciso, mais do que nunca, lutar pela sua emancipação, com todas as especificidades que isso implica, como, por exemplo, salários iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada.

Diante de tantos avanços em busca da liberdade do gênero feminino em 2006 foi criada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada para combater a violência contra a mulher, que sofre intensamente pelos laços históricos de submissão, sendo alvo de violências constante, especialmente pelo fato do homem acreditar numa superioridade de gênero, ainda vivenciada na sociedade atual, usando a força para mostrar que é varão e, nesse sentido, supõe dominá-la.

Nesse lapso de conquistas, a mulher conseguiu romper barreiras significativas para sua autoafirmação e numa análise do contexto mercadológico e aspectos do trabalho, a mulher ainda encontra preconceitos de gênero fortemente ativos nas relações, inclusive na comparação dos valores remuneratórios mostra-se mais patente as diferenças, o que a mantém em situação de desvantagem.

No que concerne às questões relativas às representações de gênero, acabam por colocar as mulheres como as maiores responsáveis pelas obrigações domésticas, principalmente em termos de cuidados com a família. (GIRÃO, 2001. 130f.). Nesse sentido, continua recaindo sobre as mulheres o ônus dessa reestruturação, pois, mesmo assumindo funções técnicas no mercado de trabalho, elas continuam se sentindo responsáveis pelas funções do lar e muitas delas resistem à ideia de delegação das tarefas domésticas, o que dificulta o estabelecimento de novas formas de relação. (GIRÃO, 2001. 130f)

A maneira do patriarcado, onde homens mantêm o poder primário e destacam-se em funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades perdura ao longo dos tempos, sendo no domínio familiar o destaque do pai mantendo a autoridade sobre as mulheres e as crianças, o que vêm sendo objeto de lutas constantes para essa desconstrução de poder.

É certo que essa construção histórica também está unida ao machismo sistêmico, associado a “um forte senso de orgulho masculino”, inferiorizando o sexo oposto e construindo uma ideia de superioridade viril.

O texto “A Mulher e a Tripla Jornada de Trabalho a Arte de Ser Beija-Flor” destaca

que as mudanças culturais relativas ao papel social da mulher, decorrentes dos impactos provocados pelos movimentos feministas, e do aumento da presença feminina no mercado de trabalho contribuíram para a sua maior aceitação no espaço produtivo. (AMARAL, VIEIRA, 2009, P. 01)

Contudo, o poder simbólico masculino ainda é exercido sem qualquer coação física, emoldurando emoções, paixões e sentimentos, bem como as representações sociais capitaneadas pelo capital simbólico que colocam a mulher no lugar de menos capaz, o sexo frágil, ser de segunda categoria, aquela que precisa ser protegida, já a potência, a virilidade e demais atributos de força e proteção são endereçados aos homens, pois o lugar destinado a eles é o de naturalmente superiores.

3 I PANORÂMICA SOBRE O TELETRABALHO

Ao observar a trajetória da evolução humana enquanto agregado social, percebe-se rapidamente a relação, sempre presente, entre a interação humana e o trabalho. Com o desenvolver constante desta relação, vivemos, atualmente, o que se costuma denominar de “quarta fase da Revolução Industrial” caracterizada pelo célere desenvolvimento de tecnologias em áreas como genética, física e avanços digitais constantes.

Tal realidade gera impactos nas relações laborais, as quais por interferência do meio, sofrem permanentes modificações. Com relação ao Teletrabalho, a evidência da COVID-19 e a necessidade do isolamento social apressou a massificação de sua adoção, que já vinha sendo arduamente debatida em face da reforma trabalhista, Lei 13.467/17, que já regulava a matéria.

Com a realidade da Pandemia no Brasil, houve a aprimoração e ajustes para o desenvolvimento das atividades laborais através do Teletrabalho por meio da Medida Provisória MP nº 927/2020 que trouxe, dentre as medidas elencadas este meio de prestação laborativa como alternativas para o enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes do estado de calamidade pública, passando o Teletrabalho a ser a primeira opção, especialmente por passar para uma questão sanitária de calamidade pública.

Mas o que é o Teletrabalho e quais as aplicabilidades no tempo? Partindo da análise do contrato de trabalho que é o negócio jurídico que formaliza a relação laboral, podemos observar as considerações tecidas a seguir:

O contrato de trabalho importa, portanto, no poder que se confere a uma das partes contratantes – qual seja, o empregador – de dirigir a atividade de outrem – empregado. Assim, sob a égide da subordinação jurídica, o elemento humano da produção – empregado – perde a sua autodeterminação, desempenhando uma atividade totalmente dirigida. (D'ANGELO, 2014, p.29)

Nessa relação de subordinação e evolução das relações laborativas e sobre a dominação pode-se destacar:

A dominação do empregador sobre o trabalhador não mais se restringe ao controle da jornada de trabalho e ao exercício do poder disciplinar dentro do ambiente de trabalho, na atual fase do capitalismo, o controle transcende a função exercida e é responsável pela detenção da individualidade de cada trabalhador, que passa a ser mero escravo do sistema. (ARRUDA, D'ANGELO, 2020, p. 9)

Evidencia-se como conceito do Teletrabalho “a modalidade de trabalho, a partir da qual alguém presta serviços por meio das ferramentas de comunicação e informação (notoriamente internet), distante geograficamente do seu tomador de serviços” (FINCATO, PIANTÁ, 2017, p. 9)

Assenta-se ainda o conceito de Teletrabalho:

De origem etimológica grega, tele significa distância. O teletrabalho é uma modalidade especial de trabalho à distância, tipo específico, contido neste. Não à toa, o legislador reformista o colocou com requisitos específicos e formalidades intrínsecas à contratação, que o fazem um contrato de tipo especial. No teletrabalho, conjugam-se elementos que permitem identificar algo além do mero trabalho fora do estabelecimento (sede física) do empregador. Tem-se a presença obrigatória da tecnologia da comunicação e informação, quer como ferramenta de trabalho, quer como mediadora da distância relacional, ou até como próprio espaço (virtual) de trabalho. (ALEXANDRE, MARTINEZ, MARANHÃO, 2020, p.344-345)

Nesse panorama, ressalta-se que o Teletrabalho surgiu na década de 70 no cenário mundial, e nos anos 90 aparece no contexto trabalhista, todavia foi devidamente incorporado à Legislação trabalhista de forma genérica em 2011 com a inserção do artigo 6º da Consolidação dos Direitos Trabalhistas – CLT, prevendo os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão e equiparando-os, para fins de subordinação jurídica.

Posteriormente, com a promulgação da Lei 13.647 em 2017, foi incluído o artigo 75 alíneas A à alínea E, regulamentando o Teletrabalho. Um novo normal surgindo para a vida da humanidade e para o Direito Do Trabalho, com mudanças significativas na rotina e comportamento, conforme apontamentos abaixo:

Em março de 2020, com a chegada da pandemia de coronavírus ao Brasil, uma das alternativas para a continuidade de negócios e preservação de empregos de que se lançou mão foi exatamente o teletrabalho. Durante a vigência do Decreto-Legislativo nº 06/2020, que decreta Estado de Calamidade no Brasil, estima-se que uma grande parte da população trabalhadora brasileira alterará o perfil de seu contrato para a prestação remota de serviços, ensejando uma série de questionamentos e desdobramentos. Mesmo antes do vigor da Medida Provisória nº 927/2020, especialistas alertavam³ para o potencial do teletrabalho como mecanismo que permitiria a conciliação da continuidade do trabalho com as políticas de isolamento social. (ALEXANDRE, MARTINEZ, MARANHÃO, 2020, p.342;343)

Complementando o destaque:

O claro incentivo ao teletrabalho não foi por acaso. Esta modalidade de trabalho apresenta-se como grande aliada da quarentena e da contenção da garantida crise econômica que decorreria da paralisação total de todas as empresas no mundo. (ALEXANDRE, MARTINEZ, MARANHÃO, 2020, p.226)

No enfoque da divisão do trabalho, notadamente, do ponto de vista histórico a mulher sempre foi ligada aos trabalhos domésticos e cuidados basilares familiares, como se o fato de gerar filhos, a torna símbolo de gerir tudo em torno dessa vida gerada e, mesmo nos casos de inexistência de prole, a mesma possui raízes na realização de trabalhos domésticos.

A sociedade evoluindo, surge a necessidade de aumentar a renda e a mulher cada dia mais ativa no mercado de trabalho, especialmente com a necessidade presente do trabalho externo, a determinação de novos rumos, porém não acontece uma ruptura com os lares, crescendo o acúmulo das atividades caseiras, laborais e ainda a cobrança pela atualização na sua área de atuação.

Analogicamente, enfatiza-se como palavra sensorial a situação do papel feminino nas relações sociais, a superação, como bem destacado quando se descreve a análise, no texto abaixo mencionado, que assim destaca:

Esse parece ser o ideal das mulheres, de serem bem-sucedidas no espaço produtivo, assim como os homens, mas de continuar sendo útil no plano familiar, no qual podem dar vazão aos seus afetos, atendendo às expectativas sociais quanto ao feminino. No entanto, ao optarem por incluir uma terceira jornada à sua rotina diária de responsabilidades, mesmo sendo prazeroso adquirir novos conhecimentos e fortalecer a rede de relacionamentos do mesmo nível social, as mulheres reforçam, de forma não consciente, o jogo das dominações. (AMARAL, VIEIRA, 2009, P. 14)

O papel da mulher no cenário pré-pandemia era traçado com entendimento de que as mulheres exercem uma dupla jornada de trabalho – trabalhando dentro e fora de casa, conforme podemos observar nesse trecho:

[...] a mulher exerce, em geral, a jornada duplamente, dentro e fora de casa, ou, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos e de si própria (ANTUNES, 2002, p. 108).

O autor ainda destaca que “sem essa esfera de reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas” (ANTUNES, 2002, p. 109).

Em meio à Pandemia, o Teletrabalho evidenciou que as mulheres exercem não dupla

e sim tripla jornada laborativa. Elas são objeto de vários estudos, dos quais destaca-se um deles divulgado pela Welch's, destacando que ser mãe equivale a ter quase 3 empregos em tempo integral, pois envolve até três vezes mais trabalho do que qualquer outra profissão. (TVJORNAL.NE10. 2020).

Algo relevante apontado pelo mesmo estudo destaca que a maioria das mulheres trabalham entre 98 e 100 horas por semana, em média, para cuidar da casa e das crianças. A jornada feita pelas mães, equivale a um turno de 14 horas, sete dias por semana, sendo equivalente a trabalhar em 2,5 empregos de 40 horas semanais” (TVJORNAL.NE10. 2020).

Pela conclusão deste estudo com ênfase da mulher e seu papel nos cuidados domésticos e familiares, quando somados ao desempenho das atividades do trabalho formal advém uma conclusão de sobrecarga sem precedentes, surgindo incógnitas no que concerne aos impactos dessa nova realidade, inclusive se há o direito dela desconectar-se?

Pergunta provavelmente com resposta negativa, salientando que essa “conta” chegará e, notadamente, o preço será alto, pautando em dúvida saliente sobre quais mares se navegará no futuro?

4 I O TELETRABALHO COMO VIGILÂNCIA PERMANENTE E OSTENSIVA

Partindo da premissa que os contratos de trabalhos possuem requisitos cumulativos para a formalização, enumerando-os tem-se a alteridade, a subordinação, a pessoalidade, a onerosidade, e a não eventualidade. Dentre eles, o da subordinação revelado como excessiva no panorama da pandemia acende as atenções para a possibilidade de males ocasionados na relação de emprego, especialmente em referência às mulheres que já saboreiam uma jornada triplamente atribuída.

É certo que esse momento gera impactos significativos para toda a população mundial, havendo apenas valoração de cada indivíduo diante da situação basilar em que se encontra, conforme extrai-se do livro O Direito do Trabalho na crise da COVID-19 em destaque:

A pandemia da covid-19 provocou a inauguração de um cenário jurídico absolutamente excepcional no Direito do Trabalho brasileiro, franqueando o manejo de instrumentos e medidas pouco convencionais ou, mesmo, impensáveis em tempos de normalidade.

(...)

O Direito do Trabalho de crise, que emerge na atualidade, oferece a todos, empregadores, trabalhadores, sindicatos e operadores do Direito, desafios sem precedentes. Como na canção de Lulu Santos, “nada do que foi será de novo do jeito que já foi um dia”. (ALEXANDRE, MARTINEZ, MARANHÃO, 2020, p.226)

Para o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, numa análise sobre o sistema econômico, assim se expressa:

O cenário de caos de uma pandemia expõe as fragilidades do capitalismo, que não tem um modelo de justiça social na agenda. A pandemia ensina que sim, é preciso mudar, pois o futuro estará sempre ameaçado enquanto os modos de produzir e existir seguirem sendo predatórios e injustos, pois, “só com uma nova articulação entre os processos políticos e os processos civilizatórios será possível começar a pensar uma sociedade em que a humanidade assuma uma posição mais humilde no planeta que habita” (SANTOS, 2020, p. 66).

A quarentena traz dificuldade para alguns grupos em uma escala de mais abrangência, as mulheres, trabalhadores precários, informais, os sem-teto e as populações em situação de rua, os moradores de periferias pobres das cidades, favelas, para refugiados, os imigrantes indocumentados, as pessoas com deficiência. Nesse sentido, aprendemos que o vírus torna ainda mais aparente as situações de injustiça, discriminação e exclusão social.

No texto que considera essa modalidade de prestação laboral como um admirável escravo novo as autoras (ARRUDA, D'ANGELO, 2020, p. 9) expressa que a modalidade contratual do teletrabalho, por sua vez, merece certo destaque, tendo em vista que enseja uma modalidade específica e mais recente de uma nova forma de escravidão, a escravidão digital. (ARRUDA, D'ANGELO, 2020, p. 21)

Numa perspectiva de análise crítica relatam as autoras:

Os elementos do teletrabalho são facilitadores da instauração de uma rotina de trabalho intensa e exacerbada, caracterizada pelas longas jornadas de trabalho, sem os devidos intervalos, e pela ausência de separação entre o que se considerava vida dentro e fora do trabalho. A produção frenética, contudo, tem seu preço, sendo esse rapidamente apresentado através de diversos sintomas físicos e mentais. (ARRUDA, D'ANGELO, 2020, p. 17)

Quando analisamos a forma de organização do Teletrabalho, inclusive com a previsão de metas mostra-se evidente a ocorrência de maior carga de submissão imposta pelos empregadores, pois, com a utilização de softwares, pode-se precisar a quantidade de horas conectadas, portanto o momento que se estava trabalhando, num sistema de vigilância intensa.

A escravidão digital emerge em um cenário no qual não há mais uma separação entre o ambiente de trabalho e o ambiente de vida pessoal, tendo em vista que se passa a trabalhar em qualquer lugar onde se possa estar conectado. A ruptura da dicotomia do ambiente laboral ocasionada pelo teletrabalho e pelos meios telemáticos de comunicação rompem a clássica jornada de trabalho e impedem a desconexão do trabalhador. (ARRUDA, D'ANGELO, 2020, p. 26)

Surpreendentemente, a complexidade do vírus que isolou o mundo do convívio social, e ainda, admirável como os donos de empresas, capitalistas assíduos mostraram-se sorrateiros e não desvinculam o pensamento de gerir mais lucro, ocasionando nos seus subordinados uma complexa imposição de metas e/ou trabalhos que pelo emprego hostil vêm gerando consequências e adoecimentos elevados, somatório de uma momento delicado que a humanidade atravessa, travando uma máxima de que ou há mudança, ou a humanidade se extingue, sendo essa a maior lição do vírus.

5 | DIFERENÇAS DE GÊNERO NOS RESULTADOS DO MERCADO DE TRABALHO E DO TRABALHO FEMININO COM EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A dicotomia humana emerge nos gêneros masculinos e femininos e evidencia ao longo da história diversidades antagônicas factíveis de insucesso. Voltando-se a análise de princípios basilares do direito como à igualdade ou isonomia que estão presentes no ordenamento brasileiro, inclusive em destaque nos dizeres do artigo 5º da nossa lei maior determinando que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à **igualdade**, à segurança e à propriedade [...] (Brasil, CF/88, 2020).

Por conseguinte, resta patente que o artigo elencado na carta magna brasileira prima pela igualdade perante a lei, portanto os direitos advindos das relações humanas e de trabalho devem ser pautados nos ares de equidade entre trabalhadores, independentes de gênero, logo deve estar presente a paridade nos contratos e relações de trabalho.

Para Nogueira (2004, p.18), “o mundo do trabalho acentuou profundamente a divisão sexual do trabalho, reservando para as mulheres espaços específicos que, na maioria das vezes, se caracterizavam pela inferioridade hierárquica, pelos salários menores e poratividades adaptadas a suas capacidades inatas.”

Em conformidade com os dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), a sociedade brasileira modificou ao longo dos anos com aparente redução no tamanho das famílias e o crescimento da proporção de lares sob a responsabilidade das mulheres, que passou de 18,1% em 1991, para 24,9% em 2000. Para cada 100 mulheres, havia no Brasil 96,93 homens, apenas acentuando o dado que anteriormente já destacava a maior presença feminina no país.

Notadamente, a *contrário sensu* dos argumentos destacados e dos dados do Censo do corrente ano, reafirma-se que não encontramos situação análoga quando se verifica aumento da participação feminina, porém ainda com distanciamento entre os sexos, tendo na População Economicamente Ativa - PEA (8% em 1940 e 46,4% em 2008) e a ampliação de sua escolaridade (IBGE, 2008). Sobre os mais escolarizados de ambos os sexos (média de quinze anos de estudo), 85% dos homens e apenas 67% das mulheres ganhavam mais

de cinco salários mínimos (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003; IBGE, 2000).

Por analogia destaca-se os dados referenciados de atividades típicas femininas e típicas masculinas:

[...] o grande número de trabalhadores em Serviços domésticos, 6,2 milhões, em 2018 (ou 6,8% dos ocupados). Nessa atividade verificou-se também a maior disparidade em relação à distribuição de homens e mulheres, sendo esta essencialmente constituída de ocupações femininas (5,8 milhões de mulheres e 458 mil homens). Em situação inversa, a Construção, atividade também caracterizada por baixos rendimentos e alta informalidade, ocupou 6,5 milhões de homens e somente 235 mil mulheres, em 2018 (IBGE, 2019, p. 25).

Numa análise das evidências empíricas, Ricardo Antunes destaca que de acordo com pesquisas:

O mundo do trabalho sofreu, como resultados das transformações e metamorfoses em curso nas últimas décadas, um processo de desproletarização do trabalho industrial, fabril, que se traduz, de um lado, na diminuição da classe operária tradicional e, de outro, numa significativa subproletarização do trabalho, decorrente das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc." Nesse contexto, há uma "heterogenização, complexificação e fragmentação do trabalho" e "múltiplo processo que envolve a desproletarização da classe-que-vive-do-trabalho e uma subproletarização do trabalho, convivendo, ambas, com o desemprego estrutural (ANTUNES, 2006, p.209-211).

Com isso, é perceptível que cada grupo possui sua vulnerabilidade instada em algum ponto específico. No caso das mulheres trabalhadoras, que estão preocupadas em a manter os seus empregos, submetem-se a situações degradantes e, pela sua natureza, agrega a sua rotina diária os afazeres do lar e sua aprimoração ao desempenho do trabalho sobrecarregando-se com a tripla jornada.

Notadamente, ainda há aquelas mulheres que priorizam o trabalho e acabam adiando a vida particular. Nesse sentido destaca-se um dado relevante em que houve a diminuição do número de filhos (a taxa de fecundidade caiu de 5,8 filhos na década de 1970 para 2,3 filhos nos anos 2000), (IBGE, 2019, p. 25), corroborando uma mudança significativa nos perfis de família pela presença mais atuante da mulher no mercado de trabalho.

Paralelamente à realidade enfrentada pelo sexo feminino, nas relações humanas e laborais, a desigualdade de gênero tornou-se ainda mais perceptível com a realidade da Pandemia, pois a problematização passa a ser contextualizada dentro das casas, sorrateiramente cobrando um preço maior das mulheres.

A presença física das mulheres, no domicílio familiar, proporciona situações inusitadas para rotina de trabalho, pois ocorre com grande frequência a interrupção dos filhos, especialmente para o auxílio simultâneo das aulas remotas das crianças, os

afazeres domésticos, a utilização de fundos falsos para disfarçar a bagunça da casa (ou preservar um pouco a intimidade), a agenda de reuniões ao longo dia, enfim inexistente uma delimitação para o desenvolvimento de cada tarefa adequadamente, sendo de concreto a impossibilidade de contato com familiares e apoiadores que auxiliavam no trabalho de casa e, sem saída, a mulher absorve toda a demanda.

O pensamento construído linearmente em referência à mulher ainda está atrelado à maternidade e à vida conjugal e doméstica, portanto mesmo que ela seja ativa no mercado de trabalho, independentemente da posição em que ocupe, não se abstém dos trabalhos envolvidos no entorno do lar e da família, necessitando a trabalhadora do sexo feminino um esforço em maior intensidade para se auto afirmar na colocação do mercado de trabalho.

Essa consagração histórica necessita de mudanças. O pensamento patriarcalista sobrecarregando a mulher que, para ser ativa no mercado de trabalho, enfrenta tripla jornada e sobrecargas desproporcionais.

Diante da análise de divisão de gênero, o cenário desfavorável à evolução feminina carece de medidas construtivas de identidade, sendo necessária a reformulação da moldura aplicada com um olhar coletivo igualitário entre os homens e mulheres, prevalecendo este sobre o interesse individual, norteando as relações pessoais e laborativas.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A jornada feminina é dotada de assimetrias sociais que se tornam mais evidentes agora, com a chegada de uma doença viral que compromete a rotina da humanidade. Visivelmente, ficou latente o pavor pelo desconhecido que surgiu e perdura, trazendo uma insegurança, pois a sociedade não está habituada à experiência da dor e do sofrimento para sobreviver num mundo que se faz mórbido.

Atentando para a existência normativa é nítida a flexibilização de direitos e violação de garantias básicas dos trabalhadores, menos favorecidos, em prol da movimentação da economia. As medidas tomadas a fim de que se possa minimizar os danos futuros sempre são escolhas que favorecem o empresariado e sobrecarrega a parte hipossuficiente da relação de trabalho, o que só corrobora a desigualdade de gênero numa perspectiva social.

É inaceitável a tratativa dos trabalhadores como mercadorias, nas quais o capitalismo se estrutura, tendo como seus companheiros inseparáveis o colonialismo e o patriarcado, assim faz-se necessária a implementação de mudanças basilares perpetrada na positivação da prioridade no ser humano e sua qualidade de vida.

Nesse contexto, será salutar uma reinterpretação dos desafios do mundo contemporâneo e uma nova articulação jurídica, através de uma nova pauta hermenêutica, para evitar a reiterada violação dos direitos humanos das Teletrabalhadoras, principalmente devido ao seu vultoso ônus de atribuições atreladas ao desempenho de suas funções laborativas no entorno do lar e para possibilitar uma nova fase saudável para a humanidade

no que diz respeito a seara do Direito do Trabalho.

Importante destacar, ainda, a necessidade de ressignificação da sociedade e das mentes masculinas, especialmente quanto aos trabalhos domésticos, embora culturalmente declarado papel feminino, com uma evolução pode ser pactuado com o sexo oposto, pautado na conscientização e divisão de tarefas e compromissos diante do lar que realizados com equidade, traria uma qualidade de vida para aquelas que buscam aparar as arestas em todos os campos, embora nem sempre consiga a excelência, devido à sobrecarga e exaustão consequentes dessa conjugação de afazeres e inexistência de pacto que torne as rotinas equivalentes para ambos os sexos.

No ponto de vista do enfoque do Teletrabalho feminino e a COVID 19 com a proposta de uma análise da divisão social e sexual do trabalho diante do “novo normal” exige-se afetar laços tradicionais com a desconstrução de um modelo histórico Patriarcalista em que a estrutura de poder social centralizada no homem ou no masculino seja desmontado pela ascensão do sexo oposto, a mulher rompendo as limitações e sobrecarga sem precedentes característicos dessa imposição social, porquanto a humanidade agindo de modo igualitário as relações terão, certamente, mais sucesso.

Por fim, espera-se uma sociedade que respeite as leis e especialmente a Carta Magna, Constituição Federativa do Brasil, que garanta a igualdade de todos, efetivando a premissa fundamental nas relações laborativas e pessoais para que seja efetivada a consolidação de uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE Agra Belmonte, MARTINEZ Luciano, MARANHÃO Ney. **O Direito do Trabalho na crise da COVID-19**– Salvador: Editora JusPodivm, 2020, p.221

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ARRUDA, Maria Júlia Cabral de Vasconcelos; D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. **Admirável escravo novo? A escravidão digital x o direito à desconexão: uma análise crítica do instituto do teletrabalho brasileiro e suas consequências para a sociedade do capitalismo cognitivo**. In: Research, Society and Development, Itabira, v. 9, n. 4, p. e38942786, mar. 2020. ISSN 2525-3409. Disponível em: <https://rsd.unifei.edu.br/index.php/rsd/article/view/2786>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. **Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990**. In: MARUANI, M. e HIRATA, H. (orgs.). As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003.

CONQUISTAS e movimentos históricos das mulheres de 1791 a 2018. TRF 2020. Disponível em: <<https://portal.trf1.jus.br/portaltf1/comunicacao-social/mulheres-no-judiciario/mulheres-no-judiciario/conquistas-historicas/>> Acesso em: 04/11/2020.

D'ANGELO, Isabelle Bandeira de Moraes. **A SUBORDINAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO.** Para ampliar os cânones da proteção, a partir da Economia Social e Solidária. Editora LTr, 2014. p. 72-92.

D'ANGELO, Isabelle Bandeira de Moraes. **O NOVO MUNDO LABORAL E O CAPITALISMO COGNITIVO.** Uma análise crítica da relação de trabalho contemporâneo, 2014. p. 72-92.

FINCATO, Denise Pires; PUANTÁ, Eduardo Coletto. Direito ao teletrabalho: reflexões sobre a imposição do teletrabalho ao empregador sob o prisma dos direitos fundamentais. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 198-219, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico/article/view/21992>. Acesso em: 04 de nov. de 2020.

GIRÃO, I. C. C. **Representações sociais de gênero: suporte para as novas formas de organização do trabalho.** 2001. 130f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GUNTHER, Luiz Eduardo; GUNTHER, Noeli Gonçalves da Silva. **A igualdade de direitos entre homens e mulheres nas relações de trabalho.** Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 3, n. 32, p. 39-63, jul./ago. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Maria Rosa Lombardi; HIRATA, Helena. (Orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.** Trad. Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Senac, 2003.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv42820.pdf>. Acesso em: 02 jun. de 2020.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004

PENSAR a educação em pauta. 2020. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/a-cruel-pedagogia-do-virus-dialogos-com-boaventura-de-sousa-santos/>. Acesso em: 20 de junho de 2020.

VIEIRA, Adriane and AMARAL, Grazielle Alves. **A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher.** *Saude soc.* [online]. 2013, vol.22, n.2, pp.403-414. ISSN 0104-1290. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000200012>.

ESTUDO Welch's. Disponível em: <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias/2020/11/14/pesquisa-revela-que-ser-mae-equivale-a-ter-quase-3-empregos-em-tempo-integral-198701>. Acesso em: 14 de novembro de 2020.

CAPÍTULO 18

ESTUDO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL DAS IGREJAS CRISTÃS COM SEUS FIEIS DURANTE A PANDEMIA DE CORONAVÍRUS COVID-19

Data de aceite: 17/02/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Fabio Andrei Kuckert Rodrigues

Ulbra – Universidade Luterana do Brasil
Canoas/Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/1770262342637101>

Cláudio Schubert

Ulbra – Universidade Luterana do Brasil
Canoas/Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/2185097339141423>

RESUMO: Esta pesquisa procura entender como a igreja católica e as protestantes (evangélicas) históricas e pentecostais de Canoas (RS) usaram as estratégias de comunicação nas redes sociais digitais para se comunicar com seus fiéis durante o isolamento social causado pela pandemia de COVID-19. A metodologia utilizada na pesquisa foi um estudo exploratório qualitativo, realizado através de um questionário aplicado com os líderes destas igrejas. Os principais conceitos utilizados são ciber-religião (MIKLÓS, 2012), estratégias de comunicação (BUENO, 2009) e redes sociais digitais (GABRIEL, 2010). Os resultados foram divididos por redes sociais mais utilizadas, seguidos pelas estratégias aplicadas em cada uma delas. A partir das entrevistas, foi possível observar que o Facebook e o WhatsApp foram as principais ferramentas de comunicação das igrejas com os seus membros durante o isolamento social.

PALAVRAS - CHAVE: Comunicação. Pandemia.

Cristianismo. Ciber-religião.

STUDY OF THE DIGITAL COMMUNICATION OF THE CHRISTIANS CHURCHES WITH THEIR FAITHFUL DURING THE CORONAVIRUS COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT: This research seeks to understand how the catholic and the historical and pentecostal protestant churches from Canoas (RS) used the communication strategy in social media to communicate with their faithful during the period of social isolation caused by the COVID-19 pandemic. The methodology used in the research was a qualitative exploratory study, realized through a questionnaire applied to the church leaders. The main concepts used are cyber-religion (MIKLÓS, 2012), communication strategies (BUENO, 2009), and digital social media (GABRIEL, 2010). The result was divided by the more used social media, followed by the strategies applied in each of them. From the interviews, it was possible to observe that Facebook and WhatsApp were the main communication tools of the churches with their members during social isolation.

KEYWORDS: Communication. Pandemic. Christianity. Cyber-religion.

1 | INTRODUÇÃO

Uma pesquisa recente do Instituto Datafolha (2019) apontou que 50% dos brasileiros são católicos, enquanto os protestantes no país representam 30%. Alves

(2019) afirma que os evangélicos ultrapassarão os católicos em números no ano de 2032, pois “analisando os últimos censos, percebe-se que as filiações evangélicas crescem 0,8% ao ano, enquanto as católicas apresentam um declínio anual de 1,2%”.

As corporações e organizações usam das mídias na internet para aumentar a sua visibilidade online. Conforme dados do Social Media Trends (2019), 70,5% das empresas dizem que estão nas redes sociais com esse objetivo, enquanto 46,8% usam a tecnologia para interagir com o seu público. Isso também vale para as igrejas, que criam páginas em redes sociais, sites e aplicativos para se comunicar com seus fiéis e para conquistar novos adeptos. Desta forma, as mídias, passam a ser meios de vivência e prática da fé a partir de estratégias desenvolvidas pelas instituições religiosas e pelos fiéis (SBARDELOTTO, 2012).

Nesta pesquisa, o objetivo geral é entender quais são as estratégias de comunicação que as igrejas, tanto católicas quanto protestantes de Canoas/RS (histórica – Batista, e pentecostal – Assembleia de Deus), utilizaram nas redes sociais digitais para se comunicar com seus fiéis durante a pandemia de COVID-19. Os objetivos específicos são: descrever e analisar as ferramentas e estratégias de comunicação, identificar semelhanças e diferenças nas estratégias comunicacionais das diferentes denominações.

Na segunda seção deste artigo discute-se a religião, as principais vertentes do cristianismo no Brasil (catolicismo e protestantismo) e a definição dos termos protestantes históricos e pentecostais. A subseção um apresenta a ciber-religião, conceito recente encontrado nos estudos de comunicação e religião, já a subseção dois traz os conceitos de redes sociais e estratégias de comunicação. A seção três apresenta o método ao qual a pesquisa deste artigo foi realizada. Na seção quatro e nas subseções são apresentadas as principais redes sociais e estratégias de utilizadas pelas igrejas em cada rede, bem como as discussões. A seção cinco dedica-se às considerações finais.

2 | RELIGIÃO E CIBER-RELIGIÃO

Conforme classificação do IBGE nos seus Censos Demográficos, as igrejas protestantes dividem-se em dois grandes ramos: protestantes históricas (ou de missão) e protestantes pentecostais. As igrejas protestantes históricas (ou de missão) surgem com a Reforma Protestante. Dentre elas, conforme o IBGE, pode-se citar a Igreja Luterana, Igreja Presbiteriana, Igreja Adventista, Igreja Batista e Igreja Metodista.

As igrejas protestantes pentecostais nascem a partir de uma corrente que surgiu em Kansas (EUA), em 1901, e em Los Angeles, em 1906 (EUA). No Censo do IBGE, destacam-se algumas: a Igreja Congregação no Brasil, Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, Brasil para Cristo, Igreja Universal do Reino de Deus. Todas estas enfatizam a cura divina.

Em seu artigo Pentecostalismo e Protestantismo “Histórico” no Brasil: um século

de conflitos, assimilação e mudanças, Campos (2001, p. 506) dá uma breve definição do que seriam os dois termos: “protestantes históricos são aqueles resultantes das atividades missionárias no Brasil, desde o século XIX. Já pentecostalismo surgiu no início do século XX no Brasil”. Para realizar este trabalho de pesquisa, será adotada a definição de protestantes históricos e pentecostais utilizadas pelo IBGE.

Aqui no Brasil, a “explosão pentecostal”, como cita Mendonça (2005), surge com a Cruzada Nacional de Evangelização, que era um braço da Igreja do Evangelho Quadrangular. O autor também atribui a “explosão pentecostal no Brasil” à migração das pessoas do campo para a cidade. Conforme Mendonça (2005, p. 61), no início dos anos 50, “a industrialização e o crescimento da cidade trouxeram consigo, além da migração geográfica, a migração religiosa, em busca de religiões mais práticas e que tivessem a ver com o cotidiano das pessoas”.

Conforme o IBGE (2010), não há diferenciação entre os termos protestante e evangélico. Freston (1993), no seu artigo Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao impeachment, explicou que usou os termos evangélico e protestante sem distinção. Para este trabalho, será seguida a direção do IBGE e Freston, que não fazem diferenciação entre os termos protestantes evangélicos.

Há ainda, dentro do ramo protestante, o neopentecostalismo, que é basicamente conhecido pela pregação da teologia da prosperidade. Isso quer dizer que o fiel, por meio da verbalização dos seus desejos e do depósito espontâneo e regular do dízimo e das ofertas, tem o direito de aspirar à prosperidade material, ao bem-estar físico e à felicidade terrena (Manual de Redação da Folha de São Paulo). Este ramo não será considerado nesta pesquisa, por se tratar de uma segmentação mais nova do protestantismo.

A escolha das igrejas protestantes para esta pesquisa se deu, basicamente, pelo número de membros delas. Dentro do ramo protestante histórico, escolheu-se a Igreja Batista por se destacar pelo número de membros segundo o Censo de 2010: 3.758.853 pessoas. Já no ramo protestante pentecostal, foi decidida pela Assembleia de Deus: ela possui 12.314.410 membros.

2.1 Ciber-Religião

A cibercultura, segundo Lévy (1999, p.17), “é o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”.

O ciberespaço, conforme Lévy (1999), é o ambiente criado de forma virtual através do uso dos meios de comunicação modernos destacando-se, entre eles, a internet. Além disso, o uso dos meios de comunicação no mundo virtual extrapola o limite espaço-tempo, pois, para Lemos (2002, p. 14), “vivemos uma nova conjuntura espaço-temporal. [...] Podemos estar aqui e agir à distância.”

Para Eliade (2002), a experiência religiosa pressupõe uma vivência no tempo e no

espaço. Assim, participar de uma experiência religiosa implica a saída da configuração espacial e temporal ordinárias e a reintegração no espaço e no tempo sagrado. O homem religioso experimenta duas experiências da dimensão espaço-tempo: a dimensão profana e a dimensão sagrada.

Ciber-religião, para Miklós (2012, p. 12), pode ser definida como “o conjunto das experiências religiosas que utilizam as tecnologias comunicacionais e que se dão no espaço da rede”. Para Højsgaard (2005), o conceito de ciber-religião pode ser definido de muitas formas. Alguns autores se referem ao termo para especificar qualquer tipo de religião que é mediada pela internet. Contudo, outros pesquisadores entendem como organizações religiosas ou grupos que existem apenas no ciberespaço. Já para pesquisadores como Karaflogka (2002 apud Højsgaard, 2005), há uma distinção entre “religion on cyberspace” e “religion in cyberspace”. O primeiro termo se entende como o deslocamento de informações religiosas para as redes e o segundo pode ser entendido como as manifestações religiosas criadas e existentes exclusivamente no ciberespaço, segundo a pesquisadora.

O autor ainda propõe que uma experiência pode ser caracterizada como ciber-religião a partir de três parâmetros analíticos: a mediação, o conteúdo e a organização. Sobre a mediação, deve ser, obviamente, através de plataformas de comunicação digital (HOJSGAARD, 2005). Assim, Højsgaard (2005, p. 51) conclui que são raros os exemplos de ciber-religião: “a grande parte das comunicações religiosas na internet não são ciber-religiões; se refere a pessoas reais, verdadeiros lugares, instituições estabelecidas e assim por diante”.

2.2 Redes Sociais e Estratégias de Comunicação

As redes sociais são canais de comunicação muito importantes. Recuero (2009, p. 29), define redes sociais como “um grupo de pessoas compreendido através de uma metáfora de estrutura, a estrutura de rede. Os nós da rede representam cada indivíduo e suas conexões”.

Para Telles (2010), redes sociais digitais são ambientes virtuais movidos pela interação entre pessoas, através de perfis pessoais ou institucionais, envio de mensagens privadas e interação com pessoas por meio de comunidades temáticas e específicas. O autor ainda afirma que as redes sociais são uma categoria das mídias sociais. Pode-se simplificar isso ao dizer que toda rede social é uma mídia social, porém, nem toda mídia social é uma rede social (TELLES, 2010).

Para Gabriel (2010) as redes sociais digitais são uma das formas de comunicação que mais crescem e difundem-se globalmente, e que, conseqüentemente, estão modificando comportamentos e relacionamentos. Gabriel (2010, p. 202) distingue os termos redes sociais e mídias sociais: “redes sociais relacionam-se a pessoas conectadas em função de um interesse em comum, mídias sociais associam-se a conteúdos (textos, imagem, vídeo etc.)”.

Pode-se entender, então, que mídias sociais são os conteúdos (sejam eles fotos, vídeos, imagens etc.) compartilhados nas redes sociais, que são ambientes de interação virtual. Neste artigo as redes sociais digitais serão trazidas como ferramentas de comunicação on-line das igrejas com seus fiéis. Bueno (2009, p.4) entende Comunicação Organizacional como um “conjunto integrado de ações, estratégias, planos, políticas e produtos planejados e desenvolvidos por uma organização para estabelecer a relação permanente e sistemática com todos os seus públicos de interesse”.

Esse conjunto de ações e estratégias para estabelecer a relação permanente e sistemática de uma organização com seus públicos de interesse pode ser feita através das redes sociais. Para cada rede social há um tipo de interação, o que leva a entender a igreja precisa se comunicar de forma diferente. “Cada rede tem suas regras próprias, que moldam o comportamento de seus membros e definem a forma de interação mais eficiente” (TELLES, 2010, p.78). Estratégia, para Gabriel (2010, p. 36), “é a definição de como recursos serão alocados para se atingir determinado objetivo”.

Neste artigo serão analisadas quais foram as estratégias que cada igreja utilizou em cada rede social, sempre levando em consideração o período exclusivo de isolamento social durante os meses de março e abril de 2020.

3 | MÉTODO

Neste trabalho foi desenvolvida uma pesquisa baseada na metodologia qualitativa. A pesquisa qualitativa se preocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2009).

A coleta de dados qualitativa foi feita através um questionário semiestruturado, com perguntas dissertativas¹, às quais propõe verificar as estratégias de comunicação que as igrejas utilizaram para se comunicar com seus fiéis durante a pandemia de COVID-19. Na entrevista semiestruturada, o entrevistado responde às perguntas dentro de sua concepção, mas, não se trata de deixá-lo falar livremente, ou seja, há um “caráter aberto”.

Essa pesquisa foi realizada nos meses de maio e junho de 2020 com cinco entrevistados (dois líderes representantes de cada igreja). A pesquisa foi realizada no município de Canoas. A amostra foi selecionada através de todos os que responderem, e serão excluídos os que não responderam ou não quiserem participar da entrevista. Foi aplicada a metodologia qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma on-line e presencial².

1 O questionário encontra-se neste link: <https://bit.ly/2lqfE8g>.

2 Encontros presenciais para entrevistas foram realizados observando todas as regras da Organização Mundial da Saúde para mitigar os riscos de contaminação por COVID-19: distanciamento de 2 metros, uso de máscara e higienização das mãos ao adentrar no templo.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram entrevistadas cinco pessoas, entre pastores e líderes de comunicação das igrejas Católica, Batista e Assembleia de Deus de Canoas. A entrevista com o padre e o líder da igreja católica foi realizada de forma presencial, na paróquia sede da cidade de Canoas. A entrevista com o pastor da Igreja Batista foi feita também de forma presencial, na sede da Igreja na cidade. Já com o líder de comunicação desta igreja a entrevista foi realizada de forma on-line, pelo Google Meet. Referente à igreja Assembleia de Deus, apenas o líder de comunicação desta igreja foi entrevistado, de forma on-line. As entrevistas ocorreram entre 25 de maio e 10 de junho de 2020.

A análise dos dados se deu através das redes sociais utilizadas por cada igreja e as respectivas estratégias usadas para fazer contato com os membros nestes canais. Também serão apresentados os conteúdos gerados em cada ferramenta. Antes disso, é importante entender como funciona a comunicação de cada igreja.

4.1 As equipes de comunicação das igrejas

A Paróquia Nossa Senhora Aparecida (representante da Igreja Católica) da cidade de Canoas é composta por seis igrejas afiliadas (capelas) no bairro Guajuviras, que são ligadas à uma sede (a própria Paróquia), alocada no mesmo bairro. Ao total, as seis capelas e a Paróquia somam, segundo o padre, 800 fiéis. As comunicações desta igreja são feitas da sede para as capelas. Durante o isolamento social este sistema permaneceu. Quanto à equipe de comunicação, eles são chamados de membros da Pastoral de Comunicação (Pascom). A equipe da Pascom desta paróquia é formada por seis voluntários. Destes, uma é profissional de Fotografia, e o restante trabalha com comunicação de forma voluntária e apenas na igreja. Quanto ao envolvimento do Padre com a equipe, é bem básica: não se envolve com questões técnicas nem com planejamento. Apenas aprova ou não as decisões de comunicações do grupo.

A Igreja Batista de Canoas conta com uma sede localizada no bairro Estância Velha, possui cerca de 80 membros e tem cinco pessoas voluntárias na área de comunicação. Nenhuma delas é profissional da área, nem trabalha formalmente com comunicação. Diferente da Igreja Católica, o pastor desta igreja é ativo nas decisões e frequentemente dá sugestões de conteúdos para postagem à equipe de comunicação.

Já a Igreja Assembleia de Deus conta com 85 congregações na cidade de Canoas. Somente a igreja sede, localizada no bairro Matias Velho, possui cerca de 800 membros. As equipes de comunicação das 85 igrejas são independentes, mas ligadas à equipe de comunicação central da sede, que coordena e auxilia cada uma das 85 equipes³. O time conta com 20 pessoas, na sua maioria também voluntários, como nas outras igrejas, mas com a diferença de que alguns destes são profissionais na área de Fotografia, Publicidade

³ Para este trabalho, está sendo considerado somente o trabalho de comunicação que a equipe da sede faz para os seus membros, e não o trabalho que faz com as congregações.

e Propaganda e Audiovisual. O pastor desta igreja também se envolve muito pouco nas comunicações institucionais, bem como o padre da Igreja Católica.

4.2 Redes sociais e estratégias de comunicação utilizadas

Com o isolamento social nos meses de março a junho de 2020, decorrente da pandemia, as redes sociais das igrejas foram a única forma de comunicação da instituição com seus membros.

Abaixo, a relação de canais de comunicação do ciberespaço mais utilizados pelas três igrejas e as estratégias que cada uma utilizou para usar a ferramenta.

4.2.1 Facebook

O Facebook foi o mais citado quando os entrevistados foram questionados sobre quais redes sociais utilizaram para se comunicar com os fiéis durante o isolamento social. Isso porque, de forma unânime, os cultos e missas foram transmitidas por ele desde o início do isolamento.

A Igreja Batista possui uma fanpage nesta rede social⁴, que conta com 765 curtidas e 848 seguidores. O pastor afirmou que os cultos já eram transmitidos on-line nesta ferramenta desde o dia 1º de março, duas semanas antes de “estourar a pandemia”. Durante o isolamento social, o principal uso desta ferramenta foi para transmitir as lives dos cultos⁵, além de postagens de cards com versículos, publicados durante a semana de forma esporádica. Também eram publicados diariamente nesta rede social vídeos curtos, de no máximo um minuto, com a “palavra do dia”, em que o pastor lia um versículo da Bíblia e fazia uma reflexão.

A transmissão dos cultos, feitas aos domingos e voltados para o público da igreja, atingiu também pessoas que não faziam parte da comunidade. Segundo o pastor, três pessoas mandaram mensagem para a página demonstrando interesse em fazer parte daquela congregação. O mesmo aconteceu com a Igreja Católica.

O uso desta ferramenta pela Igreja Católica se aproxima ao uso que a Igreja Batista fez. Este canal foi utilizado pelos católicos para transmitir as missas de domingo⁶, além de postar alguns cards em datas comemorativas, como o dia do abraço, e avisos para os fiéis da igreja. Esta igreja conta com 2.492 curtidas nesta rede social⁷.

Já na Assembleia de Deus esse canal foi usado com mais afinco. O perfil da igreja nesta rede social conta com 4.939 curtidas⁸. O canal foi utilizado de uma forma intensa, com lives de cultos sendo transmitidas todos os domingos, terças e quintas-feiras e sábados.

Os outros dias da semana também tinham programações ao vivo: às segundas-

4 <https://www.facebook.com/ibcanoas>

5 <https://www.facebook.com/ibcanoas/videos/249670509501764/>

6 <https://www.facebook.com/PascomAparecidaGuajuviras/videos/940686256348713/>

7 <https://www.facebook.com/PascomAparecidaGuajuviras>

8 <https://www.facebook.com/IEADCanoas>

feiras era transmitido o programa F5⁹, voltado ao público jovem. A descrição no primeiro vídeo encontra-se assim: “O programa tem por objetivo trazer temas relevantes ao cotidiano jovem. Estes temas serão debatidos em uma perspectiva cristã e científica para edificação e atualização de nossas vidas.” (ASSEMBLEIA DE DEUS, 2020). Nas quartas-feiras era transmitido o programa Talk na Mesa, no qual pastores e obreiros da igreja debatiam um tema previamente estabelecido, e respondiam a perguntas enviadas pelos espectadores. Essas duas programações foram criadas durante a pandemia, como uma forma de produzir mais conteúdo ao público e de se manter mais perto dos membros.

4.2.2 *WhatsApp*

Essa também foi uma das ferramentas utilizadas de forma unânime pelas três igrejas. Cada uma usando de uma forma, mas o argumento de todos segue na linha de que esta é “uma ferramenta em que a comunicação é mais direcionada, pois vai diretamente para o fiel” (Pastor da Igreja Batista, 2020). Este aplicativo de uso intensivo reforça o “interesse dos atores em fazer amigos e dividir suporte social, confiança e reciprocidade” (RECUERO, 2009, p.95).

O pastor da Igreja Batista usou esta rede social para manter contato direto com seus fiéis. Ele mandou mensagens do seu número pessoal para uma lista de transmissão, na qual todos os membros de sua igreja estão inseridos. Segundo ele, mandando mensagens diretamente para o público da sua igreja, no “privado”, eles entenderiam que o pastor estava próximo deles, mesmo neste momento difícil. O conteúdo destas mensagens variou de textos bíblicos a vídeos curtos. Além disso, todos os membros da instituição religiosa estão inseridos em um grupo, no qual trocam mensagens frequentemente.

Já na Igreja Católica e na Assembleia de Deus esta ferramenta ocupa uma posição de menor destaque, mas não menos importante. O líder de comunicação da igreja Católica afirma que o WhatsApp é usado com o intuito de repassar mensagens importantes sobre a congregação, como por exemplo dias, horários e lista de presença dos cultos. Os fiéis também recebem, por meio desta ferramenta, os links dos vídeos em que os cultos foram gravados, seja no Facebook ou YouTube.

É interessante salientar que, na Assembleia de Deus, o WhatsApp assume certo protagonismo ao ser utilizado para realizar cultos para pessoas da terceira idade. Como este público não conseguia assistir às transmissões ao vivo, alguém da igreja ficava encarregado de gravar um louvor, um sermão e uma oração, cada item deste em um áudio. Assim, os idosos podiam acompanhar os cultos de uma forma mais simples. Mas vale ressaltar que esta ferramenta é menos utilizada pela AD pois esta igreja possui um aplicativo próprio, no qual são publicadas mensagens, vídeos, avisos e afins, que caem diretamente no celular dos membros. Isso justifica o menor uso da AD por essa rede social.

9 <https://www.facebook.com/IEADCanoas/posts/1931856140272385>

4.2.3 YouTube e Instagram

O YouTube, rede social exclusiva para hospedagem de vídeos, não foi muito explorada pelas igrejas durante o isolamento social. Este canal passou a ser utilizado pelas igrejas logo depois do início do isolamento. A igreja Assembleia de Deus não possui um canal no Youtube, e as Igrejas Batista e Católica usaram esta rede social para transmitir os cultos, simultaneamente ao Facebook. Já o Instagram foi utilizado pela AD para mostrar os bastidores do culto, enquanto a Batista publicava cards e fazia transmissão dos cultos pelos stories. A Igreja Católica não possui conta no Instagram.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais e estratégias de comunicação que as igrejas utilizaram nas redes sociais digitais para se comunicar com seus fiéis durante a pandemia de COVID-19 encontram-se em vários pontos. O primeiro é que as três igrejas analisadas precisaram se reinventar digitalmente neste período, no qual todos os encontros presenciais foram suspensos. Pôde-se perceber uma certa fluidez nas comunicações destas igrejas nas redes sociais, justamente porque todas já tinham um trabalho forte nestes canais. O uso apenas intensificou-se, além de, é claro, ganhar novos conteúdos.

O segundo ponto é o uso massivo do Facebook e do WhatsApp pelas três instituições. Esta pesquisa apresenta um resultado diferente de uma recente publicação do Instituto Invisible College (2020), que analisou os impactos do isolamento social em 270 igrejas evangélicas brasileiras. A pesquisa apontou que 47,9% das congregações passaram a utilizar o YouTube como rede social principal durante o período de isolamento. Instagram, Facebook e WhatsApp seguem respectivamente com 25,4%, 18,8% e 9,2%. Percebe-se o efeito contrário do que apontado nos resultados deste artigo¹⁰.

Foi possível perceber, de forma clara, a importância de as igrejas já estarem inseridas na cibercultura. O trabalho com redes sociais ganhou um novo apelo durante este período: deixou de ser uma ferramenta complementar à igreja e passou a ser algo essencial, e, é possível deduzir, indispensável para o mundo pós pandemia de COVID-19. A transmissão de cultos ao vivo, um movimento que há alguns anos já vem tomando conta das igrejas, passou a ser algo mandatório neste período. Os fiéis precisavam receber a palavra de Deus, e a única alternativa encontrada foi esta.

Além da semelhança na transmissão de cultos on-line pelo Facebook e do intenso uso do WhatsApp pelas três instituições, vale ressaltar a pouca ou nenhuma presença em outras redes sociais. Pode-se atribuir isso ao fato de o público destas igrejas estar mais acostumado com as redes sociais já existentes ou também, a que considero mais

¹⁰ Uma hipótese pode ser o fato de que a pesquisa do Invisible College levou em conta apenas a transmissão de cultos ao considerar qual foi a rede social mais utilizada pelas igrejas católicas. A transmissão de cultos, neste artigo, é apenas um dos pontos da pesquisa.

provável, a falta de uma estratégia clara para uso das redes sociais. Atesta-se isso pois, como demonstrado nos resultados, das três igrejas, somente a Assembleia de Deus possui uma equipe com pessoas com mais conhecimento técnico na área de comunicação. Mas a realidade desta igreja é um pouco diferente. Por ser uma instituição maior, eles possuem mais recursos financeiros para investir em equipamentos e capacitação.

De uma forma ou de outra, a pandemia contribuiu para os estudos de ciber-religião, aquela religião mediada pela internet (MIKLOS, 2012; HOJSGAARD, 2005). Pôde-se perceber aqui uma experiência “on cibernspace”, na qual há um deslocamento de informações religiosas para as redes (Karaflogka 2002 apud Højsgaard, 2005).

Entretanto, se formos considerar os critérios de Højsgaard (2005) para definir ciber-religião, devemos levar em conta três parâmetros analíticos: a mediação, o conteúdo e a organização. A mediação deve ser sempre através de uma plataforma de comunicação digital. Isso aconteceu em todos os casos deste artigo. Já o conteúdo deve refletir a cultura digital. De uma forma ou de outra, isso também aconteceu. Quando se leva em conta a organização, ela deve refletir a não institucionalização. Por isso, assim como conclui o autor, é muito difícil existir a ciber-religião.

O fato é que durante este período histórico, as relações entre igreja e fiéis permaneceu apenas no ciberespaço, sendo mediada por redes sociais digitais. A internet, mais do que nunca, esteve presente ativamente na vida de todos, e em todas as esferas – pessoais, políticas, religiosas, etc. Isso trouxe a oportunidade de as instituições religiosas se reinventarem e adentrarem, de uma vez por todas, no mundo digital. Mesmo as igrejas mais resistentes agora usam as redes sociais digitais em com mais intensidade, o que demonstra a total dependência das instituições destas ferramentas que, se bem utilizadas, podem – e irão – ajudar a igreja no seu propósito: o de pregar o evangelho a toda a criatura (Marcos 16:15).

REFERÊNCIAS

ALVES, José Estáquio. **O fenômeno evangélico em números**. Carta Maior. 22 de maio de 2019. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/O-fenomeno-evangelico-em-numeros/52/44150>>. Acesso em 15 de novembro de 2019.

ASSEMBLEIA DE DEUS. **A AD Canoas está sempre buscando maneiras de estar mais próximo de você!** Canoas, 22 março 2020. Facebook: IEADCanoas. Disponível em: <https://www.facebook.com/IEADCanoas/posts/1876131345844865> . Acesso em 10 junho 2020.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação empresarial: políticas e estratégias. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAMPOS, L. S. **Pentecostalismo e Protestantismo “Histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 9, n. 22, p. 504-533, 24 out. 2011.

DATAFOLHA. 2010. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-caticos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghhtml>>. Acesso em 20 março 2020.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: M. Fontes, 1992.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GABRIEL, Martha. **Marketing na era digital**. São Paulo: Novatec Editora, 2010.

HOJSGAARD, M e WALBURG, M. **Religion and cyberspace**. Londres: Routledge, 2005.

IBGE. Censo Demográfico. 2010. Disponível em <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&id-noticia=2170&view=noticia>> . Acesso em 20 novembro 2019.

INVISIBLE COLLEGE, 2020. **Os impactos do isolamento social nas igrejas evangélicas Brasileiras**. Disponível em <https://theinvisiblecollege.com.br/lab/?fbclid=IwAR2pgh5S_InoTt_6OYfwMktd_L0twBH05jwVWtmiR17OZcNSyYU4Bmxk3Dg>. Acesso em 20 junho 2020.

LEMONS, A. **Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**, Sulina, Porto Alegre, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Editora 34, 1999.

MANUAL DE REDAÇÃO: FOLHA DE SÃO PAULO. 21. ed. São Paulo: Publifolha, 2018.

MENDONÇA, Antonio G. **O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas**. In REVISTA USP, São Paulo, n.67, p. 48-67, setembro/novembro, 2005.

MIKLOS, J. **A construção do vínculo religioso na cibercultura: a ciber-religião**. 145p. Tese (Doutorado em Comunicação). Pontífice Universidade Católica de São Paulo.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. -Petrópolis: Vozes, 2009.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SBARDELOTTO, Moisés. **Entre o social e a técnica: os processos de midiáticos do fenômeno religioso contemporâneo**. Revista Ação Midiática. Paraná. vol. 2, p. 1, 2012.

SOCIAL MEDIA TRENDS 2019. Rock Content. Disponível em <<https://cdn2.hubspot.net/hubfs/355484/Social%20Media%20Trends%202019.pdf>> . Acesso em 02 março 2020.

TELLES, André. **A Revolução das Mídias Sociais. Cases, Conceitos, Dicas e Ferramentas**. São Paulo: M.Books do Brasil Editora Ltda, 2010.

SOBRE O ORGANIZADOR

OSWALDO HIDEO ANDO JUNIOR - Possui Graduação em Engenharia Elétrica (2006) com Especialização em Gestão Empresarial (2007) pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA com Mestrado em Engenharia Elétrica (2009) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e Doutorado em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2014). Fundador do Centro de Desenvolvimento e Difusão Tecnológico em Energias Renováveis. (CDTER-PR). Foi Diretor do Instituto Latino-americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT/UNILA), Membro do Conselho Estadual dos Parques Tecnológicos - CEPARTEC e Coordenador permanente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade (PPGIES/UNILA). Atualmente é Membro do Corpo Docente Permanente do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade (PPGIES/UNILA) e Professor dos Cursos de Engenharia de Energias e Engenharia Física da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Tem experiência na área de Engenharias atuando principalmente nos seguintes temas: Conversão de Energia, Qualidade da Energia Elétrica, Sistemas Elétricos de Potência, Captação de Energias Residuais e Eficiência Energética. Editor Associado da Revista IEEE América Latina. Membro do Comitê Avaliador de diversos periódicos: Renewable Energy Focus (Elsevier), Revista de Ensino de Engenharia (ABENGE), Electric Power Systems Research (Elsevier), Renewable & Sustainable Energy Reviews (Elsevier), ACTA IGUAZU (UNIOESTE), Solar Energy (Elsevier) e Revista IEEE América Latina. Membro do Conselho Técnico Científico do Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação (ITAI), Consultor ad hoc da FAPESC, Comitê de Assessores de Áreas (CAA) da Fundação Araucária/Pr, Consultor ad hoc da CNPq, Consultor ad hoc do Programa de P&D+I da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Membro do Comitê Técnico Científico da Fundação Parque Tecnológico de ITAIPU (FPTI). Líder do Grupo de Pesquisa em Energia & Sustentabilidade – GPEnSE/CNPq. Bolsista de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 75

Adolescente 8, 154, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175

Atividade Física 116, 117, 120, 121

C

Comportamento humano 8, 176, 178, 179, 186

Comunicação 8, 12, 13, 30, 31, 32, 34, 37, 42, 59, 74, 75, 76, 77, 80, 84, 86, 88, 91, 92, 112, 119, 142, 181, 183, 188, 196, 202, 212, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Corona vírus 3, 14, 15, 59, 203

Covid-19 2, 5, 6, 7, 8, 1, 2, 4, 16, 17, 18, 19, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 50, 51, 59, 60, 63, 71, 73, 85, 86, 87, 91, 93, 108, 111, 112, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 142, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 171, 175, 176, 184, 189, 190, 191, 192, 199, 200, 201, 202, 205, 207, 208, 211, 214, 219, 221, 222, 225, 229

Criança 8, 134, 144, 147, 148, 150, 151, 154, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 179

D

Desenvolvimento Científico 3, 16

Desenvolvimento Tecnológico 232

Direitos Fundamentais 8, 170, 186, 189, 190, 192, 220

Direitos Humanos 134, 140, 146, 147, 148, 149, 150, 167, 169, 172, 187, 191, 193, 200, 218

Docentes 31, 37, 59, 109, 112, 116, 120

E

Educação 7, 16, 20, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 93, 111, 113, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 179, 195, 200, 220

Educação Alimentar 31

Ensino à distância 45, 46, 142, 160

Ensino híbrido 40, 41, 42

Ensino on-line 124, 126

Ensino Remoto 6, 31, 40, 42, 43, 48, 50, 52, 53, 59, 111, 112, 124, 139, 140, 141, 142, 143

F

Família 12, 24, 30, 44, 51, 61, 62, 63, 65, 66, 72, 75, 82, 83, 84, 110, 131, 136, 137, 140, 144, 148, 151, 154, 158, 159, 162, 167, 171, 208, 210, 217, 218

I

Inclusão Social 115

Isolamento Social 8, 5, 30, 32, 34, 40, 41, 53, 54, 55, 78, 111, 124, 134, 137, 139, 140, 147, 149, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 163, 170, 176, 179, 180, 186, 190, 203, 204, 208, 211, 212, 221, 225, 226, 227, 229, 231

M

Metodologia Ativa 52

N

Novas Tecnologias 19, 20, 25, 38, 39, 111, 132, 142, 145, 176, 186

O

Obesidade 130

Organização 18, 22, 31, 34, 41, 47, 51, 60, 63, 67, 69, 86, 92, 110, 135, 143, 154, 155, 164, 173, 179, 180, 182, 198, 202, 204, 209, 210, 215, 220, 224, 225, 230

P

Pandemia 2, 5, 7, 8, 1, 2, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 32, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 71, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 95, 97, 100, 103, 107, 108, 109, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 135, 136, 137, 138, 142, 144, 145, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 184, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 198, 200, 201, 202, 205, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 221, 222, 225, 227, 228, 229, 230

Precarização 128, 136, 138, 142, 209, 220

Prevenção 43, 69, 75, 76, 77, 82, 86, 110, 128, 164, 185, 203, 204, 205

Promoção da Saúde 31, 32, 33, 34, 37, 38, 70, 84

Protocolo 13, 16

R

Reestruturação 84, 201, 210

Religião 140, 183, 221, 222, 223, 224, 230, 231

S

Saúde Mental 37, 55, 58, 112, 118, 121, 130, 154, 155, 159, 161, 163, 208

T





Tecnologia da Informação 31

Trabalho 8, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 33, 37, 38, 46, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 91, 92, 109, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 130, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 150, 152, 153, 169, 170, 171, 173, 174, 179, 181, 187, 195, 196, 201, 202, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 225, 226, 229

V

Vulnerabilidade 84, 135, 138, 141, 170, 174, 195, 207, 217

Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ações e Experiências para o Enfrentamento da Pandemia de COVID-19 2

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br